



**URBANO**  
**EM MATO GROSSO DO SUL**  
ABORDAGENS E LEITURAS

Maria José Martinelli Silva Calixto  
Bruno Bomfim Moreno  
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli  
(Organizadores)



2020

## Equipe EdUFGD

### Coordenação editorial:

Rodrigo Garófallo Garcia

### Divisão de administração e finanças:

Givaldo Ramos da Silva Filho,  
Rafael Todescato Cavalheiro

### Divisão de editoração:

Branner de Castro Lacerda,  
Cynara Almeida Amaral Piruk,  
Maurício Lavarda do Nascimento,  
Raquel Correia de Oliveira,  
Rosalina Dantas da Silva,  
Wanessa Gonçalves Silva  
e-mail: editora@ufgd.edu.br

A presente obra foi aprovada de acordo com o  
Edital n. 04/2018/EDUFGD.

Editora filiada à:



## Gestão 2015-2019

### Universidade Federal da Grande Dourados

#### Reitora:

Liane Maria Calarge

#### Vice-Reitor:

Marcio Eduardo de Barros

#### Conselho editorial:

Rodrigo Garófallo Garcia  
Marcio Eduardo de Barros  
Fabiano Coelho  
Clandio Favarini Ruviano  
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi  
Rogério Silva Pereira  
Eliane Souza de Carvalho

#### Revisão:

Cynara Almeida Amaral Piruk,  
Raquel Correia de Oliveira

#### Projeto gráfico, diagramação e capa:

Branner de Castro Lacerda

#### Impressão e acabamento:

Triunfal Gráfica e Editora - Assis - SP

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

U72

O urbano em Mato Grosso do Sul : abordagens e leituras. / Organizadores: Maria José Martinelli Silva Calixto, Bruno Bomfim Moreno, Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2020.

398p.

ISBN: 978-85-8147-180-8.

Possui referências.

1. Urbano. 2. Produção do espaço. 3. Mato Grosso do Sul. I. Calixto, Maria José Martinelli Silva. II. Moreno, Bruno Bomfim. III. Bernardelli, Mara Lúcia Falconi da Hora.

CDD – 911.8172

# SUMÁRIO

## 05 APRESENTAÇÃO

*Maria José Martinelli Silva Calixto  
Bruno Bomfim Moreno  
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli*

## 13 01. DA CIDADE MÉDIA ÀS CIDADES PEQUENAS: ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES ENTRE DOURADOS E O SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

*Igor Ronyel Paredes Gomes  
Maria José Martinelli Silva Calixto*

## 45 02. A QUESTÃO FRONTEIRIÇA NOS PLANOS DIRETORES: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE CIDADES SUL-MATO-GROSSENSES

*Orlando Moreira Junior  
Valdemir Pomerening de Mello Júnior*

## 77 03. A GEOGRAFIA DOS FLUXOS AÉREOS EM DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DO CAPITAL

*Ana Paula Camilo Pereira*

## 107 04. O HIPERMERCADO ATACADÃO E SEU PAPEL REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOURADOS, UMA CIDADE MÉDIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

*William Moreno Vascon*

## 139 05. O PMCMV E A INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO SOCIAL EM DOURADOS-MS

*Mário Cezar Tompes da Silva*

## 171 06. AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL EM DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DO ECOVILLE DOURADOS RESIDENCE & RESORT

*David Ader Santos Lourenço*

- 197** 07. SIMBIOSES NO ESPAÇO DOURADENSE  
*Alexandre Bergamin Vieira*  
*Cláudia Marques Roma*
- 215** 08. TERRITÓRIO URBANO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DOS PARAGUAIOS DE/EM DOURADOS-MS  
*Ailson Barbosa de Oliveira*
- 257** 09. DA VILA DE UMA RUA SÓ À METRÓPOLE REGIONAL: O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAMPO GRANDE  
*Antônio Firmino de Oliveira Neto*  
*Carlos Martins Júnior*
- 273** 10. CAMPO GRANDE-MS E A AVENIDA AFONSO PENA  
*Edison Luis da Rosa Duarte*  
*Paulo Fernando Jurado da Silva*
- 297** 11. A RUA EUCLIDES DA CUNHA E A MANIFESTAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE EM CAMPO GRANDE-MS  
*Emerson Vicente Rodrigues*  
*Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli*
- 339** 12. TRÊS LAGOAS-MS: UMA CIDADE EM TRANSIÇÃO?  
*Patrícia Helena Milani*  
*Edima Aranha*
- 367** 13. A GEOECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL EM TEMPOS DE CRISE  
*Cristovão Henrique Ribeiro da Silva*
- 397** SOBRE OS ORGANIZADORES

## APRESENTAÇÃO

Este livro reúne contribuições de estudiosos da área de Geografia do estado de Mato Grosso do Sul que abordam a temática urbana sob diferentes enfoques analíticos, empíricos e teórico-metodológicos. Nessa perspectiva, visa a contribuir com os estudos urbano-regionais.

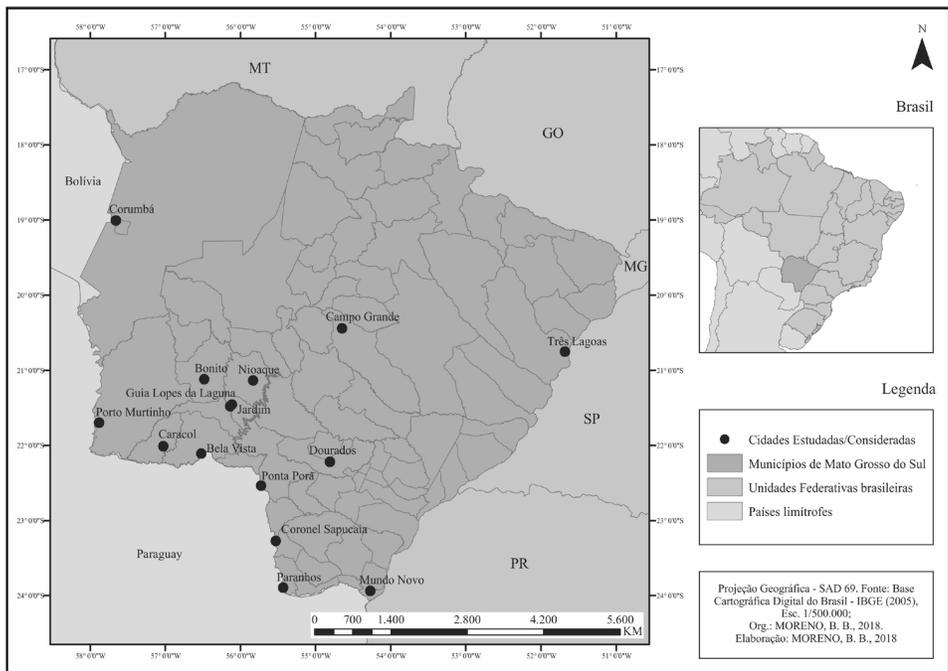
Os treze textos que compõem a coletânea trazem ideias construídas a partir de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, de monografias de graduação e de projetos de pesquisa desenvolvidos junto aos cursos de graduação e aos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), congregando docentes e discentes das referidas instituições.

Nesse sentido, sintetiza um esforço coletivo em trazer a público algumas reflexões sobre os processos e as dinâmicas de produção do espaço urbano e/ou regional, tomando como referencial de análise, sobretudo, as três principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, além de considerar aspectos das cidades pequenas da região geográfica imediata no sudoeste do estado (Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho), das cidades gêmeas (Corumbá, Ponta Porã e Bela Vista) e daquelas localizadas na chamada sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira<sup>1</sup> – figura 1.

---

1 Denominação adotada pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Faixa de fronteira*: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364)>. Acesso em: 16 jan. 2018). Inclui os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, todos de MS.

**Figura - Mato Grosso do Sul (2018): centros urbanos analisados e/ou considerados.**



Fonte: IBGE, 2005<sup>2</sup>.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>3</sup>, em 1980, o então recém-criado estado de Mato Grosso do Sul possuía 1.369.567 habitantes. A década entre os anos de 1970 e 1980 é representativa não apenas do ponto de vista da divisão política (que ocorreu em 1977), mas também por caracterizar o momento em que essa unidade federativa passou a ter mais pessoas residindo na cidade (67,11%) do que no campo (32,89%). Mais recentemente (2010), a população do estado chega a 2.449.024 habitantes, e a situação domiciliar acentua a representatividade da vida nas cidades — 85,64% do total. Os municípios mais

2 IBGE. *Malha Municipal*. 2005. Escala 1:500.000.

3 IBGE. *Censos Demográficos de Mato Grosso do Sul*. 1980 e 2010.

populosos são: Campo Grande (capital do estado, concentrando 32,13% da população), Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

Dada essa realidade e, sobretudo, considerando os cursos de graduação e os programas de pós-graduação em Geografia existentes no estado, havia diversas pesquisas e leituras sobre a cidade e o urbano provenientes de “diferentes pontos de partida” e de diferentes enfoques ou abordagens que, no entanto, se encontravam dispersas, dificultando o diálogo, a interlocução e, por consequência, o avanço no processo de entendimento da realidade urbana sul-mato-grossense.

Dessa forma, esta coletânea não apenas traz reflexões que abarcam a realidade sul-mato-grossense, mas revela um esforço colaborativo em reunir contribuições de estudiosos da área de Geografia do estado, reforçando a importância dos estudos empíricos, das pesquisas e das análises desenvolvidas em diferentes níveis. Aqui se encontram reunidas as reflexões que seguem.

Debruçando-se na análise sobre a rede urbana sul-mato-grossense, Igor Ronyel Paredes Gomes e Maria José Martinelli Silva Calixto desenvolvem uma reflexão acerca das interações espaciais que a estruturam, por meio de relações não somente hierárquicas, mas também heterárquicas e complementares. Para tanto, no capítulo intitulado “Da cidade média às cidades pequenas: articulações e relações entre Dourados e o sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul”, analisam duas porções do estado: uma região geográfica imediata no sudoeste, formada por Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho, e o centro-sul, onde está situada Dourados, cidade média que desempenha importante papel urbano-regional.

Orlando Moreira Junior (*in memoriam*) e Valdemir Pomerening de Mello Júnior, no capítulo “A questão fronteiriça nos Planos Diretores: breves considerações sobre cidades sul-mato-grossenses”, tratam de uma problemática importante na geografia urbana regional, a temática referente à fronteira. Focalizam a questão fronteiriça nos Planos Diretores de algumas cidades sul-mato-grossenses marcadas por várias relações socio-espaciais (políticas, econômicas, culturais, ambientais), especialmente no caso das cidades gêmeas. Apesar disso, os Planos Diretores geralmente

não fazem menção, ou o fazem de forma muito limitada, à questão fronteiriça, o que decorre também, em parte, da insuficiência de instrumentos urbanísticos na Política Urbana Nacional.

Ana Paula Camilo Pereira considera a geografia de distribuição dos fluxos no Brasil, enfatizando os fluxos aéreos, relacionando “[...] a dinâmica do capital à dinâmica territorial”. O recorte espacial escolhido para a discussão no capítulo “A geografia dos fluxos aéreos em Dourados-MS: uma análise da dinâmica territorial do capital” foi o município de Dourados, cujo movimento do transporte aéreo é importante para a compreensão das dinâmicas socioespaciais recentes em seu território e na região.

William Moreno Vascon, no capítulo “O hipermercado Atacadão e seu papel regional: uma análise a partir de Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul”, elege o comércio atacadista e o hipermercado Atacadão como objeto demonstrativo do reforço da condição de cidade média de Dourados, concentrando papéis que promovem uma série de fluxos regionais e também em outras escalas. O estudo busca quantificar a demanda atendida por esse grande equipamento comercial a partir de pesquisa que considerou a origem do fluxo de veículos no estacionamento do estabelecimento num período de “pico” do seu funcionamento, verificando uma presença destacada de residentes nas cidades do entorno.

Com enfoque na escala intraurbana e ainda tomando como recorte espacial a cidade de Dourados, o capítulo “O PMCMV e a inserção urbana da habitação social em Dourados-MS”, de Mário Cezar Tompes da Silva, privilegia a temática da habitação social, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), oferecendo uma contribuição importante sobre a problemática em uma cidade média. Enfatiza, especificamente, o baixo grau de inserção urbana das localizações da habitação social destinada aos segmentos de baixa renda, ressaltando a realidade específica dos conjuntos habitacionais denominados Deoclécio Artuzi I e II.

Da mesma forma, David Ader Santos Lourenço, no capítulo “As novas formas de produção socioespacial em Dourados-MS: uma análise do Ecoville Dourados Residence & Resort”, baseia-se na análise das novas formas de produção imobiliária em uma cidade média, apontando

balizadores que auxiliam na compreensão dessa dinâmica. O estudo foi pautado na análise do loteamento fechado Ecoville Residence & Resort, sendo a segurança privada um dos principais elementos que se agregam na comercialização dessas áreas, reforçando os discursos sobre a “exclusividade” e remetendo à noção da autossegregação.

Desenvolvendo uma análise sobre as relações cidade-campo, urbano-rural, agrícola- reserva indígena, Alexandre Bergamin Vieira e Cláudia Marques Roma, no capítulo “Simbioses no espaço douradense”, utilizam imagens fotográficas, na busca de compreender a realidade de Dourados a partir da totalidade. Assim, procuram demonstrar como tais categorias, por si só, dizem pouco acerca da realidade existente, marcada por simbioses que se revelam nas complementaridades, articulações e interações espaciais existentes.

No capítulo “Território urbano e identidade: uma análise dos paraguaios de/em Dourados-MS”, Ailson Barbosa de Oliveira discorre sobre a presença paraguaia em Dourados, discutindo a constituição de territórios e da territorialidade, que ocorrem de forma material e imaterial. A discussão reveste-se de importância, tendo em vista a presença paraguaia no estado de Mato Grosso do Sul e a questão fronteiriça.

Tomando como recorte espacial a cidade de Campo Grande, o capítulo de Antônio Firmino de Oliveira Neto e Carlos Martins Júnior, intitulado “Da vila de uma rua só à metrópole regional: o processo de estruturação urbana de Campo Grande”, traz uma análise do processo de estruturação urbana da capital do estado de Mato Grosso do Sul, recuperando, a partir de autores que trataram do histórico de sua constituição, aspectos que ainda hoje se fazem presentes na dinâmica de produção do espaço. Os autores enfatizam que devido à sua fundação ter ocorrido no último quartel do século XIX o modelo urbano que seguiu foi uma estruturação que privilegiava a implantação de uma infraestrutura que pudessem responder à ampliação da circulação de mercadorias e de pessoas, no contexto de uma cidade capitalista, razão pela qual se estruturou um plano urbano radial. Mais recentemente, entretanto, dadas as novas lógicas presentes na produção do espaço, há uma modificação nesse padrão, com

a implantação de novas vias de circulação que diluem a forma urbana, representando a superação da dualidade centro-periferia.

A capital do estado também é objeto de reflexão no capítulo “Campo Grande-MS e a Avenida Afonso Pena”, de Edison Luis da Rosa Duarte e Paulo Fernando Jurado da Silva. A análise recai sobre a importância econômica e espacial da principal avenida da cidade, a Avenida Afonso Pena. Os autores alertam tratar-se de um estudo original, ainda que básico, além de ser um tema pouco explorado na geografia de Mato Grosso do Sul.

Ainda trazendo uma abordagem da cidade de Campo Grande, no capítulo “A Rua Euclides da Cunha e a manifestação de uma nova centralidade em Campo Grande-MS”, Emerson Vicente Rodrigues e Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli tomam como objeto de estudo a Rua Euclides da Cunha. Tratam de sua transformação em uma área comercial voltada para o atendimento do comércio mais especializado e/ou sofisticado na cidade, direcionado aos segmentos de renda mais elevada, sendo analisada como um desdobramento da área central. Assim, consideram que se manifesta uma centralidade, por meio de uma especialização em atividades comerciais e de serviços destinadas a um público diferenciado.

Por sua vez, Patrícia Helena Milani e Edima Aranha elegem como objeto de análise uma importante cidade da porção leste do estado: Três Lagoas. No capítulo “Três Lagoas-MS: uma cidade em transição?”, trazem para a discussão o processo de reestruturação intraurbana recente, considerando a expansão territorial urbana, com a implantação de novos conjuntos habitacionais, loteamentos fechados e a constituição de novas centralidades. A partir do recorte analítico tomado, buscam levantar elementos para questionar a transição de Três Lagoas para uma cidade média.

Encerrando a coletânea, Cristovão Henrique Ribeiro da Silva, no capítulo “A geoeconomia de Mato Grosso do Sul em tempos de crise”, traz um debate sobre as regiões geoeconômicas de Mato Grosso do Sul. Considerando o viés geoeconômico, com matizes neodesenvolvimentistas, o autor parte de dois momentos: um que considera o período de 2000-2014, e outro que privilegia o que chama de “eventos recentes” (2014-2017).

Assim, busca entender o momento atual, considerando a complexidade que envolve a produção do espaço geográfico, chamando a atenção para uma “agenda de pesquisa que se abre”.

Por último, vale destacar que o conjunto de textos que compõem este livro, pela diversidade de enfoques, também estimula o enfrentamento de outros desafios, à medida que fomenta discussões e interfaces que contribuirão para a apreensão das dinâmicas e dos conteúdos que caracterizam o processo de produção do espaço.

Espera-se que possa reforçar o sentido e a importância da pesquisa urbana desenvolvida em Mato Grosso do Sul, estimulando debates e despertando para outras possibilidades de pesquisa, leituras, debates e contribuições sobre a realidade urbana desse estado.

*Maria José Martinelli Silva Calixto*

*Bruno Bomfim Moreno*

*Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli*

Maio de 2018



# CAPÍTULO 01

## DA CIDADE MÉDIA ÀS CIDADES PEQUENAS: ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES ENTRE DOURADOS E O SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

*Igor Ronyel Paredes Gomes<sup>4</sup>*

*Maria José Martinelli Silva Calixto<sup>5</sup>*

O presente texto visa tecer reflexões pertinentes às interações espaciais que estruturaram/estruturam a rede urbana sul-mato-grossense. Para tanto, focamos a discussão em duas porções do estado de Mato Grosso do Sul: uma região geográfica imediata no Sudoeste, formada por Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho; e o Centro-Sul, onde está situada Dourados, cidade média, que desempenha importante papel urbano-regional dentro do território em questão.

De início, cabe esclarecer que esse recorte regional definido recentemente (2017) pelo IBGE leva em consideração as relações interurbanas estabelecidas em diferentes porções do território brasileiro, recebendo o

---

4 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Professor de Geografia da rede municipal de ensino de Bonito-MS.

5 Prof.a do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado – da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

nome de “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: 2017”. O estado de Mato Grosso do Sul foi dividido em 12 Regiões Geográficas Imediatas<sup>6</sup>, que foram definidas principalmente com escopo na rede urbana, ou seja, na estrutura formada pela articulação funcional entre centros urbanos<sup>7</sup> nas mais diversas interações espaciais.

A região geográfica imediata considerada neste texto leva o nome do centro urbano de maior centralidade no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: Jardim. É interessante pontuar que a região focada no texto, recém-definida, foi objeto de observações da pesquisa de mestrado intitulada “Cidades pequenas e rede urbana: interações espaciais a partir do sudoeste de Mato Grosso do Sul”, porém, na ocasião, utilizamos outra regionalização, produto de outra perspectiva metodológica, por isso havia recebido o nome de “Região de planejamento sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul”, elaborada pelo governo do estado (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Apesar de as duas regionalizações terem aproximações quanto à utilização da noção de polo regional, ou da cidade polo na definição da região, na regionalização utilizada anteriormente havia uma diferença significativa em relação à atual: eram oito centros urbanos (e seus territórios municipais) que compunham a Região Sudoeste<sup>8</sup>; nesse novo estudo são sete centros urbanos. No decorrer da referida pesquisa já se observava um “afastamento” quanto às interações espaciais estabelecidas a partir da ci-

---

6 A proposta de regionalização do IBGE também define três regiões geográficas intermediárias (Campo Grande, Dourados e Corumbá), numa escala maior de abrangência, situando-se no limiar das unidades da federação e das regiões geográficas imediatas. Critérios utilizados a partir da rede urbana definiram essa outra escala de regionalização, onde centros de maior centralidade (metrópoles, capitais regionais ou mesmo centros de menor expressão), num patamar acima das áreas de comando imediatas, aglutinam porções territoriais maiores. (Cf. IBGE, 2017).

7 A definição de rede urbana por nós utilizada vem principalmente dos escritos de Corrêa (2011; 2006; 1994).

8 Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho.

dade de Bodoquena-MS com os demais centros que compunham a Região Sudoeste. Nessa nova proposta do IBGE, o respectivo centro aparece compondo outra região do estado, e Jardim centralizando 06 centros urbanos.

Voltando-nos aos centros que compõem a Região Geográfica Imediata de Jardim, é importante adiantar que se encaixam na condição de cidades pequenas (Bela Vista, Jardim e Bonito)<sup>9</sup> e cidades locais (demais centros) pelo nível de complexidade das interações espaciais que se dão nelas (meio), se dão a partir delas (condição) e produzem-nas (produto)<sup>10</sup>. A complexidade de papéis urbanos que caracteriza funcionalmente esses centros vai de baixa (serviços básicos para manter o modo de vida urbano local) em quatro centros urbanos, a algumas funções de média complexidade nos outros três centros, como serviços de ensino superior, administrativos, turísticos e comerciais.

Em relação ao outro centro urbano considerado neste capítulo, Dourados, cabe adiantar que se coloca na condição de cidade média pelo nível de interações espaciais que estabelece nas escalas intra e interurbana<sup>11</sup>.

---

9 De acordo com a classificação funcional/hierárquica das Regiões de Influências das Cidades (IBGE, 2008), Jardim e Bela Vista são centros de Zona B (centros que polarizam localidades de menor centralidade e papéis urbanos limitados – centros locais) e Bonito é tido como centro local (localidades com menor centralidade na rede urbana). Na classificação/terminologia acima empregada (cidades pequenas) entendemos, sobretudo baseados em Fresca (2010), que os centros de zona se encaixam nessa definição, pois estão um patamar acima das cidades locais (com papéis/funções urbanas mínimas – centros locais). Apesar de Bonito aparecer nos estudos das Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008) como centro local (cidade local), a pesquisa que elaboramos demonstrou que o centro dispõe de certo dinamismo que acaba por centralizar fluxos próximos e distantes, sendo, portanto, considerada por nós uma cidade pequena.

10 As interações espaciais, como nos asseverou Corrêa (2012), não são simples deslocamentos/fluxos no espaço (de mercadorias, capitais, pessoas, informações, etc.), mas são as próprias relações consideradas como produtoras do espaço, tal como nos colocou também Catelan (2013).

11 Com relação a essa nova regionalização do IBGE, cabe ponderarmos que Dourados encaixa-se em duas porções territoriais, nas duas escalas metodológicas definidas: a Região Geográfica Imediata de Dourados (13 centros urbanos e seus territórios municipais) e Região Geográfica Intermediária de Dourados (34 centros urbanos e seus territórios municipais). (IBGE, 2017).

Considerar seu papel regional (de centralidade) é condição fundamental para entendê-la como cidade média. Essa centralidade interurbana estrutura uma rede em que cidades pequenas e cidades locais interagem espacialmente com Dourados, estabelecendo fluxos de diversas naturezas (comerciais, culturais, sociais, políticas, econômicas).

Considerando os estudos das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizados pelo IBGE em diversos anos, observamos que esse papel de centralidade de Dourados se (re)definiu ao longo das décadas, conforme nos aponta também Calixto (2019), sobretudo, orientado pelo processo de urbanização e de conformação territorial do estado de Mato Grosso do Sul.

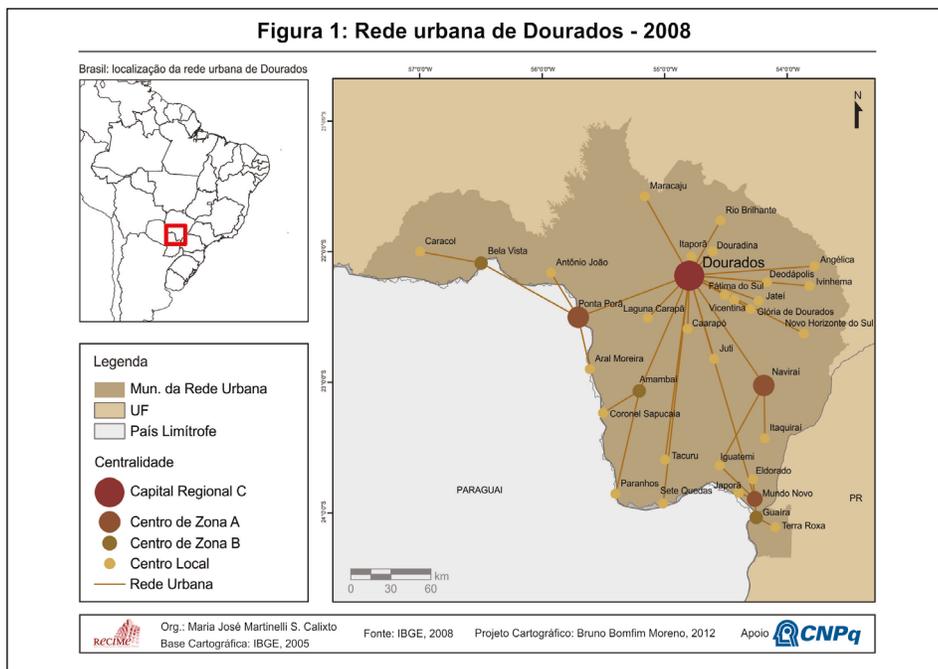
Atualmente, vemos que esse papel regional de Dourados estrutura uma rede urbana na qual participam considerável número de centros urbanos do estado, principalmente os localizados no centro-sul e sul de Mato Grosso do Sul. Analisando o último estudo da REGIC (IBGE, 2008), Calixto (2017) observa que são 33 municípios que interagem espacialmente com Dourados de forma direta ou indiretamente (pela mediação de algum centro de nível intermediário na escala hierárquica) – figura 1.

No âmbito do processo de formação territorial de Mato Grosso do Sul, é importante considerar que Dourados teve papel relevante como centro articulador do avanço da fronteira agrícola em sentido oeste, alcançando o sul do então Mato Grosso. Em meados do século XX, verificamos que os centros urbanos até então existentes apresentavam funções urbanas limitadas pelo modo como a vida econômica desenrolava-se em torno da extração de erva-mate e pecuária (atividades rurais); um modo de vida predominantemente rural se espacializava estruturando formas e funções até então.

Um novo conteúdo social passa a territorializar e espacializar seu modo de vida na porção sul de Mato Grosso nesse período — são os migrantes das frentes de expansão. Redefinem-se, como resultado desse processo (no âmago do qual foi criada a CAND — Colônia Agrícola Nacional de Dourados), os papéis que os centros urbanos da porção Sul do estado apresentavam até o momento, alterando-se, ao mesmo tempo, as estruturas espaciais. Uma agricultura de caráter familiar passa a ser

desenvolvida no campo, substituindo, ou mesmo coexistindo com a atividade extrativa e de criação de gado.

**Figura 1** - Rede urbana de Dourados (2008).



Esse novo contingente populacional concentrado no campo, mas com interações básicas com os centros urbanos (alguns, até então, pequenas vilas e povoados), altera o quadro populacional do então sul de Mato Grosso. As demais porções do território correspondente ao atual Mato Grosso do Sul permaneciam restritas à atividade pecuarista, com quantitativo populacional pouco expressivo e concentrado no campo.

A partir da década de 1970, as transformações engendradas no âmbito do avanço do modo capitalista de produção no campo sul-mato-grossense são expressivas, alterando o quadro urbano qualitativa e quantitativamente — aumenta o número de centros urbanos, o quantitativo populacional urbano, como também redefinem-se as relações socio-espaciais que se desenrolam nesses centros. As cidades de Mato Grosso

do Sul, em sua maior parte, pela primeira vez, passaram a contar com um contingente populacional maior que o do campo, em decorrência das mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo, agora tecnificado/modernizado.

Convém pontuar que para os centros urbanos que apresentavam, já na época, certa complexidade de funções, como maior dinamismo econômico, convergiu a maior parte dos fluxos do êxodo rural, diversificando/aprofundando ainda mais seu dinamismo urbano, ao mesmo tempo em que diferenciava ainda mais as relações interurbanas<sup>12</sup>.

De modo geral, todos os municípios apresentam aumento das taxas de urbanização, nas últimas três décadas [1970, 1980 e 1990]. O processo de urbanização, desse modo, apresentou-se amplo e difuso em todo o território de Mato Grosso do Sul, embora atingindo mais intensamente o sul do estado. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 356).

Dourados, localizando-se na porção centro-sul do estado, teve seu papel de centralidade aumentado ainda mais a partir desse período, concentrando não só um maior contingente populacional dos migrantes até então fixados nas áreas rurais dos municípios de seu entorno, como também fluxos de trabalhadores e técnicos voltados para a nova forma de

---

12 Podemos verificar essa disparidade nas interações espaciais interurbanas nas cidades de Mato Grosso do Sul, quando voltamos para análise de sua rede urbana: há apenas duas capitais regionais (Campo Grande e Dourados), os demais centros urbanos dividem-se, de acordo com seus papéis, em: centros de zona (17 cidades) e centros locais (58 cidades) (IBGE, 2008). Não há no estado de Mato Grosso do Sul, cidades classificadas como centros sub-regionais (um nível intermediário entre as capitais regionais e os centros de zona), o que denota uma “[...] fraca divisão territorial do trabalho no Estado, [onde] ocorre um pequeno número de direções nos fluxos a algumas poucas e esparsas cidades centrais [...]” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 356). Isso revela ainda mais a diferenciação socio-espacial existente entre os centros urbanos que compõem a rede urbana de Mato Grosso do Sul.

produção que se realizava no campo<sup>13</sup>. Como decorrência, seus papéis urbanos e regionais se aprofundaram.

Cabe pontuar que a referida porção de Mato Grosso do Sul conta, atualmente, com uma maior concentração de centros urbanos, sendo que nesse segmento da rede urbana sul-mato-grossense verificamos uma melhor distribuição hierárquica dos centros (Capital Regional – Centros de Zona – Centros Locais).

Essa estrutura — aqui apresentada resumidamente numa perspectiva diacrônica — é formada pelas interações espaciais entre Dourados e os centros que compõem sua região de influência e, também, é a porção da rede urbana sul-mato-grossense mais bem definida. Isso pode ser verificado pela forma como as relações socioespaciais desenrolaram-se nessa porção do estado, desde meados do século XX, marcada pela atividade agrícola, e assim baseada numa maior divisão territorial do trabalho, que materializou-se, a posteriori, em um maior número de centros urbanos.

Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. (SANTOS, 1993, p. 53).

A porção sudoeste, diferentemente do Centro-Sul, desde o século XIX, é marcada pelo predomínio da atividade pecuária, que pode ser considerada, no seu modo extensivo, uma atividade tradicional, com uma menor complexidade na divisão territorial do trabalho. Nessa porção há apenas cidades locais e cidades pequenas, inclinando suas relações interurbanas para a capital Campo Grande, na porção central do estado.

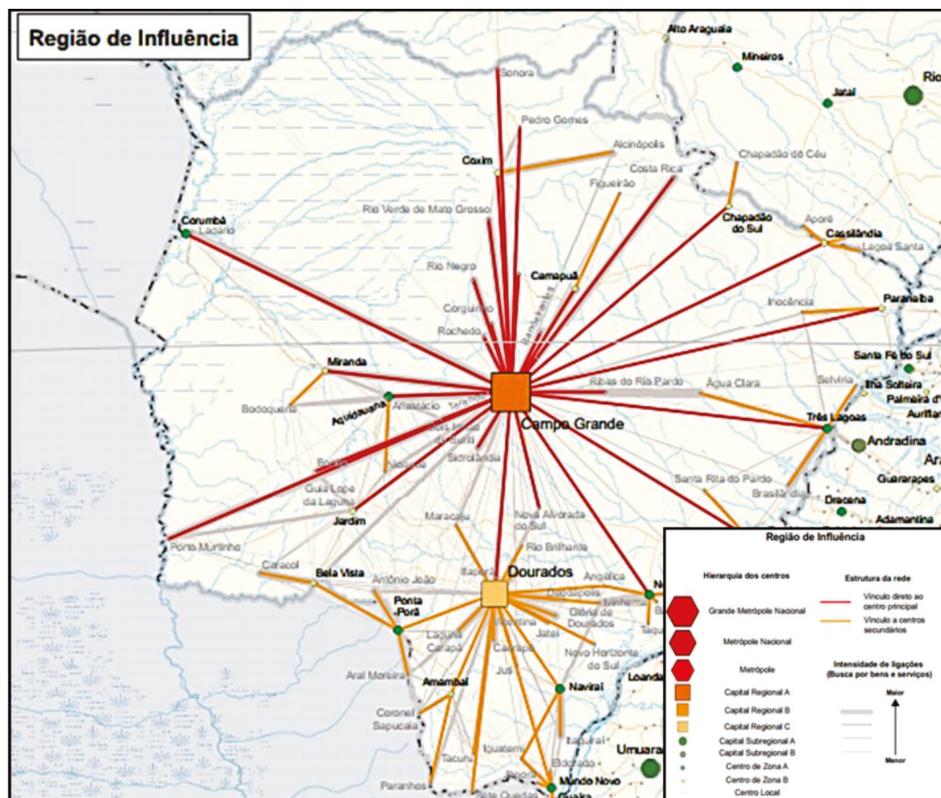
---

13 Cf. Calixto (2004) sobre os desdobramentos das trajetórias desses diferentes agentes na produção do espaço urbano de Dourados.

Entretanto, algumas relações são estabelecidas com Dourados, nada obstante está localizada no centro-sul do estado.

Na figura 2 notamos a quantidade de interações/ligações diretas de Dourados (Capital Regional C) com o sul e centro-sul de Mato Grosso do Sul, bem como podemos perceber também, algumas ligações indiretas em sua área de influência, inclusive com centros localizados no sudoeste do estado (Bela Vista e Caracol). Sobressai-se, entretanto, o papel urbano-regional de Campo Grande, com interações com praticamente todo o território do estado de Mato Grosso do Sul.

**Figura 2** - Rede urbana sul-mato-grossense de acordo com a classificação funcional urbana (2008).



Fonte: IBGE, 2008. Adaptado por: CALIXTO; GOMES, 2017.

Apesar desses apontamentos, gostaríamos de acrescentar algumas considerações sobre como Dourados “extrapola” sua área de influência imediata/direta, alcançando centros situados sobre a hinterlândia (área de influência) de Campo Grande, não substituindo a ordem dos fluxos, mas complexificando-os, de modo a coexistirem duas áreas de influência sobre esses centros do sudoeste, influenciados também pela condição de fronteira, como já apontamos em outro momento (cf. CALIXTO; GOMES, 2017).

## **ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS: DOURADOS E O SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Primeiramente, cabe esclarecer que os centros urbanos em foco na presente análise não participam dos mesmos processos, das mesmas temporalidades, apesar de situarem-se sobre uma mesma (sub)unidade<sup>14</sup>, aparentemente homogênea: o território de Mato Grosso do Sul. O território em questão guarda dinâmicas diversas que ao longo do desenrolar temporal das relações sociais no espaço, engendraram diferentes formas, funções e processos espaciais, em outras palavras, geraram a diferenciação espacial<sup>15</sup> do território sul-mato-grossense.

Assim, temos diferentes porções espaciais produzidas/formadas ao longo do desenvolvimento histórico-espacial da sociedade. Os centros urbanos em questão, reiteramos, não se encaixam num mesmo contexto, seja temporal, seja espacial: eles surgem em períodos diferentes desse desenvolvimento espacial, articulando-se espacialmente de forma diferenciada de acordo com cada conjuntura. Nesse sentido, com base nos

---

14 Tomamos para “definir” essa subunidade uma parte maior, um todo, qual seja o território brasileiro, uma formação socioespacial, conforme nos afirma Santos (1982).

15 Aproximamo-nos aqui do conceito/noção de região sob a perspectiva da geografia crítica, ou seja, partições no espaço produzidas a partir da espacialização desigual do capitalismo (Cf. GOMES, P. C. C., 1995).

estudos desenvolvidos pelo IBGE, em relação às regiões de influência das cidades<sup>16</sup>, podemos ter um quadro de como a rede urbana se estruturou ao longo dos últimos 50 anos e, assim, verificar a forma como se “afastam-se” e/ou “aproximam-se” umas das outras.

Sob o prisma da rede urbana, vamos verificar que de acordo com o estudo do IBGE de 1972, “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas”, referente ao ano de 1966, os centros que formam a atual Região Imediata de Jardim. Em um primeiro momento, articulavam-se diferencialmente da seguinte forma: Bonito e Guia Lopes da Laguna situavam-se num patamar mínimo da rede urbana e estavam subordinados a Jardim (centro local – com algumas funções urbanas complementares). Jardim, por sua vez, subordinava-se a Aquidauana (com maiores funções urbanas) e, por meio dessa ligação, a Campo Grande (que na época já concentrava considerável número de serviços e funções). Num outro segmento dessa rede urbana, comandada por Campo Grande, temos Caracol (no patamar mínimo) que se subordinava a Bela Vista (funções urbanas que extrapolam a centralidade mínima) e essa a capital estadual. Por fim, vemos outra segmentação formada por Porto Murtinho e Nioaque (no patamar mínimo de centralidade) subordinados a Corumbá (centro urbano fora do recorte regional adotado, mas que na época dispunha de uma centralidade maior no sul de Mato Grosso<sup>17</sup>) e, por esse meio, a Campo Grande. (IBGE, 1972).

Voltando-nos para Dourados, no mesmo período, já começava a se destacar, assumindo o papel de centro sub-regional (centros que subordinavam, na época, centros locais e demais localidades de centralidade

---

16 Em ordem decrescente, do mais atual ao mais antigo, os estudos referentes à rede urbana brasileira, desenvolvidos pelo IBGE, são os seguintes: Regiões de influência das cidades 2007 (IBGE, 2008); Regiões de influência das cidades 1993 (IBGE, 2000); Regiões de influência das cidades (IBGE, 1987); Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (IBGE, 1972).

17 Convém lembrar que nesse período ainda não havia o Mato Grosso do Sul. A divisão estadual ocorre apenas em 1977, fato que nos leva a utilizar a expressão sul de Mato Grosso.

mínima), pela função de coleta e beneficiamento de produtos agrícolas (no período, essa porção do estado articulava-se na produção de gêneros agropecuários para o sudeste do país) e distribuindo bens e serviços para o entorno (CALIXTO, 2019). Assim, Dourados já comandava, na época, uma hinterlândia com doze centros urbanos, na porção centro-sul e sul do estado.

Com relação a esse período (meados do século XX), é importante considerar que transformações consideráveis ocorrem na estrutura econômica e social do território em formação<sup>18</sup>, sobretudo na região comandada por Dourados. Nos centros menores do sudoeste do estado, vamos ver um pequeno crescimento populacional, de modo geral, o que se deve à chegada das frentes de ocupação. A chegada dos imigrantes marca alterações nas formas (tamanho das cidades), funções (papéis urbanos que se diversificam) e estruturas (trazem um modo de vida novo, marcando as relações que passam a se dar nas áreas produtivas — como exemplo temos a chegada de fazendeiros, que contribuem para a desterritorialização das comunidades tradicionais e pequenos proprietários, mudanças na produção do campo, mudanças na estrutura fundiária).

Com base na observação do estudo do IBGE para o período, não havia articulações interurbanas entre os centros do sudoeste e Dourados. Fica claro, conforme pudemos observar, como o papel de centralidade de Campo Grande estrutura uma rede urbana estabelecendo interações com os centros urbanos em questão, no período, condicionando a estruturação da rede urbana ao longo do século XX.

---

18 Cabe pontuar que, em meados do século XX, mais especificamente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, na porção sul de Mato Grosso chegam duas frentes de ocupação. A primeira, ocorrida na década de 1940, tinha o caráter político e territorial de ocupação dos “vazios” e presença em áreas de fronteira, favorecendo a expropriação das comunidades tradicionais; a segunda frente, por sua vez, apesar de também favorecer a vinda de migrantes, tinha caráter, sobretudo econômico, favorecendo a estruturação de grandes propriedades que se sobrepuseram aos minifúndios até então existentes na estrutura da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), consolidando ainda mais a expropriação dos povos indígenas dessa porção do estado.

Nesse sentido, vamos observar na próxima publicação sobre as regiões de influência das cidades de 1987, referente ao estudo da rede urbana em 1978, que os centros urbanos que formam a atual Região Geográfica Imediata de Jardim estruturavam-se em rede da seguinte forma: Guia Lopes da Laguna e Nioaque (centros com centralidade mínima) subordinavam-se a Jardim (pois centros de zona se subordinavam a centros com centralidade mínima), que por sua vez subordinava-se a Aquidauana (centro sub-regional: posição intermediária entre os centros de zona e centros submetropolitanos) e, assim, a Campo Grande (centro submetropolitano: centralidade sobre ampla parcela do território, situado numa posição intermediária entre capitais regionais e metrópoles). Em outro segmento da rede, tínhamos Porto Murtinho (centralidade mínima) que se subordinava a Bonito (centro de zona), subordinado a Aquidauana e, esta a Campo Grande. Num último segmento, verificamos Caracol (centralidade mínima) subordinado a Bela Vista (centro de zona) e esta a Campo Grande. (IBGE, 1987).

Dourados, para o período, continuava a afirmar sua centralidade, conforme nos demonstra Calixto (2019). Figurava, de acordo com a classificação de 1987, como Capital Regional (centro urbano com considerável grau de centralidade, projetando sua influência sobre ampla parcela do território). Para a autora, nesse período, de consolidação do papel que essa porção do estado cumpre na divisão territorial do trabalho<sup>19</sup>, Dourados se torna ponto articulador (distribuindo serviços e bens) da produção

---

19 Calixto (2019, p. 591) comenta sobre as (re)definições socioespaciais nessa porção do estado no período: “Paralelamente à dinâmica de mecanização da agricultura e ao delineamento do modo capitalista de produzir, ocorreu um intenso processo de valorização da terra, principalmente nas áreas de maior potencial técnico produtivo, ou áreas de mais elevada capitalização da agricultura. Logo, as relações a longa distância, a partir da especialização produtiva, impõem uma nova divisão territorial do trabalho e, nesse âmbito, a porção sul de Mato Grosso do Sul surgiu como exportadora de grãos. Essas novas relações, ao mesmo tempo em que demarcam o desmantelamento da política agrícola para o pequeno e médio produtor rural, imprimem no campo – e, por consequência, na cidade – determinações necessárias para que a área assumisse um caráter agroexportador.”

no campo. A Cidade Média estendia sua influência sobre 23 centros urbanos, todos situados na porção centro-sul e sul do estado.

É importante destacar aqui que a definição dessa porção do estado na divisão territorial do trabalho redefine o papel de Dourados, encaixando-a numa dupla escalaridade: vertical (ligada às demandas exteriores de commodities) e horizontal (distribuindo bens e serviços para os centros do entorno). Desenha-se, nesse período, sua condição de cidade média, o que se verifica se a analisarmos sobre a perspectiva teórico-conceitual da heterarquia urbana<sup>20</sup>.

Cabe considerar que as transformações socioespaciais não se dão apenas na região comandada por Dourados, mas alcança outras porções do território sul-mato-grossense. O Estado, por meio de Programas de Desenvolvimento<sup>21</sup>, altera a infraestrutura até então vigente.

Passou-se a aplicar uma política planejada, de incentivos e subsídios do Estado, voltada à modernização dos produtos agrícolas de exportação (soja e pecuária). Resultou em aperfeiçoamento técnico-científico, com avanços na biotecnologia, tanto na produção agrícola, como na pecuária, consolidando-se o desenvolvimento capitalista delineado na fase anterior. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 318).

A agricultura de caráter comercial/exportador alcançou áreas de cerrado até então inviáveis para a agricultura comercial. Correção do solo, aparelhamento da produção (maquinários), infraestrutura energética, implantação de rodovias, estão entre as ações do Estado visando fomentar a estruturação do modo de produção capitalista no campo. Esse processo

---

20 A noção/conceito de heterarquia urbana é discutida por Catelan (2013) na análise da condição de cidades médias paulistas. Para o autor, a heterarquia urbana pressupõe a noção de interesalaridade das cidades médias, articuladas ao mesmo tempo verticalmente (a demandas/fluxos exteriores) e horizontalmente (na distribuição de bens e serviços a seu entorno regional).

21 As (re)definições socioespaciais mais significativas se dão no âmbito do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigorou de 1975 a 1979.

implicou uma série de contradições socioespaciais: essas porções são esvaziadas de trabalhadores e pequenos proprietários que irão residir nas cidades ou em novos projetos de colonização mais ao norte; os pequenos proprietários passam a compor os chamados “boias-frias” (trabalhadores temporários), residindo nas cidades; inverte-se a distribuição populacional — pela primeira vez a população urbana se torna mais numerosa que a população do campo, ou seja, os centros urbanos aumentam de tamanho; o número de cidades aumenta significativamente.

Como consequência desse movimento, altera-se o curso do processo de urbanização, que se verifica de maneira desigual e concentrada. As cidades com maior número de funções e papéis urbanos<sup>22</sup> passam a concentrar esse contingente populacional expropriado do campo. Na escala intraurbana, o processo de produção do espaço, nessas cidades, conhece uma nova etapa: da ação articulada e desigual dos agentes produtores do espaço, ocorre a produção de novos bairros de caráter periférico, tanto orientado por uma lógica de abertura de loteamentos privados, quanto da produção de conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado<sup>23</sup>. As cidades crescem orientadas pela lógica capitalista de produção do espaço, na qual a terra urbana é submetida aos interesses do capital imobiliário, onde o valor de troca da terra sobrepuja o seu valor de uso.

Tornando a nos referir à rede urbana e as articulações entre os centros urbanos do sudoeste e Dourados, é importante ressaltar que, nesse período (décadas de 1970-1980), ainda não verificamos interações espaciais estabelecidas entre os pequenos centros urbanos e a Cidade Média. Faz-se mister considerar que Dourados, no período, já afirmava sua condição de Cidade Média, estendendo sua hinterlândia sobre um entorno

---

22 Destaquemos para o período: Campo Grande, Dourados e Corumbá.

23 Sobre o processo de produção do espaço de Dourados a partir da década de 1970, consulte: “A década de 70: os desdobramentos da política habitacional local e o processo de (re)produção de novas formas espaciais” (CALIXTO, 2004). Em relação à cidade de Campo Grande, com transformações mais significativas na década de 1980, consulte: “Papel de Campo Grande na integração econômica de Mato Grosso do Sul ao Espaço Nacional” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 198-384).

imediatamente. Campo Grande, por sua vez, continuava a consolidar seu papel de centralidade sobre o sudoeste e demais porções do estado, excetuando-se o centro-sul e sul do estado (agora sobre a influência de Dourados).

O próximo período a considerar é o final do século XX, quando as transformações verificadas nas décadas de 1970 e 1980 estavam mais consolidadas. O IBGE, em 1993, faz um novo levantamento da rede urbana, publicando-o em 2000. Nesse estudo vamos verificar que Bela Vista, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Porto Murtinho (centros locais, menor nível de centralidade na rede urbana) subordinavam-se a Jardim (centro de zona, com papéis mais complexos em relação aos centros locais), e todas elas se subordinavam a Campo Grande (Capital Regional é o centro que estendia sua influência sobre uma ampla parcela de território). Bonito (centro local), por sua vez, se subordinava a Aquidauana (centro sub-regional, centro com centralidade superior aos centros de zona) e esta última a Campo Grande. (IBGE, 2000).

Dourados, por sua vez, continuava a projetar sua influência sobre os centros do sul e centro-sul do estado, que formavam, no período considerado (1993), uma hinterlândia de 22 centros urbanos (CALIXTO, 2019). Nessa publicação da REGIC (Regiões de Influência das Cidades), Dourados é rebaixada na escala hierárquica da rede urbana, sendo classificada como centro predominantemente sub-regional. Convém lembrar que na REGIC de 1987 (referente ao final da década de 1970), Dourados figurava como Capital Regional, subordinando 23 centros urbanos. Calixto (2019) ressaltou a possibilidade de haver algum equívoco no tratamento dos dados dessa publicação, assim como Souza (2013) teceu críticas quanto à metodologia e desenvolvimento desse mesmo estudo.

Entretanto, pondera Calixto (2019), na REGIC de 2007, Dourados volta a figurar como Capital Regional, centralizando centros urbanos que no estudo de 1993 ficaram de fora de sua região de influência. Considerando que a dinâmica econômica da região comandada por Dourados só se aprofundou durante as décadas de 1970 e 1980, consolidando seu papel regional, podemos inferir certa tendência à manutenção de sua centralidade, que dificilmente seria interrompida por outras lógicas. Sendo assim, podemos

considerar que, nesse período, Dourados consolidou ainda mais seu papel de cidade média.

Assim, com relação ao período considerado, a autora pondera:

A demanda e o padrão de consumo advindos da agricultura com significativo conteúdo de técnica, ciência e informação implementaram e impulsionaram o surgimento de novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais, imprimindo certo grau de especialização, reforçando e assegurando a centralidade de Dourados no âmbito da rede urbana. (CALIXTO, 2019, p. 593).

Nada obstante afirmar sua condição regional, a centralidade de Dourados, para o período, ainda não alcançava centros urbanos fora do sul e centro-sul do estado. É importante, todavia, conforme nos demonstra Le Bourlegat (2000), ponderar que Campo Grande consolida ainda mais seu papel na rede urbana no período. Comentando sobre as modificações/transformações verificadas durante as últimas décadas do século XX, a autora destaca o papel do governo federal, por meio do POLOCENTRO Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO 1975-1981), visando a favorecer a expansão da fronteira agrícola sobre áreas de cerrado.

A modernização das áreas de cerrados, especialmente do norte do Estado, estabelecendo fluxos com Campo Grande e a transformação em capital político-administrativa, só fizeram ampliar a centralidade de suas funções, de modo que na década de 90, a cidade se tornou o maior centro de serviços do Estado. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 350).

A autora acrescenta ainda que, na década de 1990, Campo Grande concentrava os principais aparatos de serviços de educação e saúde, assim como se consolidou como centro de coleta, beneficiamento e escoação da produção do campo. Esses papéis e funções urbano-regionais fazem com que Campo Grande continue a centralizar as cidades do sudoeste do estado.

Mais recentemente, a rede urbana, nas duas porções consideradas, passa por significativas transformações, que podemos verificar no último estudo das Regiões de Influência das Cidades de 2007 (IBGE, 2008). Um primeiro segmento interurbano a considerarmos é formado por Guia Lopes da Laguna (centro local, com menor nível de centralidade na rede urbana) subordinado a Jardim (centro de zona B, com maiores papéis que os centros locais, média de 16 relacionamentos) e a Campo Grande (Capital Regional A, com centralidade regional que se projeta sobre uma ampla parcela do território, com média de 487 relacionamentos). Bonito e Porto Murtinho (centros locais) subordinavam-se a Campo Grande. Nioaque (centro local), por sua vez, subordinava-se a Aquidauana (centro de zona A, com centralidade superior aos centros locais e centros de zona B, com média de 49 relacionamentos) e, por esse meio, a Campo Grande.

As modificações mais significativas nessa porção da rede urbana se verificam quando nos voltamos para Caracol (centro local) subordinado a Bela Vista (centro de zona B), subordinados a Ponta Porã (centro de zona A) e, esta última, a Dourados (Capital Regional C, com média de 162 relacionamentos).

Como vemos, Dourados retoma sua relevância nos estudos da REGIC, sendo classificada como Capital Regional, com centralidade considerável sobre ampla parcela do território. Com base nessa publicação, podemos reafirmar a condição de Cidade Média de Dourados. Um ponto relevante é que a centralidade de Dourados (mediada por Ponta Porã, centro subordinado) alcança cidades do sudoeste do estado até então integradas à região de influência de Campo Grande. Aumentando o alcance de sua horizontalidade, a cidade confirma sua importância na rede urbana sul-mato-grossense, extrapolando as porções sul e centro-sul. Nesse período, conforme já afirmamos, são 32 centros urbanos que integram a região de influência de Dourados.

Integrando às considerações dos estudos das Regiões de Influência das Cidades, vamos apresentar dados recolhidos durante os anos de 2015 e 2016, sobre as interações espaciais estabelecidas a partir dos centros ur-

banos que formavam a Região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso do Sul<sup>24</sup>.

Faz-se necessário esclarecer, previamente, que as considerações a serem apresentadas não têm o caráter estrito de uma atualização dos estudos das Regiões de Influência das Cidades de 2007, desenvolvidas pelo IBGE — apesar de se apoiarem sobre ela e os estudos precedentes como base de discussão. Por mais que nos esforçássemos, não conseguiríamos ter a abrangência e precisão censitária do IBGE. A forma de abordagem sobre uma parcela de território também diferiu<sup>25</sup>. Os questionários<sup>26</sup> que aplicamos se subdividiam em três partes: questões socioeconômicas (sexo, idade, escolaridade, profissão e renda), questões voltadas para as interações espaciais (local de nascimento, último local em que morou, “locais” para onde se dirige com determinada frequência, motivo do deslocamen-

---

24 Os dados e as considerações apresentados a seguir são desdobramentos da pesquisa de mestrado, que culminou na dissertação intitulada *Cidades pequenas e rede urbana: interações espaciais a partir do sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul*, desenvolvida durante o biênio 2014-2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, sob a orientação da Prof.a Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto. É importante acrescentar que a pesquisa de mestrado teve apoio financeiro, na forma de bolsa, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

25 O IBGE, para definir o nível de centralidade das cidades brasileiras, utilizou diferentes características: para as cidades que detinham papel de gestão do território, buscou informações sobre a organização executiva e judiciária, bem como relativas à gestão empresarial, analisou também seus equipamentos e serviços (serviços bancários, ensino superior, saúde, internet, serviços de telecomunicação, aeroportos), recorrendo a diferentes fontes (Cf. IBGE, 2008). Outra parte do estudo realizado pelo IBGE buscou informações de campo em cidades que não apresentavam características de centro de gestão: questionários a respeito dos transportes coletivos e fluxos para obtenção de bens e serviços em outras cidades (Cf. IBGE, 2008).

26 Foram aplicados, ao todo, cerca de 400 questionários nos oito centros urbanos que compunham a região Sudoeste (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho), com intuito de fazer uma sondagem das interações espaciais produzidas a partir desses centros. Outra parte da pesquisa procurou apreender lógicas interurbanas desses centros a partir de entrevistas a agentes bem-informados (representantes dos poderes públicos) dos centros urbanos em questão.

to, forma de deslocamento) e questões sobre consumo de bens e serviços por parte dos entrevistados (ausência de serviços e funcionalidades urbanas na cidade, ausência de bens, consumo pela internet)<sup>27</sup>.

Com base nesses pontos, faz-se mister adiantar que levamos em consideração um aspecto não funcional para a estruturação da rede urbana, diferentemente do IBGE, diante do número de pessoas que afirmaram se deslocar para visitar familiares: o que nos indica que laços afetivos também contribuem, em outro nível, ressalte-se, para a “amarração dos fios” que formam a rede urbana<sup>28</sup>. Na verdade, esses laços familiares compõem uma rede social, mas se estabelecem sobre uma estrutura urbana, que funciona não só como meio (diferencialmente espacializado), mas também como condição para a reprodução social, onde esses agentes se tornam fluxos (deixam suas cidades para trabalhar, estudar, etc.) ou são “atravessados” por fluxos (informações, mercadorias, dinheiro). Nessa lógica, a título de exemplificação: moradores de centros locais buscam visitar seus parentes em centros maiores e vice-versa, assim como dinheiro/renda é remetida por moradores de centros maiores a seus parentes situados em centros locais<sup>29</sup>.

Retomando a proposta de análise feita anteriormente, observamos que a Cidade Média continua a projetar sua centralidade sobre os centros

---

27 As perguntas do questionário basearam-se num modelo utilizado pelo Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR – UNESP/Presidente Prudente). Entretanto, elas foram adaptadas, uma vez que se voltavam a apreender as relações entre cidades pequenas na região de influência de Presidente Prudente-SP, principalmente para a utilização/consumo dos/nos shopping centers. Nesse sentido, repita-se, fizemos algumas alterações visando buscar dados na realidade espacial do sudoeste de Mato Grosso do Sul.

28 Apesar do emprego da noção de rede urbana como “conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias” (CORRÊA, 2006) nortear nossas observações sobre a referida porção do território, cabe juntar outra definição, atualizada pelo próprio Corrêa (2011), sobre a rede urbana: rede-síntese das demais redes sociais espacializadas.

29 Outras lógicas perpassam nessa rede-síntese das demais redes sociais espacializadas.

urbanos do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Da síntese do total de respostas dos entrevistados nas cidades pesquisadas, elaboramos o quadro:

**Quadro** - Mato Grosso do Sul: principais destinos dos fluxos populacionais urbanos a partir da região Sudoeste<sup>30</sup> (2016).

Cidade de destino	Número de vezes que foi citada
Campo Grande	175
Jardim	68
Dourados	34
Bella Vista Norte (PY)	33
Bela Vista	28
Aquidauana	26
Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY)	24
Bonito	16
Miranda	09
Carmelo Peralta (PY)	08

Fonte: GOMES, 2016.

Observando o quadro, podemos notar como Campo Grande (Capital Regional A) exerce um papel de centralidade preponderante sobre os centros urbanos que compõem o sudoeste do estado. Em segundo lugar, aparece Jardim (Centro de Zona B) com um número significativo de fluxos interurbanos. Dourados, por sua vez, apesar de localizar-se a uma distância expressiva desses centros (Guia Lopes da Laguna é a cidade mais próxima, considerando o desenho da malha rodoviária, dista cerca de duzentos quilômetros de Dourados), aparece logo em terceiro lugar, projetando sua centralidade sobre os referidos centros urbanos.

---

30 Fizemos uma pequena alteração do quadro apresentado na dissertação, mostrando só os dez destinos mais citados. (Cf. GOMES, I. R. P., 2016).

Convém relativizar aqui o papel que a cidade de Jardim exerce regionalmente, numa escala imediata, sobre os centros do sudoeste do estado. Jardim detém funções urbanas diferenciadas com relação ao seu entorno, sobretudo, comerciais (desde supermercados<sup>31</sup> a lojas de departamento e concessionárias de veículos) e oferta de serviços (gestão administrativa, serviços bancários, ensino superior, ensino técnico, saúde, etc.). São funções, pontue-se, de média complexidade, mas que complementam as relações socioespaciais de parte dos agentes que produzem seus modos de vida a partir dessas cidades.

Entretanto, as cidades de Bela Vista e Bonito também assumem papel significativo no sudoeste do estado, conforme visualizamos no quadro 1, com 28 e 16 relacionamentos, respectivamente. Também detém papéis diferenciados<sup>32</sup> com relação ao entorno, sobretudo comercial (com relação à primeira) e turístico (com relação à segunda). Horizontalmente, essas três cidades (Jardim, Bela Vista e Bonito) estabelecem interações espaciais de caráter complementar, nas quais funções e serviços ausentes em uma são encontrados na outra — não ocorre uma subordinação entre elas.

Podemos ainda visualizar Jardim, Bela Vista e Bonito sob outra perspectiva, como nós de amarração entre as duas Capitais Regionais. Por deterem funções de média complexidade, contemplam apenas parte

---

31 Essa função comercial para compras nos supermercados se justifica mais pela demanda do centro urbano de Guia Lopes da Laguna, situado muito próximo de Jardim (cerca de cinco quilômetros).

32 Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, centraliza diversos fluxos do entorno nas demandas para consumo no país vizinho; por outro lado recebe fluxos de paraguaios que se utilizam dos serviços públicos de uso coletivo da cidade. Bonito, por sua vez, pelo seu papel turístico, recebe fluxos verticais, vindos de outros territórios (nacionais ou internacionais), contendo determinadas formas e funções urbanas inerentes a essa especificidade: é a única cidade da região com um aeroporto regional, que recebe voos regulares de Campinas-SP e voos fretados de outras localidades. Na cidade de Bonito, em 2017 foi instalado um atacadista, voltado ao comércio local e regional. Essa funcionalidade denota modificações na rede urbana, que se reflete numa maior complementaridade entre os centros urbanos e que pode se traduzir, no futuro, em novos arranjos interurbanos, com aprofundamento da centralidade de um centro em detrimento de outro.

das demandas sociais e funcionais dos agentes/moradores dessa região geográfica imediata, que acabam por sanar suas necessidades e desejos em centros de maior complexidade funcional: Campo Grande e Dourados.

Ao longo do processo de formação territorial de Mato Grosso do Sul, e sob a égide do processo de urbanização do estado, Campo Grande construiu e consolidou seu papel de Capital Regional. Sob sua influência, a rede urbana sul-mato-grossense adquiriu boa parte dos contornos atuais (sua diferenciação funcional e espacial). Com relação à porção sudoeste do estado, seus centros estruturam-se em rede com Campo Grande, articulados pela sua centralidade.

Entretanto, é importante considerar que a construção e consolidação dos papéis urbano-regionais de Dourados orientam boa parte das lógicas interurbanas do território estadual (e mesmo fora dele) – sobretudo a partir das últimas décadas como apontou Calixto (2017). Seu papel de centralidade, verificado já a partir da década de 1970, foi reforçado nos últimos anos, ampliando as interações espaciais.

Ou seja, para Calixto (2017) no atual contexto, Dourados consolida-se como Capital Regional, intensificando fluxos comerciais e de serviços, potencializando sua condição de centralidade no âmbito da rede urbana.

Com base em informações colhidas junto a representantes dos poderes públicos das cidades pesquisadas, podemos extrair maiores informações sobre como Dourados influencia a porção sudoeste do estado. Quando consideramos a dimensão funcional da saúde e do ensino, na qual as cidades pequenas e cidades locais dispõem de papéis limitados, sobressai-se a influência da cidade média. Nesse sentido, Dourados, por concentrar a sede de duas universidades públicas, assim como, de instituições privadas<sup>33</sup>, centraliza fluxos (diários) de estudantes de Jardim e

---

33 Esse serviço de ensino está distribuído em “[...] cinco instituições de ensino presencial, duas públicas e três privadas: uma universidade federal (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); uma estadual (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS); duas instituições particulares (Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN e Anhanguera – UNIDERP); e a Faculdade Teológica e Seminário Batista Ana Wollerman. Essas instituições, que recebem um número expressivo de alunos da região,

Guia Lopes da Laguna — num movimento pendular. Ponta Porã, situada em sua região de influência, centraliza fluxos de estudantes de Bela Vista e Caracol. Em relação à funcionalidade da saúde, Dourados centraliza fluxos diretos de pacientes de Bela Vista e Caracol, e na região de influência da cidade média, Ponta Porã também centraliza fluxos de pacientes de Bela Vista e de Caracol.

É interessante considerar o papel de amarração/nó na rede urbana que Ponta Porã (centro de zona A) exerce na mediação das interações espaciais entre alguns centros urbanos do sudoeste e Dourados. Pontue-se que certas especialidades médicas (de maior complexidade), assim como determinados cursos (incluindo-se os de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado) restringem-se a Dourados, o que reafirma seu papel na rede urbana.

Dourados, conforme observamos ao longo das últimas décadas, só fez aumentar seu papel urbano-regional, encaixando-se ao mesmo tempo verticalmente aos mercados consumidores das commodities produzidas em sua hinterlândia, e horizontalmente distribuindo bens e serviços para seu entorno regional. Essa consolidação de seu papel de cidade média nos faz refletir sobre a importância da análise da rede urbana sul-mato-grosense, e no caráter das relações (interações espaciais) que a estrutura e redefine ao longo do tempo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – O CARÁTER DESIGUAL DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS**

Como vimos, Dourados tende a concentrar cada vez maior número de fixos (lidos aqui como formas e funções urbanas), como instituições de ensino superior, comércios, hospitais especializados, entre outros, contrastando ao limitado número de fixos existentes nas cidades pequenas e cidades locais em análise. A drenagem dos fluxos (pessoas, renda, serviços)

---

oferecem cursos em todas as áreas de conhecimento” (CALIXTO, 2011, p. 4-5).

se verifica nos papéis diferenciados que a cidade média assume, sobre sua área de influência, construída a partir de meados do século XX.

Por concentrar esses fluxos, mais dinâmica se tornam as lógicas que regem a produção do espaço dessa cidade, carregando, por sua vez, maior número de contradições decorrentes desse processo. É por isso que na cidade média verificamos com mais facilidade as contradições/facetas/proble-máticas do processo de urbanização, que tende a se apresentar diferenciadamente no espaço, ao mesmo tempo, contribuindo para a sua distinção.

Esse caráter desigual das interações espaciais se traduz na lógica da estruturação da rede urbana: cidades diferenciadas funcionalmente, mas articuladas socioespacialmente. As cidades médias, no limiar entre as cidades pequenas e as cidades grandes, são produtos dessa lógica desigual das interações espaciais, como vemos na definição:

[...] são aquelas cidades que, na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. (SPOSITO, 2009, p. 19).

Calixto (2017), em relação a Dourados, afirma que seu papel de cidade média só se justifica pelos fluxos provenientes dos centros urbanos que compõem sua hinterlândia. Nesse sentido, ainda na concepção da autora, há uma relação de complementariedade interurbana, onde Dourados não deteria essa relevância regional caso os demais centros não entendessem suas relações interurbanas à cidade média.

Cabe lembrarmos que as interações espaciais de Dourados não se limitam aos centros urbanos de seu entorno (seja ele próximo, ou mesmo distante), num sentido horizontal e contíguo, mas se estabelecem com outras escalas socioespaciais que atravessam verticalmente suas relações horizontais. Queremos dizer que o papel de cidade média se justifica também por Dourados concentrar um conteúdo “técnico-científico-infor-

macional” voltado para a produção capitalista no campo<sup>34</sup>, que define o papel que a mesma assume na divisão territorial do trabalho. Dourados se constitui como polo de uma região voltada para a produção de commodities para outros países. Repitamos aqui a ideia de heterarquia urbana, defendida por Catelan (2013), na qual as cidades médias assumem essa “dupla escalaridade”: horizontal e vertical.

Assim, ao mesmo tempo em que comandam uma região, em sentido produtivo, voltada ao mercado externo, determinando as estruturas espaciais econômicas do entorno (são nós de articulação verticais: global-local-regional<sup>35</sup>), as cidades médias são, conforme as considerações anteriores, centros urbanos “muito próximos” socioespacialmente na extensão de serviços e funções urbanas ausentes de seu entorno (são nós de articulação horizontais: local-regional). Relembremos novamente Calixto (2019) que traça um quadro interessante sobre a construção da centralidade de Dourados, na qual podemos observar como se desenha o papel da cidade média nessa interesalaridade: determinando/condicionando o papel econômico do entorno e concentrando/distribuindo funções e serviços para o entorno.

Na construção de seu papel de centralidade, conforme vimos, Dourados estendeu seus papéis urbano-regionais sobre os centros do sudoeste do estado — porção do território sul-mato-grossense até então integrada/articulada a Campo Grande. Cabe ponderar que essas redefinições na rede urbana não se caracterizam como um rompimento/desligamento das interações desses centros com Campo Grande. Aliás, a Capital Regional ainda mantém seu papel hegemônico/hierárquico sobre os centros do sudoeste, conforme vimos anteriormente, mas a consolidação do papel da

---

34 Como nos lembra Santos e Silveira (2003, p. 281), “[...] as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional”.

35 Esse “jogo escalar” evocado para a discussão da cidade média foi empregado no seguinte sentido: a) global: escala socioespacial que extrapola os limites do território nacional; b) local: remete à noção da cidade em si, intraurbana; c) regional: escala socioespacial do entorno do local, produzida por essa relação dialética centro versus entorno.

cidade média, projetando sua centralidade sobre essa porção do estado, soma/complexifica as interações espaciais que estruturam a rede urbana.

Cabe considerar que Campo Grande também pode ser analisada sob a mesma perspectiva socioespacial: como um centro urbano que construiu seus papéis urbano-regionais em detrimento do seu entorno, ou seja, cresceu e se consolidou na rede urbana. Todavia, as interações espaciais produzidas com Campo Grande, ou a partir dela, se dão com todo o território sul-mato-grossense, contribuindo para a formação territorial do estado, conforme ponderou Le Bourlegat (2000). Sua projeção regional começa a se verificar no começo do século XX, sobrepondo-se a Corumbá<sup>36</sup> e precedendo a Dourados.

Por fim, cabe reforçar que essas relações revelam ainda mais a diferenciação espacial interurbana produzida sob o prisma das interações espaciais:

No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares. (CORRÊA, 2012, p. 280).

As interações espaciais não são apenas fluxos de pessoas, mercadorias, serviços, capitais e informações deslocando-se espacialmente, mas também produzem o espaço. Inerentes à produção do espaço, as interações espaciais estruturam uma rede de cidades com diferentes tamanhos/

---

36 Corumbá foi um dos primeiros núcleos urbanos (forte militar) constituídos na antiga capitania de Mato Grosso, ainda num contexto de expansão e domínio territorial de Portugal (século XVIII). Posteriormente, já no século XIX, adquire importante papel comercial na distribuição de mercadorias aos povoados e fazendas constituídos ao longo dos afluentes do Rio Paraguai — primeiros caminhos utilizados para a ocupação e formação do território Sul de Mato Grosso —, intermediando também as trocas comerciais entre Cuiabá e os outros mercados (nacional e internacional). Corumbá vai perdendo aos poucos seu “protagonismo regional”, ao longo do século XX, com a ascensão de Campo Grande, favorecida pelas redes ferroviária e rodoviária, que a interligam a Cuiabá e ao sudeste do país. (Cf. GOMES; CALIXTO, 2015).

formas, papéis/funções e processos que se articulam, desarticulam e/ou rearticulam ao longo do tempo.

Nesse sentido, quando nos voltamos para o sudoeste de Mato Grosso do Sul, verificamos que os centros urbanos constituintes da Região Geográfica Imediata de Jardim se caracterizam pela baixa, em alguns centros pela média<sup>37</sup>, complexidade funcional (bens e serviços). Inserem-se assim na rede urbana, estendendo suas relações socioespaciais para os centros de maior complexidade funcional do estado (Campo Grande e Dourados) – centros que, ao longo do processo de formação territorial do estado, acumularam funções urbanas e regionais, articulando em sua hinterlândia diversos centros urbanos, estruturando, assim, a rede urbana, ao mesmo tempo, com papel relevante na formação do território sul-mato-grossense. Nessa relação dialética de inserção e produção regional, Campo Grande e Dourados determinaram e condicionaram a forma e função dos centros que “orbitam” em suas hinterlândias.

Souza (2011) esclarece que a complexidade funcional dos centros urbanos e seu papel na rede urbana dependem, em grande medida, da renda média da população residente e de sua distribuição. Nesse sentido é que nos aproximamos do entendimento do tamanho e papel que caracterizam os centros do sudoeste do estado<sup>38</sup>: cidades pequenas, com funções econômicas voltadas para a produção agropecuária em suas hinterlândias (são centros de apoio básico ao que se produz no campo); com economia industrial limitada; com uma diversificação maior de atividades no terciário (setor de circulação de renda); e com elevada concentração de renda e terra.

Na assimetria que caracteriza as interações espaciais consideradas neste capítulo, a renda é drenada para os centros de maior complexidade funcional, materializando-se/imobilizando-se, em parte — pois esses centros estão situados sob a influência da grande metrópole nacional (São Paulo) —, no espaço urbano de Dourados e Campo Grande. Permanecem,

---

37 Referimo-nos aqui às cidades de Jardim, Bela Vista e Bonito.

38 Não só do sudoeste, mas de outras porções do estado.

assim, os pequenos centros que integram a Região Imediata de Jardim, articulados/integrados numa “dupla condição” de complementaridade e “subordinação”<sup>39</sup> aos centros de maior complexidade funcional.

---

39 Em relação a Dourados e sua região de influência, Calixto (2019, p. 584), pondera: “De modo contraditório, a aparente cooperação entre os centros urbanos é reveladora de maior diversidade entre eles, sugerindo uma relação dialética entre complementaridade e diversidade. Por estarem funcionalmente articulados, os centros urbanos distinguem-se, cada vez mais, uns dos outros.”

## REFERÊNCIAS

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/159878/158256>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. A centralidade regional de uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1. ed. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 57-100.

\_\_\_\_\_. Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, p. 1-13, 2011.

\_\_\_\_\_. A década de 70: os desdobramentos da política habitacional local e o processo de (re)produção de novas formas espaciais. In: \_\_\_\_\_. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. p. 125-157.

CALIXTO, M. J. M. S.; GOMES, I. R. P. Uma leitura das relações socioespaciais a partir da Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. In: SILVA, W. G. da; SILVA, P. F. J. da. **Mato Grosso do Sul: as múltiplas escalas do desenvolvimento**. Campo Grande: Life Editora, 2017. p. 97-116.

CATELAN, M. J. As interações espaciais interescolares como perspectiva analítica: da estruturação às articulações – a hierarquia e a heterarquia na rede urbana. In: \_\_\_\_\_. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 37-82.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 279-318.

\_\_\_\_\_. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

GOMES, I. R. P. **Cidades pequenas e rede urbana**: interações espaciais a partir do sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. 2016. 213 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

\_\_\_\_\_.; CALIXTO, M. J. M. S. Notas sobre o quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Seção Três Lagoas, ano 12, n. 22, p. 156-177, nov. 2015.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**/ IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. 430f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento. Campo Grande, 2015. Disponível em: < [http://www.sema-gro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/06/estudo\\_dimensao\\_territorial\\_2015.pdf](http://www.sema-gro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf) >. Acesso em: 10 jul. 2015.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA-UFPA, 2009.



## CAPÍTULO 02

### A QUESTÃO FRONTEIRIÇA NOS PLANOS DIRETORES: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE CIDADES SUL-MATO-GROSSENSSES

*Orlando Moreira Junior<sup>40</sup>*

*Valdemir Pomerening de Mello Júnior<sup>41</sup>*

O tema da fronteira é interdisciplinar. É de interesse de diferentes áreas do conhecimento, possuindo uma diversidade de acepções: geográfica, histórica, política, jurídica, administrativa, antropológica, urbanística, entre outras. Por conta de sua importância e significado, é um tema de interesse tanto do ponto de vista científico quanto de Estado.

Historicamente, a fronteira foi vista como um conceito que se aproximava da ideia de limite; de marco geográfico que separa duas ou mais nações. Essa visão paradigmática vem sendo superada por um novo paradigma que visa ir além da visão de diferenciação, de barreira e de separação para propor uma leitura a partir da interação e cooperação propiciada pelo contexto no qual está inserida.

---

40 Professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande.

41 Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande.

As fronteiras foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos. (OLIVEIRA, 2015, p. 235).

Trata-se, portanto, de uma área de contatos e intercâmbios constantes. Eles ocorrem nas mais diversas esferas e se manifestam de diferentes formas: pela ligação histórica; pela mobilidade populacional; pelas interações sociais; pelos fluxos econômicos, etc. De tal modo, uma região fronteira não pode ser entendida somente como uma agenda negativa. Ela possui potencialidades de integração, sendo necessário compreendê-la para interpretar os elos econômicos, sociais e políticos, bem como o papel do Estado no processo de estruturação de uma região inserida nesse cenário, principalmente a partir dos planos e dos projetos.

Diante disso, o presente capítulo focaliza a questão fronteira nos planos diretores, especialmente nas cidades gêmeas, as quais possuem contiguidade territorial urbana. Para tanto, além desta introdução, o texto está estruturado em sete partes complementares. A primeira traz a discussão do tema da fronteira e do processo de urbanização, entendendo-a como meio de ocupar este espaço. Em seguida, é feita uma breve descrição da fronteira no estado de Mato Grosso do Sul, destacando a complexidade que envolve esse cenário urbano e regional. A terceira parte aponta os desafios do planejamento urbano na fronteira. A quarta esboça um levantamento e análise dos instrumentos de Política Urbana em cidades localizadas na fronteira do estado, tendo como recorte para análise as cidades gêmeas e aquelas localizadas na sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. Na sequência é realizada uma análise de como a questão fronteira aparece (ou não) nos planos diretores municipais. Na sexta parte é realizada uma breve reflexão sobre gestão democrática e fronteira. Por fim, as reflexões finais trazem algumas observações gerais sobre a temática, de modo geral, e o caso de Mato Grosso do Sul, em particular.

## FRONTEIRA E URBANIZAÇÃO

A fronteira carrega consigo um significado político e ideológico. Se, de um lado, ela é expressão da afirmação e reconhecimento do poder político, pela defesa da soberania nacional; de outro, propicia a aproximação transfronteiriça entre povos. Neste contexto de interações diversas e mediante as implicações territoriais, o Estado passa a adotar novas medidas para controlar as ações realizadas nessas regiões.

A presença do Exército Brasileiro é um fato marcante. A instalação e manutenção de organizações militares na Faixa de Fronteira representa uma relação geoestratégica e de controle, visando à sustentação da soberania nacional. A função constitucional do Exército nacional é, dentre outros, “atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo” (FERREIRA NETO, 2009). Dentre as medidas institucionais, estão as atribuições ligadas também às operações antidrogas e de repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, como destacou Machado (2008). Acaba, ainda, executando atividades voltadas para a sociedade, tanto na construção de rodovias e ferrovias, quanto no atendimento na área da saúde e na oferta de serviços básicos, atribuindo-lhe, assim, um caráter social.

O controle e a ocupação da Faixa de Fronteira no país tem sido há muito tempo pauta de governo. Segundo a Constituição em vigor, a faixa de fronteira corresponde até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, e “é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (BRASIL, 1988).

A extensão da fronteira terrestre brasileira, com 15.719 quilômetros, abrange 588 municípios de onze unidades da federação, envolvendo a Amazônia, a região central e o território do Mercosul. Ademais, corresponde a cerca de 27% do território nacional e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. Por conta dessa dimensão, o Ministério da Integração Nacional criou o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (BRASIL, 2009). O objetivo

do programa é promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países.

Becker (1985) já considerava a fronteira como outra face da urbanização, cuja integração é, em si, a integração do espaço urbanizado. Para a autora, a estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano, que é a base logística para o projeto de sua ocupação, especialmente os elaborados pelas políticas territoriais do Estado.

Além do número de cidades que compõem a Faixa de Fronteira, tem destaque, ainda, o número de cidades-gêmeas distribuídas pela fronteira nacional: Rio Grande do Sul (12); Mato Grosso do Sul (7); Acre (4); Paraná (4); Roraima (2); Amapá (1); Rondônia (1); e Amazonas (1). Todavia, apesar de possuir centros urbanos de grande relevância, a maior parte do espaço territorial não é integrada.

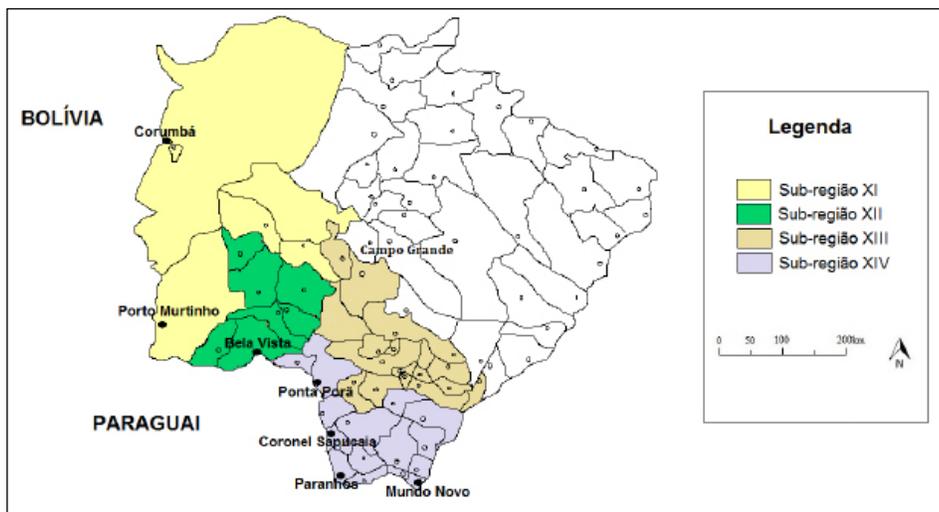
Dois elementos possuem propriedade quando se trata da urbanização fronteiriça. O primeiro são os impactos gerados, sobretudo, pelas rodovias de penetração que promovem aumento da circulação de bens, capital, serviços e pessoas, que vão compor a reestruturação de uma rede urbana regional. O segundo abrange a estrutura interna dos núcleos urbanos expressa na diversidade de combinações, as quais possuem importância não somente econômica e social, mas também político-ideológica decorrente do cenário no qual está inserida.

## **A QUESTÃO FRONTEIRIÇA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Becker (1985) já assinalava a necessidade de compreender a fronteira, a importância do Estado no processo de ocupação da mesma, destacando a importância da urbanização na ordenação territorial da fronteira. A autora fez uma análise geral, mas que também contribui para pensar a relação fronteira-urbanização no estado de Mato Grosso do Sul, que possui áreas com baixa densidade demográfica e cujo processo de urbanização é caracterizado por um número expressivo de cidades pequenas.

O PDFF apresenta uma regionalização na qual divide a faixa de fronteira do país em três grandes arcos (Norte, Central e Sul), subdivididos em dezessete sub-regiões. Mato Grosso do Sul situa-se no arco central, abrangendo as sub-regiões XI, XII, XIII e XIV<sup>42</sup>, como destaca a figura 1.

**Figura 1** - Municípios sul-mato-grossenses da Faixa de Fronteira (2009).



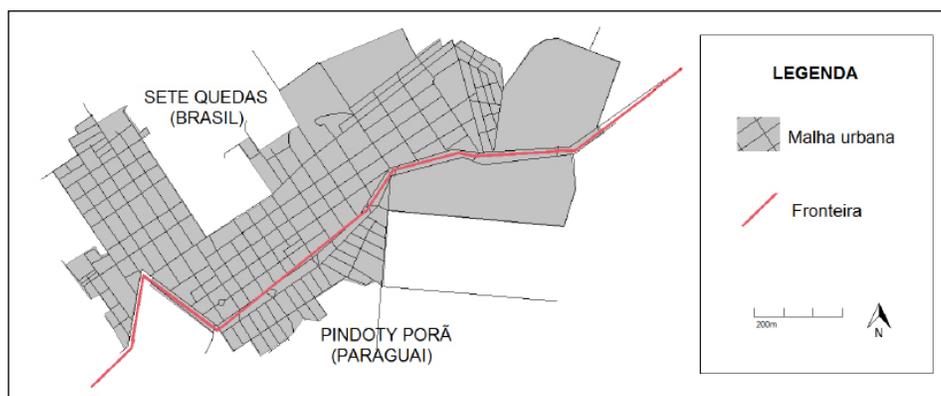
Fonte: Dados obtidos de BRASIL, 2009. Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Além das sub-regiões da Faixa de Fronteira, a figura traz ainda a localização das sete cidades gêmeas reconhecidas no território estadual: Corumbá (BR) – Puerto Suárez (BO); Porto Murtinho (BR) – Capitán Carmelo Peralta (PY); Bela Vista (BR) – Bella Vista Norte (PY); Ponta Porã (BR) – Pedro Juan Caballero (PY); Coronel Sapucaia (BR) – Capitán Bado

42 Sub-região XI (Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho); sub-região XII (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque); sub-região XIII (Caarapó, Deodópolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Rio Brillhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina); sub-região XIV (Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta-Porã, Sete Quedas e Tacuru).

(PY); Paranhos (BR) – Ypejhú (PY); Mundo Novo (BR) – Salto del Guairá (PY). Poder-se-ia citar, ainda, as cidades sul-mato-grossenses que fazem fronteiras com distritos ou povoados paraguaios, como por exemplo, Sete Quedas, que faz fronteira com o município de Corpus Christi, no Departamento de Canindeyú. Embora a sede municipal esteja localizada há trinta quilômetros da fronteira seca, Sete Quedas apresenta processo de conurbação na fronteira com o distrito de Pindoty Porã (figura 2).

**Figura 2** - Processo de conurbação entre Sete Quedas (BR) e o distrito de Pindoty Porã (PY).



Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Importante ressaltar que conurbação foi um termo pensado por Patrick Geddes, no início do século XX, ao explicar o processo em que diferentes núcleos urbanos se fundem formando uma aglomeração, embora cada um deles mantivesse seu próprio centro e sua própria estruturação. Em geral, possui relação direta com a metropolização. Para Villaça (2001), a conurbação deve ser compreendida não somente pelo aspecto morfológico, mas também a partir da coesão espacial que se constitui.

No caso das cidades gêmeas, no entanto, o termo é comumente utilizado para ressaltar a continuidade territorial e as interações socioespaciais existentes, mas sem considerar elementos fundamentais pensados por Geddes: a junção de cidades em expansão, que se aglutina em função

da abundância de uma matéria-prima ou processos de industrialização, estruturadas, geralmente, por eixos (rodoviários, ferroviários ou fluviais). No caso das conurbações fronteiriças, a continuidade territorial não garante qualquer plano em conjunto, tampouco coesão espacial no interior da aglomeração.

A fronteira é uma questão importante no estado de Mato Grosso do Sul. Faz parte da realidade de muitos municípios e, por conseguinte, da vida de muitas pessoas. A fronteira deve ser analisada como um local único, pois as áreas fronteiriças possuem uma dinâmica diferenciada, tanto econômica quanto culturalmente.

Pensar a fronteira como forma diferenciada de organização territorial daquela da lógica capitalista também é necessário, pois a fronteira constitui um recorte analítico e espacial de diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Enquanto categoria de análise espacial, ela envolve a problemática da volatilidade do capital e das relações de produção pelo território. Além disso, a fronteira é palco para conflitos transculturais e identitários. (SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 104).

No âmbito da urbanização de fronteira as cidades gêmeas merecem destaque. A questão da continuidade espacial (mesmo quando promovida por meio de pontes) propicia a dependência de uma cidade em relação à outra do país vizinho. Assim, a urbanização adquire aspectos relacionados às interações entre países nos quais se observam dinâmica econômica, aspectos culturais e jurisdição diferenciados. De ambos os lados, a preocupação com a manutenção da soberania nacional e o poder do Estado no controle e organização do território se fazem presentes, como, por exemplo, na existência de diversas organizações militares e do controle aduaneiro.

Portanto, juntamente com o Paraguai e a Bolívia, há uma vivência dupla em cidades brasileiras, uma vez que a população residente vivencia uma série de trocas materiais ou simbólicas.

São costumes, identidades, cotidianos próprios da fronteira e realidades que não veem a fronteira como uma linha rígida, intransponível, mas, sim, como uma região onde o lado de lá e o lado de cá se mesclam, se interpõem e convivem em uma só realidade. Não obstante, existe um quadro de diferenças sociais, políticas, infra-estruturais e culturais, entre outras, que forma uma realidade complexa. Vários fatores corroboram o panorama apresentado, como o fluxo contínuo de pessoas, de informações, de mercadorias, de ideias etc., para que a fronteira represente, principalmente para quem nela vive, uma realidade única [...]. (SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 110).

Assim, a urbanização nessas áreas, devido às relações entre países, torna a fronteira um território único. Trata-se de um espaço estratégico (geoeconômico e geopolítico) para o Estado, abrangendo diversas infraestruturas de integração física entre dois países. Cria-se uma conjuntura que desenvolve a ideia de um regionalismo aberto, no sentido de promover a redução de barreiras e regulações existentes. Em contrapartida, como salientou Machado (1998), as populações residentes na fronteira geralmente não veem seus interesses atendidos pelo Estado. Isso se deve, de um lado, ao fato das populações fronteiriças estarem longe dos grandes centros de tomada de decisão e, de outro, por tais decisões serem tomadas e atribuídas às instituições de poder que as executam de forma verticalizada.

## **OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO NA FRONTEIRA**

A questão fronteiriça merece destaque nos estudos geográficos. As cidades de fronteira são um tema bastante abordado pela Geografia, possuindo uma bibliografia focada geralmente nas questões culturais e econômicas que envolvem a dinâmica urbana.

Em se tratando especificamente da produção e da organização do espaço urbano, é importante compreender o significado que o arcabouço normativo assume na composição dos planos e dos projetos urbanísticos. Assim, o objetivo deste capítulo é identificar a abrangência que instru-

mentos legais adquirem enquanto marco que regula e orienta os agentes públicos e privados, bem como a sociedade civil, na produção da cidade. Afinal, há nos planos uma preocupação direta com o fato de estarem inseridas numa região de fronteira?

Para responder a esse questionamento, deve-se ter ciência de que o poder público interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, regional e municipal) e de diferentes formas. Uma das principais formas de atuação é por meio da elaboração de legislações e normatizações que regulam o uso do solo e a organização dos espaços internos das cidades.

Na esfera federal pode-se citar a Constituição de 1988, que dedica um capítulo à Política Urbana, bem como esse desdobramento, o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01) que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade estabeleceu diretrizes gerais da política urbana fixando os princípios, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos de gestão urbana, quanto ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, atribuindo ao município sua implementação de acordo com características e necessidade próprias de cada cidade.

A questão normativa-regulatória merece atenção especial pelo fato de ser um importante meio que objetiva diminuir as desigualdades e as problemáticas socioespaciais, bem como possibilita a introdução de instrumentos urbanísticos para regular processos de desenvolvimento e de realização de planos e de projetos na produção da cidade, na qual prioriza-se o “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer” (BRASIL, 2001).

Assim, sob a jurisdição do Estatuto da Cidade, tornou-se obrigatória a elaboração do plano diretor para municípios com população superior a vinte mil habitantes e para integrantes de regiões metropolitanas. No Paraguai existe a exigência da Lei Orgânica e do Plano Regulador (semelhante ao plano diretor), embora o cumprimento do segundo não atinja a totalidade dos municípios. Assim, o planejamento e a gestão nesse cenário são ainda mais complexos devido à imposição dos limites político-administrativos. Isto significa que, além do nível local, dependem de acordos que envolvem as esferas nacionais dos dois países.

É importante também observar a abrangência e o alcance do aparato legal que orienta a produção e organização do espaço urbano em cidades da fronteira do país. Além das especificidades econômicas, populacionais e culturais advindas do contato com o país vizinho, há de se considerar, ainda, o aspecto de que, em geral, se trata de regiões com baixa densidade demográfica e pelo predomínio de cidades pequenas.

## **OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA EM CIDADES LOCALIZADAS NA FRONTEIRA**

A urbanização do território não ocorreu de forma homogênea. Diante disso, surgem diversos desafios relacionados às políticas urbanas, à gestão das cidades e à organização do território. A política urbana recente no Brasil traz, dentre outros, dois pontos que merecem ser explicados aqui: 1) os instrumentos de política urbana em si, os quais representaram um avanço às gestões públicas municipais; 2) a valorização da esfera local na gestão, uma vez que o município adquire papel fundamental no processo de planejamento urbano na ação pública.

Partindo do pressuposto de que as cidades de fronteira possuem papel importante na interação e na integração entre países, principalmente em termos de infraestrutura, é preciso analisar se há reconhecimento de um aparato legal que conduza os gestores públicos municipais.

No caso de Mato Grosso do Sul, as cidades de fronteira possuem papel fundamental na integração com outros países da América do Sul. Devido à sua localização estratégica, o estado possui eixos fundamentais para a concretização da integração proposta pela Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Além de ser a porta de entrada do gasoduto Bolívia-Brasil, propicia também o funcionamento de rotas bioceânicas, as quais visam ligar os portos do Atlântico aos do Pacífico. Essa integração regional lança novos olhares sobre as fronteiras do estado.

No que tange à Política Urbana, vale identificar como estes municípios vêm incorporando (ou não) os instrumentos na legislação urbanística. Desse modo, para elaborar tal abordagem, optou-se por analisar o

quadro geral tanto nas cidades gêmeas quanto naquelas localizadas em uma faixa de fronteira. No quadro 1 está o registro da população e da taxa de urbanização das cidades gêmeas do estado e nos municípios que formam a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira, formada por: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes de Laguna, Jardim e Nioaque.

Os dados populacionais são relevantes para compreender tanto sobre a urbanização no estado quanto sobre as características específicas da fronteira sul-mato-grossense. A urbanização apresenta elevado grau de concentração na capital Campo Grande. Dourados, Corumbá e Três Lagoas são as cidades intermediárias. Há predomínio de cidades pequenas: 53 municípios sul-mato-grossenses possuem população inferior a vinte mil habitantes (se considerar a população até cinquenta mil, chega-se a 73, ou seja, 94% dos municípios do estado). Esses dados não têm importância somente pelos números em si, mas, principalmente, pelo que representam político-administrativamente e na dinâmica territorial do estado.

**Quadro 1** - População total e taxa de urbanização dos municípios (2010).

Cidade	População total	Urbanização (%)
Corumbá	103.703	90,12
Ponta Porã	77.872	79,70
Mundo Novo	17.043	89,60
Porto Murtinho	15.372	65,44
Coronel Sapucaia	14.064	72,58
Paranhos	12.350	50,71
Bela Vista*	23.181	81,65
Jardim	24.346	93,41
Bonito	19.587	82,50
Nioaque	14.391	49,04
Guia Lopes da Laguna	10.366	84,75
Bodoquena	7.985	72,35
Caracol	5.398	59,99

*Continua*

### Quadro 1 - População total e taxa de urbanização dos municípios (2010).

*Continuação*

Cidade	População total	Urbanização (%)
Mato Grosso do Sul	2.449.024	85,64
Brasil	190.755.799	84,37

Fonte: Dados obtidos de IBGE, 2010. Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Nota:

\* Cidade gêmea que também compõe a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira.

O quadro 1 evidencia o que afirmamos anteriormente.. A maioria dos municípios analisados apresenta população menor que vinte mil habitantes, o que permite a comparação de casos. Acrescenta-se a particularidade de alguns municípios terem significativa população rural (Nioaque, Paranhos, Caracol, Bodoquena e Coronel Sapucaia), dado importante para ser considerado na reflexão acerca do referencial empírico. A atividade turística também merece destaque na leitura dos dados que serão apresentados.

O quadro 2 apresenta os principais instrumentos de Política Urbana, destacando aqueles que foram incorporados a partir do plano diretor e aqueles que possuem legislação específica. Importante frisar que, além dos municípios estudados, foram incluídos os principais municípios do estado: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Isso é relevante para poder realizar um comparativo para maior compreensão.

**Quadro 2 - Os instrumentos de política urbana nos municípios estudados no estado de Mato Grosso do Sul (2015).**

	Plano Diretor	Ano de Criação	Contempla os instrumentos de planejamento municipal e urbano														
			Lei sobre zona e/ou área especial de interesse social	Lei do perímetro urbano	Legislação sobre Parcelamento do Solo	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Lei de Solo Criado ou Outorga Onerosa do Direito de Construir	Legislação sobre operação urbana consorciada	Estudo de Impacto de Vizinhança	Código de obras	Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	Legislação sobre tombamento	Legislação sobre unidades de conservação	Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	Legislação sobre uso capião especial de imóvel urbano	Legislação sobre regularização fundiária	Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental
Corumbá	Sim	2006	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Coronel Sapucaia	Não*	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mundo Novo	Não*	-	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ponta Porã	Sim	2006	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Paranhos	Sim	2014	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Porto Murtinho	Não*	-	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Bela Vista	Sim	2006	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

*Continua*

**Quadro 2 - Os instrumentos de política urbana nos municípios estudados no estado de Mato Grosso do Sul (2015).**

Continuação

	Plano Diretor	Ano de Criação	Contempla os instrumentos de planejamento municipal e urbano														
			Lei sobre zona e/ou área especial de interesse social	Lei do perímetro urbano	Legislação sobre Parcelamento do Solo	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Lei de Solo Criado ou Outorga Onerosa do Direito de Construir	Legislação sobre operação urbana consorciada	Estudo de Impacto de Vizinhança	Código de obras	Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	Legislação sobre tombamento	Legislação sobre unidades de conservação	Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	Legislação sobre uso capião especial de imóvel urbano	Legislação sobre regularização fundiária	Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental
Bodoquena	Sim	1992	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Bonito	Sim	2007	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Caracol	Não	-	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
G. L. da Laguna	Sim	2015	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Jardim	Sim	2013	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Nioaque	Não	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Campo Grande	Sim	2006	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim

Continua

**Quadro 2** - Os instrumentos de política urbana nos municípios estudados no estado de Mato Grosso do Sul (2015).

Continuação

	Plano Diretor	Ano de Criação	Contempla os instrumentos de planejamento municipal e urbano														
			Lei sobre zona e/ou área especial de interesse social	Lei do perímetro urbano	Legislação sobre Parcelamento do Solo	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Lei de Solo Criado ou Outorga Onerosa do Direito de Construir	Legislação sobre operação urbana consorciada	Estudo de Impacto de Vizinhança	Código de obras	Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	Legislação sobre tombamento	Legislação sobre unidades de conservação	Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	Legislação sobre uso capião especial de imóvel urbano	Legislação sobre regularização fundiária	Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental
Dourados	Sim	2003	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Três Lagoas	Sim	2006	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Legenda:</b>	Não		Com legislação específica						Como parte integrante do plano diretor								

Fonte: Dados obtidos do Perfil dos Municípios Brasileiros – IBGE, 2015. Organizado por: Valdemir Pomerening de Mello Júnior.

Nota:

\* Estão elaborando seus planos diretores conforme dados do IBGE.

A Lei do Perímetro Urbano, a Lei do Parcelamento, o Código de Obras e a Lei do Zoneamento representaram, até a década de 1990, as principais legislações urbanísticas que orientavam a produção e a organização do espaço urbano. A Lei do Perímetro Urbano é basilar por es-

tabelecer o limite urbano do município e, também, sua expansão. Sob o aspecto jurídico, Spósito (2004, p. 74) descreve como se dá processo de transformação do espaço rural em urbano:

Para transformar uma gleba rural em área urbana, realiza-se o parcelamento da terra, o que inclui todos os procedimentos necessários a essa ação. Em primeiro lugar, o atendimento à legislação federal e estadual, mas, sobretudo, à municipal, por meio de suas leis de perímetro urbano e de parcelamento do solo, geralmente, integrantes dos planos diretores de desenvolvimento urbano. São essas leis que instituem que glebas podem ser loteadas (geralmente as que compõem a área de expansão urbana, ou seja, aquelas que estão entre a área efetivamente loteada e a linha do perímetro urbano definida por lei) e como elas podem ser loteadas (largura das vias e calçadas, tamanho mínimo dos lotes etc.).

Portanto, a Lei do Parcelamento é fundamental, estando presente nos municípios e sendo orientada pela Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Realizadas as determinações jurídicas, o passo seguinte é lotear. A terra, no espaço urbano, é vendida em seus “pedaços”; não apenas o lote é vendido, mas um conjunto de benfeitorias (infraestruturas, serviços e equipamentos) que são de uso social. A construção, no lote, é orientada pelos princípios estabelecidos nos detalhados códigos de edificações. É a Lei de Uso e Ocupação do Solo, também conhecida como Zoneamento, que determina as funções de cada parte da cidade, setorizando-os.

Essas quatro leis, portanto, são fundamentais para regular a produção e a organização do espaço urbano, o que explica o fato de muitos municípios no país possuírem legislações específicas para elas.

O Estatuto das Cidades trouxe avanços. Basta notar que a maioria, dentre os municípios estudados, instituiu seu plano diretor na primeira década dos anos 2000. Com ele, uma série de instrumentos de política urbana foi agregada à gestão e ao planejamento municipal. Os municípios que não possuem plano diretor são, justamente, aqueles que apresentam número menor de instrumentos. Isso destaca a importância que o plano diretor pos-

sui para diversas prefeituras municipais, tendo em vista que ele apresenta aos gestores e à população uma série de novos instrumentos.

Pensando especificamente sobre a região fronteira, cidades gêmeas pequenas que não possuem plano diretor podem representar certas limitações quando se trata de integrações internacionais. No estado, as rodovias possuem papel estruturador também no espaço intraurbano das cidades, o que contribui para definição da organização espacial do solo. Assim, cidades de fronteira estão situadas em corredores rodoviários que interligam com outro país e integram territorialmente cidades. O planejamento para essas áreas é fundamental para refletir os desdobramentos positivos e negativos que derivam desse processo.

Outro ponto de destaque refere-se a uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado: o turismo. Tanto o ecoturismo quanto o turismo de compras são atividades presentes na faixa de fronteira. Tratando-se especificamente do primeiro tipo, vale destacar que uma das características do novo paradigma do planejamento incorpora a dimensão ambiental como um componente básico da elaboração do plano.

Os princípios contidos na Agenda 21 já traziam tais preocupações, entretanto, o Estatuto da Cidade sistematizou instrumentos de proteção não apenas do espaço construído, mas também do espaço natural. Desse modo, foram incorporados novos instrumentos de gestão urbana e ambiental: a Atlas Ambientais, a Agenda 21 local, a Agenda Habitat, o Zoneamento Ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais e os Estudos de Impactos de Vizinhança, bem como instrumentos de gestão democrática.

Dentre os instrumentos analisados no quadro 2 e pensando especificamente sobre os municípios que possuem destaque no ramo turístico, valem algumas considerações:

a) Estudos de Impactos de Vizinhança: Corumbá e Bonito já possuíam legislação específica, enquanto Jardim e Bodoquena incorporaram no plano diretor.

b) Zoneamento Ambiental: a legislação foi incorporada nos planos diretores.

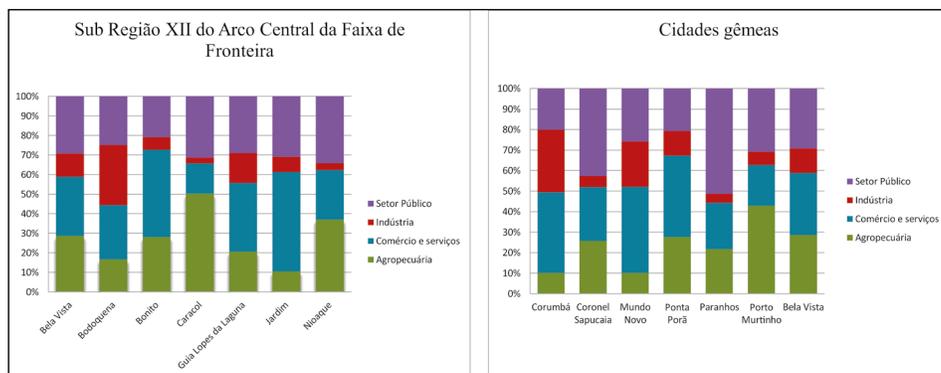
c) Legislação sobre unidades de conservação: Bonito já possuía como lei específica, enquanto Bodoquena ainda não possui.

d) Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental: em Corumbá há lei específica e em Bonito foi incorporada no plano diretor.

Tais informações são relevantes, tendo em vista que se trata de cidades que estão inseridas numa rede geográfica internacional de ecoturismo, bem como assistem o avanço de atividades agropecuárias. Ainda assim, há nítida fragilidade na incorporação de instrumentos à gestão municipal que versem sobre a dimensão ambiental.

Nos casos de Bodoquena e de Corumbá há destaque para o setor industrial, com a presença de grandes empresas de extração mineral (Carmargo Corrêa e Vale do Rio Doce). Isso deveria gerar uma preocupação no âmbito ambiental para os gestores nos municípios, sendo, portanto, fundamentais os instrumentos de gestão ambiental para tratar dessas questões. Se o setor industrial possui destaque nesses municípios, vale mostrar que, entre os demais, muitos deles possuem sua base na atividade primária, como pode ser observado no gráfico, que traz a participação do PIB, por setor, no ano de 2009.

**Gráfico** - Participação do PIB, por setor, nos municípios estudados.



Fonte: Dados obtidos de IBGE, 2014. Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Quanto aos municípios que possuem vocação agrícola e estreitas relações com o modo de vida rural, são notáveis tanto pelo grande número de população rural em alguns municípios quanto por características presentes no espaço urbano: a existência de trabalhadores rurais morado-

res urbanos; os estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para a agropecuária; a existência de lotes com quintais grandes, os quais viabilizam a ocupação de atividades não urbanas (plantações, hortas, pomares e criação de animais), também, presentes nas áreas periurbanas.

Isso traz outro ponto a ser debatido aqui. O predomínio de atividades agropecuárias implica nas práticas de planejamento e gestão da cidade e do território. Nesse sentido, Veiga (2002) defende que o desenvolvimento do Brasil rural também requer uma lei que seja equivalente e complementar ao Estatuto da Cidade. Todavia, é válido ressaltar que o Estatuto e traz avanços neste sentido, pois dispõe sobre o ordenamento do meio rural, por meio de planos diretores de abrangência municipal (BRASIL, 2001), o que implicou na gestão e no ordenamento da unidade territorial de todo o município e inseriu novas disciplinas no desafio de formular políticas voltadas para o mundo rural (SILVA; PERES, 2009).

Portanto, os municípios de fronteira com economia predominantemente agropecuária ou agroindustrial que desconsideram o meio rural em seu entorno e as interações na fronteira podem pagar caro por tal omissão, tendo em vista que isso pode inviabilizar a aplicabilidade de seus planos. Esse só pode ser concebido, na prática, quando atrela políticas territoriais e setoriais voltadas para a agropecuária ou agroindústria às normatizações urbanísticas, ante o cenário fronteiriço no qual está inserido. Eis o desafio.

## **PLANOS DIRETORES EM CIDADES FRONTEIRIÇAS**

O Estatuto da Cidade estabelece normas gerais da política urbana quanto ao pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade, remetendo ao município sua implementação de acordo com as características e necessidades próprias de cada cidade, definidos, principalmente, a partir da elaboração dos Planos Diretores de forma democrática e participativa, que é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2001), cuja obrigatoriedade caberia às cidades com mais de vinte mil habitantes.

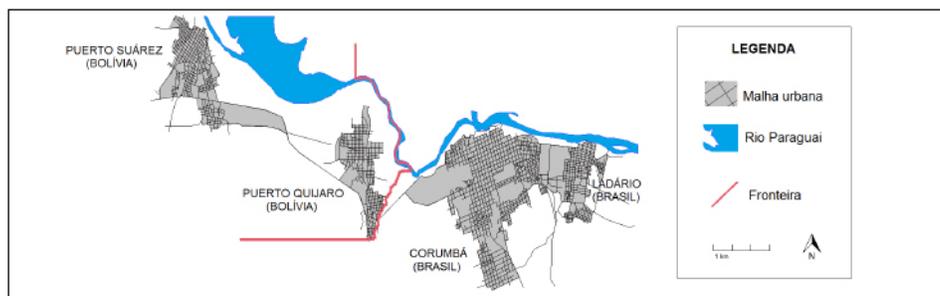
Portanto, cabe à esfera municipal estabelecer um plano que dê conta de atender as necessidades da realidade local. Quaisquer questões que envolvem o planejamento baseado na unidade territorial dos municípios devem considerar, portanto, que todo espaço socialmente produzido tenham ligações também com seu entorno rural, com os recursos naturais e com o contexto regional no qual os municípios estão inseridos. Isso explica a necessidade, para o referencial empírico deste capítulo, em considerar a fronteira e de que forma é considerado o planejamento diante desse cenário.

Ao analisar os Planos Diretores com enfoque em trechos que trouxessem a questão fronteira, foi realizada a leitura dos planos buscando identificar como o tema fronteira ou termos correlatos aparecem nos documentos.

Dentre as cidades gêmeas que possuem plano diretor, serão analisadas: Corumbá, Ponta Porã e Bela Vista.

Corumbá, embora possua uma área de intensa integração territorial com a cidade vizinha da Bolívia, não apresenta em seu plano diretor nenhuma menção ao processo espacial de conurbação. Isso gera certa estranheza, tendo em vista que é visível a junção das cidades em expansão estruturadas pelo eixo rodoviário que as interliga e possibilita as interações socioespaciais, como pode ser observado na figura 3.

**Figura 3** - Processo de conurbação entre Ladário-Corumbá (BR) e Puerto Quijaro-Puerto Suárez (BO).



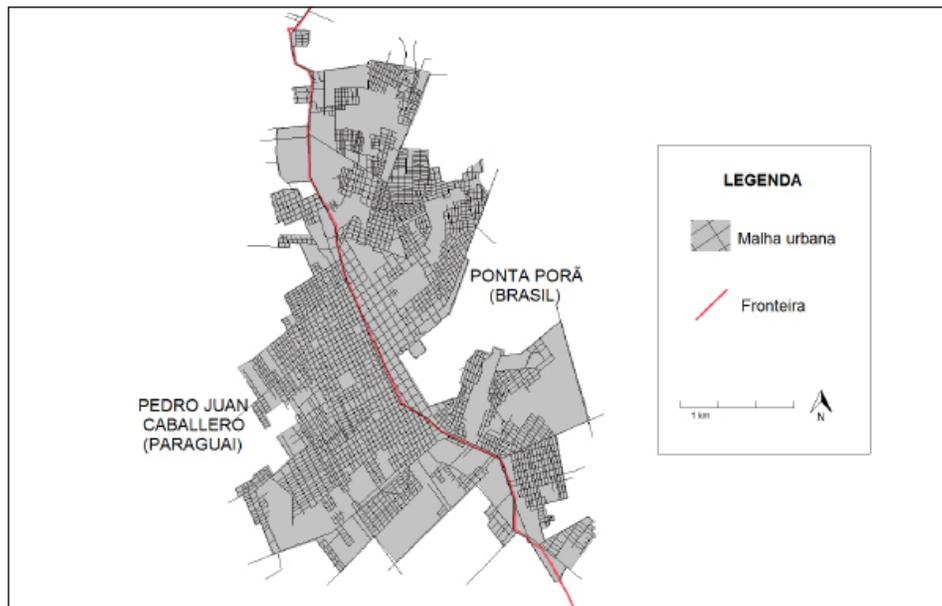
Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Corumbá não apresenta em seu plano uma preocupação explícita com a fronteira. Em contrapartida, sua política urbana tem como um dos objetivos, “associar o planejamento local ao regional, por intermédio da cooperação e articulação com os demais municípios da Bacia do Alto Paraguai, contribuindo para a gestão integrada” (CORUMBÁ, 2006). A questão das parcerias é ressaltada, tendo destaque, sobretudo, a gestão integrada de recursos hídricos, por conta da importância e dimensão assumidas pelo rio Paraguai, que ainda é preocupação em termos de mitigar os efeitos das enchentes dentro do perímetro urbano do município.

A cultura regional é um tema realçado no plano. Nessa direção, aponta a importância no resgate e valorização da cultura pantaneira como forma de reforçar “o vínculo do habitante com a história e a cultura do município” (CORUMBÁ, 2006).

Em contrapartida, o Plano Diretor de Ponta Porã evidencia o contexto fronteiriço ao elaborar os princípios da política urbana municipal. Nesse caso, existe uma fronteira seca, na qual a contiguidade espacial se faz de modo mais presente, unindo o tecido urbano das duas cidades, como está representado na figura 4.

**Figura 4** - Processo de conurbação entre Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY).



Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Tal característica espacial ajuda explicar o porquê do tema ficar tão evidente no plano diretor. Ele aparece, com ênfase, para três aspectos principais. Primeiro, para evidenciar a localização geográfica do município, destacando a linha divisória com a República do Paraguai.

O segundo versa sobre o desenvolvimento territorial. Nesse aspecto, tem destaque a preocupação com a consolidação da cidade como centro regional e de articulação internacional.

É objetivo da Política de Desenvolvimento Local Sustentável a conjunção do desenvolvimento econômico do município de Ponta Porã e sua polaridade enquanto centro regional de serviços, comércio e indústrias com o desenvolvimento sócio-cultural, proteção ambiental, a busca da redução das desigualdades regionais e sociais e a criação de ambiente propício

para criação de ambiente de solidariedade institucional entre as cidades conurbadas. (PONTA PORÃ, 2006).

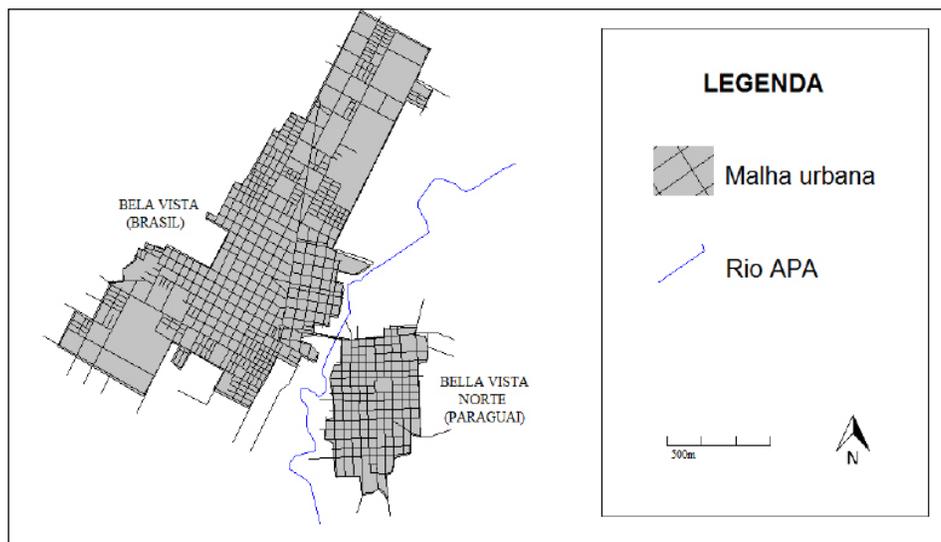
O terceiro aspecto envolve a gestão. Nesse item, o processo de conurbação internacional ganha destaque, voltando-se para “resolução de problemas e implantação de programas de natureza comum aos dois municípios” (PONTA PORÃ, 2006). Nessa direção, visa organizar um sistema municipal de planejamento composto por um banco de dados “sobre a natureza da interação, influência e impactos decorrentes da conurbação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero” (PONTA PORÃ, 2006).

A conurbação é enfatizada ainda, no âmbito do planejamento, ao ser considerada para a elaboração da Agenda 21 local, bem como na implantação de projeto urbanístico de recuperação e qualificação da cidade brasileira. A questão fronteiriça aparece também na preocupação com a proteção ambiental de mananciais de abastecimento público transfronteiriço, apontando a necessidade de “estabelecer critérios de zoneamento e manejo para adequado desenvolvimento das propriedades em sua área de abrangência” (PONTA PORÃ, 2006).

Guetti (2008) destacou os obstáculos na inclusão de Pedro Juan Caballero na elaboração do Plano Diretor de Ponta Porã, afirmando que foi assinado, em setembro de 2005, um protocolo de cooperação entre os dois governos municipais, onde ficou declarado o interesse em elaborar um Plano Diretor Transfronteiriço. A autora enfatiza ainda que Pedro Juan Caballero possui a Ley Orgánica Municipal n. 1294/87, embora nunca tenha elaborado o Plano Regulador.

Bela Vista, por sua vez, possui relações estreitas com a cidade de Bella Vista Norte, Departamento de Amambay, no Paraguai. Na figura 5 tem-se a representação da mancha urbana das duas cidades, evidenciando a proximidade e certa contiguidade espacial, limitada pelo rio APA (que representa a fronteira) e articulado por uma ponte.

**Figura 5** - Processo de conurbação entre Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY).



Organizado por: Orlando Moreira Junior.

Empiricamente, é notável que Bela Vista possui melhores condições naquilo que confere às infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos em comparação à cidade paraguaia. O traçado das ruas; o conjunto de infraestrutura; o sistema de saúde (1 hospital e 7 centros de saúde/unidades básicas); o sistema educacional (23 escolas); as instituições financeiras (2 agências bancárias: Banco do Brasil e Bradesco); bem como um conjunto de estabelecimentos comerciais e de serviços que ajudam a caracterizar a sua vida urbana.

O tema da fronteira aparece, no plano, em quatro contextos diferentes. De imediato, no primeiro artigo, caracterizando a cidade, sobresaindo que se trata de uma conurbação internacional. O segundo contexto inclui a cidade como componente de um eixo de integração, que interliga Campo Grande à capital paraguaia. O terceiro atribui importância histórica e cultural à região, que foi o lugar onde ocorreu o episódio da Retirada da Laguna, na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Nessa direção, o plano diretor aponta para necessidade em consolidar a atividade turística

no município, inserindo-a, especialmente, nos circuitos da fronteira e das cidades históricas do país. Aponta, ainda, para “viabilização de equipamentos culturais, públicos e privados, para fomento a atividade artístico-cultural local, especialmente os referentes à fronteira com o Paraguai” (BELA VISTA, 2006). O último contexto que inclui a fronteira é referente à gestão, com destaque para busca de recursos para programas sociais de atendimento à população da região de fronteira e para possibilidade de participação de órgãos de Bella Vista Norte na Fundação Bela Vista, a qual é responsável pela implementação do Plano Diretor e da Política de Desenvolvimento Sustentável do município.

Como o PDFP visa o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico integrado, a cidadania e o marco regulatório, vale refletir também sobre a abordagem da questão fronteiriça nos planos diretores dos municípios que formam a sub-região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira. Evidente que o caso que aparece com maior destaque é na cidade de Bela Vista, em decorrência das características espaciais da mesma.

Embora com menor peso, a fronteira, igualmente, aparece nos planos. De modo geral, possui destaque a partir de três perspectivas principais. Primeiramente, a questão fronteiriça é trazida numa forma vinculada à localização geográfica, como, por exemplo, no Plano Diretor de Bodoquena que aborda o contexto regional fronteiriço no qual o município está situado.

O segundo ponto destaca a questão dos Eixos de Integração, fundamentais no contexto da integração territorial nacional e internacional. Sabendo que eles são importantes no contexto fronteiriço, os municípios da Faixa de Fronteira os abordam em seus planos. No plano de Bela Vista tem destaque o fato de o município estar “situado em um corredor rodoviário, com trechos sem pavimentação, que liga Campo Grande, Bela Vista e Assunção, capital do Paraguai” (BELA VISTA, 2006). No caso do Plano Diretor de Bodoquena há destaque para os eixos de integração numa perspectiva de criação e conexão em um viés turístico que liga a fronteira ao território brasileiro.

Outro ponto que pode ser caracterizado, a partir de uma análise dos planos diretores, é a questão que envolve o desenvolvimento territorial.

Levam em conta as especificidades da fronteira e que atinge diferentes aspectos: a gestão integrada, o desenvolvimento da atividade turística e os aspectos culturais e históricos.

O primeiro tem maior relevância para a cidade de Bela Vista, como já mencionado. O segundo se faz presente em trechos como o de Bodoquena:

[...] Um ponto importante é a condição de Bela Vista. Ponta Porã, ao lado de Pedro Juan Caballero, tem a supremacia no comércio de reexportação na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Até certo ponto, esse fato corrobora para que Bella Vista Norte-PY não consolide um crescimento substantivo do seu comércio de reexportação, “prejudicando”, em consequência, a cidade de Bela Vista brasileira. Este fato tem inviabilizado a associação do turismo contemplativo do Eixo com um provável turismo de compras na fronteira, o que poderia ser atenuado com o asfaltamento, no Paraguai, da Ruta Bella Vista até a Ruta 5, possibilitando o abastecimento de Bella Vista Norte por atacadistas de Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero, fato que depende da articulação regional-internacional. (BODOQUENA, 2016, p. 26).

Além do turismo de compras, enfraquecido na região, há no contexto regional uma potencialidade referente ao ecoturismo, mas sem evidenciar na abordagem a fronteira.

O terceiro abarca a cultura e a historicidade do lugar. O cenário da Guerra do Paraguai ganha evidência nesse ponto, seja em Bela Vista, seja no plano da cidade de Jardim, que destaca a zona de interesse cultural por compreender uma área na qual se localiza o “Cemitério dos Heróis” ou “Monumento aos Heróis da Retirada”, construção que homenageia os combatentes da histórica Guerra da Tríplice Aliança.

Fica claro, portanto, que embora as interações espaciais existam e sejam constantes, fazendo parte do dia a dia da vida da população, a questão fronteiriça aparece em pontos específicos. Fica evidente que poderia ser mais valorizada, tendo em vista todo o contexto no qual os municípios estão inseridos. A forma como se dá a questão fronteiriça acaba se tornando restrita e, por conseguinte, fica difícil imaginar que o plane-

jamento do urbano possa de fato contemplar todos os pontos dentro das especificidades locais e regionais.

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E FRONTEIRA**

Para encerrar este capítulo, vale uma reflexão acerca da participação popular na gestão pública municipal. A Constituição de 1988 criou mecanismos e apresentou possibilidades ao exercício da democracia direta e participativa, tendo como marco principal a criação dos conselhos, uma das formas de participação mais conhecidas. O Estatuto da Cidade institui de modo mais conciso a gestão participativa da cidade na administração democrática e socialmente justa.

Nessa pauta, em 23 de maio de 2014, o Decreto nº 8.243 institui a Política Nacional de Participação Social. Esse decreto não cria nada de novo, mas inova ao dar maior organização e sistematizar o conjunto de ações tomadas por instâncias já existentes, as quais vinham atuando de forma diversa e fragmentada. Traz, portanto, as orientações acerca de diferentes formas de participação no país, o que já faz parte da política governamental desde, principalmente, a Constituição de 1988. Nesse sentido, representa o fortalecimento dos variados espaços de participação popular, representando avanços democráticos e de transparência política, tendo em vista que prioriza a participação social “como método de governo” (BRASIL, 2014).

Segundo informações do Perfil dos Municípios Brasileiros elaborado pelo IBGE (2015), dentre as cidades estudadas, somente Bonito e Ponta Porã alegam ter a existência de um Conselho Municipal de Política Urbana, sendo que na primeira é de caráter consultivo apenas.

Fica claro então que, embora exista um aparato legal que impulsiona a gestão democrática, ainda existem limitações a serem enfrentadas por muitos municípios. A escala local possui, cada vez mais, papel fundamental na gestão pública. Ao considerar a diversidade urbana no país, onde muitos municípios apresentam problemas na organização do corpo administrativo, na ausência de profissionais qualificados para muitos

setores, entre tantas outras deficiências que se pode encontrar no corpo responsável pela gestão administrativa municipal, fica difícil pensar na concretude do plano. Isso representa um desafio ou limitação na criação de diálogos de participação popular, que muitas vezes existem no papel ou no discurso, a fim de atender um quesito técnico-normativo, mas não na prática, como um meio de participação e de atuação nas tomadas de decisões.

Na fronteira a dinâmica territorial é complexa, caracterizada pela fluidez e contato entre povos. Oliveira (2015) destaca que as relações são cada vez mais horizontais nestas cidades. Desse modo, alguns planos já procuram estratégias de gestão e planejamento urbano considerando o cenário fronteiriço, especialmente as cidades gêmeas. Em Bela Vista, por exemplo, fica evidente o esforço em definir, no documento oficial, meios de gestão integrada. Em Ponta Porã, o Plano Diretor abre possibilidade para participação, como convidados e com direito a voz, aos representantes da cidade de Pedro Juan Caballero em assuntos comuns às duas cidades ou que possuam abrangência regional, além da perspectiva da criação de um Plano Diretor Transfronteiriço.

Considerando a fronteira como uma faixa única, o desafio aos planejadores é ainda mais exuberante, tendo em vista as problemáticas vividas, colocando em pauta as questões existentes não só de um lado da fronteira, mas sim da faixa por completo. Envolve, portanto, um planejamento ainda mais complexo que inclui questões normativas, engenharias urbanas, infraestruturas e serviços de cidades de países diferentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensando, estritamente, sobre o caso das cidades na fronteira, a reflexão sobre o planejamento urbano assume desafios ainda mais complexos. As relações entre o local e o regional emergem de forma mais significativa. No caso das cidades gêmeas a contiguidade espacial e as diversas formas de interações existentes coloca a questão do uso do solo como cen-

tral na estruturação da cidade, bem como o alcance dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, mobilidade).

Daí emerge a primeira reflexão a ser realizada: como pensar a gestão democrática diante de uma série de particularidades? Ambos os lados da fronteira vivenciam as diferentes formas de interações socioespaciais. Mas os planos ainda possuem limitações (inclusive legais) que possam dar cargo de atender tais questões.

Indo ao encontro disso, a segunda reflexão está na ausência de instrumentos urbanísticos na Política Urbana Nacional que tragam orientações para resoluções de conflitos em áreas de fronteira. Fica evidente que os planos diretores municipais que incorporam o tema ainda o fazem de forma pontual, o que decorre também, em parte, da insuficiência de instrumentos urbanísticos na Política Urbana Nacional. É preciso pensar normativas para essas realidades urbanas, tendo em vista a questão da vizinhança e das relações de complementaridade, mesmo diante de um conjunto de aparato legal diferente entre dois países.

Por fim, a reflexão sobre os desafios entre a transposição do ambiente normativo-regulatório e a construção de uma nova matriz engajada a uma práxis democrática. Existe ainda, no país, um descompasso entre as normas (o plano das ideias) e o fato (a implementação das mesmas no espaço). Insere-se aí a justificativa de pensar a elaboração destes planos na região de fronteira. Afinal, o plano diretor deve ser a identidade do município, sua trajetória regressa e um delinear do porvir. Mas o maior problema é que, na elaboração dos planos, os governos municipais têm se atido, em geral, na obrigatoriedade em atender uma lei federal, não se preocupando com o papel fundamental que tal plano adquire na gestão e planejamento municipal. Isso significa que o fato de existir um plano diretor não garante na prática uma eficiência na sua execução. Por esse motivo, em muitos casos, não se encontra uma identidade entre a cidade e o plano, o respeito por sua história e suas peculiaridades.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. v. 47, n. 3-4, p. 357-371, jul./dez. 1985.

BELA VISTA. **Lei Municipal Complementar n. 019/2006, de 10 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município de Bela Vista- MS e dá outras providências. Bela Vista: Prefeitura Municipal, 2006.

BODOQUENA. **Projeto de Lei Complementar n. 005 de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre a revisão da Lei n. 169, de 18 de março de 1992, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município e dá outras providências. Bodoquena: Prefeitura Municipal, 2016.

BONITO. **Lei Complementar n. 085, de 01 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Bonito e dá outras providências. Bonito: Prefeitura Municipal, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

\_\_\_\_\_. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORUMBÁ. **Lei Complementar n. 098/2006**. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de Corumbá e dá outras providências. Corumbá: Prefeitura Municipal, 2006.

FERREIRA NETO, W. B. O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2281, 29 set. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13580/o-poder-de-policia-atribuido-ao-exercito-brasileiro-na-faixa-de-fronteira-terrestre>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GUETTI, I. B. L. **A questão urbana no universo fronteiriço**: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã-MS. 2008. 194f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

JARDIM. **Lei Complementar do Plano Diretor do Município de Jardim – MS. N. 103/2013**. Dispõe sobre o plano diretor do município de jardim, revoga a lei complementar n. 050, de 09 de outubro de 2006, e dá outras providências. Bonito: Prefeitura Municipal, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros-IBGE-2015**. Disponível em: < <https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2015&UF=50&x=53&y=20>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios-2014**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=downloads>> Acesso em: 05 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011.

MACHADO, L. O. Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. XXI, p. 9-31, 2008.

\_\_\_\_\_. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T. et al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

OLIVEIRA, T. C. M. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. v. 11, n. 15, p. 233-256, jan./jun. 2015.

PONTA PORÃ. **Lei Complementar n. 031 de 10 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor de Ponta Porã e dá outras providências. Ponta Porã: Prefeitura Municipal, 2006.

SILVA, S. R. M.; PERES, R. B. Gestão dos Territórios Rurais: possibilidades e limitações do Estatuto da Cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: escalas, conflitos e incertezas. 13., 2009, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis. 2009. CD-ROM.

SOUZA, E. B. C. de; GEMELLI, V. Território, região e fronteira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 13, n. 2, p. 101-116, nov. 2011.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livro Docência em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.



# CAPÍTULO 03

## A GEOGRAFIA DOS FLUXOS AÉREOS EM DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DO CAPITAL

*Ana Paula Camilo Pereira<sup>43</sup>*

No contexto da economia mundializada, gradativamente, assiste-se, no decorrer das últimas décadas, importantes alterações na composição técnica dos territórios, sobretudo no que se refere à geografia dos fixos e dos fluxos.

Nesse cenário, as ações do capital constituem-se relevantes vetores que aceleram e influenciam essas mudanças, uma vez que a dinâmica territorial está intrinsecamente articulada às demandas e aos movimentos do capitalismo.

Essas alterações atrelam-se, sistematicamente, à necessidade constante de formas de circulação cada vez mais racionalizadas, rápidas e precisas, na qual, no âmbito dos fluxos materiais, alguns modais de transporte têm papel fundamental na velocidade das ações no tempo e nos territórios que interessam de alguma forma ao capital.

---

43 Docente do curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Educação, da mesma instituição.

Nessa óptica, o transporte aéreo se confirma pela sua relevante função na materialização de deslocamentos entre localidades que apresentam médias e longas distâncias entre si. Dentro dessa compreensão, esse modal de transporte tem promovido importantes lógicas de circulação, sobretudo pela inserção e valorização de diferentes territórios na rede geográfica do setor aéreo brasileiro.

É possível observar novas e intensas reconfigurações dos sistemas de circulação, tanto no que refere aos fixos e a inclusão de novos territórios nessa rede, como também se nota uma maior demanda que se reflete em um crescimento na oferta do transporte aéreo, modal que permite uma maior velocidade no tempo e no espaço, projetando-se a partir do que Santos (2008) chama de “frenesi da velocidade”.

Assim, as intensas reconfigurações, modernizações e inovações pelas quais o transporte aéreo tem passado o tornam mais acessível, articulado e dinâmico, principalmente no que tange a sua geografia, ou seja, a presença em inúmeros pontos do território, promovendo a conexão de diferentes nós, afinal, essa é exatamente a lógica de sua manifestação territorial, fazer com que a circulação se tangencie de forma mais célere, intensa e, sobretudo, de modo que possa articular mais e mais pontos dessa rede geográfica de conexões aéreas.

Para Contel (2004, p. 323), diante das diversas bases técnicas que incorporam novas qualidades materiais e possibilidades organizacionais, destacam-se os sistemas de movimento do território, que se constitui como sendo: “um conjunto indissociável de sistemas de engenharia (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais e imateriais) que respondem pela solidariedade geográfica entre os lugares”. É nessa perspectiva que o transporte aéreo nos interessa, compreendido aqui como um sistema que contribui com essa incessante geografia dos fluxos no território.

A circulação aérea torna-se especialmente importante entre os sistemas de fluxos, pois permite realizar a complementaridade entre porções especializadas do território, possibilitando articulações territoriais. A essas articulações inclui-se a demanda por esse modal que tem fomentado o desenvolvimento regional e tornado ainda mais interessantes determinados territórios no sentido de atrair novos negócios (CORDEIRO; LADEIRA, 1996).

Corrêa et al. (1977), em suas análises sobre o sistema de transporte aéreo e sua importância no contexto de desenvolvimento e de crescimento das cidades, compara o transporte aéreo com outros modais destacando sua influência na estrutura espacial dos sistemas urbanos e na otimização de seu uso, que para os autores já é bastante marcante, pois seu crescimento e desenvolvimento, em decorrência do rápido avanço da tecnologia, têm sido muitas vezes mais acelerados do que qualquer outro tipo de transporte.

Nesse âmbito, para que a circulação seja processada, os diferentes pontos dos territórios necessitam de uma articulação precisa entre eles; que não se restrinja apenas aos grandes centros urbanos brasileiros, mas também a pontos específicos do seu território.

Por exemplo, em cidades que possuem um papel primordial na rede urbana do país, pois se constituem enquanto pontos que imprimem uma importante articulação em suas áreas de localização – nesse aspecto, a presença do transporte aéreo reforça o papel e a funcionalidade que essas cidades desempenham em suas hinterlândias, uma vez que constituem lugar central na hierarquia regional.

Desse modo, é razoável compreender que a hierarquia urbana está diretamente relacionada à hierarquia do sistema aéreo brasileiro. Nesse contexto, é inerente posicionar a relevância que alguns centros urbanos têm suscitado nessa dinâmica territorial que relaciona a fluidez aérea justaposta à organização da rede urbana. Nesse aspecto: “a fluidez do território tende a produzir uma maior integração da rede urbana e, como resultado, a diferenciação e a interdependência entre os nós dessa rede” (OLIVEIRA; CALIXTO; SOARES, 2017, p. 14).

Verificando essa perspectiva, é axiomático evidenciar a importância que as cidades médias têm suscitado na rede urbana brasileira. Brito e Pinho (2012), ao analisarem o processo de urbanização brasileira e as transformações da dinâmica urbana na atualidade, ressaltam a importância que as cidades médias vêm adquirindo, caracterizando-as como novos espaços urbanos que introduzem uma novidade relevante na configuração social da rede de cidades.

Dadas essas premissas e como forma de exemplificar essa particularidade de centros urbanos médios na relação com o setor aéreo, nós definimos para análise a cidade média de Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul.

Tal escolha se constitui pela atual dinâmica empreendida por esse centro urbano no estado, polarizando cidades de sua hinterlândia e promovendo uma rearticulação territorial, na qual Dourados se configura enquanto centro da organização espacial, numa perspectiva em que se considera o papel de intermediação entre diferentes escalas de centros da rede urbana no estado, definindo-se como principal polo urbano regional, além de exercer centralidade geográfica, que extrapola inclusive sua área de influência imediata, ou seja, a porção Sul do estado de Mato Grosso do Sul (figura 1).

**Figura 1** - Localização de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul.



Assim, ao analisar as dinâmicas da fluidez territorial fomentadas pelo transporte aéreo a partir de Dourados, compreendemos seu papel para além da sua extensão territorial e sua densidade demográfica. Partimos de uma particularidade essencial a esse centro urbano, qual seja, a inegável importância na prospectiva articulação exercida pela centralidade regional, que está diretamente associada à sua localização relativa, que de acordo com Côrrea (2007, p. 29):

Uma cidade média, que é também um lugar central na hierarquia regional, dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços.

Dourados se apresenta, num contexto regional, imerso a essa rede urbana hierarquizada do país, como um espaço que tem sistematicamente imposto um fluxo rápido, inerente a sua condição de centro polarizador da fluidez territorial. Para Calixto (2017, p. 58), a essencialidade de Dourados na rede urbana brasileira se dá:

Devido à sua posição geográfica, que a notabiliza como única cidade desse porte demográfico e importância em um raio de mais de 200 km, Dourados apresenta significativo nível de centralidade interurbana, denotado pela relevância de seu papel no setor comercial e, sobretudo, no de serviços, que assegura sua condição de destaque na rede urbana regional e, por consequência, de cidade média. Constitui-se, assim, como centro de apoio ligado ao comércio e a serviços especializados como: educação superior, saúde, venda de insumos e implementos agrícolas, maquinário, geração de conhecimento e formação de mão de obra especializada, entre outros.

A partir desse recorte e dos apontamentos supracitados, apresentamos a seguir uma análise da geografia dos fluxos aéreos em Dourados, evidenciando a inerente articulação entre a dinâmica do capital e a dinâmica territorial, na qual Dourados se posiciona como locus dessa lógica em que a hierarquia urbana se projeta como um importante vetor de definição da atuação territorial de algumas companhias aéreas.

Assim, abordamos primeiramente o papel exercido por Dourados articulado à sua condição regional na configuração da rede urbana brasileira. Visamos evidenciar nessa abordagem a importância do setor aéreo na constituição das interações espaciais, tendo como pressuposto sua lo-

calização e sua representatividade enquanto um nó dessa rede geográfica, diferenciada e complementar.

A seguir, destacamos como o dimensionamento da fluidez aérea é incrementado, dada a lógica da hierarquia urbana na qual o estado de Mato Grosso do Sul está inserido, compreendendo como Dourados tem redefinido sua condição regional em relação aos demais centros urbanos do estado.

Por fim, correlacionado ao item anterior, ressaltamos como a dinâmica empresarial tem se projetado a partir da articulação entre a lógica do capital e a lógica territorial. Evidencia-se, nesse sentido, o posicionamento de Dourados em um contexto de relações estratégicas oportunizadas pelo capital que, mediante o desenvolvimento do setor aéreo, reforça a importância do município na rede urbana do Brasil.

## **LOCALIZAÇÃO RELATIVA E INTERAÇÕES ESPACIAIS: DOURADOS COMO UMA CIDADE MÉDIA**

Na última década abriram-se novos nichos de mercado para o setor aéreo brasileiro por diferentes fatores, sobretudo devido ao aumento do número de passageiros que passaram a utilizar esse meio de transporte<sup>44</sup>.

Com isso a ampliação das escalas territoriais de atuação das companhias aéreas, assim como o aumento da demanda, contribuíram para que o setor aéreo apresentasse ganhos inquestionáveis e, paulatinamente, espriasse seu raio de atuação territorial, seja pela necessidade de integração ou pela maior concorrência no setor, o que indubitavelmente permite que um maior número de localidades passe a fazer parte da malha aérea das companhias brasileiras e, concomitantemente, esteja inserida nessa rede geográfica de fluxos.

---

44 Com o terceiro maior mercado doméstico mundial, o número de passageiros transportados no Brasil triplicou entre 2002 e 2013 (atingindo mais de 100 milhões/ano) e estima-se que há o potencial de dobrar esse fluxo até 2020 (ABEAR, 2014).

Logicamente, a participação na malha aérea brasileira tem relação direta com a importância que algumas cidades exercem na rede urbana brasileira. O capital promove ações estratégicas de estruturação de sua malha de voos onde o retorno de capital é garantido e promissor. Ao incluir uma cidade no mapa de rotas da empresa, há uma minuciosa análise da projeção espacial exercida por determinado centro nas diferentes escalas territoriais, ou seja, o papel e a sua função dentro da rede urbana brasileira, daí ressaltarmos essa contundente relação.

Nesse aspecto, Dourados se constituiu pela definição de sua importância em função da posição geográfica e da influência exercida na sua região e na rede urbana, resultado dos desdobramentos das transformações do sistema de produção, circulação e consumo pelas quais o município tem perpassado e que potencializam sua posição econômica enquanto um eixo de articulação territorial e de centralização de funções específicas, o que por sua vez consubstancia e intensifica as interações espaciais, atribuindo-lhe ainda mais gravidade e influência.

Nessa lógica, os estudos do IBGE (2013) sobre a rede de fluxos do território com foco para as ligações aéreas ressaltam que cada uma das cidades servidas pelo transporte aéreo conta com uma considerável área de influência, atraindo os usuários dispersos em seu entorno, fato evidenciado em diferentes setores econômicos desenvolvidos em Dourados que têm na sua região de influência um contingente populacional que também é servido e utiliza esse modal em seus deslocamentos territoriais.

Daí entender que fazer parte da malha aérea de uma companhia também tem relação direta com a localização relativa e, nesse aspecto, Dourados se estabelece como um centro urbano canalizador de interações espaciais, indutor de articulações político-sociais e econômicas e pulverizador de rearticulações urbano-regionais, uma vez que exerce centralidade sobre um conjunto de cidades localizadas em seu entorno, o que lhe concede um entrelaçamento de articulações regionais.

Tendo como referência o transporte aéreo, destacamos que Dourados, ao promover a fluidez territorial, coloca-se como uma cidade média promotora de interações espaciais, que inclui não apenas sua área de influência direta, mas extrapola esse limite geográfico de sua região ime-

diata, espargindo seu domínio e influência, resultado de sua localização relativa.

A partir dessa concepção que compreende a particularidade de Dourados na rede urbana regional e brasileira e que a coloca enquanto um potencial nó de oferta e demanda para o transporte aéreo, entendemos que esse centro urbano se caracteriza pela abordagem elucidada por Corrêa (1997, p. 280), no que tange as interações espaciais, que de acordo com o autor:

As interações refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento do outro, ampliando as diferenças já existentes, isso é, transformando os lugares.

Dourados pode ser concebida a partir dessa compreensão pelas transformações sociais e econômicas que historicamente vêm redefinindo sua posição na escala regional, estadual e nacional, de modo que têm rearticulado sua influência, seu papel e sua função.

Assim, para compreendermos a complexidade dessas transformações, tomamos como base as interações espaciais enquanto um expoente de análise crucial para verificarmos a relação com a dinâmica do setor de transporte aéreo, uma vez que o município se constitui por elementos que a configuram nessa rede geográfica pela sua localização e pelas possibilidades de articulação – daí sua relevância no processamento das interações espaciais. Nessa perspectiva, de acordo com Corrêa (1997, p. 279):

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade.

Além disso, de acordo com o IBGE (2013, p. 10), “os fluxos derivados do transporte aéreo fornecem, assim, uma geografia da estrutura da rede urbana, dado que constituem um instrumento de realização das interações espaciais entre as cidades”.

Dentro dessa perspectiva, ainda tomamos como base a contribuição de Catelan (2012) que colabora nessa concepção, ressaltando que o conceito de interações espaciais pode ser tomado para: avaliar os fluxos de pessoas e mercadorias; verificar o arranjo e o funcionamento dos meios de transportes; observar a intensidade com a qual as áreas, as regiões ou as cidades podem se conectar territorialmente com outras; medir a densidade infraestrutural dos territórios; bem como outros aspectos que perpassam mais por uma análise quantitativa do movimento espacial.

A partir dessas análises, tomamos as interações espaciais como um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas sobre o espaço geográfico, o que possibilita avaliar os fluxos de passageiros que se realizam através de diversos meios e velocidades, implicando nesse contexto, a efetividade do modal aéreo.

Assim, as interações espaciais podem ser verificadas a partir de dois fatores: o primeiro corresponde às interações espaciais na relação com sua área de influência regional, ou seja, a fluidez aérea concentrada em Dourados influencia o direcionamento dos deslocamentos das pessoas que utilizam o modal e que não se encontram propriamente no município, o que permite compreender como as relações e as articulações socioespaciais têm se produzido nesse espaço regional e os desdobramentos dessas articulações na rede urbana regional.

Outra vertente corresponde às interações espaciais que se dão em relação ao dimensionamento da fluidez aérea no que tange a origens/destinos cujos voos possuem a cidade de Dourados como um nó efetivo dessa rede geográfica, colocando como essencial à dinâmica do capital que tem no território a efetivação de suas estratégias empresariais.

Dentro dessas duas perspectivas de se verificar as interações espaciais nos atemos predominantemente à segunda, no sentido de analisar quanti e qualitativamente o setor aéreo em Dourados, considerando seu papel de cidade média do estado de Mato Grosso do Sul, cujo transporte

aéreo possui mais um elemento que a define na relação entre a rede de fluxos aéreos e sua posição na rede urbana brasileira.

## **O DIMENSIONAMENTO DA FLUIDEZ AÉREA EM DOURADOS A PARTIR DE UMA LEITURA SOBRE A REDE URBANA BRASILEIRA**

Os estudos sobre a rede de fluxos do território relativa aos fluxos aéreos destacam a partir de um modelo gravitacional que a matriz de ligações aéreas reforça a relativa simetria entre os fluxos, seus contrafluxos e que essa interação entre as cidades é forte nas áreas de maior densidade demográfica. Desse modo, assevera-se ainda que quanto mais populosa uma cidade, maior probabilidade terá de gerar fluxos (IBGE, 2013).

Ainda de acordo com o IBGE (2013, p. 23): “a arquitetura de distribuição das ligações de passageiros também reforça a percepção clássica de que as ligações se fazem em função do tamanho populacional das cidades e de suas distâncias”. Dentro dessa lógica, temos ainda que, para além do contingente populacional, a fluidez aérea se consolida com a produção do meio técnico-científico-informacional, conforme Santos e Silveira (2004, p. 153) argumentam: “os círculos de cooperação instalam-se em um nível superior de complexidade e numa escala geográfica de ação bem mais ampla”.

Decorre dessa complexificação o aumento dos fluxos, que, conforme o autor, são mais intensos, mais extensos e mais seletivos. Daí a particularidade de Dourados ser um relevante nó da rede aérea e o tangenciamento de seus fluxos ser viabilizado pela potencialidade de suas interações espaciais.

Em outras palavras, Dourados se qualifica na rede urbana brasileira e simultaneamente se estabelece nessa trama de seletividade espacial. É sobre essa seletividade, num primeiro momento, que queremos ampliar essa discussão, para posteriormente articular a extensão e intensidade dos fluxos aéreos.

Santos e Silveira (2004) asseveram que o advento dos fluxos mais densos se dá exatamente nessa configuração hierárquica em que se sis-

tematizam os nós do sistema aéreo. É imprescindível destacar que essa hierarquização vai concomitantemente ao encontro dos principais nós da rede urbana, como já evidenciado, os quais, por sinal, são constituídos por essa mesma hierarquia.

É nesse contexto que o transporte aéreo se configura como um modal intrínseco na conectividade entre os diversos pontos do território. Corrêa et. al. (1977), ao centralizarem a discussão sobre a estrutura do sistema urbano por meio dos fluxos aéreos de passageiros, dizem que é através das ligações aéreas que boa parte das interações se realizam, como, por exemplo, as atividades desenvolvidas em torno da centralização da administração de empresas e instituições e do setor de produção destas que projetam um alcance espacial que interessa diferentes regiões.

Diante de um novo contexto de integração territorial, no qual a circulação torna-se cada vez mais alígero, num processo acelerado pelo período técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2004), o setor de transporte aéreo tem contribuído para as grandes mudanças nas formas de mobilidade territorial. Ao precisar essas transformações que integraram o território e que causaram/causam impactos socioespaciais, consideramos cruciais para o entendimento da composição técnica dos principais nós dessa rede geográfica de fluxos as mudanças advindas com a instalação dos complexos aeroviários e/ou sistemas de engenharia.

Sendo assim, Dourados se integra como um elo entre o setor de produtividade, circulação e consumo, por representar um nó dessa rede, ainda que sua projeção seja mais predominante numa escala regional. Nesse sentido, ao ser configurada como centro polarizador, demanda infraestruturas para o desenvolvimento dos transportes, sobretudo do setor aéreo, como meio de interação espacial e de desenvolvimento econômico regional.

Compreende-se que a instalação de uma infraestrutura nos moldes de um aeroporto, traz, *pari passu*, uma reconfiguração espacial que reflete na cidade que detém essa infraestrutura e no seu entorno que também utiliza o serviço prestado. Observa-se ainda que as cidades que possuem aeroportos com voos regulares expressam uma dinâmica urbana-regional mais funcional e centralizadora, do ponto de vista econômico, por

se constituírem territórios especializados e estrategicamente interligados aos principais centros urbanos do país.

Para Bordo (2005), a infraestrutura de transporte adequada e de qualidade propicia condições mais favoráveis para a dinâmica econômica dos centros urbanos. Esses investimentos possuem uma conotação técnica, de operação, regulamentação, prestação de serviço, como base material no território para promoção da fluidez. A intensificação de tais tipos de investimentos possibilita a organização dos arranjos competitivos do setor, influenciando a caracterização das formas e estratégias de mercado das companhias aéreas.

A influência exercida por Dourados em seu entorno reforça sua importância em âmbito regional, favorecendo a demanda pelo modal aéreo. De acordo com Calixto (2017), a área de influência de Dourados se estende por 33 centros urbanos<sup>45</sup> em sua área imediata, estabelecendo relações com outros estados, o que intensifica e reforça sua centralidade na rede urbana regional.

Desse modo, Dourados seletivamente se configura como um nó estratégico dessa rede de fluxos aéreos, porque sistematicamente cumpre um papel importante de articulação e influência na escala regional que extrapola o estado de Mato Grosso do Sul:

Sua importância vai além de sua posição no sul do estado – como centro de referência na oferta de comércio e serviços –, uma vez que também responde a determinações que desencadeiam circuitos espaciais ligados a escalas geográficas bem mais abrangentes, podendo ultrapassar o território nacional (CALIXTO, 2017, p. 66).

---

45 A rede urbana de Dourados abrange os municípios de Amambai, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Caracol, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Eldorado, Fátima do Sul, Guaíra, Glória de Dourados, Ivinhema, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru, Terra Roxa e Vicentina (CALIXTO, 2017).

Dourados, como uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul, passa a congregar um conjunto de funcionalidades, não exercidas por nenhum outro município no estado, o que lhe confere a centralidade, sobretudo em sua área de influência imediata, de ser um centro polarizador de diferentes ofertas, mas também de inúmeras demandas, e o setor aéreo é um desses elementos.

Calixto (2017, p. 79) define essa função quando menciona que há o incremento de atividades advindas das exigências da vida urbana, que se dão por meio de necessidades locais/regionais, “uma vez que esse novo ideário urbano introduz valores, reorientando a demanda por bens e serviços urbanos”.

Assim, intensiva e extensivamente Dourados coaduna com a compreensão do papel e da função das cidades médias na rede urbana e regional do país, que, no âmbito da fluidez, tem uma relação direta com as transformações das configurações espaciais, que a define por um espaço de continuidade territorial, mas também como um eixo articulado numa configuração que se dá por uma rede de fluxos.

Em síntese, é incontestável a condição de Dourados como um nó dessa rede de relações urbana e regional e, ao mesmo tempo, de uma rede de movimentos, em que o transporte aéreo se qualifica e quantifica como um setor preponderante à dinâmica econômica regional de Dourados.

Nesse aspecto, o dimensionamento da fluidez aérea coloca-se como um elemento essencial à compreensão da particularidade de Dourados na rede urbana e regional do país. Dourados se comporta como um vetor de articulação e complementaridade, reiterando seu papel de cidade média, no qual os fluxos aéreos estabelecem novas dinâmicas econômicas, onde esse território pode ser compreendido como um balizador para a definição da fluidez, por se constituir como um nó de articulação territorial importante aos interesses do capital.

## OS FLUXOS AÉREOS BALIZANDO A ARTICULAÇÃO ENTRE A DINÂMICA DO CAPITAL E A DINÂMICA TERRITORIAL

Compreender a dinâmica empresarial no setor de transporte aéreo brasileiro requer uma relação direta com as estratégias das companhias e, nessa lógica, é imprescindível articular o capital ao seu ente principal, o território, para então poder verificar suas adjacências.

É substancial visualizar o território como o ponto de ação principal das companhias aéreas. Suas estratégias convergem no sentido de ampliar incessantemente as diferentes escalas territoriais de atuação e, desse modo, a sobreposição de escalas, embora seja definida a partir de uma organização fundada sobre uma ordem de prioridade de relações de subordinação de uma escala a outra, nem sempre se caracteriza hierarquicamente por um ranqueamento das companhias aéreas.

Em outras palavras, estar presente com maior afinamento na escala regional, se comparado à escala nacional e/ou internacional, não significa necessariamente que uma empresa não seja potencial ou esteja subalterna às demais empresas aéreas. Atuar regionalmente pode configurar-se como uma ação territorial aplicada no sentido de dar projeção à companhia aérea como forma de criar condições potenciais de reprodução do capital, o que na prática se impõe de forma estratégica mediante a lógica de mercado.

Esse é o caso da companhia Azul Linhas Aéreas Brasileiras<sup>46</sup>. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a companhia, dentre as empresas aéreas que atuam nacionalmente, é a mais nova do ramo no país e se baseia numa proposta inovadora de reestruturar a rede aérea brasileira a partir de ligações entre centros urbanos médios e aqueles ainda não congestionados do

---

46 A entrada dessa nova empresa aérea se deu mediante o interesse do empresário David Neeleman em investir na aviação do país (BETTINI, 2007; OLIVEIRA, 2009). No início do ano de 2008, foi anunciada a intenção de criar a empresa aérea e em dezembro do mesmo ano a Azul realizou dois voos inaugurais saindo de Campinas, cidade base de suas operações no Brasil e fundamento principal de sua mais destacada estratégia inovativa e de diferenciação: a de ligar centros urbanos ainda não congestionados em relação à movimentação nos aeroportos (CAMILO PEREIRA, 2016).

ponto de vista do número de voos/dia nos aeroportos. Em outros termos, sua proposta de atuação territorial se constitui pela busca de conectar centros urbanos com potencial de geração de tráfego em que as demais empresas aéreas não atuem e/ou não priorizem em suas malhas aéreas.

Assim, a malha de voos da Azul foi planejada visando ligações diretas entre esses centros urbanos que apresentam capacidade ociosa, tendo como principal base de operações o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, no estado de São Paulo, aeroporto no qual tem se definido por uma ativa atuação, em que os voos chegam e partem desse fixo aeroportuário e são distribuídos para as principais cidades médias do país, constituindo um ponto de espraiamento de ligações, inclusive com uma concentração de voos expressivamente maior que as demais empresas aéreas, como é possível observar na figura a seguir.

**Figura 2** - Painel de controle de partidas no Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas (2017)\*.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Nota:

\* A partir da figura ilustrada é possível observar também que o painel de controle de partidas mostra a concentração e domínio da companhia Azul em Viracopos. No intervalo de duas horas e vinte minutos, ou seja, entre às 15 horas e 40 minutos até às 18 horas, há apenas operações de decolagem de uma empresa. Dentre os quase 30 voos exibidos na figura 2, todos, sem exceção, são da Azul. Dentre esses, um voo para Dourados às 16h.

A essencialidade desse aeroporto na cidade de Campinas tem se desenvolvido pela estratégia de consolidá-lo como um importante *hub*<sup>47</sup> de ligação de centros urbanos de médio porte, favorecendo a rede de fluxos regionais do país, por exemplo, como Dourados, que é um ponto de conexão da malha aérea da companhia Azul.

Não é casual a escolha de Dourados na malha aérea da companhia Azul. Dourados, como salientado anteriormente, representa um centro econômico no estado de Mato Grosso do Sul, com uma população estimada em 215.486 habitantes no ano de 2016 (IBGE, 2017), considerada a segunda maior cidade do estado, atrás apenas da capital Campo Grande, comporta um aeroporto de porte regional e conta com a atuação de uma das principais companhias aéreas do país, a Azul.

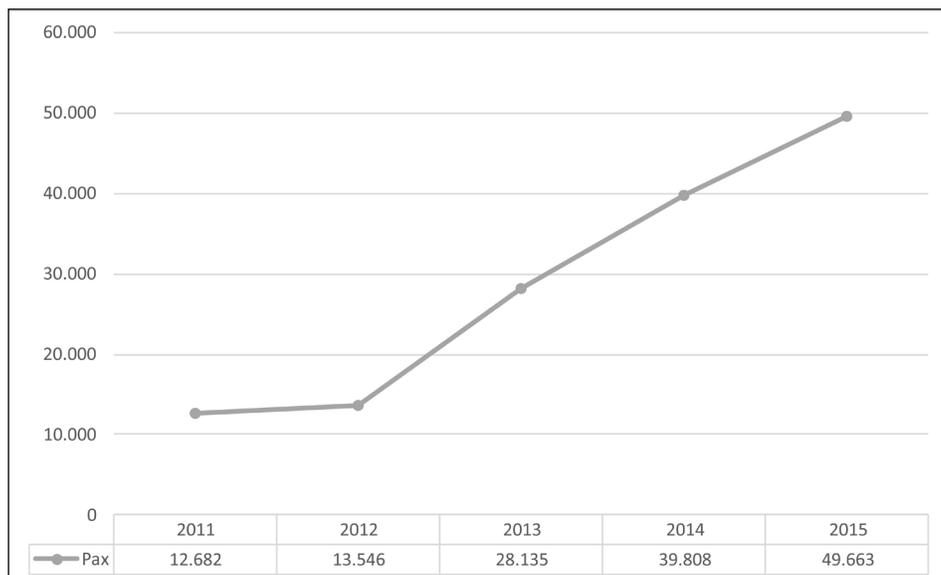
Desde a entrada no mercado da empresa Azul, o que se pode observar é um constante crescimento do número de passageiros que utilizam o modal aéreo do país, e em Dourados não é diferente. O gráfico 1 demonstra a essencialidade de Dourados na rede urbana e seu papel de polo regional, o que incide na dinâmica dos fluxos aéreos e reafirma a lógica das interações espaciais, que se propaga nas diferentes escalas territoriais.

Entre os anos de 2011 e 2015, o aeroporto de Dourados apresentou um aumento no número de passageiros transportados na ordem de 292%. Após a entrada da Azul, no ano de 2013, esse aumento foi de 108%, comparado ao ano anterior, ou seja, de 2012, quando essa companhia não atuava.

---

47 *Hubs* constituem os pontos de ligação do transporte aéreo, ou seja, são os aeroportos onde as empresas aéreas centralizam suas operações. Os *hubs* principais são aqueles em que há maior oferta e demanda de voos, daí se falar que um *hub* é estratégico ou não – se ele possui capacidade de geração de tráfego, diz-se que é estratégico do ponto de vista das empresas aéreas centralizarem suas operações. Quanto mais ligações com diferentes pontos, mais estratégico torna-se o *hub* e essas ligações são diretamente maiores se houver demanda e oferta nos itinerários.

**Gráfico 1** - Dourados-MS: série histórica do número de passageiros (pax) transportados pelo transporte aéreo (2011-2015).



Fonte: Anuário do Transporte Aéreo da ANAC, de 2011 a 2015. Organizado pela autora.

A ordem de grandeza dos fluxos se reflete também pela sua localização regional. Comparativamente aos demais aeroportos regionais do estado de Mato Grosso do Sul que possuem voos regulares, tais como: Bonito, Corumbá e Três Lagoas, apesar de suas lógicas espaciais diferentes, Dourados é o que apresenta o maior número de passageiros, de acordo com os dados estatísticos de 2015 divulgados pela Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), conforme é possível observar no gráfico 2.

No ano de 2015, Dourados transportou 1,2 vezes mais passageiros que Três Lagoas, três vezes mais que Corumbá e 7,8 vezes mais que Bonito. Contudo, essa estatística merece uma ressalva. Ainda que compreendamos que quanto maior a aglomeração urbana maiores são também os fluxos aéreos (somada à presença mais densa do meio técnico-científico-informacional), é preciso enfatizar que as funções urbanas, regionais e econômicas que as cidades desempenham em suas respectivas redes urbanas também

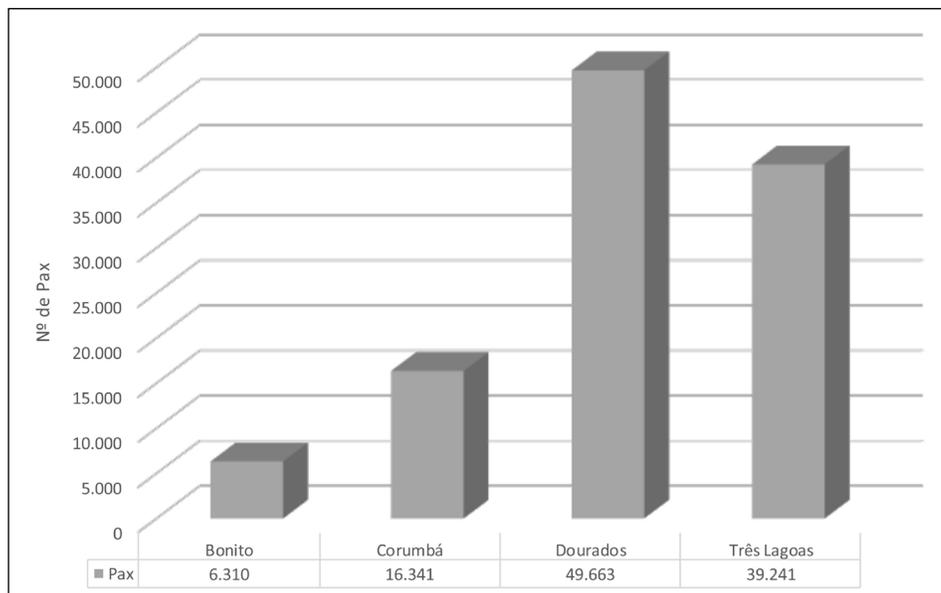
são importantes para compreender o dimensionamento dos fluxos aéreos, fato que extrapola a simples quantificação populacional.

Dois exemplos podem ser destacados nesse sentido. Primeiro considerando Três Lagoas, em decorrência de sua localização geográfica próxima ao estado de São Paulo e o desenvolvimento de uma atividade industrial pujante, observa-se o favorecimento de uma dinâmica aeroviária diferenciada. Tanto que se nota nessa localidade, sobretudo, nos últimos anos, o constante interesse de uma das principais companhias aéreas brasileira na atualidade, a Azul. Dados da ANAC (2017) quantificam um representativo aumento anual no número de passageiros na região Três Lagoas.

Bonito também tem uma peculiar característica, o segmento turístico. Ainda que o quantitativo de passageiros seja comparativamente muito inferior a Dourados, que possui uma densidade demográfica 10 vezes superior, o desenvolvimento de atividades turísticas em grande escala permite a Bonito se diferenciar na rede aeroviária estadual de Mato Grosso do Sul, quando comparado a municípios que possuem contingente populacional similar – levando-nos a uma inferência óbvia de que a esmagadora maioria dos passageiros que se utilizam desse aeroporto não são moradores da região, mas sim turistas que se locomovem até lá atraídos por suas belezas naturais e por um setor turístico consolidado.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar também que há uma concorrência entre os fixos aeroportuários de Dourados, Campo Grande e Bonito no que se refere à entrada e à saída de passageiros que têm como destino a cidade turística de Bonito. Isso ocorre porque alguns passageiros preferem utilizar os aeroportos de Dourados e Campo Grande ao invés de Bonito devido a uma maior frequência de voos e/ou o fato do valor do bilhete aéreo ser significativamente inferior nessas localidades, completando dessa forma o deslocamento pela via rodoviária.

**Gráfico 2** - Mato Grosso do Sul: comparativo do número de passageiros (pax) transportados pelo transporte aéreo nos aeroportos de Bonito, Corumbá, Dourados e Três Lagoas (2015).

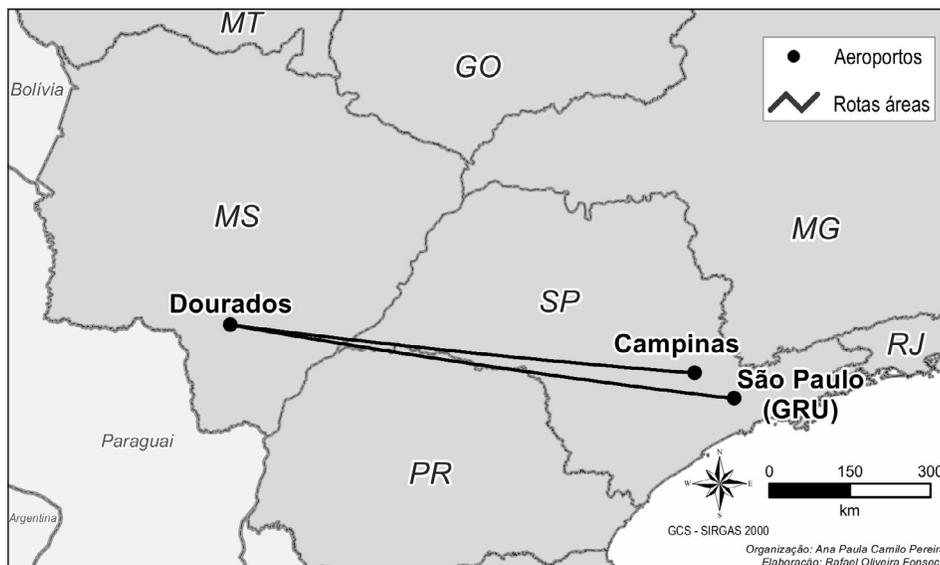


Fonte: Anuário do Transporte Aéreo da ANAC, de 2011 a 2015. Organizado pela autora.

No que se refere ao direcionamento dos fluxos, nota-se que os aeroportos localizados em São Paulo e na macrorregião metropolitana concentram essa fluidez que parte e/ou chega em Dourados por razões óbvias. São Paulo é o grande concentrador dos fluxos, “é o nó de maior centralidade da rede aérea, acompanhando sua demografia, funções econômicas e seu papel como nó na rede de cidades globais” (IBGE, 2013, p. 54).

Tendo como base a fluidez aérea no ano de 2015, podemos afirmar que, de acordo com o mapa de fluxos de Dourados, as ligações aéreas são direcionadas para os aeroportos da capital São Paulo e de sua macrorregião, que no caso é para o Aeroporto de Viracopos.

**Figura 3** - Rotas aéreas com origem/destino no Aeroporto de Dourados (2015).



Fonte: Rotas ativas em dezembro de 2015.

Até o ano 2015, segundo a ANAC e a disponibilização dos dados estatísticos dos aeroportos, além da Azul, a companhia Passaredo Linhas Aéreas atuava em Dourados. Embora a Passaredo seja uma empresa regional de relativa visibilidade no mercado desse segmento, sua atuação em grande parte se dá a partir de uma estratégia de articulação e cooperação com as companhias líderes do setor aéreo brasileiro, como por exemplo, a Latam Linhas Aéreas Brasil (antiga TAM Linhas Aéreas).

As empresas líderes, com alto poder de mercado, focam suas marcas numa escala territorial mais rentável em termos de lucratividade e de posicionamento de mercado, ou seja, atuam ativamente com suas rubricas no segmento nacional e internacional.

No entanto, a estratégia da companhia Azul de expansão territorial a partir de centros regionais do país fez com que essas companhias líderes redefinissem suas escolhas de mapa de rotas, no sentido de manter um poder

de mercado concorrencial preponderante em que suas marcas também pudessem ser projetadas no segmento regional de forma mais contundente.

Como forma de sustentar suas ofertas, empresas como a Latam atuam em cooperação com empresas regionais, que possuem um menor poder de atuação territorial nas ligações de maior concentração de passageiros, mas que estão presentes em ligações regionais. É o caso da companhia Passaredo, que atuava em Dourados mediante um acordo de cooperação com a Latam.

Nessa análise de poder de mercado e estratégias competitivas, Camilo Pereira e Fonseca afirmam (2017, p. 54-55):

[...] a Latam possui acordos com a regional Passaredo, a interconexão entre os aeroportos de Dourados e Três Lagoas são comercializados pela Latam, mas operacionalizados pela Passaredo, um ponto que define uma lógica de mercado estratégica no sentido de estar presente regionalmente com sua marca, mas atuar preponderantemente em escala nacional e internacional, repassando a operação de um voo regional para uma companhia voltada para tal finalidade.

A oferta de voos das empresas tinha como principal destino os aeroportos da macrometrópole de São Paulo<sup>48</sup>, com a diferença que os voos da Passaredo eram direcionados para o Aeroporto Internacional de Cubica, em Guarulhos/SP, e os voos da Azul para o Aeroporto Internacional de Viracopos.

Até o ano de 2012, a Trip Linhas Aéreas operava no aeroporto de Dourados. Considerada a principal companhia aérea regional do país, a Trip por anos deteve a concentração de voos regionais no Brasil, tendo

---

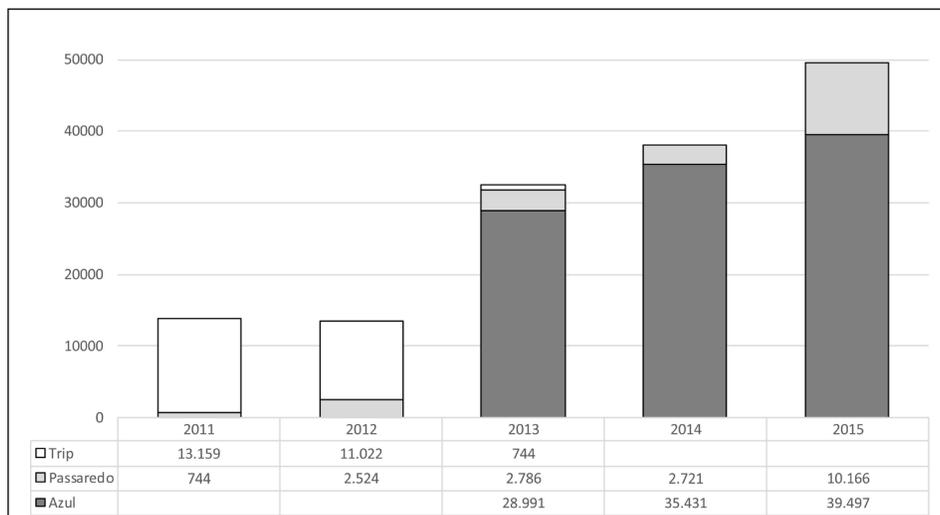
48 A Macrometrópole Paulista (MMP) abriga a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) mais as regiões Metropolitanas da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, as aglomerações urbanas de Jundiá e de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina, ainda não institucionalizada. Perfaz, portanto, 174 municípios (EMPLASA, 2017).

uma atuação massiva em aeroportos localizados em centros urbanos médios, a exemplo de Dourados, onde iniciou suas operações no ano de 2004.

Em 2012, a Trip associou-se à Azul Linhas Aéreas Brasileiras. Esse processo de fusão entre essas empresas aéreas permitiu à Azul aceder o número de passageiros, uma vez que se somou tanto o número de passageiros que eram transportados pela Trip como também garantiu a operação nos aeroportos operados pela Trip, ampliando sua área de atuação territorial. Tal fato confirmou a estratégia competitiva da Azul de atuar regionalmente no país. No ano de 2008 a companhia aérea tinha 33 rotas aéreas no Brasil; em 2013 esse número aumentou 10 vezes, após a associação com a Trip (CAMILO PEREIRA, 2016).

Como já mencionado, a concentração dos voos sempre se caracterizou por uma rota específica, para a macrometrópole de São Paulo. Os voos das empresas que atuavam a partir do ou para o aeroporto de Dourados dividiram-se entre a Trip e a Passaredo, e, após 2013, entre a Azul e a Passaredo, com extrema predominância para a Azul (gráfico 3).

**Gráfico 3** - Dourados-MS: Número de passageiro (pax) transportado pelo transporte aéreo por companhia aérea (2011-2015).



Fonte: Anuário do Transporte Aéreo da ANAC, de 2011 a 2015. Organizado pela autora.

Considerando a série histórica de fluxos de passageiros, nota-se que, no período de 2011 a 2012, a Trip concentrava um maior número de passageiros que a Passaredo. Após 2013, essa concentração passou para a Azul, ainda em detrimento da Passaredo. Essa concorrência entre as duas companhias contribuiu para que a Passaredo, em acordo com a Latam, passasse a partir de 2016 a centralizar suas operações no aeroporto de Três Lagoas, que teve um representativo aumento do número de passageiros transportados a partir de 2014, embora esse aumento também esteja associado à entrada da Azul em Três Lagoas. No ano de 2013 o aeroporto transportou 3.646 passageiros; no ano de 2015, com a atuação de duas empresas aéreas esse montante foi de 39.241 passageiros (ANAC, 2017).

Em síntese, o que se pode destacar é que a companhia Azul, em virtude de suas estratégias de mercado com foco nesse segmento regional, tem redefinido a lógica de importância do transporte aéreo em termos regionais, dando projeção a esse segmento e oportunizando o papel exercido pelas cidades médias na rede urbana brasileira.

Essa atuação territorial definida pelos interesses do capital tem um elemento determinante na escolha desse segmento, a empresa busca consolidar-se no mercado de forma que as escalas se complementem, ou seja, o voo que parte ou se origina em Dourados se constitui por diferentes fatores:

1. A oferta não se limita a Dourados, mas tem uma intencionalidade que se configura pela força de influência que o município exerce no seu entorno, característica de sua localização geográfica, funcionalidade e papel que desempenha na rede urbana brasileira e regional.

2. O voo que parte e/ou chega a Dourados funciona como um voo alimentador de outras conexões. Essa é uma ação estratégica definida pelo mercado da aviação brasileira, ou seja, pela dinâmica do capital vinculado à lógica territorial, a qual tem como finalidade: fazer com que centros urbanos que possuem essa natureza de cidades caracteristicamente definidas como médias se configurem por essa funcionalidade. Em outras palavras, são rotas que servem de “alimentadoras” das ligações mais lucrativas das grandes companhias aéreas líderes, seja por meio de ações de cooperação,

seja conforme a Azul tem atuado, criando uma demanda regional que agrega passageiros às suas ligações nacionais e quiçá internacionais.

3. O subitem anterior se confirma porque o município é um potencial gerador de tráfego aéreo para a escala nacional, até porque a distância geográfica de outros importantes centros urbanos no estado de Mato Grosso do Sul, em que o transporte aéreo é oferecido, faz com que Dourados aflore suas interações espaciais de forma mais intensa e multiescalar. Por exemplo, a maior atuação da Azul no mercado aéreo douradense tem impactado no número de passageiros no aeroporto de Campo Grande. A operação da Azul em novos aeroportos regionais do estado promoveu a captação de parte dos fluxos de passageiros do interior de Mato Grosso do Sul que anteriormente tinham como opção principal o aeroporto da capital, haja vista o aumento do número de passageiros que passaram a utilizar o aeroporto de Dourados em seus deslocamentos (CAMILO PEREIRA; FONSECA, 2017).

4. O setor aéreo tem importante contribuição na intensidade e no direcionamento das interações espaciais definidas por Dourados. Esse setor se constitui como um elemento que, ao dinamizar as interações espaciais, promove também interações que são geoeconômicas. Não é apenas uma articulação no espaço geográfico que define Dourados como um importante centro urbano catalisador de seu entorno, mas também um movimento afluente que consolida essa cidade como um ponto de conexão da rede urbana e da rede aérea do país, com forte impacto regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A geografia de distribuição dos fluxos no Brasil mostra nitidamente a centralização de voos na região concentrada do país, na qual, segundo Santos e Silveira (2004), é onde a divisão do trabalho é extrema e a vida de relações assume especial relevo. Essa geografia dos fluxos é seguida por uma lógica que articula a dinâmica do capital à dinâmica territorial. Em outras palavras, quer dizer que essa articulação entre o capital e o território é um elemento fundamental no estabelecimento de estratégias

de poder das empresas aéreas, e define suas ações, como por exemplo, onde atuar.

Certamente que este “onde atuar” não pode se limitar apenas aos grandes centros urbanos do país. Regionalmente, importantes centros urbanos têm gerado movimento, deslocamento, fluxos que, em grande medida, têm no transporte aéreo um vetor de circulação territorial extremamente relevante para compreender as dinâmicas socioespaciais e econômicas.

Nessa concepção, a estrutura de capilaridade da rede urbana define em grande medida onde o setor aéreo deve operar, ou seja, estabelece os principais pontos de conectividade no território, indica onde a demanda pode ser convergente com a oferta, revela, portanto que as cidades principais que compõem o quadro urbano atual do país são aquelas que fomentam os interesses da dinâmica do capital.

Dentro dessa compreensão temos ainda que algumas cidades que cumprem esse papel principal na rede urbana manifestam certa relevância nessa estrutura. Desse modo, definem a importância da articulação entre a dinâmica do capital e a dinâmica territorial. A separabilidade dessas lógicas inviabilizaria a constituição da aviação ao longo do tempo, uma vez que elas se retroalimentam.

As ligações aéreas estão profundamente inter-relacionadas com a hierarquia urbana (THÉRY, 2003). E é nesse contexto que destacamos Dourados no setor aéreo brasileiro, evidenciando sua capacidade de densificar-se na rede urbana brasileira, exprimindo sua força de ação regional como uma cidade média capaz de polarizar e exercer influência direta em seu entorno. Dourados reflete, desse modo, uma força à capilaridade e às trocas regionais.

Santos e Silveira (2004) destacaram, no primeiro quinquênio dos anos 2000, que nessa geografia do movimento os fluxos aéreos tinham no estado de Mato Grosso do Sul, além de Campo Grande, capital do estado, a cidade de Corumbá como um importante ponto de interseções de fluxos regionais.

Passados pouco mais de 10 anos, assistimos hoje uma outra realidade, resultado da dinâmica urbana e regional promovida por Dourados,

que lhe atribuiu a condição de cidade média mais importante do estado, revitalizando um enérgico movimento de ações e reações nesse espaço geográfico, sendo que o transporte aéreo se coloca como um setor diligente nesse processo de desenvolvimento urbano-regional, no sentido de conglobar ainda mais esforços a essa dinâmica.

Ao longo de pouco mais de uma década, é possível afirmar que os fluxos aéreos em Dourados foram exponencialmente ampliados, tanto no que diz respeito à lógica do capital que aumentou sua atuação expandindo a oferta de voos, como em relação à demanda que acompanhou a disponibilização dessa oferta.

Desse modo, temos as seguintes compreensões sobre o diligente processo de articulação entre o urbano e o transporte aéreo, dos quais podemos destacar: 1) a inegável relação entre a hierarquia urbana e a definição da hierarquia dos nós da rede de fluxos aéreos; 2) Dourados se confirma nesse cenário como um importante nó de articulação territorial; 3) a localização relativa de Dourados exprime sua efetiva ação de suscitar e produzir as interações espaciais, tonificando seu papel polarizador, uma vez que imprime interações intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade (CORRÊA, 2007) que tem no setor aéreo um importante exemplo e; 4) a relação entre a dinâmica territorial do capital reforça o papel de Dourados na rede urbana brasileira e na rede geográfica do setor aéreo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Anuários Estatísticos**. Brasil, Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. **Anuário do Transporte Aéreo**. Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Anuário do Transporte Aéreo**. Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Anuário do Transporte Aéreo**. Brasil, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Anuário do Transporte Aéreo**. Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuário do Transporte Aéreo**. Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS AÉREAS – ABEAR. **Panorama 2012**. São Paulo, 2014.

BETTINI, H. **Um retrato da aviação regional no Brasil**. Documento de Trabalho n. 018 – Acervo Científico do Núcleo de Estudos em Competição e Regulação do Transporte Aéreo (NECTAR). São José dos Campos-SP, 2007.

BORDO, A. Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, 2005.

BRITO, F. A de; PINHO, B. A. T. D. de. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. In: **Cedeplar** (Texto para discussão, 464). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p. 1 – 19, 2012

CALIXTO, M. J. M. S. A centralidade regional de uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul. Uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 58-100.

CAMILO PEREIRA, A. P. **Asas da centralidade em céus conhecidos**: a dinâmica empresarial do transporte aéreo no território brasileiro. São Paulo: Annablume, 2016.

\_\_\_\_\_.; FONSECA, R. O. Mato Grosso do Sul: o setor de transporte aéreo e a valorização de novos territórios. In: SILVA, W. G.; SILVA, P. F. J. (Org.). **Mato Grosso do Sul no início do século XXI**: Integração e desenvolvimento urbano-regional. Campo Grande, MS: Life Editora, 2017. p. 39-61, v. 2.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: interações espaciais interescalares e cidades médias. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

CONTEL, F. B. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 357-372.

CORDEIRO, H. K.; LADEIRA, F. S. B. O espaço aéreo favorece a desterritorialização? In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 283-295.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C., CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. et al. O sistema urbano brasileiro: uma análise através dos fluxos aéreos de passageiros. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 92-111, 1977.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP>>. Acesso em: 19 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Redes e Fluxos do Território**. Ligações Aéreas, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, A. V. M. **Transporte aéreo**: economia e políticas públicas. São Paulo: Pezco, 2009.

OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

THÉRY, H. O transporte aéreo no Brasil: asas da centralidade. **Mercator**, Revista de geografia da UFC. Fortaleza, ano 2, n. 3, p. 19-25, 2003.



# CAPÍTULO 04

## O HIPERMERCADO ATACADÃO E SEU PAPEL REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOURADOS, UMA CIDADE MÉDIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

*William Moreno Vascon*<sup>49</sup>

O estudo das cidades nos remete a compreendê-las como cenário das vivências humanas, das relações sociais, de consumo, de trocas, serviços, ideias e informações. É nesse sentido que vamos tentar compreender a cidade de Dourados, que se localiza no interior do estado de Mato Grosso do Sul, a 220 quilômetros de distância da capital, Campo Grande, tendo expressiva importância no contexto regional.

O desafio da análise de Dourados como cidade média e a compreensão de sua rede urbana são complexos, no entanto, torna-se necessário seu estudo, já que essas cidades desempenham papéis cada vez mais significativos na realidade urbana brasileira. No âmbito da ciência geográfica, há uma preocupação com a relevância do tema, mas é a partir das considerações de Roberto Lobato Corrêa que compreendemos o compromisso de realizar as pesquisas e as discussões. O referido estudioso afirma que:

---

<sup>49</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

A relevância de qualquer tema deriva da capacidade do pesquisador em problematizá-lo, de transformá-lo em uma questão teórica ou empírica, visando quer uma ação prática, quer a compreensão de um ou mais aspectos associados à ação humana [...] é possível, com base numa pré-problemática, criar uma problemática que alimente os estudos a respeito dessa temática. Cria-se, assim, uma relevância para o tema. (CORRÊA, 2006, p. 26-27).

Este capítulo buscará considerar a importância de Dourados no contexto regional, a partir da análise do comércio atacadista, enfocando o hipermercado Atacadão, como um dos agentes que reforçam a centralidade de Dourados. Articulando discussões sobre rede urbana e cidades médias, este estudo objetiva contribuir para a reflexão acerca desses temas, com apoio de outros estudos e da análise de dados coletados. Uma vez que há várias possibilidades de análise, torna-se necessário um recorte analítico, para isso escolhemos a oferta do comércio atacadista alimentício de Dourados para a região, pelo hipermercado Atacadão. A metodologia empregada no estudo está ligada ao projeto de pesquisa intitulado “Cidades Médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”, coordenado pela Prof.a Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto.

## **DOURADOS-MS COMO CIDADE MÉDIA E SUA IMPORTÂNCIA REGIONAL**

Dourados (figura 1) é considerada a segunda cidade de maior expressão do estado de Mato Grosso do Sul. Exerce centralidade regional e, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, possui uma população de 212.870 habitantes.

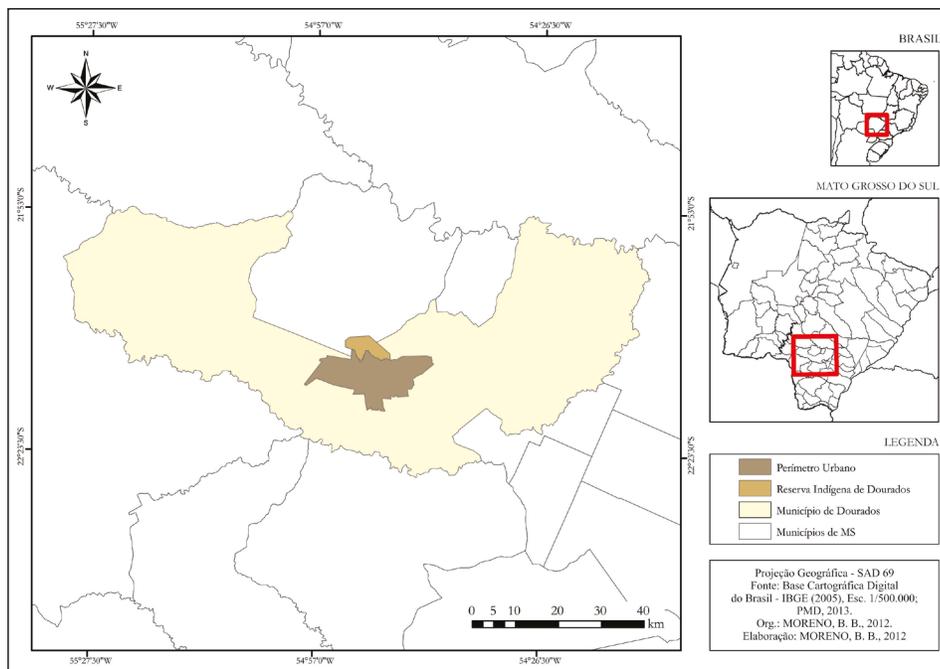
Ao pensarmos a condição de centralidade de Dourados e, por consequência, de cidade média<sup>50</sup>, devemos tentar compreender os determinantes

---

50 Cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em

no processo de reconfiguração de seu papel regional. Um fato importante para essa condição de Dourados é a sua localização geográfica, fica no centro-sul do Estado de Mato Grosso do Sul, e sua proximidade com a fronteira seca entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).

**Figura 1** - Localização do município de Dourados-MS (2011).



Fonte: SILVA, 2011.

A leitura histórica é necessária para entender os processos que culminaram na condição atual de Dourados na Rede Urbana do Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Cabe ressaltar, que no século XIX, a região foi palco de disputas na Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e

---

suas redes urbanas, diferenciando-as de cidades de “porte médio”, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico (SPOSITO, 2009).

Uruguai) e a sua vitória sobre o Paraguai resultou em uma reconfiguração de territórios. Não podemos esquecer também da importância da Cia. Matte Laranjeira, criada em 1882, por meio de concessão de terras ao então proprietário Thomaz Laranjeira por serviços prestados na guerra, que com a extração da erva-mate configurou novos papéis para o então estado de Mato Grosso, principalmente na questão econômica. A Cia. foi responsável pelo crescimento econômico do estado, pelo seu povoamento e pela criação das cidades de Porto Murtinho-MS e Guaíra-PR.

A Cia impulsionou políticas públicas do governo para o estado de Mato Grosso, que buscava desarticular o poder Cia Matte Laranjeira na região, e nacionalizar as áreas de fronteira. Entre essas medidas do governo, aparece a construção da Estrada de ferro noroeste do Brasil e a ampliação do ramal de Ponta Porã. (NAGLIS, 2007, p. 27).

De todas as políticas de integração nacional que foram implementadas no século XX, a de maior destaque e importância para a condição de centralidade de Dourados foi o projeto do governo de colonização denominado Colônias Agrícolas Nacionais. O objetivo do governo na época era ocupar “espaços vazios” e fortalecer suas fronteiras. A Marcha para o Oeste foi um projeto do governo Getúlio Vargas com o intuito de promover a ocupação dos espaços vazios demográficos, por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste (ABREU, 2001).

A formação econômica do município de Dourados e das outras cidades do sul do estado foi marcada pela política de “integração nacional” que, por determinação do Ministério da Agricultura, recebeu, na década de 1940, uma Colônia Agrícola, denominada Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Silva (2011, p. 39), com base em outros estudos, destaca que:

[...] em 28 de outubro de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. Entre as várias medidas políticas públicas que posteriormente terão como alvo o então estado de Mato Grosso do Sul, certamente a CAND, se destaca por ser a pioneira e por seus grandes impactos socio-culturais, econômicos, agrários, intra e inter-urbanos, principalmente na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul. A CAND foi instituída a partir do decreto lei n. 5.941, com o objetivo de realizar a distribuição de 6.500 lotes entre 20 e 50 hectares, para atender a pequenos lavradores comprovadamente pobres.

Os projetos de Colônias Agrícolas Nacionais realizados pelo governo tinham como propósito ocupar os espaços considerados como pouco povoados no território nacional e uma preocupação geopolítica de proteger as fronteiras (ABREU, 2001).

De acordo com o site da Prefeitura de Dourados-MS:

A colônia agrícola de Dourados, criada em 1943, com uma área de 50.000 hectares, reservado em 1923 para a colonização, passou a integrar Dourados pelo Decreto de elevação à categoria de município em 1935 atraindo para a região tantas levas de imigrantes brasileiros e estrangeiros, principalmente japoneses, que se dedicaram notadamente ao cultivo de café. (DOURADOS, 2012, p. 19).

O objetivo das colônias agrícolas nacionais era de fixar o homem no campo, estabelecendo a fundação de uma sede. Esse projeto previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais, visando uma organização de cooperativas destinadas à compra e à venda de produtos produzidos e consumidos pelos agricultores. Os títulos definitivos seriam expedidos pela Divisão de Terras e Colonização, com dados de individualização e assinados pelo Presidente da República (OLIVEIRA, 1999).

Com a consolidação da CAND, Dourados passa a se destacar cada vez mais no cenário regional, com o apoio de novas medidas políticas do

governo federal, as quais buscavam integrar o Centro-Oeste ao cenário econômico nacional, que Silva (2011) divide em duas fases: a primeira ocorrida em meados do século XX, com as ações do governo para melhor integrar o Centro-Oeste ao Sudeste; e a segunda que ocorre por volta de 1967, época em que o governo buscou a integração da região à dinâmica produtiva nacional dos complexos agroindustriais. Assim, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), com o discurso de que era necessário ocupar os “espaços vazios” no território nacional.

A SUDECO objetivava consolidar a produção no campo, ampliando as relações com o capital agroindustrial, de modo a integrar o Centro-Oeste no novo padrão agrário moderno. Essa integração foi realizada de maneira seletiva e excludente, pois os incentivos governamentais couberam aos maiores municípios produtores, consolidando também os latifúndios agrários.

Também vale destacar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/1979), que visava fazer da região um destaque no setor da agricultura. Nesse plano de desenvolvimento nacional destacou-se o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), sobre o qual Silva (2012, p. 4) ressalta:

O uso da terminologia “Grande Dourados” é originado no PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados), criado pela SUDECO em 1976. Esse programa visava o aproveitamento do potencial agrícola de 41 municípios do sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Esse programa, criado pelo governo em 7 de abril de 1976, demorou em torno de 9 meses para ser colocado em prática. O plano ajudou no desenvolvimento de Dourados e visava aproveitar seu potencial agrícola, bem como de toda a região sul do estado, pois a pecuária era predominante nos campos da região. A SUDECO fazia pesquisas no solo e também apoiava o produtor na prática da agricultura. Através do PRODEGRAN a região da Grande Dourados passou a se destacar na produção de soja e de

trigo no Brasil. A população urbana de Dourados aumentou em número bem significativo após a implantação desse programa.

Atualmente, Dourados concentra, além dos serviços de ensino superior e médico-hospitalares, significativo setor comercial, atuando como importante polo regional, principalmente para a porção sul do estado. Economicamente falando, a cidade possui papel de destaque nos setores público e privado dada a sua localização na formação territorial de Mato Grosso do Sul.

A influência de Dourados está ligada também à questão da proximidade com as cidades do seu entorno, pois a localização do município no centro-sul facilita o desenvolvimento de seu papel político-administrativo, não apenas em função da distância, mas também pelo tempo e deslocamento necessário. Sposito et al. (2007, p. 37) enfatiza que:

A importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviço.

O papel de Dourados como cidade média vai sendo delineado, então, por diversos agentes socioeconômicos que se apropriam do espaço para a reprodução de novas formas de consumo e de outras necessidades sociais – no caso de atendimento médico, de formação acadêmica, ou até mesmo de lazer. Nas palavras de Sposito et al. (2007, p. 44):

Há necessidades de um determinado nível de densidade de consumidores para que uma localidade seja objeto de interesse de capitais que se desconcentram espacialmente e se expandem territorialmente, razão pela qual se reforçou o papel das cidades médias como espaços de consumos e regionais.

Dourados passou a despertar cada vez mais investimentos de capitais, tornando-se espaço de consumo local e regional. Para comprovar isso, destacamos a presença do Shopping Avenida Center, que foi cons-

truído na cidade, relativamente distante do centro comercial, reconfigurando toda uma área, estendendo o centro comercial, atraindo investimento e instalações de novas empresas nas proximidades, fazendo com que essa porção territorial fosse ainda mais valorizada. Romero (2010, p. 51) destaca esse fato:

Dessa maneira, o papel dos shopping centers em cidades médias garante, não apenas a reprodução das relações de produção, mas representam também, as novas formas de apropriação e valorização do espaço, por meio de estratégias locacionais que produzem segmentação e diferenciação socioespacial e que devem ser analisadas criteriosamente, pois as dinâmicas urbanas, mesmo sendo produto e produtoras de uma mesma ideologia mercadológica, são manifestadas singularmente no interior da cidade.

Percebemos também a presença de várias empresas multinacionais no município – como Cargil, Bunge Alimentos, Syngenta – voltadas à produção agrícola e pecuária, dependentes da migração cidade-campo regional. Vale destacar que o comércio é de grande importância para o município. Pereira e Lamoso (2005, p. 136) dizem a respeito:

Os últimos dados disponíveis sobre a arrecadação de ICMS no município de Dourados apresentam a seguinte distribuição: 41,9% comércio, 7,9% indústria, 0,8% serviços, 38,9% agricultura, 7,3% pecuária e 2,9% eventuais. A expressão da arrecadação do comércio é até mesmo superior a da agricultura e da pecuária, ramos tradicionais e expressivos na economia do município.

Esses dados coletados por Pereira e Lamoso (2005) já demonstravam o destaque do comércio para a economia do município. Atualmente, de acordo com a Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), o comércio faz a economia do município “forte e pujante”.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Dourados tem um total de 3.349 estabelecimentos comerciais, sen-

do 303 estabelecimentos atacadistas e 3.046 varejistas. A cidade possui vários centros de compra, entre galerias, supermercados e lojas de variedades, localizadas principalmente na Avenida Marcelino Pires, no centro da cidade.

Pereira e Lamoso (2005) afirmam que a atividade comercial de Dourados se divide em dois grandes ramos: comércio atacadista e comércio varejista. O comércio varejista, por sua vez, pode ser subdividido em cinco ramos.

- 1) Lojas de departamentos tradicionais: com grande variedade e volume de produtos, expostos por departamento.
- 2) Lojas de departamentos de descontos: especializadas na comercialização de produtos com enfoque para preços mais reduzidos, que as lojas tradicionais, com ênfase em produtos sazonais;
- 3) Lojas de eletrodomésticos: especializadas na comercialização de bens de consumo duráveis e semiduráveis das chamadas linhas branca e marrom;
- 4) Lojas de vestuários: voltadas ao comércio de roupas; tecidos; artigos de cama, mesa e banho; calçados e acessórios;
- 5) Varejo de alimentos. (PEREIRA; LAMOSO, 2005, p. 132).

De acordo com os dados fornecidos por Pereira e Lamoso (2005) e pelo IBGE (2010), vemos a importância do setor de comércio e é válido contextualizar essa condição, pois os dados mostram o quão importante é esse setor no município. Mas para exercer esse papel e reforçar esses números significativos, Dourados necessita de toda a sua área de influência, dos seus municípios vizinhos e das relações de troca com eles.

[...] Ao mesmo tempo em que a presença de um comércio especializado marca e reforça a sua centralidade, Dourados depende dos centros urbanos do seu entorno e do campo para que essa condição seja assegurada. Dessa forma, o fluxo das atividades regionais ligadas ao campo e também às demandas urbanas passa por Dourados [...]. (CALIXTO, 2017, p. 96).

Vale referenciar que os municípios que compõem a rede urbana de Dourados possuem a agropecuária como uma das principais fontes econômicas. Do ponto de vista econômico, Dourados constitui-se como importante local de atração de investimentos públicos e privados, devido, principalmente, à sua posição geográfica no centro-sul do estado, proporcionando, desse modo, a atração de demandas de várias cidades de seu entorno, ou seja, possui um importante papel na rede urbana regional promovendo interações espaciais, atualmente com cidades de até seiscentos quilômetros de distância.

Podemos dizer que há uma articulação entre Dourados e seu entorno, pois o município é importante para outros centros urbanos, mas sem a presença desses, Dourados não teria seu atual destaque, demonstrando o seu papel de cidade média. Conforme enfocam Santos e Silveira (2004, p. 281):

As cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas. Em muitos casos a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional.

Portanto, Dourados se dinamiza, capitalizando recursos dos centros vizinhos, centralizando atividades, sobretudo aquelas ligadas ao consumo de bens e serviços, consolidando o papel de destaque no contexto regional enquanto prestadora de serviços a esse mercado consumidor. Calixto (2013, p. 3) destaca:

Além de estar articulado e responder a ações e determinações de escalas mais amplas (associadas a circuitos produtivos mais abrangentes), vale destacar que dentre os serviços especializados ofertados por Dourados destacam-se os ligados à educação superior e à saúde, haja vista que Dourados conta com cinco hospitais e clínicas especializadas e uma quantia considerável de cursos superiores, distribuídos em cinco instituições de ensino presencial, duas públicas e três privadas: uma universidade federal, uma estadual duas ins-

tituições particulares e uma Faculdade Teológica, ligada ao Seminário Batista.

De acordo com o IBGE/REGIC (2008), Dourados articula 21 centros urbanos de maneira direta e mais 12 de forma indireta. Estes últimos se articulam diretamente a quatro centros: Amambai, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã, ligados diretamente a Dourados. As pesquisas da REGIC apontam também para a expansão do raio de influência de Dourados na porção sul, sudeste e sudoeste do estado, alcançando até mesmo cidades do noroeste do Paraná.

Portanto, apresentamos Dourados objetivando compreendê-la como uma cidade média, em razão das relações que estabelece, da influência que exerce, dos serviços que oferece, da dinâmica econômica que desenvolve, bem como da importância do seu papel estratégico de centro gestor regional no estado de Mato Grosso do Sul. Como percebemos, as cidades médias se destacam no contexto regional como centros de serviços e de especialização, seja em termos da mão de obra, saúde, educação ou lazer e oferta de empregos. O que vale a pena destacar é que o seu papel regional, como cidade média, tem relação direta com a sua área de influência, mantendo relação de interdependência com as cidades vizinhas, em que a cidade principal se destaca como centro prestador de serviços. Essa cidade constrói, dessa forma, interações espaciais a partir de fluxos de materiais ou imateriais e assume novos papéis e função no âmbito regional ou mesmo nacional.

## **O COMÉRCIO ATACADISTA E O HIPERMERCADO ATACADÃO EM DOURADOS-MS**

Sabemos que o comércio atacadista é aquele destinado à venda em grandes quantidades de determinado produto, que nasceu da necessidade de intermédio entre o fabricante e o varejista, ou pequeno comerciante, pois havia sempre uma dificuldade de interação entre eles. Isso se dava, sobretudo, pelo fato de os fabricantes não se satisfazerem em vender em peque-

nas quantidades para o pequeno comércio, pois os custos com transportes e impostos desanimavam os varejistas. A dificuldade era comprar em grande escala, principalmente pelo seu baixo capital, devido às despesas e outros empecilhos.

Assim, a partir da necessidade de um mediador entre esses dois segmentos surge o comércio de atacado. Primeiramente se dava em barracões, onde os fabricantes, produtores e agricultores vendiam seus produtos em grandes remessas. Esses barracões estocavam os produtos e os revendiam em pequenas quantidades para os varejistas.

Silva et al. (2010, p. 9), em sua pesquisa sobre comércio de atacado, diz que:

No decorrer do desenvolvimento deste comércio, as mercadorias eram diretamente intercambiadas nos chamados posto de troca que, mais tarde, evoluíram para Armazéns Gerais que se situavam em pontos de rede de transportes, como entroncamentos no caminho das caravanas e estações ferroviárias. Com isso os comerciantes faziam seus pedidos por meio de caixeiros-viajantes, o que por sua vez, transmitiam as encomendas aos fornecedores que providenciavam as remessas.

A Divisão Estatística das Nações Unidas possui uma definição para o comércio de atacado, que se apresenta com a revenda (venda sem qualquer modificação) de bens novos e usados para comerciantes, destinada a usuários nos setores industrial, comercial, institucional ou profissional ou a outros atacadistas, ou ainda agindo como agente ou corretor na compra ou venda de mercadorias para determinadas pessoas ou empresas. Os atacadistas frequentemente embalam, separam e classificam fisicamente as mercadorias em lotes, distribuindo-os em lotes menores. Oferecem preços mais baratos por se tratar de um elo da cadeia do comércio, sendo responsável por fornecer os produtos para os comerciantes.

No Brasil, o comércio atacadista se consolidou especialmente após 1990, quando a situação econômica do país foi marcada pela constante expansão do consumo, sobretudo da população de baixa renda, na primeira

década do século XXI, com a criação de programas de auxílio monetário do governo federal, como o Bolsa Família e o Fome Zero, refletindo nos dados de consumo da população, que possibilitou o aquecimento da economia. Essa expansão já havia começado com o Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando houve a consolidação da globalização e a abertura da economia brasileira para mercados estrangeiros.

Esses processos econômicos e o novo cenário mundial capitalista forçaram uma maior competição econômica entre as empresas, característica do sistema atual. Além da necessidade de produzir mais e com maior velocidade, também necessitavam fazer transporte de qualidade, reduzir custos, com o objetivo de diminuir seus preços e demonstrar mais facilidades e vantagens aos compradores.

Xavier e Castillo (2011, p. 9) afirmam:

As empresas atacadistas têm realizado esforços direcionados ao exercício de novas funções voltadas à prestação de serviço, estabelecendo novos circuitos de cooperação, particularmente com o pequeno varejo. Seu objetivo é promover a modernização e fidelização do pequeno comerciante para que ele sobreviva à concorrência imposta pelas redes regionais e grandes cadeias de super e hipermercados, tornando-se imprescindível sua existência.

Com essas mudanças associadas a maior fluidez das empresas, destacam-se os atacadistas, que passam a melhorar seu sistema de estocagem e o desempenho de sua logística de distribuição.

Hoje, as estratégias de um mercado de atacado são as seguintes: as empresas atacadistas constroem suas lojas geralmente nas áreas centrais das cidades, para que possam atender todos os varejistas, que vão aos centros urbanos, compram os produtos para vender, por exemplo, nas áreas periféricas da cidade. Esse tipo de estratégia se apresenta aqui no município de Dourados, haja vista que o hipermercado Atacadão se localiza em área de fácil acesso, na principal avenida da cidade, Marcelino Pires, prolongamento da rodovia BR-163 que liga Dourados à capital Campo Grande e cidades adjacentes, facilitando o fluxo para os varejistas,

que também podem aproveitar os horários de funcionamento que, em dias úteis, é das 7 horas às 21 horas e nos domingos e feriados das 8 horas às 13 horas, possibilitando um período de atendimento de 14 horas, o que ajuda muito aos clientes, que podem utilizar o hipermercado após o seu expediente de trabalho.

O setor dos supermercados, seja ele de atacado ou de varejo, possui grande importância para a sociedade atual, sustentando o modo de vida ao difundir produtos de consumo vital ou supérfluos, suprimindo as necessidades da população. Normalmente, nesse setor ocorrem grandes distinções entre os diversos agentes econômicos, que exercem funções diferentes para cada estrato da população, podendo ser de diversas classes econômicas. Há mercados que atendem a área noroeste da cidade, em que o poder de compra da população é maior, devido a se concentrarem nesta porção bairros ocupados pelos segmentos socioeconômicos mais elevados. Há também supermercados que atendem as regiões mais periféricas da cidade, onde a população tem baixo poder de compra. No entanto, os supermercados, mercados ou conveniências de toda cidade são clientes do Atacadão, obviamente com variações no nível de consumo, mas a dependência desse hipermercado é mútua entre os diversos tipos de comércio varejista do município.

No Brasil, destacam-se vários grupos do setor supermercadista, na maioria grupos estrangeiros, como o Wall-Mart Brasil Ltda. e Carrefour Com. Ind. Ltda. Em Dourados abrigam-se vários grupos, como o Extra Hipermercados, ABV Supermercados, São Francisco e o Carrefour, empresa proprietária do hipermercado Atacadão.

O comércio de atacado também passa a ser classificado em especialidades. Rosalem e Santos (2006) afirmam que existem vários tipos de atacado no Brasil, diferenciando-se conforme a forma de atendimento ao cliente.

Destacam-se:

- 1) Atacadista distribuidor, que conta com equipes de vendas, atendendo a um número elevado de clientes, faz entregas com frota própria ou terceirizada.

2) Atacadista de balcão, também conta com uma equipe de vendedores internos preparados para atender aos clientes que visam este tipo de estabelecimento, trabalha com um mix de produtos representados pelos produtos de maior giro no mercado, dentro das lojas dos varejistas e o cliente, geralmente levam consigo a sua compra, não tendo entrega em domicílio.

3) Atacadista Operador Logístico, o tipo de atacado que trabalha diretamente com a indústria, assumindo todas as responsabilidades de distribuição, englobando o recebimento de mercadorias, movimentação, armazenamento, embalagem, carregamento, entregas, gerenciamento de estoques e de transportes com atendimento direto ao cliente.

4) Atacadista de Broker, o atacado de operador logístico ainda mais especializado, pois se responsabiliza até pela venda e apresentação do produto para o consumidor final.

5) E, por último, o Atacadista de Autosserviço, que é o caso do hipermercado Atacadão (ROSALEM; SANTOS, 2006).

O Atacadão tem loja na categoria Atacadista Distribuidor e Atacadista de Autosserviço, que se apresenta em Dourados. Esse tipo de atacado é caracterizado pelo seu baixo preço, devido ao corte de custos, como por exemplo: embalagens, infraestrutura barata (o prédio do hipermercado Atacadão é uma espécie de barracão com arquitetura de pré-moldados), o cliente leva suas mercadorias, assim, o hipermercado não tem despesas com transporte de entrega.

A figura 2 está disponível no site oficial do Atacadão e comprova a categoria do hipermercado como atacado distribuidor, o que é demonstrado por um prédio de estrutura “simplificada”, modelo arquitetônico das lojas Atacadão que são padronizadas em todo o país.

**Figura 2** - Dourados-MS, imagem aérea do Hipermercado Atacadão.



Fonte: Site oficial do hipermercado Atacadão. Disponível em: <[www.ataca dao.com.br](http://www.ataca dao.com.br)>.

Além disso, sempre se localiza em centros urbanos que exerçam centralidade regional, como também é o caso de Dourados. Essa condição também se percebe em Campo Grande e em várias outras cidades no território nacional. Calixto (2017, p. 96) nos aponta que:

Outro aspecto que também reforça seu papel regional é a presença de grupos econômicos de grande porte — Pão de Açúcar, Carrefour etc. —, os quais, ainda que busquem atrair consumidores de cidades pequenas da região, instalam-se em cidades médias, como é o caso de Dourados, onde geram fluxos de intensidade e natureza diferenciadas no âmbito da rede urbana, marcados por movimentos contraditórios e, ao mesmo tempo, articulados.

A empresa ocupa uma posição de destaque no cenário nacional. O Atacadão está entre as melhores e maiores empresas do seu segmento no país. De acordo com o site oficial da empresa, conta com 121 lojas de autosserviço, 22 centrais de distribuição estrategicamente localizadas e mais de 33 mil funcionários e colaboradores.

É dado destaque no site do Atacadão à sua filial em Campo Grande, como uma loja teste de 1.000 metros quadrados, com grandes corredores,

produtos em fardos e a preço de atacado que originou o autosserviço, que seria o “futuro do atacado”. Aprovado, o modelo foi para São Paulo em abril de 1985, ano de inauguração da sede na capital paulista. Em 1985 e 1986 Maringá-PR, Londrina- PR e Cuiabá-MT ganharam filiais semelhantes. No Atacadão de Dourados a estrutura da loja segue o mesmo modelo, com grandes corredores, com prateleiras bem altas, alcançando seis metros de altura, o que facilita a estocagem de produto, devido ao seu vasto espaço disponível, fazendo a arquitetura do hipermercado se assemelhar a um barracão.

Com 34 lojas no país e uma equipe dinâmica e produtiva, chamam a atenção de várias redes mundiais e em 2007 fecharam negócio com o Carrefour. O grupo francês viu a oportunidade de expandir o modelo de negócio *cash & carry* para outros países. Essa expressão inglesa *cash & carry* designa um sistema comercial de livre serviço, em que o ponto de venda oferece um modelo de negócios híbrido, voltado tanto para o comprador profissional, no caso os varejistas, como também para os consumidores finais. Esse modelo se destacou no Brasil pelo fato de oferecer diversas vantagens aos pequenos comerciantes, que isoladamente têm pouco poder de negociação junto aos fabricantes e aos distribuidores.

Em Dourados, conforme nos aponta Calixto (2017, p. 95-96):

A implantação do Hipermercado Atacadão (2002), do Assaí Atacadista (2016) e do Shopping Avenida Center (2006) coloca-se como elemento reforçador da própria condição regional de Dourados, visto que recebe um expressivo contingente populacional da região, que a ela se dirige para realizar compras nesses estabelecimentos, os únicos do gênero presentes da porção sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Seja em âmbito municipal ou regional, em Mato Grosso do Sul, as duas cidades que contam com hipermercados atacadistas de grande porte e com variedades de produtos que atendem às necessidades dos comerciantes são Dourados e Campo Grande. É possível encontrar vantagens nos hipermercados no Paraguai, devido ao baixo preço dos produtos e também pela fronteira se localizar a pouco mais de cem quilômetros de

distância de Dourados, no entanto, a ilegalidade de trazer produtos em grande escala para o Brasil desinteressa os comerciantes. Essa realidade também ocorre em outras cidades e estados. Silva et al. (2010), em sua pesquisa sobre Comércio Atacadista de Autosserviço, identifica uma relação semelhante na região Oeste do estado de São Paulo, no município de Presidente Prudente — que oferece expressiva quantidade de emprego para a região e também se destaca na prestação de serviços.

Os municípios da região Oeste de São Paulo apresentando alguma dependência em relação a Presidente Prudente, na área comercial, industrial e prestação de serviços como, por exemplo: as universidades, os supermercados, comércios atacadistas e varejistas. (Silva et al., 2010, p. 10).

Nesse município há a presença de alguns hipermercados atacadistas, dentre os quais destacamos o Makro Atacadista, uma empresa da categoria de autosserviço que atende a uma grande gama de clientes também da região Oeste do estado de São Paulo. Isso se deve ao preço considerado baixo e por ser uma empresa de grande porte, atendendo à demanda varejista da região.

O que acontece em Presidente Prudente – SP com o Makro também acontece no município de Dourados com a presença do hipermercado Atacadão, que, por se destacar pelo preço considerado baixo e por sua variedade, atrai clientes de toda a região. Com entrevistas realizadas no ano de 2013 e 2016, com o gerente de venda (Fagner) da unidade de Dourados, questionamos o motivo pelo qual esse hipermercado escolheu a cidade e, segundo o mesmo, foi devido a ser um centro comercial, de serviços e de empregos para a região. O gerente afirmou ainda que, como nunca se tem certeza do sucesso de um negócio, ao abrir uma empresa, o Atacadão “escolhe a dedo” as cidades onde serão instaladas suas lojas.

Devido ao grande fluxo de clientes do hipermercado Atacadão, resolvemos fazer levantamentos sobre qual era o contingente pertencente a Dourados e quantos eram de fora do município. Nessa pesquisa, realizada em agosto de 2013, foi contada a quantidade de carros que entravam no pátio do Atacadão no período de maior movimento, que é das 17 horas

e 30 minutos às 18 horas, entre os dias 2 e 8. As informações foram fornecidas pelo gerente Fagner. Durante esse período, contabilizando sete dias, foram contadas por meia hora cada dia, a entrada de 754 carros no total; desses, 530 (70,3%) pertenciam a clientes de Dourados e 224 (29,7%) pertenciam a cidades próximas.

Em outra pesquisa feita em março de 2016, voltamos a utilizar a contagem de carros, pois não era possível fazer outro tipo de cálculo para descobrir se o contingente de clientes de outras cidades era realmente significativo. O hipermercado Atacadão não possuía até então uma estrutura de vendas com a realização de cadastro de clientes. As vendas eram efetuadas apenas em dinheiro ou em cartão de débito automático, fazendo com que a empresa não obtivesse informações sobre seus clientes. Na contagem de veículos feita no estacionamento, contamos 123 no mesmo horário e dias da contagem anterior, entre carros, camionetes e caminhões no pátio do Atacadão, excluindo motos e motonetas. Desse número, encontramos 37 com placas de outras cidades, localizadas na região da Grande Dourados, totalizando o percentual de 30%, bem próximo ao resultado alcançado na estatística de 2013. O gerente Fagner nos relatou que é notável a presença de clientes de outras cidades diariamente no Atacadão e que ele pode identificar esse tipo de pessoas pelas compras que eles efetuam, normalmente pelo maior porte e pela solicitação de ajuda em informações sobre a cidade (onde fica o shopping center, o hospital, o centro da cidade), o que caracteriza que eles vêm para Dourados por vários motivos e interesses, novamente destacando a cidade como polo desses serviços.

Também destacamos entrevistas realizadas com alguns comerciantes, como é o caso de Edivan Marques da Silva, proprietário de uma panificadora em Dourados. O mesmo afirma que prefere comprar no Atacadão pela facilidade de poder escolher os produtos e a quantidade necessária para suprir a demanda de seu comércio.

Por sua vez, Rafael Alves, filho do proprietário de um açougue e churrascaria em Dourados, apontou que compra diretamente no Atacadão devido ao custo, destacando ainda que pode escolher os produtos. O comerciante alegou também que comprar do fornecedor em pequena

escala acarreta custos maiores, principalmente com transportes, haja vista que se comprasse uma carga de frango congelado do fornecedor, que é de outra cidade, ficaria muito caro. Além disso, a remessa precisaria de um caminhão que tivesse capacidade para manter os frangos congelados, o que elevaria o custo.

Também foram realizadas entrevistas com comerciantes de cidades da região. Celso Falinski, dono de um mercado na cidade de Caarapó-MS, colaborou com a pesquisa e apresentou números que demonstraram que comprar do fornecedor assegura maior margem de lucro com a revenda, do que se comprasse em grande quantidade. Um exemplo é uma marca de refrigerantes em que o representante da empresa faz visitas frequentes em seu estabelecimento e apresenta valores menos atrativos na compra de pequenas quantidades, igualando-se ao preço do Atacadão. Contudo, o fator transporte influencia muito, haja vista que pode demorar até cinco dias úteis para a chegada do produto. Isso faz com que o comerciante prefira comprar no Atacadão, pois a viagem leva apenas 30 minutos.

Tais entrevistas permitiram identificar o motivo dos varejistas buscarem o hipermercado Atacadão: a facilidade de poder comprar o que quiser na quantidade necessária e no mesmo lugar. Em contrapartida, o fabricante economiza com distribuição e logística. Percebemos que o varejista Celso busca um comércio de atacado em outra cidade e que isso se torna mais barato e recompõe seu estoque mais rapidamente.

A partir de tais levantamentos podemos apontar alguns elementos que nos permitem destacar a importância do hipermercado Atacadão, tanto regionalmente, quanto para a cidade de Dourados. O papel do hipermercado demonstra e de certa forma comprova a polaridade de Dourados para com seu entorno. O fato dos comerciantes se deslocarem de suas cidades demonstra a carência do comércio e prestação de serviços em suas localidades, obrigando-os a buscar em outros lugares.

O hipermercado Atacadão é apenas um dos elementos dessa rede urbana, com relações interdependentes, demonstrando a centralidade de Dourados, como os hospitais que recebem pacientes de outras cidades para atendimento médico diariamente e as universidades que recebem alunos de toda a região sul do estado.

## O HIPERMERCADO ATACADÃO NO CONTEXTO DA REDE URBANA DE DOURADOS: ANÁLISE DE UMA CIDADE MÉDIA

Como já vimos anteriormente, a análise dos acontecimentos que levaram Dourados à condição de centralidade em que se encontra atualmente, devido basicamente aos processos de políticas públicas que ocorreram na região e também pela sua posição geográfica, tendo em vista o papel que as cidades médias vêm ganhando no Brasil, Silva (2011, p. 23) destaca essa condição:

Atualmente, as cidades médias estão ocupando cada vez mais o lugar de discussão, sendo imprescindível considerar a presença dessas cidades no contexto de análise da urbanização brasileira, devido a sua importância no cenário econômico e diversas contradições que envolvem esse debate, que vão desde a nomenclatura, discussão de conceito-noção, contradições sócio espaciais e relevância de pesquisa.

É importante destacar que o contexto de cidade média vai muito além dos requisitos demográficos, que, de acordo com vários autores, apresenta de 100 a 300 mil habitantes, podendo mudar essas concepções e números segundo linhas e recortes analíticos de pesquisa. Normalmente, nessas cidades já se encontram empresas, indústrias e mão de obra de elevado padrão, melhor estruturação e qualificação. Nelas estão presentes instituições de ensino superior, hospitais bem equipados, clínicas especializadas e em algumas até shopping centers, como é o caso de Dourados, com o Shopping Avenida Center. Geralmente, essa categoria de cidade tem influência sobre seu estado ou determinada região. Esse enfoque é destacado em Calixto (2011, p. 2):

Considerando os múltiplos e complexos papéis desempenhados pela cidade de Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul, podemos considerá-la uma cidade média. É inegável a influência exercida por Dourados como polo de atração na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, parti-

cularmente nos setores de saúde, educação, serviços, comércio e trabalho.

A posição geográfica, como já abordado antes, fortalece o papel regional do município. Nos levantamentos realizados pelo estudo da REGIC (IBGE, 1993), Dourados apresentava 26 centros urbanos<sup>51</sup> em sua área de influência imediata e polarizava fluxos provenientes de 32 municípios do estado (CALIXTO, 2011). Por sua vez, os dados da REGIC (IBGE, 2008)<sup>52</sup> mostram que Dourados ampliou a sua área de influência, com a participação de 33 centros<sup>53</sup> de ligação imediata.

Ao analisar e evidenciar a rede urbana articulada por Dourados, devemos fazer uma análise sobre esta condição. Podemos definir a rede urbana como um conjunto de centros urbanos articulados entre si tornando-se um meio em que a produção, circulação e o consumo se realizam efetivamente, estando completamente vinculada à crescente rede de comunicações, interligando-se a outras redes inseridas no cenário da economia global atual. A rede urbana envolve todos os setores dos municípios, primário, secundário e terciário, ela é considerada por Corrêa e outros autores como condição para a divisão territorial do trabalho. Corrêa (2006, p. 26) ressalta:

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços

---

51 Os municípios que compunham a região de influência de Dourados, segundo os dados levantados pela REGIC (IBGE, 1993), são: Amambai, Angélica, Aquidauana, Bela Vista, Caarapó, Corumbá, Deodápolis, Douradina, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Sidrolândia e Vicentina.

52 Os dados referentes à publicação de 2008 são referentes aos levantamentos realizados no ano de 2007.

53 Os municípios que compõem a região de influência de Dourados, segundo os dados da REGIC (IBGE, 2008), são: Angélica, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru, Vicentina, Coronel Sapucaia, Paranhos, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Terra Roxa-PR, Itaquiraí, Antônio João, Aral Moreira, Caracol, Ponta Porã, Naviraí, Mundo Novo, Amambai, Guairá-PR, Bela Vista.

de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. — que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho.

Segundo o mesmo autor, graças à rede, tornam-se viáveis a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como a própria produção industrial, também articulando a circulação e o consumo entre os setores, tornando o mundo de hoje integrado.

Fazendo um breve resgate histórico sobre a rede urbana brasileira, percebemos que ela sofreu profundas transformações após a década de 1970. Corrêa (1989) resalta que elas foram determinadas por mudanças ocorridas na organização socioespacial, dentre as quais se destacam: a desconcentração, a ampliação e a diversificação das atividades industriais, com o surgimento de centros industriais diversificados e especializados; a modernização e subsequente industrialização e capitalização do campo, com ênfase na constituição de complexos agroindustriais; as inovações organizacionais junto aos setores industriais, comerciais e de serviços, com destaque para a terceirização e para a constituição de grandes corporações empresariais; a ampliação de uma base técnica associada, primordialmente, aos transportes e às comunicações, que possibilitou a diversificação das interações espaciais e também associada à produção e à distribuição de energia; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global, características de um novo mundo globalizado que alterou todos os circuitos da sociedade, no caso, também da cidade e sua rede urbana. Como destaca Bessa (2005, p. 268):

A globalização, juntamente com suas transformações estruturais, impôs novas marcas ao processo brasileiro de urbanização, visto que a cidade e a rede urbana foram reatualizadas por meio de determinações gestadas em diversas escalas e por intermédio da ação de agentes políticos, econômicos e sociais.

A rede urbana brasileira, até a década de 1970, caracterizava-se, de acordo com Corrêa (1989, p. 360), por uma relativamente pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos, por um pequeno grau de arti-

culação entre eles, com interações espaciais predominantemente regionais e pela existência de padrões espaciais simples. Corrêa (2001, p. 428) ressalta que, a partir desse período, as modificações que caracterizam a rede urbana brasileira são, sobretudo, a continuidade da criação de novos núcleos urbanos, a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a mais intensa articulação entre centros e regiões, a complexidade dos padrões espaciais da rede e as novas formas de urbanização.

A rede urbana atual é um reflexo das características dos contextos políticos, econômicos e socioculturais do seu território. Nesse contexto de reestruturação da rede urbana, cabe reconhecer, portanto, os novos papéis e valores desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, assim como importa identificar as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam, particularmente, as relações cidade-região e as relações interurbanas. Essas mudanças determinam os novos modos de inserção das cidades na rede urbana, portanto alteram os seus aspectos estruturais, a saber: os dimensionais, os funcionais e os espaciais.

A REGIC (IBGE, 2008) definiu a estrutura e a hierarquia<sup>54</sup> da rede urbana brasileira, classificando as cidades em cinco níveis e suas subdivisões.

---

54 Metrôpoles, sendo cidades que têm forte poder de influência sobre uma escala maior de cidades, além de suas fronteiras estaduais. No Brasil são reconhecidas doze metrôpoles, divididas em subníveis: A) Grande Metrôpole Nacional, tendo a cidade de São Paulo como a única deste nível. B) Metrôpole Nacional, tendo Rio de Janeiro e Brasília. C) Metrôpole, sendo as nove restantes: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. As Capitais Regionais também estão incluídas na hierarquia das cidades, nesse nível encontram-se setenta cidades em que a escala de influência restringe-se somente no âmbito regional e estadual. Esse nível também possui três subdivisões: A) Capital Regional A: nível constituído por onze cidades brasileiras, com uma população média de 955 mil habitantes. B) Capital Regional B: constituído por vinte cidades, com média de população entre 435 mil habitantes. C) Capital Regional C: nível composto por 39 cidades, com uma média populacional de 250 mil habitantes. O terceiro nível de cidades são os centros sub-regionais, composto por 164 cidades, tendo escala de influência regional, normalmente em municípios vizinhos. Subdivido em Centros Sub-regionais A, com média de 95 mil habitantes, tendo em torno de 85 cidades no país, e Centros Sub-regionais B, constituído 79 cidades, com população entre 70 mil habitantes. O quarto nível seria os Centros de Zona, um nível local composto por 556 cidades brasileiras de pequeno porte, com poderes de influência bem restritos aos municípios próximos,

Com base nos dados do IBGE (2008), Dourados é designada como Capital Regional C. Uma Capital Regional é um centro que, como as metrópoles, também se relaciona com o estrato superior da rede urbana. No entanto, sua capacidade de gestão é notavelmente inferior à das metrópoles, com área de influência de âmbito regional. As Capitais Regionais C são cidades medianas que têm em torno de 250 mil habitantes, no Brasil são 39 no total, com 162 relacionamentos. A publicação feita pelo IBGE (2008) demonstra a sua importância para seu entorno centralizando, desse modo, fluxos espaciais de várias cidades ao seu redor, centros de Zona A e B e Centros Locais, cidades nos mais baixos níveis da hierarquia urbana, que não passam de dez mil habitantes, com mediana entre oito mil. Para o IBGE, Mato Grosso do Sul possui duas redes urbanas de grande importância, a primeira e de mais destaque comandada pela capital Campo Grande, a segunda o conjunto de centros urbanos integrados por Dourados.

Sobre a centralidade exercida por Dourados, devemos fazer algumas ponderações, de acordo com o pensamento de Lefebvre (2004), pois a centralidade é entendida como algo que se expressa a partir de um centro, como a sua capacidade de concentrar e de atrair atividades e pessoas e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem. Com isso, quanto mais intensa a centralidade de um centro, maior a quantidade de atividades ou pessoas que o mesmo é capaz de atrair. A centralidade também está ligada à quantidade de fluxos que passam o centro. Assim, quanto mais intensa a quantidade de fluxos que convergem para o centro e de lá divergem para outras áreas, maior o grau de centralidade desse centro. A centralidade é ainda uma das principais características definidoras do urbano. Nas palavras de Lefebvre:

---

divididos também entre A e B, o primeiro formado por 192 cidades, com médias populacionais entre 45 mil habitantes, o segundo por 364 cidades, com população entre 23 mil habitantes. O quinto e último nível é o Centro Local, formado pelas demais cidades, cerca de 4470 cidades, com poderes de influência que não extrapola seus limites municipais, com populações sempre abaixo de dez mil habitantes (IBGE, 2008).

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada como o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa se tornar central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja o conteúdo. (LEFEBVRE, 2004, p. 108).

A capacidade de reunir, de juntar, de concentrar, é uma característica da cidade principalmente no âmbito da rede urbana, em que a capacidade de concentrar primeiramente uma realidade material (infraestruturas, ruas, prédios públicos e privados, dinheiro etc.) e também trabalhadores, consumidores, frequentadores, sentimentos e valores simbólicos. O centro como um ponto que concentra (concentrar = reunir ao centro) coisas e pessoas a partir da sua centralidade é um elemento crucial da realidade urbana. A centralidade seria justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestado por um centro a partir de sua configuração física.

Após o estudo e a compreensão da rede urbana de Dourados, as suas características e nuances, a sua posição na hierarquia das cidades e o seu papel como cidade média e de centralidade regional devemos nos perguntar sobre o papel do hipermercado Atacadão. Ou seja, sobre sua importância no reforço dessa centralidade, ou seja, qual a contribuição desse hipermercado na definição dos papéis regionais de Dourados? No caso deste estudo, o objetivo foi, após todas as discussões realizadas, do levantamento bibliográfico, das pesquisas de campo e levantamento de dados, demonstrar a importância desse hipermercado, contribuindo com a condição de centralidade regional de Dourados.

O hipermercado Atacadão, ao viabilizar os fluxos de produção, comércio, circulação e consumo, corrobora a condição de Dourados, garantindo interações socioespaciais na rede urbana, pois sabemos que o comércio é uma das principais funções desempenhadas, conforme aponta Vascon (2014), com base em Calixto (2011):

As relações entre Dourados (local onde a demanda das cidades menores busca atividades mais especializadas de serviços e comércio), e seu entorno, é fundamental para entendermos sua condição de centralidade regional e seu papel de cidade média. O município atende à demanda regional por diversos serviços e, nesse sentido, estudar a dinâmica de um setor atacadista instalado na cidade tem importância de fornecer elementos para o entendimento dos papéis regionais de Dourados. No que diz respeito ao hipermercado Atacadão, pudemos constatar que o fluxo de pessoas de várias cidades que passam para fazer compras, seja para o pequeno estabelecimento, ou para uso próprio, é significativo. (VASCON, 2014, p. 8).

Portando, o fluxo de pessoas que o hipermercado Atacadão envolve, juntamente com as interações entre o comércio atacadista, o varejista e o consumidor final, assegura seu papel importante para o estudo da rede urbana de Dourados. Os comerciantes, trabalhadores, estudantes, etc. saem de suas cidades, compram no hipermercado seus produtos, matriculam seus filhos, ou eles mesmos, nas universidades presentes no município, utilizam dele para fazer consultas médicas, ou vão ao shopping center, utilizando aquela área para o lazer. São diversos os exemplos que demonstram o que foi tratado neste trabalho. Outro contexto em evidência na centralidade de Dourados é a oferta desses serviços, por meio de estabelecimentos comerciais, grandes empresas do ramo agropecuário, de saúde, devido aos hospitais e clínicas médicas especializadas ou de educação, pela presença de instituições de ensino superior com cursos de graduação e com programas de pós-graduação.

Por meio da análise dos dados levantados e entrevistas realizadas, observamos que a maior parte dos serviços oferecidos por Dourados, com recorte para o comércio de atacado, caracteriza-se pelo atendimento das necessidades dos comerciantes, que o frequentam como oportunidade de buscar produtos mais diversificados e com preços mais baixos, presentes apenas nos centros urbanos de maior expressão no estado, no caso, Dourados e a capital Campo Grande.

O processo de realização dessa pesquisa nos permitiu verificar o papel desempenhado por Dourados na oferta de serviços, em especial de comércio atacadista. Dessa forma, procuramos fornecer elementos para análise e reflexão sobre as cidades médias, buscando contribuir para sua compreensão. As relações entre Dourados — local buscado por moradores das cidades menores da região para o consumo de produtos e de atividades mais especializadas de serviços — e seu entorno são fundamentais para entendermos sua condição de centralidade regional e seu papel de cidade média.

A importância do hipermercado Atacadão se dá ao constatarmos o fluxo de pessoas de várias cidades, que buscam realizar compras, seja para o pequeno estabelecimento ou para uso próprio, representando um número bem significativo.

Nesse sentido, este estudo se justificou pela importância em analisar e apontar elementos que nos permitam compreender que os centros urbanos que concentram a demanda, por intermédio de comércio e de serviços, tendem também a concentrar fluxos de pessoas, bens, serviços, ideias, capital, etc., assegurando e reforçando seus papéis urbanos e, conseqüentemente, sua condição regional.

Sendo assim, é importante considerar que, ao mesmo tempo em que a presença do comércio atacadista reforça a sua centralidade, Dourados depende da demanda regional para que essa condição seja assegurada. Essa realidade revela uma relação de complementaridade e diversidade, entre Dourados e seu entorno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta central deste capítulo foi discutir como o hipermercado Atacadão em uma cidade média, com características específicas, contribui para a condição de centralidade que exerce.

No decorrer do processo de pesquisa nos propusemos a compreender os papéis e a importância da cidade de Dourados no âmbito regional. A ampliação dos debates e das análises sobre as cidades médias no âmbi-

to acadêmico ocorre devido às suas novas funcionalidades e especificidades. É importante destacar que a solidez do papel da cidade de Dourados na rede urbana regional é assegurada pela própria existência de centros urbanos menores e pelas interações socioespaciais que mantém com eles. Este capítulo evidenciou a relação de complementaridade e de diversidade entre uma cidade média e seu entorno. Dourados se apresenta como centro prestador de serviços, pelo fato de seu comércio local atacadista atender toda a região, fazendo com que ocorram fluxos materiais e imateriais, assumindo assim novos papéis e funções no âmbito regional ou mesmo nacional e internacional.

No levantamento de dados e entrevistas realizadas, identificamos que os comerciantes que adquirem produtos no hipermercado Atacadão enxergam como oportunidade de buscar mercadorias mais diversificadas e com preços mais baixos, presentes apenas nas cidades de maior destaque no estado, no caso Dourados e a capital Campo Grande. Portanto, o processo de construção da pesquisa nos permitiu verificar o papel desempenhado por esse centro urbano no contexto regional, fornecendo elementos para análise e reflexão sobre as cidades médias e buscando contribuir para sua compreensão.

Nesse sentido, este estudo se baseou na importância de analisar e apontar elementos que nos permitiram compreender que os centros urbanos que concentram a demanda, por intermédio de comércio e serviços, tendem também a concentrar fluxos de pessoas, bens, serviços, ideias, capital etc., assegurando e reforçando seus papéis urbanos e, conseqüentemente, sua condição regional. Sendo assim, é importante considerar que, ao mesmo tempo em que a presença de um comércio atacadista reforça a sua centralidade, Dourados depende da demanda regional para que essa condição seja assegurada. Essa realidade revela uma relação de complementaridade e diversidade entre esse centro urbano e seu entorno. Reforçamos sobre a necessidade de se entender melhor as cidades médias, fazendo uma ampla leitura dos diversos processos que resultam na constituição dessas cidades, valorizando uma discussão que compreenda seus papéis regionais. Foi a partir dessa premissa que buscamos, no processo desta pesquisa, verificar o papel desempenhado por Dourados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, S. **Planejamento governamental**: o papel da SUDECO no espaço matogrossense. Contexto, propósitos e contradições. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, p. 268-288, out. 2005.

CALIXTO, M. J. M. A centralidade regional de uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1. ed. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2017. p. 57-100.

\_\_\_\_\_. Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. **Observatório Geográfico de América Latina**, 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/067.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **O processo de consolidação da centralidade de Dourados – MS na rede urbana**: uma contribuição para a análise de uma cidade média. 2011. 117f. Relatório (Pós-doutorado em Geografia)–Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p.424-430.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DOURADOS. **Perfil socioeconômico de Dourados-MS**. Prefeitura Municipal de Dourados, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa de população de 2015**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2010>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 1993.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

NAGLIS, S. G. B. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**. Os colonos da Colônia Agrícola de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

OLIVEIRA, B. C. **A política de colonização do estado novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 243f. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1999.

PEREIRA, A. P. C.; LAMOSO, L. P. O comércio varejista na cidade de Dourados-MS. **Geografia**, Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v.14, n. 1, p. 131-144, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em: 29 maio 2020.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados – MS**. 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

ROSALEM, V.; SANTOS, A. C. dos. Qualidade como vantagem competitiva: um estudo em empresa atacadista. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende, 2006. Disponível em: <[http://inf.aedb.br/seget/artigos06/596\\_QUALIDADE%20COMO%20VANTAGEM%20COMPE%20TITIVA.pdf](http://inf.aedb.br/seget/artigos06/596_QUALIDADE%20COMO%20VANTAGEM%20COMPE%20TITIVA.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território do início de século XXI**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

SILVA, A. M. da et al. O comércio atacadista de auto-serviço. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-16, jul/dez 2010.

SILVA, V. F. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 34, v. 2, p. 97-119, ago./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Os papéis de Dourados – MS no contexto regional**: apontamentos para análise de uma cidade média. Dourados, 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: \_\_\_\_\_. et al. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

VASCON, W. M. **A importância regional do hipermercado Atacadão em Dourados-MS**. Apontamentos iniciais para a análise de uma cidade média. 2015. 20f. Relatório (Iniciação Científica em Geografia)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

\_\_\_\_\_. O Hipermercado Atacadão e sua importância regional em Dourados-MS: apontamentos iniciais para análise de uma cidade média. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRÁFOS. 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2014.

XAVIER, M.; CASTILLO, R. A reprodução do atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos da economia urbana no Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p. 3-17. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74183/77826>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

# CAPÍTULO 05

## O PMCMV E A INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO SOCIAL EM DOURADOS-MS

*Mário Cezar Tompes da Silva<sup>55</sup>*

Um problema recorrente na trajetória da política habitacional brasileira tem sido a dificuldade de definir localizações adequadas na malha urbana para os conjuntos habitacionais destinados à baixa renda. Em regra, a habitação social produzida por aquela política caracterizou-se, no decorrer do tempo, pelo baixo grau de inserção urbana, apresentando um reduzido nível de integração às múltiplas dimensões que promovem o espaço da casa à categoria de espaço urbano. Neste capítulo temos como objetivo examinar a qualidade da inserção urbana de dois conjuntos específicos, Deoclécio Artuzi I e II, destinados à baixa renda e promovidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados-MS.

A investigação da qualidade da inserção de um assentamento no espaço urbano mais amplo não é um processo simplório e requer um esforço a fim de capturarmos suas várias formas de manifestação. Assim, objetivando alcançar maior grau de acurácia na avaliação do referido processo,

---

55 Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

o examinaremos segundo três dimensões distintas de realização: 1) a sócio-econômica-política; 2) a das infraestruturas e serviços; e 3) a urbanística.

O exame da inserção urbana dos assentamentos produzidos pelo PMCMV ganha relevância, sobretudo em vista do histórico da integração à cidade dos produtos da política habitacional brasileira que apresenta resultados largamente insatisfatórios ao longo do tempo. Nesse sentido, é importante avaliar se o referido programa esboça algum avanço na superação dessa deficiência recorrente.

A fim de operacionalizar o processo investigativo, além da revisão da literatura pertinente e a elaboração de sua síntese, foram realizadas entrevistas com integrantes do Departamento de Habitação, divisão da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Dourados, responsável pela gestão da política habitacional do município. Também foi aplicado — no primeiro e no segundo semestre de 2014 — o total de 42 questionários aos moradores dos conjuntos Deoclécio I e II. Essa bateria de questionários configurou uma amostra de 9% com relação ao total das 465 unidades residenciais que integram os dois conjuntos.

Neste capítulo se encontra o exame do processo de inserção urbana dos conjuntos Deoclécio Artuzi I e II, desdobrado em duas partes distintas. Na primeira desenvolvemos um esforço de delimitação conceitual da categoria inserção urbana e identificamos os principais processos que constroem a inserção dos assentamentos de baixa renda nas cidades ordenadas segundo a lógica do capital. Na segunda parte realizamos um diagnóstico do processo de inserção dos assentamentos Deoclécio Artuzi I e II, avaliando o grau de eficácia da sua integração com o espaço urbano que os envolve e identificando as insuficiências que tornam sua inserção na cidade um processo débil e parcial.

## **A INSERÇÃO URBANA, ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO ABSTRATO**

Aqui utilizamos a categoria inserção urbana para expressar o acesso multidimensional à cidade. Em outras palavras, a inserção de um empreendimento habitacional (loteamentos, conjunto habitacional ou qualquer

outra fração da cidade) somente se realiza em sua plenitude quando ele se conecta satisfatoriamente às três dimensões fundamentais do universo urbano: a esfera sócio-econômica-política, a esfera das infraestruturas e serviços e a esfera urbanística.

A primeira dessas esferas pressupõe aos moradores das diversas frações da cidade, por um lado, a possibilidade de consolidação de relações de sociabilidade regulares intra e interbairros, por outro, a integração à dimensão econômica do urbano, seja na condição de assalariado no mercado de trabalho formal ou como protagonista de algum empreendimento econômico. Igualmente importante é o acesso dos habitantes à arena da política, isto é, a possibilidade desses cidadãos compartilharem, em algum grau, do mecanismo de negociações e decisões que interfere nos rumos da produção do seu espaço urbano.

A segunda esfera envolve o grupo diversificado de infraestruturas (as redes de fornecimento de energia, de água tratada, de coleta de esgoto, de telecomunicações, de drenagem pluvial, das vias de circulação, etc.) e dos serviços urbanos (segurança, coleta de lixo, educação, saúde, transporte coletivo, abastecimento de bens de consumo, lazer, etc.).

A possibilidade de conexão de um empreendimento habitacional a esse rol de infraestruturas e serviços urbanos mencionados ou a sua otimização é um dos mais decisivos parâmetros para avaliar o grau de qualidade da inserção urbana. É a integração a esse conjunto de infraestruturas e serviços urbanos que possibilitará aos moradores de um empreendimento o uso satisfatório da cidade, como também de usufruírem certo nível de qualidade de vida inerente ao espaço urbano.

A terceira esfera — a urbanística — abarca componentes importantes como a localização, a acessibilidade e a fluidez urbana das diversas frações da cidade. Esses componentes urbanísticos e seu papel como indicadores da qualidade da inserção urbana foram muito bem examinados por Ferreira (2012). No caso específico da localização, a sua adequação descortina a possibilidade de uma mais eficiente inserção do empreendimento no universo da cidade. Localizações na franja urbana ou, mais grave, em áreas desconectadas da mancha urbana cobram um custo mais elevado para seus moradores se inserirem na cidade. Nesse sentido, de-

ve-se promover assentamentos com o uso misto do solo, a fim de aproximar a localização das residências dos empregos, do abastecimento e dos serviços em geral.

Já a acessibilidade refere-se a uma conexão satisfatória do empreendimento com o serviço de transporte público e com um sistema viário em boas condições de uso. Isso significa vias bem preservadas, como também proximidade aos pontos e estações de transporte coletivo, possibilidade de intermodalidade que integre distintos modais de deslocamento — transporte coletivo (ônibus, trem urbano, metrô, etc.), alternativo (bicicleta) e pedestrianismo. Ferreira (2012) enfatiza que uma acessibilidade satisfatória pressupõe em especial a possibilidade de redução tanto do tempo quanto da quantidade de deslocamentos por parte dos moradores de um dado bairro.

Por fim, a fluidez urbana refere-se à existência de uma boa articulação do bairro à malha urbana circunvizinha. Mais precisamente, a fluidez ocorre quando as vias de um dado bairro se integram sem descontinuidade ou obstáculos e com preservação da hierarquia viária com o arruamento dos bairros do entorno. Igualmente relevante como indicador de uma fluidez eficaz é a possibilidade de acesso franqueado aos espaços públicos do bairro (ruas, praças, playgrounds etc.), sem a existência de muros que o confinem e isolem da vizinhança, a exemplo do que ocorre com os condomínios fechados.

Quando observamos a trajetória histórica da política habitacional brasileira desde as suas primeiras manifestações na década de 1930 — em particular as iniciativas dessa política que eram focadas na provisão da habitação social —, verificamos que, em geral, as deficiências na inserção urbana encontram-se associadas, ou são potencializadas, por situações de fragmentação, periferação e segregação socioespacial dos moradores dos conjuntos de habitação social no espaço urbano. Na verdade, as situações mencionadas acima constituem um padrão preponderante originado por um modelo particular de urbanização. Mais especificamente o modelo produzido pelo processo de industrialização patrocinado pela expansão do capital e que se manifesta de forma mais delineada nas cidades a partir de meados do século XIX.

Com o intuito de melhor esclarecer os mecanismos responsáveis pela produção dos processos acima mencionados (fragmentação, periferação e segregação) — e, simultaneamente, sua interferência no sentido de criar constrangimentos à inserção urbana dos moradores dos conjuntos de habitação social —, gostaríamos de nos reportar a algumas contribuições de Henri Lefebvre.

Esse autor, em uma passagem de *O direito à cidade*, ao constatar que a cidade pré-existe à sociedade industrial, reconhece que, no passado medieval, apesar de precariedades, deficiências e desigualdades diversas, ela distinguia-se por se constituir em uma obra construída coletivamente e destinada ao usufruto do conjunto dos cidadãos. Nesse sentido, essa obra que era a cidade se caracterizava pelo predomínio do valor de uso sobre o valor de troca. Suas ruas, praças e edificações eram produzidas para serem usufruídas pela comunidade. As classes detentoras de riqueza investiam improdutivamente substancial parte de suas riquezas em obras de embelezamento da cidade e em atividades festivas por prazer e para auferirem prestígio.

Referindo-se especificamente à cidade medieval já na sua fase de transição para o capitalismo concorrencial, Lefebvre destaca a permanência de práticas baseadas no compartilhamento das decisões e a consequente manutenção de um caráter orgânico de comunidade naquele tipo de cidade, onde as questões e decisões da vida comunitária eram encaminhadas em assembleias, o que, no entanto, não descartava a concentração da riqueza, a existência da desigualdade de classes e a consequente disputa entre elas, bem como a presença de conflitos nesse universo urbano.

Essas cidades, pequenas aglomerações, eram uma totalidade íntegra, havia uma unidade espacial e um sentido de comunidade, ainda que em meio à desigualdade social e disputas de classes. Os diversos segmentos sociais, suas atividades e locais de moradia sobrepunham-se, misturavam-se e usufruíam o espaço comum da cidade. Havia um grau acentuado de acessibilidade e compartilhamento dos objetos da cidade e das decisões pelos cidadãos.

Essas pequenas urbes se constituíam, como afirma Lefebvre, em espaços de comunhão urbana. Em tal contexto seus habitantes desfrutavam

de um grau elevado de inserção urbana, no sentido de usufruírem e participarem, nas múltiplas dimensões da vida da cidade: política, econômica e social.

O desenvolvimento do capitalismo industrial desconfigurou esse espaço urbano íntegro, acessível e compartilhado, implodindo-o. Nas palavras de Tonucci (2013, p. 2):

A cidade tradicional explode no tecido urbano informe e estendido, formado por fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, cidades-satélites etc.). A cidade, outrora valor de uso (fruição, beleza), é transformada em mercadoria, produto com valor de troca, espaço privado para realização do lucro. Neste processo, a realidade urbana da cidade (amplificada e estilhaçada) perde os traços anteriores de totalidade orgânica, sentido de pertencimento, espaço demarcado, monumentalismo enaltecido.

Assim, o capitalismo industrial ao transformar a cidade de valor de uso em valor de troca, de obra a ser usufruída e apreciada por seus moradores em produto (mercadoria) a ser comprado e vendido, foi responsável não apenas pela explosão da cidade, isto é, a extensão exacerbada do fenômeno urbano que se disseminou e se pulverizou no espaço, mas também pela separação e confinamento dos diferentes estratos sociais em porções distintas da cidade estendida (periferias, subúrbios, bairros de classe média, conjuntos habitacionais etc.). Para os segmentos de baixa renda, essa separação significou sua expulsão do centro da cidade, a área urbana mais cobiçada com acesso mais fácil às estruturas urbanas, ao mercado, às manifestações, etc., e seu deslocamento para as bordas da cidade. Como desdobramento, esse deslocamento espacial implicou também em uma substancial redução da inserção urbana desses novos moradores transplantados. O reverso desse processo foi a ocupação do centro pelos novos detentores do poder e da riqueza.

Essa apropriação da cidade pelo capitalismo industrial e a consequente produção de um espaço urbano fragmentado, configurado em áreas distintas e apartadas onde se alojam os diferentes estratos consti-

tuintes da sociedade e o comprometimento da inserção urbana das classes subalternas deslocadas para a borda da cidade, embora, em parte, tenha resultado de um processo voluntário, sem intenções, sem vontades, não foi apenas isso. Em boa medida, foi o resultado de uma estratégia de classe, um ato de poder, com o fim de controlar o espaço urbano e assim possibilitar uma inserção mais plena das classes hegemônicas na cidade, mas especialmente na sua área mais ambicionada: o centro.

Para uma mais extensa e precisa compreensão não apenas dessa nova cidade dominada pelo valor de troca e pelas estratégias de controle das classes detentoras de riqueza e poder, mas também das restrições à inserção urbana, em particular das classes subalternas realocadas e confinadas nas periferias, gostaria de resgatar dois pares de conceitos produzidos por Lefebvre.

Com o crescimento urbano acelerado surge a noção de *habitat* em contraposição à concepção de *habitar*. Esta última envolve a ideia de inserção dos moradores na cidade através da ampla participação na vida urbana. Conforme nos explica o autor, “até então, ‘habitar’ era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade”, e a “vida urbana detinha, entre outras coisas, essa qualidade, esse atributo. Ela [...] permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem” (LEFEBVRE, 1991, p. 16).

Já o *habitat* resultou da prática de apartar e isolar a função residencial do conjunto da cidade para dessa maneira melhor projetá-la e ordená-la. Essa forma nova se corporificou nos modernos subúrbios, periferias urbanas e conjuntos habitacionais desfalcadas dos atributos constituintes da integral inserção urbana (serviços, equipamentos, participação, sociabilidade, laços comunitários, etc.). O resultado desse processo foi o surgimento de “uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade [...] urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo” (LEFEBVRE, 1991, p. 18).

Embora a disseminação da forma *habitat* seja em boa medida o resultado da promoção privada, das estratégias comandadas pelo valor de troca e pela especulação, o agente estatal tem sido também um dos vetores mais decisivos de sua produção. Nesse sentido, foi o Estado através da concepção e implantação de um modelo específico de residir: o conjunto

habitacional que levou a concepção de *habitat* ao limite. Ao abordar a lógica que move a implantação do modelo conjunto habitacional, Lefebvre nos esclarece que

A construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado. [...] a questão da moradia, ainda que agravada, politicamente desempenha apenas um papel menor. Os grupos e partidos de esquerda contentam-se com reclamar “mais casas”. Por outro lado, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do *habitat* levado à sua forma pura pela burocracia estatal. (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

O *habitat*, seja na forma de subúrbio, periferia, conjunto habitacional ou, como é mais comum, em uma combinação de algumas dessas formas, funciona, nesse sentido, como um arranjo que corrompe a inserção dos cidadãos na vida urbana, promovendo uma inserção muito parcial e empobrecida no universo rico e complexo da cidade. Isso ocorre porque, entre outras coisas, a lógica do *habitat* opera com a estratégia de restringir o processo participativo dos cidadãos na produção e gestão do espaço urbano, com a prática de apartar as funções no interior da cidade, estimulando a justaposição de espaços predominantemente monofuncionais e de confinar os diferentes estratos sociais em espaços residenciais que se organizam hierarquicamente no interior da cidade segundo a importância socioeconômica dos moradores e a qualidade das infraestruturas disponíveis.

Por outro lado, Lefebvre concebe outro par de conceitos mais amplo e complexo e, ao mesmo tempo, com capacidade de jogar mais luzes para uma compreensão mais rica da inserção urbana. Ele sustenta que a sociedade contemporânea é marcada pelo conflito entre espaço abstrato e espaço social. O primeiro é a materialização resultante tanto das inter-

venções econômicas desencadeadas por agentes do capital ao perseguir o intento da acumulação quanto também das ações de caráter político emanadas do Estado com a finalidade de exercer sua função de controle e poder sobre o conjunto da sociedade.

Já o espaço social materializaria, por sua vez, “os valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária” (LEFEBVRE, 1979 apud GOTTDIENER, 1993, p 131). O espaço social é o produto de um processo de decisão descentralizada. Caracteriza-se pela diversidade social de seus moradores e por sua integração e inserção no universo urbano. Há desigualdade e conflito, mas com a presença de forte proximidade e interação social entre os diferentes. Isso significa uma coletividade que em meio a contradições e diferenças compartilha as decisões comunitárias e onde as unidades residenciais integram-se ao conjunto dos equipamentos e serviços urbanos necessários à vida nas cidades.

Ocorre que, na sociedade hodierna, submetida às relações do capital, verifica-se um franco domínio do espaço abstrato sobre o espaço social, produzindo como desdobramento a separação e segregação das distintas classes no interior da cidade.

Assim, conforme argumenta Martins:

Na sociedade moderna, o espaço abstrato — um espaço homogêneo, fragmentado, hierárquico — chegou a dominar o espaço social, ou o espaço integrado de comunhão social, e o próprio potencial de produção do último foi, ele mesmo, atenuado. Consequentemente, o espaço social perdeu sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas — pulverizou-se em guetos distintos. Como observa Lefebvre, “os guetos da elite, da burguesia, dos intelectuais, dos trabalhadores imigrantes etc., todos eles não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados”. (MARTINS, 1982, p. 182 apud GOTTDIENER, 1993, p. 131).

Assim, o processo de proliferação do espaço abstrato que sufoca e restringe o espaço social marca a moderna cidade do capital. Esse proces-

so é assegurado pela atuação simultânea, e por vezes contraditória, do capital imobiliário e do agente estatal que, através de estratégias especulativas (o primeiro) e da normatização e suas próprias intervenções (o segundo) promovem a separação das funções no espaço urbano (zoneamento), o confinamento das classes em porções segregadas e hierarquizadas, a periferação e a fragmentação da cidade (subúrbios, conjuntos habitacionais, loteamentos afastados e espacialmente desconectados da cidade). É, sobretudo, esse conjunto de características do espaço abstrato o responsável por restringir a inserção urbana das principais vítimas desse processo: as classes subalternas.

A fim de examinarmos com mais propriedade as injunções impostas pelo espaço abstrato à inserção urbana dos segmentos subalternos elegemos o exame da atuação de uma política específica de Estado — o PMCMV — e uma intervenção concreta desse Programa materializada nos conjuntos habitacionais Deoclécio Artuzi I e II implantados em Dourados-MS.

## **A INTERVENÇÃO DO PMCMV E O DÉFICIT DE INSERÇÃO URBANA**

Lançado durante o segundo governo Lula — em março de 2009 — e consolidado posteriormente por intermédio da Lei n. 11.977 de 07 de julho de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado visando satisfazer a diversos objetivos: cumprir o papel de medida anticíclica para contrapor-se à crise financeira de 2008, fortalecer o segmento imobiliário e atender a carência de segmentos sociais específicos que demandam por moradia (famílias com renda mensal de até dez salários mínimos). Na atualidade constitui-se no mais vigoroso instrumento da política habitacional brasileira cujas intervenções revelam grande capacidade de impactar o processo de produção do espaço urbano das cidades onde atua.

Implantados com recursos do PMCMV, os assentamentos Deoclécio Artuzi I e II localizam-se na extremidade sul do espaço urbano douradense (Fig. 1). Eles são parte integrante de um empreendimento mais amplo

que ainda se encontra em andamento. A intervenção somente se completará com a conclusão da segunda etapa do Deoclécio Artuzi II que atualmente está em estágio de finalização. A primeira fase do empreendimento foi entregue em novembro de 2012 e a primeira parte da segunda etapa em abril de 2013, restando ainda algumas unidades residenciais dessa segunda etapa com a conclusão prevista para 2016.

**Figura 1** - Localização dos Conjuntos Deoclécio Artuzi I e II.



Fonte: Google Maps. Organizado por: Mário Cezar Tompes da Silva.  
Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Dourados+-+MS/@-22.2222744,-54.7946487,13z/data=!4m2!3m1!1s0x9489a825ba544f99:0xd96ef82be62edddc?hl=pt-BR>>.

Segundo o Departamento de Habitação da Prefeitura de Dourados, o montante do investimento das duas etapas soma um total de R\$ 41.426.626,71, correspondendo R\$ 9.251.705,00 à primeira etapa; R\$ 9.318.432,81 à primeira parte da segunda etapa; e R\$ 22.856.488,90 à conclusão da segunda etapa. Os conjuntos foram contemplados com um pacote básico de infraestruturas: arruamento pavimentado, calçadas, iluminação pública, redes de água tratada, de esgoto e de drenagem pluvial.

Esses assentamentos foram destinados a atender um público de baixa renda, mais especificamente os contemplados deveriam apresentar uma renda bruta familiar mensal de até R\$ 1.600,00.

Um aspecto que cabe destacar desde já é o quantitativo total de unidades residenciais dessa intervenção habitacional. Embora ela formalmente se desdobre em três etapas distintas de dimensões variadas (Deoclécio Artuzi I com 238 casas, Deoclécio Artuzi II com 227 casas na primeira fase e 450 casas na segunda), para fins práticos a referida intervenção resulta em um único e extenso conjunto habitacional com um total de 900 residências. Isso ocorre em função dessas três fases, implantadas de forma contígua, formando ao cabo um único conglomerado habitacional.

Porém, na prática o universo de residências terminou por ser ainda ampliado com a implantação de dois outros empreendimentos do PM-CMV (Harrison Figueredo I e II) que adicionou um total de 722 novas unidades residenciais. Esses dois novos assentamentos apresentam a mesma tipologia e dirigem-se a um público com o mesmo perfil de renda do Deoclécio Artuzi. Por se situarem justapostos a este último, terminaram por formar uma única e gigantesca mancha habitacional contínua abarcando um total 1.637 unidades residenciais.

Conforme a experiência do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH) já demonstrou exaustivamente, a implantação de empreendimentos habitacionais gigantescos, constituídos de unidades residenciais padronizadas e destinados a confinar segmentos de população de baixa renda é uma receita segura para gerar segregação, estigmatização social e, sobretudo, barreiras à inserção urbana de seus ocupantes (OTERO; MARTINS, 2011).

## **A INSERÇÃO NA ESFERA URBANÍSTICA**

No caso dos conjuntos Deoclécio Artuzi I e II, as barreiras à inserção urbana terminaram sendo reforçadas por circunstâncias específicas de sua localização.

Situados na extremidade sul da periferia urbana de Dourados, os referidos conjuntos encontram-se apartados do restante da cidade por dois obstáculos de monta. O primeiro, localizado no limite leste dos conjuntos, materializa-se na rodovia MS-156 que interliga a cidade ao Distrito Industrial e às margens da qual se situam os dois empreendimentos habitacionais. O segundo obstáculo corresponde à presença da BR-163 ao norte dos dois empreendimentos. Essa rodovia de pista dupla representa uma barreira ainda mais problemática na medida em que concentra intenso fluxo de tráfego, sobretudo de caminhões de carga, já que se constitui no principal corredor de exportação de Mato Grosso do Sul e serve de passagem para quem demanda aos portos de Santos-SP e Paranaguá-PR (figura 2).

**Figura 2** - Inserção dos conjuntos Deoclécio Artuzi I e II no seu entorno.



Fonte: Google Maps. Organizado por: Mário Cezar Tompes da Silva.  
Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Dourados+-+MS/@-22.2222744,-54.7946487,13z/data=!4m2!3m1!1s0x9489a825ba544f99:0xd96ef82be62edddc?hl=pt-BR>>.

Além do efeito de confinamento dos dois assentamentos pelas rodovias mencionadas, a localização dos Deoclécio Artuzi I e II ainda produz outros efeitos deletérios. Como nos explica Ferreira (2012, p. 69), para que uma localização seja adequada “deve ser evitada a proximidade a fatores prejudiciais ao bem-estar e ao conforto ambiental dos usuários e moradores, como fontes de ruídos, odores e poluição excessivos e constantes”. Porém, os dois conjuntos aqui examinados estão situados a poucos quilômetros do Distrito Industrial de Dourados (DID) o que torna seus moradores vítimas do problema decorrente dos fortes odores emitidos pelas indústrias lá localizadas.

As dificuldades locacionais são ainda agravadas pela imposição aos dois conjuntos de um uso do solo predominantemente monofuncional. A implantação dos Deoclécios formou uma extensa mancha residencial predominantemente monofuncional e socialmente homogênea — os dois conjuntos são áreas quase estritamente de moradia, com déficit de serviços e com espaço restrito para comércio localizado nas bordas dos assentamentos. Essa situação se agrava pela escassez daquelas atividades na área circunvizinha dos conjuntos.

Nessa situação de criação de uma extensa área residencial que agrega vários conjuntos e com déficit de serviços no seu entorno, o ideal seria a implantação de um empreendimento multifuncional, isto é, integrando no projeto do empreendimento a habitação, o comércio, os serviços urbanos, os espaços de convivência e lazer e, conseqüentemente, locais de trabalho. Por outro lado, a localização periférica dos dois conjuntos e o fato de se situarem a mais de sete quilômetros do centro da cidade aprofundam essas dificuldades.

A localização implica ainda em problemas para a fluidez urbana dos dois assentamentos, sobretudo como consequência da presença das duas rodovias anteriormente citadas. Quando examinamos a inserção do Deoclécio Artuzi I e II na malha viária circunvizinha, ou melhor, a continuidade do alinhamento de seu arruamento com o dos bairros vizinhos, é possível constatar que tal alinhamento somente se verifica com o conglomerado dos dois Harrinson Figueredo e deste último com o bairro vizinho situado ao norte — o Chácaras Cidélis.

Porém, essa fluidez entre esses três bairros e o restante da cidade é abruptamente interrompida ao norte, não apenas pela barreira da BR-163, mas também pelo fato da configuração dos sistemas viários desses três bairros não apresentarem um alinhamento com as vias do bairro situado após a BR-Jardim Colibri. Situação semelhante ocorre com o outro bairro vizinho situado a leste, Jardim Guaicurus, separado dos conjuntos pela MS-156 sem que também haja continuidade entre os sistemas viários situados dos dois lados da rodovia. Dentre essas duas interrupções na fluidez, a primeira é mais grave, porque significa descontinuidade de integração com o sistema viário da maior parte da cidade. Tal descontinuidade tem como consequência um aumento tanto das distâncias percorridas quanto nos tempos dispendidos nos trajetos.

A mesma dificuldade de fluidez reproduz-se com a rede de percurso para pedestres nos conjuntos. Além de pouco amigável para a circulação de pessoas no interior do conjunto (calçadas estreitas e algumas com sinais de degradação), não se integra com as redes de calçadas dos bairros vizinhos, à exceção do Harrison Figueredo, restringindo a possibilidade dos moradores deslocarem-se a pé para os bairros do entorno e em direção à cidade.

As peculiaridades de sua localização também repercutem sobre a acessibilidade dos dois conjuntos. Por se encontrarem apartados do restante da cidade pela barreira da BR-163, a integração desses dois assentamentos habitacionais com o sistema viário da cidade somente se dá por intermédio da MS-156, que, após cruzar a BR-163 conecta-se com a Avenida Coronel Ponciano, uma via que na hierarquia do sistema viário da cidade é classificada como eixo principal.

Como a MS-156 conecta a cidade com o Distrito Industrial, há um tráfego intenso, sobretudo de caminhões. Também como essa mesma via serve de principal e mais utilizado acesso à cidade para os bairros da área (Deoclécio Artuzi, Harrison Figueredo, Chácara Cidélis e Jardim Guaicurus) há uma sobrecarga de tráfego de transporte individual (automóveis e motocicletas) que compromete o tempo de deslocamento e consequentemente a qualidade da acessibilidade.

Essa última é particularmente comprometida para pedestres e ciclistas, tendo em vista a ausência de cicloviárias, calçadas ou passarelas suspensas para travessia de transeuntes. Tais deficiências têm gerado repetidos acidentes, vitimando, sobretudo, motociclistas, ciclistas e pedestres nas duas rodovias. A situação se torna mais grave quando constatamos que um quantitativo significativo de moradores dos conjuntos utiliza a bicicleta para se deslocar em direção ao trabalho e, embora em menor número, existem também os que fazem esse trajeto a pé. Entrevistas realizadas por nós com moradores dos Deoclécio I e II demonstraram que são 18,9% os que realizam esse percurso com bicicleta e 2,7% na condição de pedestres. A acessibilidade precária para esses segmentos, além de colocar suas vidas em risco permanente, os induz a trocar tais modalidades sustentáveis de deslocamento pela motocicleta ou pelo carro tão logo adquiram condições financeiras.

Os 21,6% dos moradores que utilizam cotidianamente o transporte coletivo (ônibus circulares) têm sua acessibilidade comprometida por um conjunto específico de mazelas. A existência de somente uma linha conectando os dois conjuntos à cidade contribui para que 52,6% dos usuários de transporte coletivo dos Deoclécio I e II dispendam mais tempo para se deslocarem dos conjuntos ao centro da cidade do que dispendiam a partir de seus antigos bairros.

A frequência inadequada dos ônibus nos pontos obriga os moradores a dispenderem uma hora de espera, fazendo com que 87,9% dos entrevistados dos conjuntos consumam um maior intervalo de tempo aguardando o ônibus no ponto do que consumiam nos seus bairros de origem.

Carros velhos e com higienização deficiente, defeitos mecânicos frequentes, superlotação, pontos precários constituídos de toscos marcos de madeira fincados na calçada sem nenhuma proteção aos usuários expondo-os à chuva ou ao sol, dependendo da ocasião e a inexistência de outros modais de transporte coletivo que possibilitem a adoção de esquema de intermodalidade, são outros fatores de restrição à acessibilidade dos residentes nos conjuntos Deoclécio Artuzi I e II.

O comprometimento da acessibilidade nos diversos modais de transporte disponíveis – individual (carros e motocicletas), coletivo (ôni-

bus), alternativo (bicicleta) e pedestrianismo – contribui para que 54,8% dos entrevistados dispendam, atualmente, mais tempo de deslocamento para o trabalho do que dispendiam nos bairros onde residiam antes de se transferirem para os Deoclécio I e II.

## **A INSERÇÃO NA ESFERA DAS INFRAESTRUTURAS E DOS SERVIÇOS URBANOS**

Os dois conjuntos encontram-se relativamente bem servidos no que se refere a infraestruturas. Eles foram dotados de arruamento pavimentado, calçadas com passeios públicos e arborização, redes de fornecimento de energia, de água tratada, de coleta de esgoto, de telecomunicação e de drenagem pluvial.

Como os conjuntos em tela possuem curto tempo de existência (pouco mais de um ano), as redes de infraestrutura ainda se encontram em bom estado e apresentam desempenho satisfatório. Isso ficou evidenciado nas entrevistas que não registraram descontentamento dos moradores com relação à *performance* dessas redes.

A única nota destoante nesse sentido foi a menção à obstrução das bocas de lobo da rede de drenagem durante os momentos de chuva mais intensa. No entanto, esse problema decorre, como reconhecem os próprios moradores, mais do excesso de lixo descartado nas ruas do que da deficiência da rede de drenagem implantada. No geral, é possível sustentar que a inserção urbana no plano da integração dos dois assentamentos às redes de infraestrutura é satisfatória.

O mesmo, no entanto, não se pode afirmar com relação aos serviços urbanos. A inserção urbana dos dois assentamentos nesse aspecto ocorre de forma precária e parcial. Dentre os problemas mais incômodos mencionados pelos moradores nas entrevistas, sobressaíram-se como principais: educação, saúde e limpeza urbana.

A acentuada insatisfação com os serviços de educação e saúde se deve ao fato de que, embora os dois Deoclécio Artuzi (o I e a parte já entregue do II) abriguem 465 famílias e os dois outros conjuntos anexos

(Harrison Figueredo I e II)<sup>56</sup> reúnam mais 472 famílias, surpreendentemente, há mais de um ano da implantação dos dois primeiros, não foram instalados nenhum posto de saúde, escola ou creche no local.

No caso específico dos serviços de saúde a população dos dois assentamentos em tela depende exclusivamente dos equipamentos situados em outros bairros. A maior parte, mais precisamente 61,5% dos moradores, demandam os serviços do posto de saúde do bairro vizinho (Jardim Guaicurus), os demais recorrem aos postos de outras áreas da cidade, sobretudo os dos seus antigos bairros de origem, o Pronto Atendimento Médico-PAM (bairro Cabeceira Alegre) ou hospitais públicos no centro.

A acessibilidade com relação ao equipamento mais demandado – Posto de Saúde do Jd. Guaicurus – fica comprometida pela presença de alguns fatores restritivos. O mais significativo é a presença da MS-156, que, ao interpor-se entre o Jd. Guaicurus e os dois conjuntos, funciona como uma barreira dificultando a circulação, sobretudo, de pedestres e de ciclistas, dada a ausência de estruturas adequadas para esses usuários (calçadas, passarelas suspensas e ciclovias). O segundo fator comprometedor é que, apesar do posto situar-se a uma distância significativa dos Deoclécio – 1.100 metros – a única via que o interliga aos dois conjuntos não dispõe de revestimento asfáltico, criando dificuldades para o trânsito nas épocas de chuva.

Já com relação aos serviços de educação verifica-se a existência de um terreno reservado para construção de uma futura escola situado na divisa entre os Deoclécio I e II. Até dezembro de 2014, as escolas mais próximas situavam-se nos bairros Guaicurus (Escola Municipal Prof.a Maria da Conceição Angélica) e Terra Roxa (Escola Estadual Prof. Alício Araújo). A primeira, que oferece ensino fundamental, encontra-se a aproximadamente 600 metros dos Deoclécio Artuzi, já a segunda, que disponibiliza

---

56 Embora o conjunto Harrison Figueredo seja constituído de duas etapas, até a presente data (dez. 2014) somente a primeira e parte da segunda foram entregues. Quando a última fase da segunda etapa for concluída o conjunto totalizará 722 unidades residenciais.

ensino fundamental e médio, situa-se a mais de 2,7 quilômetros dos dois conjuntos.

A acessibilidade de ambas para os residentes dos dois Deoclécio é comprometida por se localizarem externamente aos conjuntos e consequentemente obrigarem os alunos, em particular os que se deslocam a pé ou por bicicletas (46,8% do total), a enfrentarem regularmente os obstáculos representados pelas rodovias (BR-163 e MS-156), sujeitando-os a uma situação de risco permanente. Esse risco se agrava na medida em que, conforme explicamos anteriormente, as referidas rodovias não dispõem de estruturas para pedestres e ciclistas. No caso específico da E. E. Prof. Alício Araújo o obstáculo à acessibilidade é ainda agravado pela distância expressiva entre os dois conjuntos.

Porém, isso ainda não esgota toda a problemática da acessibilidade escolar. Ocorre que como as duas escolas mencionadas atendem preferencialmente os alunos dos bairros onde se localizam, elas só tiveram capacidade de absorver 58,3% das crianças em idade escolar dos Deoclécio, obrigando assim as 41,7% restantes a frequentar outras escolas em bairros ainda mais distantes.

Outro serviço urbano relevante para a avaliação da inserção urbana de um assentamento é a disponibilidade de transporte público. Isso é particularmente verdadeiro, sobretudo para comunidades de baixa renda, como é o caso dos dois Deoclécio Artuzi. A insuficiência de renda reduz a opção dessa população de usufruir meios mais dispendiosos de locomoção, como, por exemplo, o automóvel, tornando a dependência do transporte coletivo mais efetiva. Isso ficou patenteado no levantamento sobre o principal meio de transporte que a população dos Deoclécio utiliza para deslocar-se de casa ao trabalho. A maioria (29,7%) lança mão da motocicleta, mas um expressivo contingente de 21,6% depende do ônibus coletivo e, em seguida, 18,9% dos moradores deslocam-se de bicicleta.

No entanto, apesar da importância do transporte coletivo, o potencial de inserção dos moradores dos Deoclécio que dependem dessa modalidade de transporte encontra-se comprometido. Inicialmente pelo fato dos dois conjuntos disporem de um único modal de transporte coletivo que se resume ao ônibus circular. Ainda, como agravante, esse único mo-

dal disponibiliza tão somente uma linha para servir os dois conjuntos ora em exame. Como resultado dessa situação, verificou-se que, para 87,9% dos moradores entrevistados, a frequência dos ônibus nos pontos é menor do que nos bairros de origem. Atualmente, o intervalo entre os ônibus que param no ponto é de uma hora, enquanto nos bairros de origem era, em média, de 30 minutos.

O potencial de inserção urbana para a parcela dos moradores dos Deoclécio que utilizam o transporte coletivo é ainda restringido pela má conservação da frota de ônibus utilizada, o que, com base em depoimentos dos usuários, tem ocasionado frequentes falhas mecânicas que prejudicam a eficiência do deslocamento.

Outro agravante são as más condições dos pontos de ônibus. À exceção de um único ponto com cobertura e piso pavimentado, todos os demais nos dois conjuntos se caracterizam pela precariedade. Resumem-se a um marco de madeira fixado diretamente no solo argiloso sem nenhum tipo de cobertura ou piso com pavimento. Isso gera desconforto e inconveniências para os usuários, pois além da ausência de um abrigo para protegê-los da chuva e do sol, nos períodos de maior precipitação pluviométrica os pontos transformam-se em um lamaçal.

Frente a esse conjunto de deficiências do sistema de transporte coletivo disponibilizado à população, não surpreende que 65,6% dos usuários entrevistados avaliem seu desempenho como ruim. Tão somente 18,8% julgam sua *performance* como de boa qualidade.

Concluindo a avaliação dos serviços urbanos, gostaríamos de abordar o aspecto referente ao abastecimento de bens de consumo, na medida em que a existência na quantidade necessária e o acesso adequado aos locais de abastecimento são fatores relevantes para uma inserção urbana satisfatória.

Nesse sentido, é relevante enfatizar que os Deoclécio tendem a uma monofuncionalidade do uso do solo baseada na sua função predominantemente residencial. Tal monofuncionalidade somente não é completa pelo fato do PMCMV determinar que as empresas construtoras reservem 3% dos lotes do conjunto para área comercial. Esse percentual é de propriedade da construtora. Nos Deoclécios, a empresa ficou com 22 lotes comerciais para venda. No entanto, até final de dezembro de 2014, ou seja,

mais de dois anos da entrega do Deoclécio I, a única implantação comercial existente naqueles lotes resumia-se a uma pequena galeria de quatro lojas que abriga um mercadinho de conveniências (com um único caixa) e um salão de beleza – as duas lojas restantes encontram-se desocupadas.

A fim de compensar a escassez de comércio nos dois conjuntos e, simultaneamente, usufruírem de uma fonte extra de renda, alguns moradores implantaram em suas residências pequenos e precários bares com conveniências. Essas operações caracterizam-se pela improvisação e informalidade que, em geral, são abrigadas em um “puxado” precário construído na frente da residência, trabalhando com um estoque reduzido e com pouca diversidade de mercadorias. Os preços praticados tendem a ser bem mais elevados do que os do comércio regular.

Como reflexo dessa escassez e precariedade do comércio local verificou-se que tão somente 12,2% das famílias entrevistadas se abastecem<sup>57</sup> regularmente nos próprios conjuntos ou em um mercadinho de pequeno porte (dois caixas)<sup>58</sup> existente no Harrison Figueredo I. Já a grande maioria (87,8%) desloca-se para outras regiões da cidade a fim de realizar as compras em grandes supermercados, em geral situados na área central da cidade. Para essa maioria, somente compras emergenciais e muito pontuais são realizadas nos mercadinhos dos Deoclécio ou do Harrison Figueredo I.

Portanto, para conseguir usufruir preços mais compensadores e a maior diversidade de produtos ofertada pelas grandes redes de supermercados, a população dos dois conjuntos tem que se submeter a percorrer uma distância maior e dispendir mais tempo de deslocamento. Tais transtornos (deslocamentos mais longos e maior dispêndio de tempo) são os sintomas de uma inserção mais restrita dos moradores dos Deoclécio na rede de abastecimento da cidade.

---

57 Referimo-nos à compra mensal para abastecimento de alimentos, produtos de higiene pessoal e de limpeza doméstica.

58 Embora possua capacidade para cinco caixas, quando o visitamos em 12 dez. 2014 só existiam dois caixas instalados.

## A INSERÇÃO NA ESFERA SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICA

Uma das características de uma inserção urbana satisfatória é a existência de oportunidades de promoção da sociabilidade. Em outras palavras, a oportunidade de integração social, de interação entre os moradores no interior de um dado bairro (ou conjunto habitacional) e entre esses moradores e o restante da sociedade urbana.

No caso específico dos Deoclécio Artuzi I e II, deparamo-nos com dificuldades que impõem constrangimentos para o exercício da sociabilidade. Inicialmente cabe ressaltar que os dois conjuntos passaram a abrigar contingentes que foram removidos de diferentes bairros da cidade e que foram abruptamente reunidos nos dois conjuntos.

Em um primeiro momento, os dois assentamentos correspondem a um ajuntamento de desconhecidos e não a uma comunidade com relações consolidadas de vizinhança, amizade e parentesco. Tais relações são resultantes de uma convivência prolongada de muitos anos ou, em alguns casos, de várias gerações de interação social entre seus membros. Um tempo prolongado de convívio em um mesmo bairro contribui para a criação de uma rede não apenas de integração, mas de proteção social.

Segundo Augusto (2000, p. 14), um dos principais motivos que comprometem a sociabilidade “é a distância que separa os modos de vida anteriores dos atuais [...]”. Para o estudioso, “o realojamento dos indivíduos é, assim, frequentemente apresentado como um choque traumático que resulta de uma degradação das relações de vizinhança anteriores”.

Situações constatadas em outro contexto (AUGUSTO, 2000) também se aplicam no âmbito dos Deoclécio, como é o caso das novas relações de vizinhança que tiveram que ser construídas a partir do zero para a totalidade da população dos dois conjuntos, implicando a destruição das relações de vizinhanças existentes nos antigos bairros de moradia daquela população.

Embora alguns contemplados com casas nos dois conjuntos apresentassem afinidades como serem provenientes de um mesmo bairro de origem ou exercerem a mesma profissão, tais atributos não foram considerados na localização dos moradores no interior dos conjuntos. Como a

distribuição das casas foi realizada aleatoriamente por sorteio, não se cogitou contemplar a possibilidade de manter próximos aqueles moradores com trajetórias de vida afins.

Por outro lado, de todas as interações possíveis a de parentesco é que fornece o melhor suporte para a proteção e integração de seus membros na comunidade. Nesse aspecto, cabe ressaltar que a transferência para os Deoclécio representou prejuízos na sociabilidade de uma parcela significativa de seus moradores. Mais precisamente, 55% dos moradores entrevistados possuíam parentes residindo no mesmo bairro de origem, benefício que deixaram de usufruir após a transferência para os dois conjuntos.

Igualmente grave para desestimular a sociabilidade no contexto dos conjuntos do Deoclécio Artuzi é a ausência de espaços públicos que favoreçam e promovam o encontro e a interação dos moradores. O projeto desses dois assentamentos não previu a implantação de nenhum espaço de convívio e de lazer para a população. Não há uma praça, nenhuma estrutura para a prática de esportes, ainda que simplória, como um campo de futebol ou uma quadra poliesportiva. Nem mesmo um simples playground para reunir as crianças e seus pais. A ausência desses espaços restringe a sociabilidade, a possibilidade de estabelecimento de uma rede mais ampla de relações envolvendo moradores provenientes de distintas áreas dos conjuntos.

Nesse contexto adverso, as perspectivas de sociabilidade tendem a se resumir ao critério da proximidade. Assim, as interações costumam resumir-se às relações mais restritas com os vizinhos próximos.

No que se refere à sociabilidade entre os moradores dos Deoclécio e o restante da sociedade urbana, a localização periférica e a distância dos conjuntos, seja em relação ao centro da cidade, seja em referência aos antigos bairros de origem dos moradores, impõem alguns constrangimentos para a sua satisfatória realização. Um indicador ilustrativo das dificuldades para o desenvolvimento de redes de relações mais amplas que ultrapassem os limites da comunidade dos conjuntos refere-se à participação dos moradores nas atividades de suas igrejas.

Partimos do princípio de que a igreja é uma instituição que favorece o estabelecimento e a ampliação de redes de relações sociais, desempenhando um papel de catalisador da integração social dos indivíduos. Nesse sentido, Almeida e D'Andrea, ao examinarem especificamente a frequência regular aos cultos evangélicos, constatam que “a interação propiciada por essas reuniões resulta em formação de alianças matrimoniais, laços de solidariedade econômica e forte capacidade de mobilização interna” (2004, p. 103).

No caso específico do Deoclécio Artuzi constatamos que 27,3% dos entrevistados que anteriormente frequentavam igrejas regularmente, seja as situadas no bairro de origem ou no centro da cidade, deixaram de fazê-lo, alegando dificuldades decorrentes da distância e/ou dificuldades de disponibilidade de meios de deslocamento<sup>59</sup> para acessar os seus antigos templos. Concretamente isso significa que a transferência para os Deoclécio Artuzi significou o rompimento, ainda que eventualmente temporário, com um importante canal promotor de integração social expresso pela participação regular desses moradores em suas igrejas.

Já no que diz respeito à inserção dos moradores no processo político de tomada de decisões relativamente às questões que afetam o seu espaço de moradia, é possível também constatar constrangimentos que tornam tal inserção muito insatisfatória.

Construídos na borda do espaço urbano, na periferia distante e deslocados do centro da cidade, conjuntos como os Deoclécio desenvolvem naturalmente entre seus moradores a sensação de segregação e de exclusão. Por outro lado, o padrão arquitetônico típico que predomina nesses casos (habitações standardizadas), aliado à homogeneidade social de seus moradores, gera uma forte estigmatização desses conjuntos na sociedade que passa a enxergá-los como bairros de pobre. Essas situações adversas dificultam o surgimento, entre os residentes, de um sentimento de identificação com o local de moradia.

---

59 Nesse sentido, a reclamação refere-se, sobretudo, a queda da frequência de circulação do transporte coletivo durante os finais de semana nos Deoclécio.

Tais circunstâncias interferem na capacidade de inserção política de seus moradores na medida em que desmotivam a articulação e a mobilização dos moradores em prol do seu local de residência.

Ao referir-se aos conjuntos sociais, um estudioso dessa temática nos explica que:

O modo como o indivíduo se relaciona no seu espaço e o modo como constrói a sua identidade, dificilmente gerarão uma participação dos actores. O indivíduo não defenderá o seu espaço se não se identificar com ele e dificilmente porá em marcha uma iniciativa colectiva se carecer de relações de sociabilidade regulares. (AUGUSTO, 2000, p. 2).

Dessa forma, “por estar desidentificado com o bairro, o indivíduo não o promove nem o defende e dificilmente consegue gerar lógicas de acção colectiva” (GUERRA, 1994 apud AUGUSTO, 2000, p. 2). Ou seja, as características intrínsecas desses conjuntos sociais (segregação, exclusão, estigmatização e desidentificação) refreiam a mobilização, a ação coletiva e a participação política de seus moradores.

Nesse contexto, o morador, no lugar de desempenhar o papel de ator ativo e cidadão participante, torna-se um agente passivo do assistencialismo estatal, como muito bem expressa Augusto (2000, p. 2), “a condição de actor nestes espaços confina-se muitas vezes à de receptor passivo ou beneficiário, face a uma estratégia fundamentalmente assistencialista do providencialismo tradicional”.

A indigência de protagonismo e de participação dos beneficiados dos Deoclécio fica evidenciada na ausência dos moradores nas etapas de elaboração do projeto e da execução da construção. Eles não tiveram nenhuma possibilidade de opinar sobre as características da habitação em que iriam residir. No que se referem ao projeto, as especificações que definem as características da moradia (dimensões, aberturas, divisão interna, materiais empregados etc.) já estão pré-definidas pelas diretrizes da Caixa Econômica Federal. No que diz respeito à execução, a participação fica impossibilitada em virtude da necessidade de construir rapidamente.

Tampouco é possível a participação dos moradores no processo que decide sua distribuição nas unidades residenciais, determinado por sorteio.

Já no que se refere à gestão cotidiana do espaço dos conjuntos, é possível constatar que os processos anteriormente mencionados de segregação, exclusão, estigmatização e identificação truncada, também aqui geram obstáculos para a participação política, para a ação coletiva em prol da solução dos problemas da comunidade. Há uma evidente dificuldade de mobilização e união dos moradores, até mesmo para reivindicarem a resolução das duas principais mazelas que afetam e incomodam a maioria deles, como é o caso dos déficits nos serviços em educação e saúde, conforme ficou patenteado em nossas entrevistas.

O que deveria se constituir em um dos principais mecanismos de aglutinação de interesses, mobilização e canalização de reivindicações da comunidade – a Associação de Moradores – tornou-se, na verdade, a expressão da desvitalização da ação coletiva. É sintomático dessa realidade o fato de mais de 85% dos entrevistados afirmarem desconhecer a existência da entidade. Um agravante é o processo de personificação da Associação, ou seja, a redução da entidade à pessoa de sua presidente. Isso fica mais claro quando, embora a massiva maioria desconheça a existência da Associação, mais de 87% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da existência da “presidente do bairro”, e a maioria sabe mencionar seu nome, embora desconheça o nome de qualquer outro integrante da diretoria da Associação.

Igualmente ilustrativo da desmobilização, do desinteresse e da descrença no trabalho da entidade que, em tese, deveria ser o dínamo da mobilização política e do canal coletivo de pressão da comunidade, é o fato de que 33,3% dos entrevistados tenham afirmado que não acompanham o trabalho da Associação/presidente do bairro, ou, mais grave, que outros 48,5% julguem seu desempenho como negativo.

Frente ao esvaziamento e à descrença no instrumento de articulação da ação coletiva, a inserção dos moradores na esfera da política vem se dando, mais frequentemente, por iniciativas individuais de um e de outro que recorre, por conta própria, a um vereador ou a alguma instância da Prefeitura para reivindicar algum benefício do poder público. Essas ações

individuais, além de contribuírem para minar ainda mais a possibilidade de união de esforços no âmbito da Associação, pulverizam a inserção política, sujeitando com frequência os moradores às práticas clientelistas da troca de favores e de depreciação da cidadania.

Por fim, a última modalidade a ser examinada é a inserção dos residentes dos dois conjuntos no âmbito da economia urbana. De início, é importante recordar que a população moradora nos dois Deoclécio é constituída de trabalhadores de baixa renda. O parâmetro, nesse sentido, é dado pelo limite máximo de proventos para concorrer a uma casa nos dois conjuntos que consiste em possuir uma renda bruta familiar mensal de até R\$ 1.600,00.

Por outro lado, *pari passu* com a baixa renda, trata-se de um universo com reduzido grau de escolaridade, conforme demonstrado por nosso trabalho de campo. A grande maioria, 53,7%, possui o fundamental incompleto, secundado por 12,2% com o médio incompleto. Apenas 4,9% possuem curso superior concluído e finalmente 2,4% correspondem aos analfabetos (quadro).

**Quadro** - Grau de escolaridade dos residentes dos conjuntos Deoclécio I e II (em %), Dourados (2014).

Fundamental incompleto	7,3
Fundamental completo	53,7
Médio incompleto	19,5
Médio completo	12,2
Superior incompleto	0
Superior completo	4,9
Analfabetos	2,4

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Sobretudo esses últimos dados relativos à situação da escolaridade, de antemão, já, em boa medida, condicionam a inserção da população dos Deoclécio na esfera da economia urbana douradense. Nesse sentido, é importante enfatizar que a maioria dos moradores realiza sua inserção

econômica na condição de assalariado. Mais precisamente 61,5% dos entrevistados encontram-se nessa situação. Destes, 91,6% possuem carteira assinada e, portanto, inserem-se no mercado formal de trabalho, enquanto 8,3% não possuem carteira assinada e se integram precariamente ao mercado de trabalho.

Entre os inseridos no mercado formal de trabalho há um perfil diversificado de profissionais, entre os quais se destacam os operários da indústria e os empregados do setor de serviços (faxineiras, motoristas, auxiliares de cozinha, atendentes de lojas etc.). Já entre aqueles que se relacionam informalmente com o mercado de trabalho assalariado predominam as empregadas domésticas.

Por outro lado, 28,2 % inserem-se na esfera econômica na condição de autônomos. Destes, a imensa maioria, 91 %, integram-se informalmente na atividade econômica urbana, na sua maior parte correspondendo aos catadores de recicláveis, aos trabalhadores braçais de carga e descarga, às manicures, às diaristas domésticas, etc. Apenas 9 % dos autônomos integram a economia formalmente. Os demais 10,3 % correspondem a moradores aposentados que já se retiraram do mercado de trabalho.

Embora a maior parcela dos residentes nos Deoclécio se integre à atividade econômica na condição de assalariados formais, é necessário enfatizar que as atividades por eles desempenhadas situam-se entre as que pressupõem um menor grau de especialização e conseqüentemente disponibilizam remunerações modestas. Por fim, gostaríamos de sublinhar como ainda é significativa a fração dos que se inserem precariamente no mercado (próximo de um terço do total), em atividades informais, exercendo funções que se situam na periferia da economia urbana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando examinamos a atuação do PMCMV a partir da visão angular dos conjuntos Deoclécio Artuzi I e II verificamos que o Programa prioriza uma abordagem quantitativa – construir um volume crescente de habitações. Essa prioridade dispensada ao quantitativo torna-se revela-

dora de características essenciais do programa: promoção do crescimento econômico, obtenção de resultados em curto prazo e escassa preocupação com as consequências futuras. O resultado concreto disso é o confinamento de um segmento social homogêneo – os pobres – transposto de diferentes pontos da cidade e confinado em um conjunto de unidades habitacionais padronizadas com sérias restrições de integração aos benefícios do universo urbano.

Tal resultado nada mais é que o desdobramento natural da estratégia adotada pelo PMCMV que se guia pela lógica da produção do espaço abstrato tal qual concebido por Lefebvre. Estratégia que resulta em guetos de confinamento dos segmentos empobrecidos da sociedade, que são obrigados a compartilhar espaços residenciais marcados não apenas pela homogeneidade social, mas também pela padronização arquitetônica, que tende à monofuncionalidade, à estigmatização e ao preconceito. sobretudo, uma estratégia que cerceia o processo participativo dos cidadãos na produção e na gestão de seu espaço de moradia.

A afirmação do espaço abstrato é a negação da vida em comunidade. Essa estratégia comporta reduzidas oportunidades para a criação de comunidades centradas na promoção do bem-estar, da sustentabilidade, dos valores de uso, da participação e da autogestão, mas, principalmente, contempla escassa oportunidade para gerar comunidades que usufruam de satisfatória integração com o espaço urbano mais amplo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 68, mar. 2004. Disponível em: <[http://cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/ALMEIDA\\_DANDREÁ\\_Pobreza%20e%20redes%20sociais%20em%20uma%20favela%20pauli.pdf](http://cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/ALMEIDA_DANDREÁ_Pobreza%20e%20redes%20sociais%20em%20uma%20favela%20pauli.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2015.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2015.

AUGUSTO, N. M. Habitação social – da intenção da inserção à ampliação da exclusão. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Lisboa. **Actas...** Lisboa: APS, 2000. Disponível em: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462df3cd04e3f\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF)>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CARMO, R. R. do et al. Uma reflexão sobre a inserção da habitação de interesse social a partir da experiência do município de Rio Doce-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 14., de 23 a 27 de maio 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/raquel\\_rolnik.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/raquel_rolnik.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2014.

CHAGAS, C. A. de M. **A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na região Metropolitana de São Pulo, o caso de Francisco Morato**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Rural) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, J. S. W. (Coord.) **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira\\_2012\\_produzirhab\\_cidades.pdf](http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2014.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social**: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. In: SATTLER; M. A.; PEREIRA; F. O. R. (Ed.). **Construção e Meio Ambiente**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 128-167. v. 7. Coletânea Habitare. Disponível em: <[http://www.habitare.org.br/ArquivosConteudo/ct\\_7\\_comp.pdf](http://www.habitare.org.br/ArquivosConteudo/ct_7_comp.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

NAMUR, M. A questão da localização no processo de produção pública habitacional da CDHU no espaço urbano. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 55-66, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3517/1920>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

OTERO, E. V.; MARTINS, M. L. R. A reabilitação de conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo, **Revista Faac.**, v. 1, n. 1, abr./set. 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/download/35/10](http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/download/35/10)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PEDRO, J. B. **Programa Minha Casa Minha Vida**: Riscos, oportunidades e recomendações para a melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística. 2013. Disponível em: <[http://www.academia.edu/4868470/Programa\\_Minha\\_Casa\\_Minha\\_Vida\\_Riscos\\_oportunidade\\_e\\_recomendacoes\\_para\\_a\\_melhoria\\_da\\_qualidade\\_arquitetonica\\_e\\_urbanistica\\_comunicacao](http://www.academia.edu/4868470/Programa_Minha_Casa_Minha_Vida_Riscos_oportunidade_e_recomendacoes_para_a_melhoria_da_qualidade_arquitetonica_e_urbanistica_comunicacao)>. Acesso em: 08 jul. 2014.

ROLNIK, R. (Coord.). **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. Projeto apresentado à chamada MCTI/CNPq/MCIDADES n. 11, 2012. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Equipe Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade. Nov. 2014. Disponível em: <[https://www.itdp.org/wp-content/uploads/2015/03/ITDP-Brasil\\_Ferramenta-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Inser%C3%A7%C3%A3o-Urbana\\_em-PT\\_vers%C3%A3o-WEB.pdf](https://www.itdp.org/wp-content/uploads/2015/03/ITDP-Brasil_Ferramenta-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Inser%C3%A7%C3%A3o-Urbana_em-PT_vers%C3%A3o-WEB.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: porque nossas cidades continuam tão precárias? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 14., de 23 a 27 de maio de 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/raquel\\_rolnik.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/raquel_rolnik.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2014.

SANTOS, C. M. L.; JORGE, L. de O. Método de avaliação da qualidade da inserção urbana aplicado a um empreendimento residencial do programa Minha Casa Minha Vida. **Arq. Urb.**, São Paulo, USJT, n. 12, p. 95-111, segundo semestre 2014. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/6-cynthia-marcosini.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2015.

SILVA, A. F; SOBRINHA, M. D. P. B.; FERREIRA, G. D. Inserção urbana e organização social no programa Minha Casa Minha Vida: Desafios e limites na escala da metrópole. In: In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 16., de 18 a 22 de maio 2015, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=540](http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=540)>. Acesso em: 26 ago. 2015.

TONUCCI, J. Henri Lefebvre e a atualidade urgente do direito à cidade. **Olho da rua – Urbanismos críticos**. 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://olhorua.wordpress.com/2013/07/29/henri-lefebvre-e-a-atualidade-urgente-do-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 03 maio 2014.

# CAPÍTULO 06

## AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL EM DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DO ECOVILLE DOURADOS RESIDENCE & RESORT

*David Ader Santos Lourenço<sup>60</sup>*

Neste texto, procuramos entender e analisar a nova dinâmica da produção habitacional em uma cidade média, Dourados-MS. Para tal, tomamos como referência o loteamento fechado Ecoville Residence & Resort.

Assim, partiremos de um breve resgate acerca da origem dos loteamentos fechados, procurando relacionar essa forma de produção com as práticas/estratégias do setor imobiliário e relacionando com a produção socioespacial na cidade de Dourados, levando em consideração, especificamente, o loteamento fechado citado acima, ou seja, o Ecoville Residence & Resort. Por fim, procuramos trazer aspectos do perfil de alguns moradores e/ou adquirentes de lotes, buscando entender os motivos que os levaram a morar e/ou comprar lote no referido loteamento.

---

60 Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.

## LOTEAMENTOS FECHADOS: UMA TENTATIVA DE RESGATE

A ideia de segurança e o medo da violência têm sido fatores responsáveis pela proliferação de loteamentos fechados. No Brasil, a busca por tais loteamentos tem sido uma das características mais marcantes no processo de urbanização desde as décadas de 1970 e 1980.

Algumas literaturas a respeito da temática indicam que os primeiros loteamentos fechados surgiram no estado de São Paulo. Em 1974, foi aprovado o primeiro loteamento fechado em São José do Rio Preto, o Condomínio Bourgainville. Neste mesmo período, em 1975, foi lançado o Condomínio Alphaville, nos municípios de Barueri e Santana, a cerca de trinta quilômetros dos Jardins, na cidade de São Paulo.

Segundo Caldeira<sup>61</sup> (2000), os tipos mais comuns de loteamento fechado em São Paulo ainda são de prédios de apartamentos, e, apesar de serem vendidos como meios para escapar da cidade e de seus perigos, ainda são mais urbanos do que suburbanos. A mesma autora salienta que os primeiros conjuntos construídos de acordo com o modelo fechado são um bom exemplo. O Ilha do Sul, construído em 1973, é um conjunto de classe média de seis edifícios, cada um com 80 apartamentos de três dormitórios, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo (Altos dos Pinheiros). Assim, o tal condomínio oferecia comodidades e serviços de segurança que atraíam moradores.

O que é interessante ressaltar, e que a própria autora salienta, é que na época (1973), o crime não era o fator principal, pois era o auge da ditadura militar e, para muitos, qualquer investigação de identidade era vista como ameaçadora. Esse fato indica como o enclausuramento foi uma estratégia imobiliária e de marketing, que se tornou dominante nas décadas seguintes.

---

61 Sposito (2013, p. 86) aponta que há uma vasta bibliografia que trata da diferença entre as “[...] várias formas de habitat urbano deste tipo: condomínios residenciais, condomínios horizontais, loteamentos murados, loteamentos fechados etc.” Contudo, neste trabalho não vamos adentrar nessa questão e, dada a característica de nosso objeto de estudo, usaremos o termo loteamento fechado.

“A questão da violência urbana é um dos fatores que acelera o crescimento de ‘condomíniarização’”, ressaltava Peralva (2000, p. 73). Segundo o autor, a violência no Brasil começou a aumentar a partir da década de 1970, mas foi no período de 1980 “[...] que acelerou o crescimento das taxas de homicídios, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias”.

O aumento considerável da violência nas cidades trouxe consigo uma redefinição do modo de vida da sociedade atual, pois a população urbana tem se isolado no interior de suas habitações, acreditando possuir mais segurança.

A vida urbana atual tem se tornado cada vez mais individualizada, com ritmos e características próprias, que diferem de outros momentos da história da sociedade. Tal individualismo decorre, muitas vezes, da contradição entre “[...] o aumento da velocidade das comunicações — ligando lugares e pessoas, em rede, e permitindo um acesso mais rápido à informação” e o surgimento de espaços de isolamento. (CARLOS, 2004, p. 10 apud SANTOS; RAMIRES, 2009, p. 149).

Contudo, a reação está forçando, a cada dia, o isolamento. Há uma espécie de enclausuramento em casas edificadas por trás de “muros” com a suposta ilusão de “proteção”, criando, assim, por conta própria, o direito de proteção.

Isso significa que, ao longo das últimas décadas, têm-se produzido níveis elevados de distanciamento socioespacial em cidades brasileiras de diferentes portes, promovendo uma acentuada separação social e espacial, sobretudo, entre os segmentos de alto e baixo poder aquisitivo, caracterizando o que alguns autores chamam de autosegregação, em contraponto à segregação imposta.

Sposito (2004) salienta que, no caso das cidades médias e de porte médio no estado de São Paulo, as transformações do conteúdo socioeconômico da periferia urbana começaram a ocorrer em meados de 1980, e de maneira mais expressiva no decorrer dos anos de 1990, quando proli-

feraram novas formas de *habitat* urbanos – os loteamentos fechados – em substituição à “onda” de verticalização.

A produção de loteamentos fechados nas cidades médias paulistas, geralmente ocorreu de modo concentrado em determinados setores (afastados do núcleo central e próximos às principais vias de acesso regional e intraurbano), por dois motivos principais: 1) maior acessibilidade aos principais centros comerciais e de serviços intraurbanos (SPOSITO, 2004, p. 385-386); e 2) voltado na direção dos grandes centros polarizadores em função dos locais de trabalho e de estudos (REIS, 2006, p. 152-53).

## O SETOR IMOBILIÁRIO E SUAS ESTRATÉGIAS

O setor imobiliário tem o objetivo de transformar terras de baixo “valor” agregando novos produtos, ou seja, os aparatos vão redefinir os preços de lotes urbanos. A localização também é um fator importante, pois está ligada à acessibilidade aos locais de interesse no interior da cidade.

As estratégias do setor imobiliário são várias, mas vale destacar que o mesmo tenta oferecer aparatos como infraestrutura, segurança, contato com o “verde” e acessibilidade, oferecendo, assim, meios/estratégias para atrair as pessoas que podem usufruir desses luxos.

A concepção de “natureza”, do contato com o verde, como já mencionada, vai ser uma das estratégias que o setor imobiliário coloca como sinônima de qualidade de vida, na qual mostra a importância de viver perto da “natureza”. Percebemos que tudo é transformado em mercadoria.

A criação dessa forma de ver a paisagem como uma extensão do urbano faz parte das estratégias de potencializar a eficiência econômica, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação desses agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade possuidora de belezas naturais.

Os promotores imobiliários não apenas implantam seus empreendimentos em eixos de circulação rodoviária, como também adaptam o loteamento fechado às infraestruturas de telecomunicações. Podemos mencionar, de acordo com Santos (2002, p. 79), que “a eficácia das ações

está estreitamente relacionada com a sua localização”. Isso não passa despercebido pelos promotores imobiliários, cujas ações reforçam as tendências de concentração históricas: no centro-sul do país ou, em uma escala mais detalhada, no entorno das regiões metropolitanas.

Benko (1996), a esse respeito, destaca a valorização do capital humano, a proximidade a universidades e centros de pesquisa, a qualidade paisagística, a infraestrutura e os fornecedores capazes de suprir as necessidades da produção, a segurança local, o clima político e de negócios e a busca por economias de aglomeração.

Em Dourados, tais práticas se fizeram presentes com o lançamento do Ecoville Residence & Resort. Nesse sentido, tanto o setor imobiliário quanto a mídia têm reforçado, sobretudo, a ideia de segurança.

Assim, vendem a ideia de morar em contato com a natureza, como pode ser observado no slogan do site Ecoville Dourados, que destaca as seguintes estratégias:

O que é preciso para viver bem? Mais qualidade de vida, mais tranquilidade, mais liberdade. É tudo o que você encontra no Ecoville Dourados Residence & Resort, um empreendimento completo para você viver com mais segurança, lazer e estilo. Experimente a sensação de passar mais tempo com a sua família, mais perto da natureza e mais momentos agradáveis no seu dia-a-dia. Ecoville Dourados Residence & Resort: o melhor estilo de viver bem. (VECTRA CONSTRUTORA, 2012).

Dessa forma, podemos perceber as estratégias que o setor imobiliário usa para despertar o interesse e tentar mostrar que, para se viver bem, é preciso morar no Ecoville. A natureza é mostrada como uma mercadoria, estratégia que transforma glebas rurais em loteamentos urbanos, com o intuito de que esses loteamentos tenham acessibilidade, ou seja, que garantam fluidez territorial.

O ideal de felicidade vendido pelos agentes imobiliários passa pelo entendimento de que bom é aquilo que pode ser usufruído de modo individual ou, no máximo, por um grupo de semelhantes.

Essas estratégias ilusórias fazem com que as pessoas tenham novas formas de moradia nas quais o “lado de fora” é visto como perigoso, e os que não moram nesses lugares — ditos como seguros — são vistos como os “estranhos”. Sendo assim, acirram-se as diferenças no interior da cidade, configurando e reforçando o processo de diferenciação socioespacial.

## **OS LOTEAMENTOS FECHADOS E AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL**

Neste momento, procuraremos destacar alguns fatores que desencadeiam a produção da desigualdade no interior da cidade, chegando a configurar processos que alguns estudiosos denominam de segregação e de autosegregação socioespacial.

Considerando os processos de segregação, Villaça (2001) argumenta que basta uma volta pela cidade — e nem precisa ser uma metrópole — para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos, etc. Para o autor, “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Contudo, aqui vale referenciar que Sposito (2013) alerta para a necessidade de tomarmos um cuidado conceitual, pois implica necessariamente reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial. A autora destaca que se trata de algo complexo e que pode implicar ou ter interfaces com várias dinâmicas, porém não pode ser confundido com elas (diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial), mas é preciso entender que esses processos estão interligados e que os conceitos podem mudar com o tempo.

O conceito de segregação deve se associar uma escala geográfica de análise, sem a sua compreensão fica vaga. Para mim a segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade. A partir desse pressuposto ela já distingue profundamente das ferramentas metodológicas que visam reconhecer áreas de inclusão/exclusão social. (SPOSITO, 2013, p. 63).

A partir da década de 1970, houve um enorme investimento imobiliário no Brasil voltado às elites, ocasionando o surgimento de vários residenciais fora das áreas centrais dos centros urbanos. A partir de então se intensificaram processos de diferenciação socioespacial, redefinindo a estrutura urbana, fragmentando o espaço, separando as classes socialmente dos demais grupos considerados “estranhos” ou indesejáveis, sendo essas separações dadas pela presença de muros e aparatos tecnológicos como forma de segurança. Como salienta Caldeira (2000, p. 211): “As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação”.

O indivíduo de alta renda tem privilégios à acessibilidade para o centro e seus lugares de interesses. Além disso, os investimentos estatais tendem a acompanhar esses processos de expansão imobiliária voltados para essa demanda, ocasionando o surgimento dos subcentros que tornam a localização de outras classes relativamente pior. A presença dos aparatos técnicos e a acessibilidade fazem com que os lotes se diferenciem nos seus respectivos preços. O privilégio advindo das facilidades de locomoção e de proximidade possibilita a separação desejada pelos moradores desses empreendimentos.

Lojkine (1981, p. 166) aponta que:

A renda fundiária urbana vai, pois marcar de forma durável o desenvolvimento urbano. Sua principal manifestação espacial reside, no fenômeno da segregação, produzidos pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho.

Lojkin (1981) não define como a segregação é produzida, mas esclarece que as classes de renda baixa ficam com as terras mais baratas, enquanto a classe de mais alta renda tende a se localizar em lugares de preço mais elevado. Porém, se considerarmos o preço unitário do metro quadrado da terra, a alta renda pode ocupar terra barata e a classe média pode ocupar terra cara, no que se refere ao preço do metro quadrado. O que vai diferenciar o preço são a localização e suas benfeitorias.

Os indivíduos do mesmo poder aquisitivo tendem a ocupar os mesmos espaços (bairros, loteamento fechado, favelas) destinados à moradia, gerando neles uma grande heterogeneidade e fragmentação no espaço urbano.

O medo associado à criminalidade tem produzido uma alteração na dinâmica social. Muitos não frequentam mais os espaços públicos porque estes são vistos como perigosos. Alguns preferem viver em um espaço de confinamento, vigiado e monitorado por câmeras. Esse medo faz com que os indivíduos tentem se equipar com tudo que a moderna tecnologia oferece em termos de segurança, alimentação e lazer, evitando ao máximo sair de suas confortáveis casas.

Tratando-se de autosegregação espacial, essa é sem dúvida uma questão social. O espaço público não é mais aquele onde o convívio social e as relações acontecem, mas leva o indivíduo ao “confinamento”. Como relata Souza (2004, p. 61):

O enclausuramento voluntário implica um empobrecimento adicional da vivência da cidade e da experiência do contato com o outro (seja ele o favelado, o suburbano etc.), conduz à autosegregação, indiretamente, ao reforço de preconceitos, na esteira da ignorância e do medo.

Muitos indivíduos, principalmente da elite, criam estereótipos e formam ideias preconceituosas, relacionando sempre o crime à classe baixa e principalmente à favela. Essa correlação do mundo do crime com as classes sociais desprivilegiadas também foi observada por Caldeira, mostrando que, além de excluídos, os habitantes das áreas mais pobres da cidade são vítimas também do preconceito:

Como seria de esperar, os habitantes desses espaços são tidos como marginais [...]. São considerados também socialmente marginais: diz-se que têm famílias divididas, são filhos de mães solteiras, crianças que não foram criadas devidamente. De certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços. O que pertence ao crime é tudo que a sociedade considera impróprio. (CALDEIRA, 2000, p. 80).

A desigualdade não aparece como algo inesperado, mas como uma condição para a existência da reprodução capitalista, e é essa condição que impulsiona a busca por espaços exclusivos da cidade, fazendo com que algumas pessoas busquem uma homogeneização e segurança no espaço urbano.

A tal segurança é adquirida, porém, à custa de certa perda de liberdade, já que se devem seguir regras dentro desse tipo de habitação. Além de muitos perderem sua própria liberdade, que tanto prezam, eles também vão perdendo a socialização e a relação de vizinhança, a qual parece não ter mais sentido.

Enfim, este é um estudo complexo que merece aprofundamento. Aqui foram expostas algumas reflexões para entendermos e pensarmos como esses processos de segregação e a autosegregação estão refletindo no espaço urbano. É necessário deixarmos claro que os conceitos podem mudar e mudam de acordo com o tempo e o espaço.

## **O ECOVILLE DOURADOS RESIDENCE & RESORT E AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL**

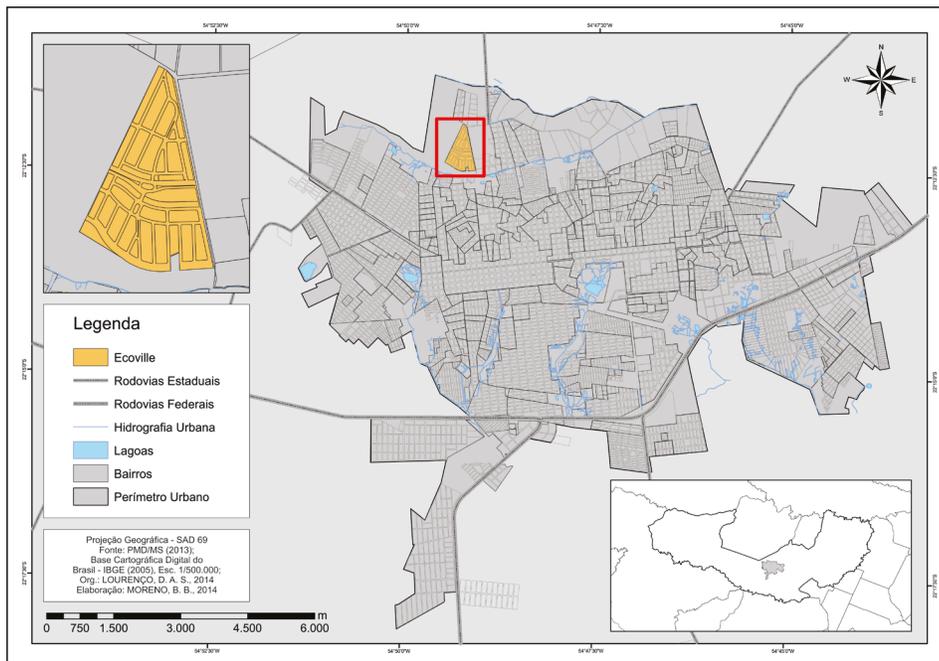
A cidade expressa pluralidade. Nem todos que nela vivem convivem com as diferenças. Aqueles que têm poder aquisitivo mais elevado podem usufruir de áreas privadas, nas quais se sentem mais seguros e confortáveis do que nas áreas públicas. Como salienta Moura (2003, p. 45):

A cidade e ruas abertas, com estratégias mais ou menos sutis de inclusão e exclusão, vem dando lugar a bairros fechados por muros e cercas eletrificadas, monitorados por câmeras e seguranças armados, aonde cada vez mais membros das nossas camadas médias “urbanas” vêm escolhendo a residir.

Essa opção habitacional vem se tornando cada vez mais comum entre as elites e as camadas médias em geral. A procura do contato com a “natureza”, a “segurança” e a acessibilidade são fatores que definem a opção por esse tipo de moradia. As ruas, as praças públicas e o “passar pelo centro” já não fazem mais sentido como antes.

Essa realidade pode ser observada na cidade de Dourados, tendo como modelo o nosso objeto de estudo, o Ecoville Dourados Residence & Resort (figura 1), localizado na porção norte da cidade, sendo essa a porção com os preços mais elevados em Dourados.

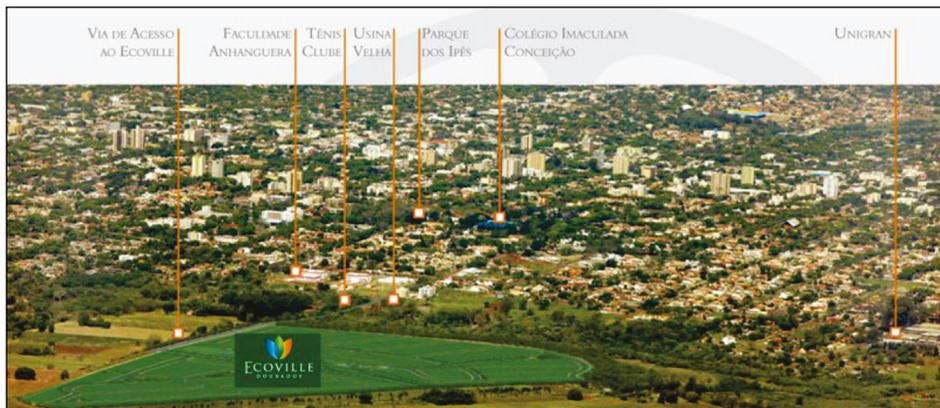
**Figura 1** - Localização do Ecoville Dourados Residence & Resort Dourados-MS (2014).



Fonte: LOURENÇO, 2014.

O Ecoville Residence & Resort é visto como um empreendimento moderno e atrativo. A sua localização (figura 2) e o seu modelo arquitetônico de padrão diferenciado tornam-no uma mercadoria diferenciada.

**Figura 2** - Localização do Ecoville Dourados Residence & Resort Dourados-MS.



Fonte: <<http://www.ecovilledourados.com.br>>. Acesso em: ago. 2014.

Podemos avaliar que o loteamento está localizado em ponto estratégico, próximo aos bairros considerados nobres da cidade, como é o caso do Jardim Girassol. Também está próximo de duas universidades particulares (UNIGRAN e ANHANGUERA) e dos principais colégios particulares. A acessibilidade para os moradores é um fator importante no planejamento desses loteamentos fechados, pois, no geral, não são construídos nos bairros centrais, já que requerem grandes lotes, usualmente acessíveis em áreas não muito adensadas.

O Residencial Ecoville foi dividido em duas fases. A primeira contou com 255 lotes divididos em 14 quadras, com os lotes quase todos vendidos no começo de 2014. Já a segunda fase contou com 198 terrenos e 9 quadras e, nessa fase, ainda há muitos terrenos à venda. O que ocorreu é que o setor imobiliário vendeu primeiro a parte mais baixa do residencial, posteriormente abrindo para venda a fase II, que fica situada na parte mais alta e contou com uma visão privilegiada, atraindo novos compradores.

As informações levantadas no mês de setembro de 2016 informaram que a fase I já estava com 128 lotes de edificações concluídas, e a fase II com 53 lotes com edificações já realizadas desde sua inauguração.

Em meados de 2014, foi estabelecida uma regra de circulação dentro do loteamento. Ela dita que aqueles que comprarem os lotes da fase II não podem circular dentro da área das casas da fase I e vice-versa, mas podem utilizar o túnel subterrâneo para usufruir dos serviços e comodidades que o ambiente oferece.

As casas, independente de serem da fase I ou II, devem seguir um padrão arquitetônico. Segundo o corretor de imóveis Thiago Stein, não há regra quanto ao tamanho da construção, mas todas as casas devem ter um estilo de “casas americanas”, ou seja, não podem ter grades nem muros e a porta da sala deve se manter de frente para a rua, ficando assim as fachadas absolutamente visíveis e as casas também, facilmente penetráveis, dando assim uma sensação de “liberdade”. Esse padrão contrasta com os dos bairros abertos, que, em sua maior parte, apresentam muros com mais de dois metros de altura e fachadas escondidas.

O modelo, ou melhor, a regra exige um padrão de casas com estilo diferenciado. Diante de tais padrões, ninguém construirá uma casa “pequena” ou “simples”.

Podemos analisar e comparar a figura 3 e a figura 4 da fase II e perceber algumas mudanças ocorridas, de 2014 para 2016, novas casas sendo construídas e que investimentos em arborização no loteamento vêm ocorrendo de forma significativa.

**Figura 3** - Ecoville Dourados Residence & Resort – Construção de residência da fase II.



Foto: David Ader S. Lourenço, 2014.

**Figura 4** - Ecoville Dourados Residence & Resort – Construção de residência da fase II.



Foto: David Ader S. Lourenço, 2016.

Vale destacar que, ainda que a prática da construção de loteamentos fechados não seja recente, conforme já foi relatado aqui, essa tendência na cidade de Dourados é relativamente nova e, como dizem os representantes do setor imobiliário, “esses condomínios vieram para ficar”.

A infraestrutura e a comodidade são atrativas para quem pode usufruir desse tipo de habitat. O Ecoville conta com novo e sofisticado padrão arquitetônico, paisagístico e tecnológico; conta com serviços exclusivos e salões de festas, academias, entre outras comodidades – “tudo em um só lugar”, como diz a mídia. O acesso é restrito: aqueles que não são moradores e trabalham no loteamento devem ser cadastrados e possuir uma carteirinha com foto identificando o CPF e RG. Essa medida visa impedir a entrada dos ditos “estranhos”. O esquema de segurança no loteamento identifica três tipos de pessoas: moradores, visitantes e prestadores de serviços, cada qual com entrada diferenciada e com exigências específicas.

Os moradores devem ter uma digital eletrônica, que identifica se a pessoa é ou não moradora, não passando por constrangimentos na entrada. O portão fica aberto apenas por 11 segundos, impedindo a entrada de

mais de um veículo no local, que conta com vários ambientes, conforme podemos observar na figura 5.

**Figura 5** - Ecoville Dourados Residence & Resort – serviços oferecidos.



Disponível em: <<http://ecovilledourados.com.br>>. Acesso em: ago. 2014.

Como já foi relatado, o acesso é diferenciado para os moradores ou adquirentes dos lotes; esses possuem sua entrada e saída principal (figura 6).

**Figura 6** - Ecoville Dourados Residence & Resort – entrada e saída do loteamento.



Foto: David Ader S. Lourenço, 2016.

A figura 7 mostra a entrada principal para uso dos serviços do interior do loteamento, dando acesso aos salões de festas, academia, quadras de esportes, piscinas e outros serviços.

**Figura 7** - Ecoville Dourados Residence &Resort – entrada principal da área de lazer.



Foto: David Ader S. Lourenço, 2014.

Cabe observar que esses empreendimentos imobiliários, que vêm se fortalecendo na cidade de Dourados, têm por fim retratar o convívio pleno com a natureza “fetichizada” e a segurança empreendida pelos muros que separam e “protegem” seus moradores, tornando-os mercadoria valiosa no sistema capitalista, manipulando e idealizando os futuros moradores. O lazer e a tranquilidade passam a ser pressupostos de propagandas, que incorporam a noção de felicidade e de distância do caos urbano. “Desta forma os loteamentos fechados vêm se espalhando rapidamente pelo espaço urbano brasileiro, forjando novos conceitos de moradia, justificados pelo discurso da segurança e da qualidade ambiental” (COSTA, 2003 apud COSTA; PEIXOTO, 2007, p. 318).

Numa tentativa de “dispensar a cidade” (CALDEIRA, 1997, p. 160), os loteamentos fechados buscam ser os mais completos e independentes possíveis, ofertando diversos equipamentos destinados ao uso dos moradores e oferecendo uma comunidade isolada, onde se pode usufruir de diferentes equipamentos e serviços entre iguais.

Em sua maioria, os moradores são de classe média alta e preferem comodidade e isolamento do mundo externo. Fazem a opção por viver em um mundo monitorado e controlado por câmeras e seguranças. A busca de segurança e contato com o “verde” são fatores que conseqüentemente fortalecem a produção dos loteamentos fechados.

Vários foram os processos que contribuíram com o surgimento de mudanças recentes no padrão de habitação na cidade de Dourados, e é essa a nova produção espacial que traz desafios ao estudo de geografia urbana para entender as conseqüências desse tipo de moradia: será que a sociedade está caminhando para uma cidade de muros? Esse refúgio do espaço público vai resolver o problema? Essas são questões que devem ser repensadas, analisadas e discutidas.

Enfim, até aqui colocamos alguns pressupostos que poderiam justificar o fortalecimento desse tipo de moradia na cidade de Dourados. Cabe agora colocar quais foram as respostas dos moradores e futuros moradores desse loteamento fechado.

Antes disso, é preciso deixar claro que a primeira visita ao loteamento ocorreu em 2013. A entrada não foi tão fácil por conta da segurança na portaria. Primeiramente, tivemos que entrar em contato com um corretor de imóveis e demonstrar interesse na compra do lote. Assim, o corretor mostrou todo o loteamento, reforçando sempre a segurança e a comodidade que o ambiente de alto padrão oferecia.

Perguntamos a ele, de maneira geral, quais são os tipos de moradores do loteamento, se eram de Dourados ou também se havia a possibilidade de serem de outras cidades. Ele disse que a maioria era composta por produtores rurais da região e que alguns também vinham do interior de São Paulo para trabalhar e morar em Dourados. Havia também médicos, dentistas, advogados ou donos de lojas da própria cidade.

A entrevista com os futuros moradores foi mais fácil do que com os que já estão morando no loteamento, por conta do acesso restrito. Assim, foram realizadas leituras na tentativa de entender a consequência dessa nova forma habitacional na cidade de Dourados, ajudando a selecionar algumas questões que poderiam nos auxiliar a entender e a identificar o porquê de morar em um loteamento fechado e quais são as vantagens e as desvantagens.

Alguns entregaram os questionários em mãos e outros preferiram mandar por e-mail. Desse questionário extraímos informações necessárias para concluir a pesquisa. Apenas dois dos entrevistados moram no loteamento e quatro ainda iriam morar, totalizando seis pessoas entrevistadas. Assim, procuramos tratar de questões relacionadas à renda familiar, à escolaridade do chefe da família, ao local de residência anterior, ao motivo que levou a pensar em se mudar para um loteamento fechado, às vantagens e às desvantagens em morar em um local como aquele; dentre outros.

Quando consideramos a condição do adquirente, se morador ou comprador de lote, percebemos que 33% já eram moradores e 67% possuíam lotes.

Para os moradores já residentes, perguntamos onde residiam anteriormente: um disse que morava no Jardim Central e o outro que é produtor no município de Glória de Dourados e, em Dourados, antes de se mudar para o Ecoville, residia nos Altos da Monte Alegre.

Já no caso dos adquirentes de lotes, dois residem no Jardim Caramuru, um no Jardim Central e outro no BNH 2º plano. Ou seja, todos residem e/ou residiam em áreas bem localizadas no interior da cidade e servidas por infraestrutura, equipamentos e serviços.

Na tentativa de analisar o perfil dos moradores e dos adquirentes de lotes, perguntamos qual era a profissão do chefe da família e obtivemos o seguinte: advogado, engenheiro civil, defensor público, corretor de imóveis e produtor rural. Também vale destacar que a maioria tem ensino superior e os que não possuem ensino superior têm uma renda familiar considerada boa.

Quanto à renda, verificamos que, dentre os entrevistados, sobressaem-se os que possuem renda familiar mensal superior a quinze salários mínimos, destacando que 50% afirma possuir renda superior a 20 salários mínimos. Apenas 16% afirmou possuir renda mensal de 05 a 10 salários mínimos. Essa informação nos permite concluir uma das hipóteses já previstas: o loteamento é voltado a uma pequena parcela da sociedade.

Dentre os adquirentes de lotes e moradores do loteamento, consideramos os principais fatores que os levaram comprar um terreno nesse local e não em outro bairro da cidade. Como pudemos notar, a segurança foi colocada como a principal justificativa por 46% dos entrevistados. O contato com o verde foi citado por 15%, mas não foi tão importante como a segurança e a infraestrutura, citada por 39% dos entrevistados.

Considerando o fator segurança, perguntamos para um adquirente de lote o que costumava fazer nos finais de semana. Obtivemos a seguinte resposta: “Sábado a noite vou ao restaurante jantar, volto logo para casa, por motivo de segurança, e domingo assisto TV”. (Entrevista realizada com adquirente do lote no dia 10 de ago. 2014).

Perguntamos também se os moradores e os adquirentes dos lotes possuíam outros imóveis e o resultado demonstra que mais de 80% possui outros imóveis. Dentre os imóveis foram citados apartamentos, sítios, fazendas, casas e comércio.

Dentre os quatro adquirentes de lotes procuramos saber quais as vantagens que o loteamento tem em relação ao local onde moram atualmente. E, conforme pudemos verificar, a segurança foi o item mais citado (75%). Nesse sentido, podemos inferir que a ideia de segurança na cidade de Dourados é um fator que está fortalecendo a procura por esse tipo de moradia.

Por outro lado, ainda que a acessibilidade compareça em 25% das respostas, pudemos perceber que a proximidade do trabalho não foi citada como um fator que levou à compra de um terreno.

Dentre os moradores entrevistados, pedimos para que citassem possíveis desvantagens que o loteamento vem apresentando. A falta de transporte coletivo para os funcionários domésticos foi um problema destacado. Consequentemente, isso prejudica na contratação de empregados

domésticos, pois se eles não possuírem um meio de locomoção particular, fica complicado para trabalharem todos os dias. Esse problema também vem preocupando os adquirentes dos lotes, que já estão cientes da situação. A distância de locais de comércio e do trabalho foi citada também como uma desvantagem.

O uso dos serviços do loteamento foi citado por todos como sendo vantajoso, tanto por aqueles que já estão morando no loteamento quanto por aqueles que ainda vão morar, pois alguns usam os salões de festas, quadra de esporte e outros serviços.

Como podemos observar o loteamento é direcionado à classe média alta; nem todos podem ter acesso a essa condição. Os valores de condomínio e IPTU são pagos mensalmente ou anualmente, ficando a critério do proprietário. Há uma diferenciação no preço cobrado pelo IPTU, pois é conforme a localidade, e também se há ou não há casa construída. Nos lotes que ainda não têm casas o IPTU se torna mais caro, estimulando assim os compradores a construírem o quanto antes.

Analisando os questionários, evidencia-se que a maioria dos adquirentes de lote acha justo o valor cobrado pelo condomínio, que é de R\$ 350,00, enquanto alguns reclamam do valor do IPTU, que é de aproximadamente R\$ 5.000,00 ao ano.

Dentre os entrevistados, nenhum disse que frequenta parques ou praças públicas. A maioria frequenta locais privados, já que, para eles, esses são lugares seguros. Tais práticas sinalizam que caminhamos para uma consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente, aumentando consideravelmente tais opções de moradia como forma de “preservar” as pessoas contra a violência urbana e o “caos” do centro das cidades.

O discurso da segurança é o fator principal para a o fortalecimento desse tipo habitação na cidade de Dourados. Sendo assim, os moradores se sentem protegidos por estarem cercados por câmeras e outros aparatos de segurança. Uma moradora relata que: “Aqui dentro eu me sinto confortável, não me preocupo com a entrada de estranhos, porque aqui a minha família está segura”. (Entrevista realizada com moradora do Ecoville em 15 de set. 2014).

Diante das entrevistas, o que mais chamou a atenção foi quando um adquirente de lote fez alusão à “necessidade de se reforçar a segurança no loteamento”. Alegou, ainda, que há necessidade de “construir outra guarita na entrada principal do loteamento, com segurança ainda mais reforçada” (entrevista realizada com adquirente de lote em 10 ago. 2014). Para o referido entrevistado, essa guarita deveria evitar a circulação de carros e pessoas ao redor da entrada principal do loteamento.

No ano de 2016, para atualizações de dados, conseguimos uma resposta de uma moradora, que em 2014 já tinha sido entrevistada, porém como uma adquirente e não como uma moradora do local. Diante da oportunidade, perguntamos o que mudou depois de sua mudança para o condomínio. Ela disse que:

As áreas estão mais arborizadas. O parque tem mais brinquedos. Existe o cuidado com a velocidade dos carros dentro do condomínio, com os animais de estimação, orientações no sentido de cuidar dos dejetos e mantê-los na coleira. Também, existe uma organização de festas nas datas comemorativas, ou seja, uma preocupação com o social do grupo. Agora também temos uma padaria que atende. (Entrevista realizada com a moradora em 13 set. 2016).

Pela análise, podemos afirmar que a atual moradora parece estar muito satisfeita com os novos empreendimentos e com a qualidade de vida que o loteamento oferece.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a pesquisa pudemos perceber que a mídia tem papel fundamental nesse processo, pois ao alardear casos de violência e de crime na cidade de Dourados, faz com que aqueles que têm melhores condições financeiras busquem locais que acreditam oferecer conforto e segurança. Locais que sejam controlados por câmeras, nos quais as pessoas tenham um nível social “homogêneo” e que os mantenham longe dos ditos “es-

tranhos". Essa realidade redefine o espaço urbano, por meio das novas relações sociais e vivências. Assim, o uso passa a se dar em locais privados, com "abandono" de lugares públicos por conta da insegurança que representam.

Caldeira, ao fazer uma leitura da cidade de São Paulo, no livro "Cidade e muros", traz uma reflexão importante para a análise da sociedade contemporânea:

Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parque e de todos os espaços públicos. A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, está toda comprometida numa cidade de muros. (CALDEIRA, 2000, p. 301).

Ainda que recentes, esses novos padrões de produção habitacional vêm se fortalecendo gradativamente em Dourados. Nesse sentido, cabem os seguintes questionamentos: será que a cidade, considerada média, está caminhando para uma cidade de muros? Será que se isolar, seja no seu loteamento fechado ou em sua própria casa, com todos os aparatos tecnológicos necessários para se sentir seguro, acabará de fato com a tão propagada violência? Vale a reflexão!

Assim, conforme pode se observar por meio dessa pesquisa, a tendência é a criação de descontinuidades territoriais e a intensificação da segregação social. Acredita-se que esse tipo de moradia assegure o "viver bem", o status, a harmonia e, principalmente, a segurança (destacada por 46% dos entrevistados), reforçando o discurso vendido pelo marketing. Lembramos que na pesquisa a infraestrutura também está ligada com os aparatos tecnológicos, reforçando a ideia da segurança.

Dessa forma, os loteamentos fechados engendram novas práticas socioespaciais, com a formação de áreas que tendem à "homogeneidade", colocadas pela condição socioeconômica e profissional dos moradores.

Por último, ainda que seja apenas um olhar sobre essa realidade, o presente trabalho poderá auxiliar na elaboração de políticas públicas na cidade de Dourados, à medida que aponta alguns elementos e preocupações importantes para se pensar sobre a questão dos loteamentos fechados.

## REFERÊNCIAS

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CALIXTO, M. J. M. S., BERNARDELLI, M. L. F. da H. Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada. In: SPOSITO, M. E. B.; MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 29-170, v. 1.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, R. L. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-59.

\_\_\_\_\_. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2006. p. 23 - 34.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 41, n. 3, p. 100-10, 1979.

COSTA, H. S. M.; PEIXOTO, M. C. D. Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 317-336, 2007.

ECOVILLE RESIDENCE & RESORT. Disponível em: <[www.ecovilledourados.com.br](http://www.ecovilledourados.com.br)>. Acesso em: ago. 2014.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOURENÇO, D. A. S. **As novas formas de produção socioespacial em Dourados-MS: uma análise do Ecoville Dourados Residence & Resort**. 2014. 70 f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Grande Dourados, FCH- Faculdade de Ciências Humanas, Dourados-MS 2014.

MOURA, C. P. de. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 43-54.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das artes, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2002.

SANTOS, M. A. F.; RAMIRES, J. C. L. Espaço urbano e violência: uma contribuição geográfica. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 144-154, 2009.

SOUZA, M. L. de. Planejamento e gestão urbanos numa era de medo. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 55-74, jan./abr. 2004.

SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias**. Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, S. (Org.) **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-94.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México, n. 54, 2004, p. 114-139. ISSN 0188-4611.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

VECTRA CONSTRUTORA. **Ecoville Dourados Residence e Resort**. Dourados, 2012. Disponível em: <<https://www.vectraconstrutora.com.br/empreendimento-aberto/40/ecoville-dourados>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.



# CAPÍTULO 07

## SIMBIOSES NO ESPAÇO DOURADENSE

*Alexandre Bergamin Vieira<sup>62</sup>  
Cláudia Marques Roma<sup>63</sup>*

*“[...] o mais importante nesses últimos 15 anos foi o resgate da integração entre o campo e a cidade, proporcionando, por meio de grandes shows nacionais, palestras técnicas e cursos profissionalizantes, o contato direto entre aquele que produz e aquele que não viveria sem a produção do campo.” (Editorial do jornal O Progresso, 09 maio 2013, grifo nosso).*

Compreender a realidade exige um esforço de aproximação da totalidade que não pode ser esgotado pela definição de parâmetros estatísticos ou funcionais e nem no escopo de uma disciplina do conhecimento ou de ciência específica. A realidade não se revela e não se entende somente à base de receitas ou de respostas imediatas às demandas pragmáticas

---

62 Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Coordenador do LAPLAN (Laboratório de Planejamento Regional).

63 Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Coordenadora do GESF (Grupo de Pesquisa Saúde, Espaço e Fronteiras).

ou de intervenções práticas. Os riscos de uma análise formal e unívoca levam a uma falsa compreensão e/ou interpretação da realidade espacial (LEFEBVRE, 1975).

Nesse sentido, na compreensão e análise da realidade é necessário apreender aquilo que se apresenta como contradição, que é a razão de ser do movimento, permitindo-nos captar o processo seja na vida, na sociedade e no pensamento (LEFEBVRE, 1975) e, também, no espaço. E, a contradição não significa destruir o primeiro, esquecê-lo, negá-lo, mas, ao contrário, recobrir um complemento de determinação (ROMA, 2012).

Assim, para compreender a realidade do espaço douradense são as articulações, as interações, as complementaridades, ou seja, são as simbioses entre cidade-campo-rural-urbano-agrícola-reserva indígena que se apresentam como centralidade e não as suas oposições e/ou negações.

Refletir acerca das relações cidade-campo e/ou rural-urbano, buscando a “exposição e a problematização de aspectos balizadores de novas leituras articuladoras dos espaços urbanos e dos espaços rurais” (ENSUL, 2013) é o mote principal desta breve reflexão e pretende dar conta de entender as articulações e a “integração entre o campo e a cidade” — conforme aponta a epígrafe deste capítulo — em Dourados-MS, incluindo na discussão a reserva indígena, entendendo-a como mais um elemento que compõe as simbioses no qual se configura o espaço douradense.

Propomos, ainda, o exercício da leitura das simbioses a partir da linguagem imagética — fotografias e imagem de satélite — que nos permite visualizar, em princípio, o aparente, o visível, mas, indo além, possibilita-nos articular o pensamento e observar a indissociabilidade entre objetos, ações e sujeitos na estruturação do espaço geográfico (SANTOS, 2006).

## **AS ARTICULAÇÕES/INTERAÇÕES – SIMBIOSSES: CIDADE-CAMPO-URBANO-RURAL-AGRÍCOLA-RESERVA INDÍGENA**

Atualmente, na Geografia, o foco da discussão do que é urbano e/ou rural ou mesmo agrícola desloca-se da forma para o conteúdo, ou seja, a preocupação não é simplesmente definir o que é, já que urbano, rural

e agrícola, longe de configurarem simples palavras ou noção, são conceitos que reproduzem uma realidade socioespacial concreta e específica de cada localidade (CARLOS, 2004, p. 131) e, no caso douradense, soma-se à presença da reserva indígena.

Conforme aponta Sobarzo (2006), as relações cidade-campo, ou mesmo rural-agrícola-urbano, não podem, invariavelmente, ser pensadas como de dependência ou de “mão única”, mas, nas suas articulações e interações, já que não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas também o campo, em função de suas demandas, determina alguns processos na cidade e também a influencia.

Santos e Silveira (2003) destacam que a produção regional — do campo (rural ou agrícola) — acaba influenciando as iniciativas na cidade, seja nas atividades produtivas e de serviços, nos empregos e nas profissões, na cultura em geral, no modo de vestir, no modo de ser e no modo de viver, determinando a coexistência do novo e do tradicional.

Assim,

Nesse quadro de redefinição das relações cidade/campo, uma diferenciação estatística entre urbano e rural perde importância porque fica restrita ao plano da forma e não dá conta das dinâmicas e dos processos presentes no plano do conteúdo. (SOBARZO, 2006, p. 56).

Queiroz (1978 apud ROSA; FERREIRA, 2006), já naquela época, salientava a importância de se perceber a interdependência entre rural e urbano, acima das diferenças. Ela ressaltava que rural e urbano seriam dois fatos que ora se aproximavam, ora se distanciavam, de acordo com o momento histórico. Essa análise dialética permitia, segundo a autora, reconhecer que os aspectos econômicos, culturais e demográficos da relação campo-cidade poderiam ser análogos, mas também diferenciados, de acordo com a conjuntura de cada sociedade. E assim seria apresentada a relação campo-cidade no país.

Na conjuntura atual da realidade socioespacial douradense, consideramos que campo e cidade, rural-agrícola-reserva indígena-urbano só

podem ser concebidos em suas relações, articulações, interações, simbioses, que podem ser avaliadas a partir de diferentes eixos: jurídico, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, dentre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre eles. (ROSA; FERREIRA, 2006).

As mesmas autoras, ainda, afirmam que, se anteriormente compreendíamos o campo no contexto do rural e a cidade no contexto do urbano, atualmente polarizar ou pensar que essas formas de organização espacial estão muito distantes torna-se tão arriscado quanto afirmarmos que houve a eliminação do rural pelo urbano ou mesmo pelo agrícola (ROSA; FERREIRA, 2006).

Portanto, ao indagarmos sobre essas questões, na contemporaneidade, surge a interrogação: até que ponto nós podemos trabalhar e qualificar estas esferas — rural, agrícola, urbano e reserva indígena ou campo e cidade — uma vez que o avanço das cidades sobre o campo é um fato concreto, assim como a valorização do rural e do agrícola pelo urbano cada vez mais se consolidam, especialmente no espaço douradense, onde, com a intensificação das atividades capitalistas no campo — entenda-se como o agronegócio globalizado (ELIAS, 2005) da soja ou da cana de açúcar — e com uma maior integração entre esses espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural ou agrícola, respectivamente, tornaram-se presenças marcantes tanto nos espaços do campo como nos espaços citadinos.

Incorporamos, ainda, na discussão, como especificidade do espaço douradense a reserva indígena, que se apresenta na interface, como um misto, um híbrido neste espaço, conforme apontam Goetttert, Vieira e Roma (2012).

## **AS IMAGENS DAS SIMBIOSES**

Para o geógrafo, buscar perceber, observar e olhar o mundo é fundamental para elaborar o pensamento e a reflexão geográfica, ou seja, obser-

vando a partir de formas com as quais o mundo se apresenta, o geógrafo busca estabelecer os sentidos das coisas e fenômenos observados, permitindo compreender a ordenação espacial (GOMES, 2009) em que esses fenômenos se apresentam em determinada realidade (SANTOS, 2007).

Diante desse entendimento:

[as] “imagens” são os elementos, objetos, relações de distância e localização, vazios e cheios, movimentos, fluxos e fixos, presenças e ausências, que os sentidos perceptivos, principalmente o olhar, são agenciados pela capacidade humana de experimentar, pensar e comunicar a paisagem observada. São os fenômenos, coisas, objetos e relações que interferem no imaginário e na formação do homem. (FERRAZ, 2012, p. 6).

Através das imagens e de suas interpretações podemos revelar a ordenação espacial do mundo e dos elementos que o compõem, construindo, assim, nossa leitura geográfica da realidade, indo além do aparente, do visível e observável, revelando as desigualdades, articulações, interações e contradições dos objetos, ações e sujeitos.

Para Lacoste (1974, p. 232):

[...] graças à fotografia, a geografia tornou-se também espetáculo. [...]. A Geografia dos mass-media manifesta e constrói, por uma sucessão de imagens, raciocínios que, por não serem explícitos, nem por isso deixam de ser poderosamente sugeridos.

Revela-se, assim, a ideia dos clichês geográficos: na perspectiva de interpretação unívoca da realidade, baseada nas imagens e nos discursos hegemônicos, tal como, no caso do espaço douradense a determinação ou subordinação do campo em relação à cidade e/ou vice-versa, da superação do rural (atrasado) pelo agrícola (moderno), da reserva indígena como espaço alheio e indiferente à cidade.

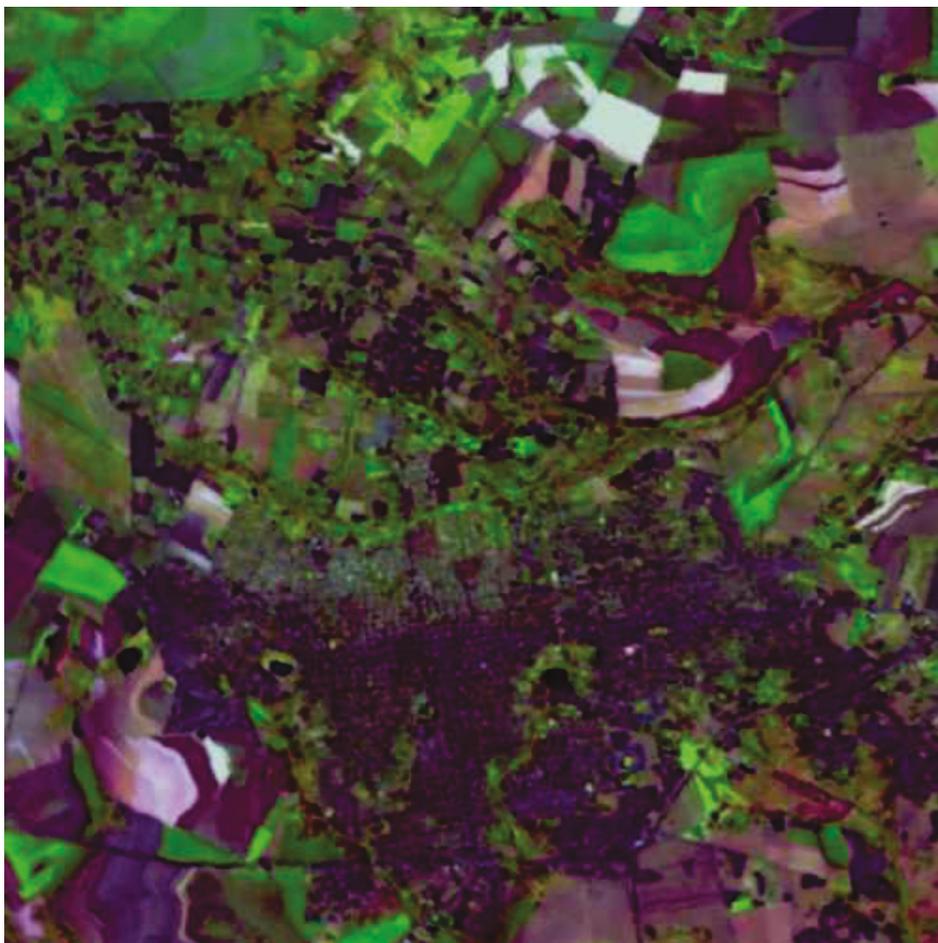
Assim,

[...] representações e imagens da cidade e do campo [que] “eternizam” modos de trabalhar, modos de ser, de vida e de viver, reafirmando nelas e por elas “identidades territoriais” definidoras a priori do que pertence a um e a outro espaço. Tais representações e imagens “emolduram” a nossa “psicoesfera”, ao mesmo tempo em que redefinem o lócus das “tecnosferas” correspondentes (em aproximação a SANTOS, 2004, p. 255). Aqui, a cidade; lá, o campo! (GOETTERT; VIEIRA; ROMA, 2012, p. 02).

Rompendo com essa perspectiva e concordando com Ferraz (2012) — segundo o qual as imagens nos permitem experimentar, pensar, comunicar e vivenciar a realidade —, apresentamos, a seguir, uma coletânea de imagens do espaço douradense que revelam, para além dos clichês, as simbioses geográficas que constituem a especificidade dessa realidade socioespacial.

Além disso, o mundo contemporâneo, diante do meio técnico-científico-informacional, apresenta-se em constante transformação, marcado por fixos e fluxos, novas lógicas territoriais e tecnologias, transformando efemeramente a organização espacial da sociedade. Para entender essas novas lógicas a “imagem torna-se muito importante para o geógrafo, pois a imagem dá conta de explicar o visível pelo invisível, e vice-versa, entrelaçando o visto e o dito dialeticamente”(MOREIRA, 2007, p. 20). O nosso tempo se faz o tempo da imagem, as imagens fazem nosso discurso contemporâneo, desde que o olhar técnico da câmara se combine com o olhar teórico das ideias. (MOREIRA, 2007).

**Figura 1** - Simbiose: a imagem de satélite do município douradense.



Disponível em: <[http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/ms/htm0/ms49\\_41.htm](http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/ms/htm0/ms49_41.htm)>.

Na figura 1 observamos parte do município de Dourados-MS, no qual a mescla e/ou a miscelânea de elementos e cores revela uma inseparabilidade ou a união entre os diferentes elementos que o compõem: a cidade (e urbano), o campo (e o rural ou agrícola) e a reserva indígena. Ou seja, uma verdadeira simbiose de cores, elementos, objetos, etc.

**Figura 2** - Simbiose campo-cidade-agrícola-urbano: o brilho da cultura da soja.



Disponível em: <<http://www.famasul.com.br/public/noticias/1197-camera-aprosoja-026.jpg>>.

Em Dourados-MS a produção da soja, intercalada com o milho e também da cana-de-açúcar, mais recentemente, predominam na paisagem do campo, mas se irradia no cotidiano da/na cidade, seja pelo impacto nas atividades econômicas, nas empresas de prestação de serviços e revendas de máquinas agrícolas, sementes, insumos em geral, assistência técnica/tecnológica na geração de emprego e renda, seja no modo de vida, com as caminhonetas se sobressaindo no trânsito douradense, na maior festa da cidade, a Expoagro; na existência de três cursos superiores de Agronomia (oferecendo um total de 380 vagas anuais nos cursos presenciais).

**Figura 3** - Simbiose cidade-campo-agrícola-urbano: feira agropecuária (Expoagro).



Disponível em: <<http://www.sindicatouraldedourados.com.br/expoagro>>.

E o campo/agrícola hegemônico se consolida com a ocorrência do maior evento econômico, “cultural” e social da cidade no mês de maio de todos os anos, quando a “cidade toda” se movimenta em torno da Expoagro, os hotéis têm suas diárias com preços diferenciados (tarifas elevadas), os shows musicais misturam o estilo típico do sertanejo com baladas eletrônicas (originárias dos grandes centros metropolitanos) e o samba (cujas referências remetem, em geral, às periferias das grandes cidades). Enfim, a cidade respira o agronegócio.

**Figura 4** - Simbiose campo-cidade-agrícola-urbano: os trabalhadores urbanos no ônibus agrícola.



Fonte: Alexandre Bergamin Vieira. Trabalho de Campo. Junho de 2013.

Contudo, o campo/agrícola hegemônico também produz o espaço da cidade e o urbano pelo seu outro lado, o dos trabalhadores agrícolas, moradores da cidade e com o ritmo do urbano, que também produzem e consomem a/na cidade/urbana. Nota-se, na figura 4, a simbiose “trabalhadores agrícolas”, moradores da/na cidade, no ônibus rural e, ao fundo, uma empresa de revenda de peças e serviços especializados em máquinas agrícolas.

**Figura 5** - Simbiose campo-cidade-rural-urbano: a feira livre (antiga localização).



Fonte: Mileny de Lima Santos. Trabalho de Campo, outubro de 2016.

Cidade e urbano que se complementam e se encontram com o campo/rural na feira livre, através do produtor rural, que realiza na cidade/urbano a complementação da sua sobrevivência e de sua renda, vendendo o produto do seu trabalho, que alimenta o morador citadino.

**Figura 6** - Simbiose reserva indígena-cidade-urbano-rural: carroça indígena.



Disponível em: <<http://www.gdnews.com.br>>.

Temos, ainda, o símbolo do campo/rural, a carroça, que se apresenta nas ruas da cidade douradense como símbolo da integração e complementaridade da reserva indígena com o urbano e a cidade. E que, ao mesmo tempo, revela as contradições e conflitos entre indígenas e não indígenas na cidade, pois a carroça, simbolizando a perseverança da (r)existência indígena, seja na reserva ou na cidade, reforça preconceitos de parcela da população não indígena, como no discurso do agronegócio “Produção, sim! Demarcação, não!”. Assim, uma cidade que revela na aparência sua exuberância bucólica e que carrega através do simples percurso as contradições dos modos de vida e de produção.

**Figura 7** - Simbiose campo-cidade-rural-urbano: o modo de vida.



Disponível em: <<http://www.vitrinepix.com.br71272/ADM-BRUTO-RSTICO-E-SISTEM-TICO-BLACK>>.

E, na cidade de Dourados, os símbolos através da moda se mesclam com a cultura. O jeito de ser do campo/rural, rústico e bruto, mescla e contrasta, com outras formas de manifestações na produção do/no urbano.

Figura 8 - Simbiose reserva indígena-cidade-urbano: o rap indígena.



Fonte: Blog Cogumelo Louco, 23 abr. 2012. Disponível em: <<http://cogumelolouco.com/bro-mcs-rap-guarani>>.

E, por fim, a música urbana do RAP, dos grandes centros urbanos se converte em música de manifestação e de protesto pela causa dos direitos indígenas e pelo processo de demarcação de suas terras e se proclama como resistência e protesto na cidade, como também na Reserva Indígena de Dourados, localizada na porção norte e contígua a malha urbana.

As inter-relações com o modo de vida e os valores rurais e/ou com as formas de produção agrícola, com as quais se articulam e com as quais se vinculam, tornam a análise importante para apreender a realidade socioespacial da cidade de Dourados, pois, o trabalho agrícola no chamado agronegócio globalizado, as feiras agropecuárias, os símbolos e os valores expressos na “moda” e nas carroças são modos de vida intrinsecamente relacionados às formas de produção agrícola-rural. Assim, campo-cidade, rural-urbano e aldeia em suas contradições se articulam na produção do espaço.

No espaço urbano douradense as contradições existentes entre as lógicas de produção agrícola, baseadas na racionalização, na ciência e na

técnica, e as lógicas do rural balizadas na produção da vida, materializam-se no urbano. Nesse processo dialético, “rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2006, p. 85).

Na aparência os elementos destacados nesse debate podem ser entendidos separadamente, mas essa perspectiva linear e estanque não representa o movimento dos processos, assim, as relações se permeiam, se superam e apresentam contradições devido às diferenças estruturais em suas concepções e dinâmicas.

A lei da unidade dos contrários nos remete à contradição dialética, sendo esta uma inclusão dos contrários e, ao mesmo tempo, uma exclusão. Essa contradição demonstra que cada qual tem seu conteúdo concreto, o seu movimento próprio, mas que agrega diferenças e semelhanças em suas conexões (LEFEBVRE, 1975). Enfim, imagens que, em conjunto, revelam as simbioses douradenses que se articulam, complementam-se, conflitam-se e se contradizem na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos propor outro modo de ver a realidade, oposto àquele fundado em dois polos distintos e/ou dicotômicos — rural e urbano, cidade e campo, agrícola e rural, reserva indígena e cidade — retomando a ideia de um espaço híbrido, isto é, um conjunto inseparável e indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (variando em cada momento histórico) aliados à atuação e intervenção de sujeitos hegemônicos, contra-hegemônicos e hegemonzados (SANTOS, 2006).

Essa ideia de híbrido, apresentada por Latour (1994), referindo-se às relações sociedade-natureza, pode ser apropriada por nós ao recorrermos novamente a Santos (2006), quando define o espaço como um híbrido e escreve que a “sua existência geográfica [*dos objetos*] é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (SANTOS, 2006, p. 102, grifo nosso). Ao lembrar que a noção

de forma-conteúdo é, em geografia, o correlato dessa ideia de mistos ou híbridos, esse autor nos auxilia a rever o rural e o agrícola e a reserva indígena (em sua multiplicidade) como uma variedade de híbridos, em que a “pureza” da distinção com relação ao urbano e à cidade, se algum dia existiu, não se percebe atualmente (RUA, 2006).

Segundo Rua (2006, p. 95), ainda:

[...] as “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas “ruralidades”, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir [...].

Uma simbiose, portanto. Ou seja, não podemos pensar e/ou compreender Dourados a partir dos opostos ou dicotômicos: urbano e rural, campo e cidade, reserva indígena e cidade, agrícola e rural, reserva indígena e campo; mas sim a partir das interações e articulações, que não representem clichês e que nem devem silenciar as intensas disputas e conflitos socioespaciais que obrigam as permanentes reconfigurações das escalas de ação dos diferentes sujeitos.

## REFERÊNCIAS

CAMPO GRANDE NEWS. **Carroça**. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.gdnews.com.br>>. Acesso em: jun. 2013.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In: CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129-136.

COGUMELO LOUCO. **Grupo Brô Mc’s**. 1 fotografia. Disponível em: <<http://cogumelolouco.com/bro-mcs-rap-guarani>>. Acesso em: jun. 2013.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

EMBRAPA. **Mato Grosso do Sul**. Carta: SF-21-Z-B-II-1-SE. Disponível em: <[http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br/ms/htm0/ms49\\_41.htm](http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br/ms/htm0/ms49_41.htm)>. Acesso em: abr. 2018.

ENCONTRO SUL-MATO-GROSSENSE DE GEÓGRAFOS – ENSUL. 21., 2013, Dourados. **Ementa grupo de trabalho “O urbano e a cidade”**. Dourados: UFGD, 2013.

FAMASUL. **Soja**. 01 fotografia. Disponível em: <<http://www.famasul.com.br/public/noticias/1197-camera-aprosoja-026.jpg>>. Acesso em: jun. 2013.

FERRAZ, C. B. O. **Geografia e pintura**: o espaço e a paisagem entre Ciência e Arte. Presidente Prudente: Departamento de Educação – UNESP; Dourados: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFGD, 2012. Digitado.

GOETTERT, J. D.; VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M. Imagens e espaços: leituras de uma relação cidade/reserva indígena/campo em Dourados (MS). In: FÓRUM REGIONAL DA ANPEGE – Centro Oeste e Triângulo Mineiro. 3., 2012, Três Lagoas. **Anais...** Três Lagoas: UFMS. 2012. p. 25-48.

GOMES, P. C. C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. de A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.

LACOSTE, Y. A Geografia. In: CHÂTELET, F. (Dir.). **A filosofia das ciências sociais**, n. 7. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1974. p. 221-274.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaios sobre antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1975.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROMA, C. M. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido**. 2012, 296 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2012.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-204.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, D. **O que é geografia?** [S.l.: s.n.], 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SINDICATO RURAL DE DOURADOS. **Expoagro**. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.sindicatouraldedourados.com.br/expoagro>>. Acesso em: jun. 2013.

SOBARZO, O. A. O urbano e o rural em Henri Lefèbvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

VITRINEPIX. **Camiseta**. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.vitrinepix.com.br71272/ADM-BRUTO-RSTICO-E-SISTEMTICO-BLACK>>. Acesso em: jun. 2013.



# CAPÍTULO 08

## TERRITÓRIO URBANO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DOS PARAGUAIOS DE/EM DOURADOS-MS<sup>64</sup>

*Ailson Barbosa de Oliveira<sup>65</sup>*

Este capítulo tem como objetivo discutir a identidade e a territorialidade paraguaia em Dourados-MS, destacando elementos referentes à religiosidade e analisando como a identidade se manifesta e se mantém.

Ressalta-se que a metodologia foi constituída por etapas. Na primeira, procurou-se uma aproximação, objetivando conhecer e estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados. Posteriormente, trabalhou-se com perguntas abertas, de maneira descontraída e informal, para que as respostas fossem dadas de forma livre. Por último, aplicou-se um questionário, momento em que se verificou que, apesar do contato anteriormente estabelecido, os entrevistados ficaram pouco à vontade para responder as questões.

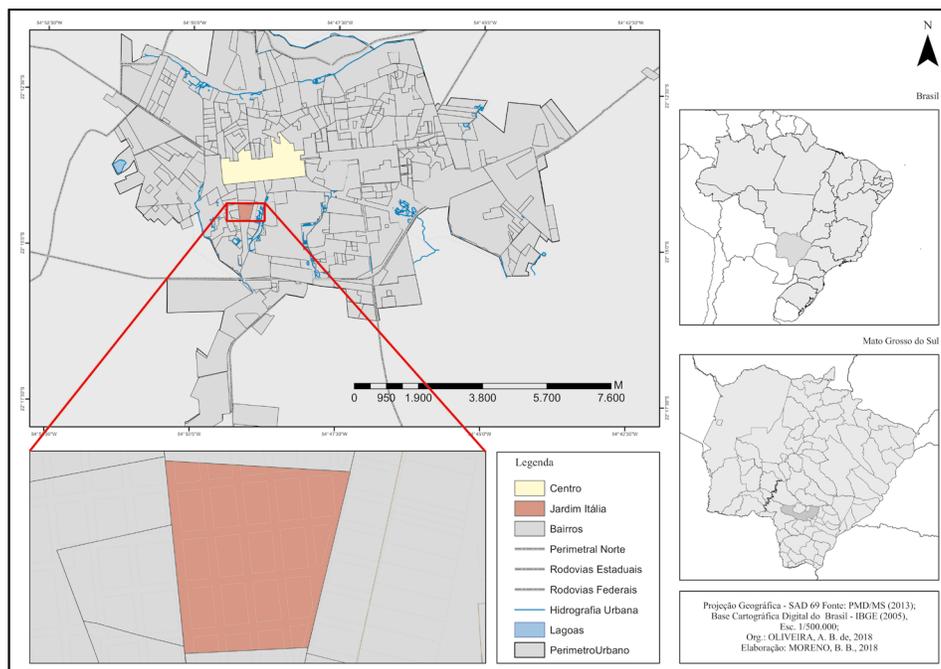
---

64 Parte deste capítulo foi publicada como artigo intitulado “Identidade urbana: paraguaios em Dourados-MS”, pela Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 23, ano 13, maio 2016.

65 Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Endereço eletrônico: <alibarol@yahoo.com.br>.

Pôde-se constatar que existe quase uma unanimidade no discurso dos entrevistados quando se referem, por exemplo, ao fato de que “gostam do Brasil”, ao fato de agradecerem por estarem vivendo neste país e de terem condições de vida melhor com relação às que tinham no Paraguai. Apesar disso, constatou-se também que persiste a esperança de que as condições sociais e políticas do Paraguai melhorem, pois enfatizam o “sonho” de um possível retorno.

**Figura 1** - Dourados-MS: Jardim Itália (2018).



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 2018.

A figura 1 mostra a localização do Jardim Itália, onde se concentra a maior quantidade de paraguaios na cidade de Dourados.

Durante as entrevistas, quando indagados sobre a qualidade de vida, obtiveram-se respostas como: “aqui tenho emprego, casa e tenho carro”; “meus filhos podem ou puderam ter saúde e educação de qualida-

de”; “caso eu estivesse no Paraguai eu não teria nada do que tenho hoje e, graças à Nossa Senhora de Caacupé, estou bem e feliz no Brasil”.

Vale destacar que a maior parte das falas ressalta o aspecto religioso, traço marcante na identidade paraguaia em Dourados. Assim, também foi dito que “a Santa tem me ajudado que sempre tenho viajado ao Paraguai”.

O início das entrevistas ocorreu no dia 02 de dezembro de 2013, durante a preparação da Festa de Nossa Senhora de Caacupé – realizada, todos os anos, no dia 08 de dezembro na Praça Paraguaia, localizada no Jardim Itália. Tal preparação conta com pessoas ligadas à comunidade, paraguaios e descendentes, e músicos que ensaiam os cantos que são apresentados durante a missa.

A organização da festa ocorreu no período de uma semana, à noite, momento em que era rezado o terço, em português, com alguns trechos em espanhol, como o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Após o terço, eram ensaiados os cantos.

No sábado, dia 07 de dezembro de 2013, aconteceu o último ensaio, com a capela lotada. Antes desse ensaio, rezou-se o terço e, em seguida, serviu-se um churrasco, acompanhado de arroz carreteiro, vinagrete e mandioca cozida. Segundo os organizadores, servir esses alimentos na véspera do dia da Santa é uma maneira de atrair as pessoas do bairro, uma vez que, quando não havia o churrasco, poucas pessoas compareciam para rezar o terço e para a serenata, ficando somente os devotos, que participam há anos, e peregrinos, que costumam ir para pagar promessa.

Quando passaram a servir o churrasco, mais pessoas começaram a frequentar o terço e a serenata, reforçando a territorialidade de comemorações e invocações identitárias. Notou-se que, alguns moradores, mais notadamente crianças e adolescentes, residentes nas proximidades da praça, vinham com pratos vazios, enchiam-nos de carne e iam embora. Outros agradeciam, outros ainda entravam na capela, faziam uma oração ou simplesmente olhavam, serviam-se de carne e se retiravam para suas casas, só se importando em buscar a comida e não se importando ou não se dando conta da importância da serenata e da homenagem à Nossa Se-

nhora de Caacupé e da representação da cultura paraguaia que ali estava presente.

Também foram acompanhadas as festividades do ano de 2014. No domingo, dia 07 de dezembro de 2014, como é de tradição, aconteceu o terço; no entanto, talvez devido à forte chuva que caiu, a capela estava praticamente vazia. Rezou-se o terço e, logo após, cantaram-se algumas músicas em espanhol em homenagem à Santa Caacupé. Posteriormente, as pessoas que estavam dentro da capela foram para a parte de fora, onde havia uma cobertura de lona que protegia da chuva. Os músicos fizeram serenata em homenagem à Santa de Caacupé e os participantes do terço, a cantoria, esperando ser servido o churrasco juntamente com o arroz carreteiro e o vinagrete. O churrasco foi servido a aproximadamente meia hora após o fim do terço, contudo, diferentemente do ano de 2013, não foi servida a mandioca, sim pão francês.

Conforme já havia sido alertado pelos organizadores, confirmou-se que, no momento em que o churrasco foi servido, houve aumento do número de pessoas, diferentemente do que aconteceu durante o terço, que contou com cerca de vinte pessoas aproximadamente. Assim, moradores das proximidades saíram de suas casas, mesmo com chuva, para se servirem de um pouco de arroz e de muita carne (ver figuras 2 e 3).

Durante o churrasco, as pessoas estavam contentes, cantando músicas tradicionais paraguaias, muitas estavam vestidas com roupas típicas, com cores que reportavam à bandeira do Paraguai. Um grupo de homens fazia serenata em pagamento à promessa por graça alcançada com a intercessão de Nossa Senhora de Caacupé.

**Figura 2** - Churrasco servido na véspera do dia de Nossa Senhora de Caacupé.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Na figura 2 é possível ver uma churrasqueira cheia de carne que, após assada, foi servida para os participantes do terço e da serenata em homenagem a Nossa Senhora de Caacupé. Em média, são assados aproximadamente 20 quilos de carne.

**Figura 3** - Pessoas se servindo durante o churrasco.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Na figura 3 é possível perceber as pessoas se servindo de arroz careteiro, vinagrete e carne. Também é possível perceber que algumas pessoas estão com adornos típicos paraguaios, podendo ser observado pela cor da bandeira do Paraguai, que é azul, vermelha e branca. A comida é feita na casa da Senhora Maria Zunilda Benites Gonçalves, na manhã do dia da serenata. Para o preparo da comida, a senhora conta com a ajuda de colaboradores.

Para os paraguaios entrevistados, quando a Santa lhes concede alguma graça, em pagamento, o devoto deve contratar um grupo musical para fazer serenata na véspera da Festa — por isso é comum vários grupos se apresentarem (ver figura 4).

**Figura 4** - Serenata em homenagem à Nossa Senhora de Caacupé.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

A figura demonstra a representação da serenata, que acontece posteriormente ao terço rezado na Capela de Nossa Senhora de Caacupé. É possível perceber como os presentes estão atentos aos cantos religiosos e aos cantos tradicionais paraguaios, como “chalana” e “galopeira”.

## A CERIMÔNIA DE CELEBRAÇÃO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DE CAACUPÉ

No dia da festa em comemoração a Nossa Senhora de Caacupé, logo pela manhã, várias pessoas se reuniram na Praça Paraguaia para a procissão, que é tradicional e ocorre todos os anos. Consiste em uma caminhada em que se leva a imagem da Santa e em que se cantam, em espanhol, canções religiosas, o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Essa procissão vai ao encontro de outra que sai da Igreja São José Operário e vai em direção à Praça Paraguaia. Nesta, músicas religiosas também são cantadas, em português: o Pai-Nosso e a Ave-Maria. As duas procissões se encontram no meio do caminho, nas proximidades da Rua Monte Castelo (ver figuras 5 e 6).

A figura 5 revela o momento do encontro das duas procissões. Do lado direito da figura, está a imagem de Nossa Senhora Aparecida (símbolo da religiosidade brasileira) e do lado esquerdo, a imagem de Nossa Senhora de Caacupé. No meio, de costas, está o senhor Francisco, paraguaio que conduziu a procissão. Já na figura 6 é possível de perceber que as imagens das santas estão adornadas com muitas rosas.

**Figura 5** - Encontro das duas santas na procissão.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

**Figura 6** - Oração do Pai Nosso e da Ave Maria em espanhol após o encontro das duas procissões.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Com relação à cerimônia assistida e acompanhada no dia 8 de dezembro de 2013, é importante ressaltar que no momento do encontro das duas procissões, o Frei Éterson<sup>66</sup> fez um discurso rápido falando sobre a importância da união cultural representada pelas duas Santas: Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai, e Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Destacou que eram as mesmas Santas, mas com denominações diferentes, e que, na verdade, estavam unidas para proteger. Acrescentou que, para os seguidores de Deus, não há distinção de língua, de cultura e muito menos de país (ver figura 7).

---

<sup>66</sup> Frei Éterson Antonio Terce, natural de Urânia-SP, foi pároco há aproximadamente 14 anos na Igreja São José Operário, que congrega a Capela de Nossa Senhora de Caacupé. Esteve à frente das pastorais e da construção e ampliação da Igreja São José Operário e também da ampliação da Capela de Nossa Senhora de Caacupé. Faleceu em abril de 2015.

**Figura 7** - Momento da fala de Frei Éterson sobre a procissão e sobre as duas santas.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Na figura 7 é possível perceber os fiéis em procissão<sup>67</sup>, alguns com vestimentas típicas paraguaias. Durante a procissão, é uma honra para os presentes carregar a imagem da santa. Muitos fiéis fazem promessa para carregá-la, mesmo que seja por um trecho.

Após a fala de Frei Éterson, após a oração do Pai Nosso em português e da Ave Maria em espanhol, a procissão, levando as duas Santas, uma ao lado da outra, seguiu em direção à Praça Paraguaiá. Durante o trajeto, as pessoas que vieram da Igreja São José Operário e as que saíram

---

67 Procissão (provém de *procedere*, “para ir adiante”, “avançar”, “caminhar”). Sendo uma marcha organizada por pessoas que caminham de maneira formal ou cerimonial acompanhadas por padres e por outros clérigos desfilam carregando imagens. Normalmente acontece sob a forma de um cortejo em marcha por ruas carregando imagens e entoando orações e cantos. Esse ritual, segundo a crença, faz com que as pessoas que participam e os locais por onde a procissão passa se tornem abençoados, por esse motivo é praticado em várias religiões cristãs, por exemplo, o catolicismo, o ortodoxo e algumas igrejas protestantes. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Procissão>>. Acesso em: 10 out. 2016

da Praça Paraguaia se misturavam e, juntas, entoavam os cantos, ora em português, ora em espanhol. Em alguns momentos, fogos de artifício foram estourados. Muitas pessoas saíam ao portão de suas residências para ver as Santas passarem. Algumas colocavam imagens de santos em frente às casas para serem abençoados. Assim, a procissão seguiu até a Praça Paraguaia, onde outras dezenas de pessoas já aguardavam para a celebração da missa (ver figura 8).

**Figura 8** - Frei Éterson rezando o Pai-Nosso em português e a Ave-Maria em espanhol.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Frei Éterson celebrou a missa. As imagens de Nossa Senhora de Caacupé e de Nossa Senhora Aparecida foram postas no altar. Perto delas, outras santas foram colocadas, assim como objetos trazidos por fiéis em pagamento a promessas: carteiras, chave de casa, fotos, roupas, etc. Terminada a celebração, os fiéis recolheram os seus objetos. Alguns rezaram, em português, um Pai-Nosso e uma Ave-Maria; outros, em espanhol, dizendo, ao final: “se a Santa me permitir irei voltar o ano que vem”.

Durante a celebração muitos elementos da cultura paraguaia foram expostos para serem abençoados pelo padre: roupas tradicionais para-

guaias, tereré (a erva mate com a água), sopa paraguaia, chipa e a bandeira do Paraguai (ver figura 9). Durante a homilia<sup>68</sup>, Frei Éterson fez o discurso que destacou a importância de se manter a cultura “viva”; ressaltou a necessidade de harmonia entre os dois povos, destacando que a religiosidade é a mesma não importando a nação e a língua. Ainda durante a celebração, o Frei pronunciou algumas palavras em espanhol. O Pai-Nosso e a Ave-Maria também foram rezados em espanhol; os cantos, por sua vez, realizados em português, espanhol e guarani.

**Figura 9** - Elementos da cultura paraguaia que foram expostos e abençoados durante a missa.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Na figura percebemos elementos que representam a cultura paraguaia e que são levados ao altar, durante a celebração da missa, para

---

68 Homilia: Discurso realizado pelo padre, após a leitura do Evangelho na missa.

serem abençoados pelo padre ou o Frei, no intuito de que nunca falte alimento.

Na celebração do dia 8 de dezembro de 2014 houve algumas mudanças em comparação à do ano anterior. A missa foi realizada por Frei Étersen e por Padre Teodoro, que, por ser de descendência paraguaia, falou em guarani e em espanhol durante a celebração, fazendo com que os presentes se sentissem em casa, pois estavam ouvindo e assistindo à missa em sua língua materna. Os cânticos da missa eram pronunciados em espanhol com algumas palavras em guarani.

Durante a homilia, Frei Étersen, como no ano anterior, falou sobre a importância da diversidade cultural e sobre o fato de que Nossa Senhora de Caacupé, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Imaculada Conceição<sup>69</sup> são as mesmas santas. O Frei destacou a importância da cultura paraguaia em Dourados e a relação de irmandade entre douradenses e paraguaios. Após a fala de Frei Étersen, Pe. Teodoro proferiu algumas palavras em guarani e em espanhol, enfatizando sua satisfação em participar há cerca de 20 anos da celebração a Nossa Senhora de Caacupé e revelando seu interesse em continuar a participar – observou que nessa celebração se sentia em casa.

Terminada a missa, fiéis e devotos de Nossa Senhora de Caacupé foram até o altar pegar os pertences que tinham deixado junto à Santa para serem abençoados durante a missa. Utilizavam a oportunidade para passar a mão na imagem da Santa, acreditando que ela representa graça e benção. Aproveitaram também para reafirmar os seus pedidos e para fazer novos, inclusive o pedido de voltar com saúde no próximo ano.

Após a celebração da missa, houve a distribuição de *chipa*, sopa paraguaia, cachorro-quente e refrigerante. Nesse momento, um grupo de músicos, vindos de Conceição (Paraguai), apresentou-se no mesmo pátio onde a missa foi celebrada. Assim, o local que foi usado para a cerimônia religiosa passou a ser local de festa e de canto. Ou seja, o território imaterial religioso passou a constituir território cultural, identificado por

---

69 O nome da Santa faz referência à noção de “Livro do Pecado Original”.

danças típicas paraguaias, o que reforça o fato de que a territorialidade varia conforme a temporalidade que marca as ações (ver figuras 10 e 11).

**Figuras 10 e 11** - O mesmo local, diferentes territorialidades.



As duas imagens acima representam momentos distintos. A primeira registra a celebração da missa em homenagem a Nossa Senhora de Caacupé. Já a segunda imagem registra a apresentação de um grupo musical. A primeira se refere à religiosidade e a fé em Nossa Senhora de Caacupé e a segunda representa a musicalidade e os cantos tradicionais paraguaios, demonstrando que os territórios são criados e recriados de acordo com os interesses vigentes.

O grupo musical apresentou canções tradicionais do Paraguai, como “Chalana”, acompanhadas por danças típicas, como a Polca Paraguaia. Com isso, criam-se e recriam-se territórios de acordo com interesses e necessidades: o primeiro foi o da missa, o religioso, e o segundo da festa da dança e da representação cultural.

A Festa em homenagem a Nossa Senhora de Caacupé teve seu término com a apresentação do grupo musical. A participação nas atividades da Festa levou à constatação de que a religiosidade é, efetivamente, um fator muito forte entre os paraguaios e descendentes e que a distribuição de comidas típicas paraguaias (chipa e sopa paraguaia) e do lanche seriam um modo de se divulgar a culinária paraguaia — muito apreciada em Dourados — e, conseqüentemente, a cultura paraguaia.

Após a apresentação na Praça Paraguaia, o grupo de músicos seguiu para a Associação Colônia Paraguaia, onde os presentes já estavam almoçando. Findado o almoço, o grupo efetuou sua participação, cantando e dançando. Na sequência, outro grupo musical — Grupo Sem Fronteira — marcou presença até o final da Festa, que, de almoço, passou a baile (ver figuras 12 e 13). O mesmo ritual também ocorreu em 8 de dezembro de 2014: almoço com churrasco, apresentação de harpa e do grupo “Sem Fronteira”, seguido de baile.

Figuras 12 e 13 - Almoço e baile na Associação Colônia Paraguaia.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

As figuras 12 e 13 foram tiradas na Associação Colônia Paraguaia e representam dois momentos distintos. Na primeira figura é possível observar o encontro dos paraguaios, a conversa e o almoço em família. Já na segunda observamos que o mesmo local passou a ser utilizado para festa e dança. Terminado o baile, o território paraguaio deixa de existir, pois o local se esvazia.

As entrevistas foram realizadas no período de preparação da festa da Padroeira do Paraguai e no dia da festa de Nossa Senhora do Caacupé foram realizadas entrevistas em que se pôde notar que muitos paraguaios se sentiam incomodados em indicar a cidade onde haviam nascido. Preferiam dizer que eram de Dourados, ou de Ponta Porã ou até mesmo de Porto Murtinho. Contudo, observou-se, pelo sotaque no decorrer da conversa, que não eram brasileiros. Essa atitude pode ser creditada, geralmente, a uma visão estereotipada que aponta ser o paraguaio preguiçoso, culpado por algo que dá errado, envolvido com tráfico de drogas e falsificação de mercadorias. Ou pelo fato de que, por estarem morando em Dourados há muito tempo, eles acabam assumindo a identidade local.

Diante disso, muitos negam suas origens, atitude que se modifica na medida em que passam a confiar no interlocutor. A partir do momento que assumem e se identificam como paraguaios, procuram reforçar que são pessoas de bem, que nunca fizeram nada de errado e que têm todos os seus documentos em ordem, que nunca foram presos e nunca se envolveram com drogas ou com o tráfico. Reafirmam que tudo que possuem é fruto do trabalho e que, graças a Nossa Senhora de Caacupé, no Brasil encontraram emprego, por isso podem aqui viver.

Quando indagados sobre gostar do Brasil, a primeira coisa que falam é que o Brasil é um “país muito bom”, “um país muito rico”. Questionados sobre os motivos que os levaram a vir morar em Dourados, muitos falam: “aqui é nossa terra”, “aqui é Paraguai”; outros dizem: “voltamos para a nossa terra”, fazendo alusão ao período anterior à Guerra do Paraguai<sup>70</sup>.

---

70 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), na Argentina e Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai Tratado da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai) (DORATIOTO, 2002, p. 96). O objetivo principal era a derrubada do governo paraguaio comandado por Francisco Solano Lopez. Mas o tratado secreto fixava novas fronteiras no cone sul do continente e abria a navegação dos rios Paraná e Paraguai, questão crucial para o Brasil, já que o acesso à província de Mato Grosso dependia da Bacia do Prata. Na época, o Paraguai, um país com algum nível de industrialização, mantinha uma política

Há que se registrar que a resposta, por exemplo, “estamos na nossa terra” sinaliza para a ideia de pertencimento em que prevalece o imaterial em um território físico existente, mas que, institucionalmente, é território brasileiro.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 74), “[...] o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material”. E o autor segue ao afirmar que:

A principal novidade é que hoje temos [...] uma velocidade [...] muito maior [...] de acesso e trânsito por essas territorialidades [...] e, dependendo da nossa condição social, também muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Assim, com a aceleração do meio técnico-científico-informacional, o processo de acionamento multiterritorial se torna mais comum. No que se relaciona à proximidade fronteira entre Brasil e Paraguai, essa retomada, criação e recriação multiterritorial, torna-se mais usual, e tal fato se expressa nas falas dos paraguaios, quando dizem que “aqui é Paraguai”, “aqui é minha terra”, ou quando afirmam: “voltamos para a nossa terra, que nos foi tomada”.

Tais falas remetem à reflexão acerca da imigração paraguaia para Dourados: a maior parte dos antecessores desses paraguaios vivia nesse território antes da Guerra do Paraguai. Hoje, seus descendentes chegam a

---

protecionista de seu mercado, o que contrariava os interesses ingleses. De acordo com Furtado (2000), a Guerra, que durou de 1864 a 1870, terminou com a vitória dos aliados e com a ruína do Paraguai: 80% da população masculina paraguaia desapareceu no conflito. Sobraram apenas velhos, mulheres e crianças.

A história da Guerra do Paraguai foi revisada e reduzida, por alguns autores em particular a uma pesquisa documental em detrimento de uma forma de enxergar o mundo e a guerra a partir de uma perspectiva marxista. Eles questionam tanto a industrialização paraguaia quanto os interesses ingleses na guerra. Esses autores questionam, também, a ocupação do território da bacia do Ivinhema pela população paraguaia — de grosso modo, havia uma indefinição da fronteira. E quando pensamos nesse território como um território guarani, isso corrobora ainda mais para esse entendimento.

esse mesmo território onde fixam moradia, o que fica explícito na observação de que “no chão onde pisam é Paraguai”. Isso sugere saudosismo, orgulho e pertencimento.

Verifica-se, então, um elo cultural que mantém a territorialidade paraguaia em Dourados, mais especificamente no bairro Jardim Itália, com a Praça Paraguaia e a Capela de Nossa Senhora de Caacupé. Essa identidade se faz por meio da religiosidade, elemento muito forte entre os paraguaios. Além disso, muitos paraguaios procuram morar no Jardim Itália ou próximo a ele, como, por exemplo, Vila Cachoeirinha e Jardim Água Boa, por ser, há décadas, o local de maior contingente de paraguaios em Dourados.

Outro elo cultural que reúne grande quantidade de paraguaios, descendentes e simpatizantes é, conforme já apontado, a Colônia Paraguaia, localizada no Jardim Altos do Indaiá. Esse local reúne uma quantidade significativa de paraguaios que moram na cidade de Dourados e nas cidades próximas — não apenas os moradores do bairro Jardim Itália, onde se localiza a capela de Nossa Senhora de Caacupé, mas também os paraguaios que moram em outros bairros de Dourados. O público que frequenta a Colônia, em comparação ao que frequenta e participa da Festa da Padroeira no Jardim Itália, aparenta ter condição econômica e social diferenciadas. Muitos entrevistados relataram que não é sempre que vão à Associação Colônia Paraguaia, mas que já participaram bastante.

Entretanto, quando responderam ao questionário escrito, ou às questões orais, a grande maioria afirmou que frequentava costumeiramente a Colônia. Somente uma entrevistada manteve, por meio do discurso oral, a resposta dada ao questionário escrito, ou seja, a de que não frequentava a Colônia. Alguns relataram, durante a entrevista oral, que a Colônia “é muito longe”; outros, que “lá é só para quem tem dinheiro”. Alguns afirmaram que não se sentiam bem em estar lá e que preferiam participar da Festa da Padroeira no Jardim Itália, por ser uma festa menos elitizada.

Considerando-se os sistemas de objetos técnicos que compõem também a realidade espacial urbana, pode-se inferir que eles condicionam e (re)produzem territorialidades. Nesse sentido, pode-se pensar no fato de

que a ligação cultural entre paraguaios e seus descendentes, faz-se, também, por meio do simbólico imaterial, ou seja, mesmo os que não moram no Jardim Itália e não têm o hábito de frequentar a Associação Colônia Paraguaia escutam o programa de rádio *Tereré Jeré*, do Senhor Elizeu Cristaldo. Esses ouvintes participam desse território imaterial que é construído pelas ondas do rádio, que se materializa quando o ouvinte sintoniza e ativa as suas memórias e suas lembranças.

O referido programa acontece aos sábados das 11 horas às 13 horas na Rádio Comunitária Boa Nova Dourados – 87,9 FM. Devido à sua repercussão, o programa passou a ser apresentado também em Caarapó, na Rádio Comunitária – FM 87,9 das 15 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, também aos sábados.

Assim, na cidade de Dourados, existem, no mínimo, três elementos de ligação cultural entre paraguaios e descendentes: a Praça Paraguaia, com a Capela de Nossa Senhora do Caacupé, a Associação Colônia Paraguaia — ambos materializados na cidade, “animados” socialmente pela projeção das relações socioculturais identitárias dos paraguaios — e o programa de rádio *Tereré Jeré* — sistema técnico que se difunde em ondas de rádio, alcançando o cotidiano e invocando, sobretudo, os elementos identitários de grande parte dos paraguaios que moram em Dourados.

## **RELATOS E PERCEPÇÕES DO COTIDIANO: (RE)CONSTRUINDO A TERRITORIALIDADE**

Há que se mencionar que, durante as entrevistas, outros aspectos foram levantados, por exemplo, escolaridade, renda familiar, tempo de residência em Dourados, etc. Em resposta às questões, por exemplo, sobre o Brasil, grande parte respondeu que gosta dos brasileiros e se identifica com eles, que tem muitos amigos e parentes brasileiros, mas que tem o hábito de visitar o Paraguai, uma vez que há parentes e amigos lá.

Muitos dos entrevistados chegaram a dizer que a vida de um paraguaio em Dourados é uma vida de fronteira, fazendo alusão às constantes viagens que fazem para rever os amigos, para rever a “pátria amada”.

Acrescente-se que, por se considerarem também brasileiros, por viverem no Brasil há alguns anos ou até mesmo há décadas, acabam se identificando e torcendo, por exemplo, por times de futebol brasileiros, especialmente, por times paulistas — Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos.

Grande parte dos entrevistados chegou a afirmar que “Brasil e Paraguai é a mesma coisa”, ou seja, que não há diferença. Mas quando lhes foi perguntado sobre para qual seleção torciam — para a do Brasil ou para a do Paraguai — responderam que havia sim rivalidade e, de prontidão, disseram torcer pela seleção paraguaia. Afirmaram que torciam pelo Brasil, exceto quando a disputa é entre Paraguai e Brasil. Ou seja, Brasil e Paraguai são a mesma coisa quando não estão disputando um jogo de futebol. Alguns disseram torcer também por times de futebol do Paraguai, como Club Olimpia de Asunción, Cerro Porteño e Club Nacional.

Com relação à discriminação, constatou-se, em algumas conversas/narrativas orais, que os paraguaios sofrem, de algum modo, discriminação. Fato que, geralmente, não foi identificado nas respostas aos questionários escritos, pois muitas vezes preferiram exaltar que gostam de morar no Brasil ao invés de relatar os problemas que enfrentaram. Quando lhes foi perguntado se enfrentaram algum preconceito no momento em que chegaram ao Brasil, relacionado, por exemplo, à língua, responderam que tiveram muita dificuldade. Entretanto, nos questionários, tal informação é negada, dizem que nunca tiveram problemas.

Somente uma entrevistada manteve o mesmo discurso, tanto na resposta oral quanto na escrita. Ao ser questionada sobre ter ou não sofrido algum tipo de discriminação, respondeu que sim e em razão da língua. Por esse motivo não gostava do local onde vivia, pois era discriminada, tratada com indiferença pelos vizinhos, o que lhe dava vontade de ir embora. Relatou que não tinha como voltar para o Paraguai, contudo, gostaria de passar a sua velhice lá. Disse que veio para o Brasil em busca de

um futuro melhor e de uma aposentadoria, e que gostava da cidade, mas enfrentava problemas relacionados ao preconceito<sup>71</sup>.

Conforme o apontado, procurou-se entrevistar pessoas identificadas como paraguaias, como descendentes diretas ou indiretas. Para isso tornou-se necessária maior aproximação, posto que muitas delas mostravam-se desconfiadas em razão, sobretudo, de estereótipos criados a seu respeito.

O contato mais próximo permitiu a conquista de confiança e fez com que as entrevistas se tornassem mais dinâmicas. Desse modo, como já dito, foram entrevistadas 17 pessoas que se identificaram como paraguaias. Entre elas estão o senhor Elizeu Rodrigues Cristaldo, o senhor Cildo Araujo, a senhora Maria Zunilda Benites Gonçalves e a senhora Florencia Munez Sanabria.

Entrevistaram-se também 20 pessoas, algumas identificadas como descendentes de paraguaios e brasileiros; outras, como pessoas que tinham alguma forma de relação direta ou indireta com paraguaios. Entre esses entrevistados estão a médica Potira de Aguiar, do Posto de Saúde do Jardim Hilda (próximo à Praça Paraguaia), a qual atende brasileiros, paraguaios e descendentes; o Frei Éterson Antonio Terce, pároco da Paróquia São José Operário, que congrega na Capela de Nossa Senhora de Caacupé; o então Deputado Estadual José Laerte Cecílio Tetila, um dos financiadores e colaboradores das festas que acontecem na Praça Paraguaia e também colaborador no programa de rádio *Tereré Jeré*, emprestando carro ou financiando gasolina.

Há que registrar que a análise considerou, primeiramente, as entrevistas orais e escritas feitas com os paraguaios; depois, as realizadas com

---

71 Percebe-se que o preconceito existe pelo “de fora”, pois os estabelecidos já estão territorializados e os outsiders, em processo de identificação/territorialização, sofrem com os discursos dos primeiros (GOETTERT, 2009), mas quando se estabelecem, possivelmente irão reproduzir as mesmas falas e os mesmos discursos, por exemplo: sobre os indígenas que vivem em Dourados, algumas pessoas — tanto paraguaias e descendentes quanto douradenses — não gostam e veem os indígenas como invasores, como pessoas que não gostam de trabalhar, criando vários estereótipos sobre os indígenas.

as pessoas que se relacionam direta ou indiretamente com a comunidade paraguaia; e, na sequência, as falas/discursos orais dos entrevistados. Tentou-se discutir como se processa a construção territorial e o que representa a identidade paraguaia para os paraguaios que vivem em Dourados.

Observou-se que, possivelmente em razão da imagem, geralmente estereotipada, que se construiu do povo paraguaio na cidade de Dourados, os entrevistados evitavam “falar mal” do Brasil. Quando faziam algumas críticas, referiam-se a questões políticas de âmbito nacional e a questões relativas à crise mundial que vinha afetando a economia brasileira e gerando desemprego. Falavam como se isso fosse algo bem distante da realidade deles. Diziam, por exemplo, que havia muita violência em São Paulo e no Rio de Janeiro, locais perigosos. Se perguntados sobre a existência ou não de violência em Dourados, mudavam de assunto. Alguns falavam que Dourados era uma cidade violenta, porque liam nos jornais, ou assistiam na televisão, mas faziam questão de dizer que nunca tinham visto nada e que onde moravam não tinha violência.

Quando indagados sobre qual o elemento cultural que mais os aproximavam do brasileiro, 100% dos entrevistados responderam que era a religiosidade, alegando que o brasileiro é bem religioso e também é devoto de Nossa Senhora Aparecida, como os paraguaios são de Nossa Senhora de Caacupé.

Muitos entrevistados relataram que começaram a ter amigos brasileiros depois que passaram a rezar o terço na igreja e na casa das pessoas. A religiosidade é, então, um elemento cultural que possibilita o contato e o estreitamento de laços de amizade entre paraguaios e brasileiros.

Outro aspecto observado é o de que se torna nítida a emoção desses paraguaios ao se lembrarem da terra amada e das preocupações que têm, devido a problemas sociais e econômicos naquele país. As críticas são duras, falam mal dos governos, falam que a economia está ruim, pois o país é mal governado, “falam mal” dos políticos, falam da falta de saúde, educação e, principalmente, da falta de trabalho e de segurança. Para alguns, morar no Paraguai é viver com insegurança, posto que, se há mudança de partido político, as pessoas podem perder os benefícios que o governo anterior tinha concedido. Ao se mudar o partido político, muda-se a for-

ma de governar, o que pode levar à perda de direitos já conquistados em governos anteriores.

Desse modo, dizem que viver no Paraguai é viver em constante medo, pois “não se sabe como será o dia de amanhã”. Quando falam do Brasil, dizem que aqui é tudo diferente, as coisas funcionam: se querem médico, tem no posto de saúde; se precisam de remédio, podem pegar no posto; na escola, os filhos estão apreendendo e se alimentando. Ponderam, enfim, que no Brasil o trabalhador tem segurança, aposentaria e qualidade de vida.

Outro fato que ficou evidenciado foi o motivo da migração para o Brasil — principalmente por problemas resultantes da crise econômica do Paraguai e da perseguição pela ditadura militar.

Vale lembrar que muitos tentaram voltar para o Paraguai; contudo, quando lá chegavam, viam que tudo havia mudado, o que tinham na memória não existia mais; assim, acabaram retornando ao Brasil.

De acordo com Hall (2009, p. 36):

Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compreensões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxaram os laços entre cultura e o “lugar”. Disjunturas patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas [...].

Um dos entrevistados disse ter mudado, em determinado momento, para Assunção (capital do Paraguai), morando na capital por dez anos. Como não se adaptou, retornou para Dourados, onde hoje se sente bem. Entretanto, não deixou de visitar o Paraguai por ainda manter um pequeno comércio. Atualmente, afirma que não pretende mais voltar a morar no Paraguai, a não ser que a política de governo do país se modifique.

De modo geral os paraguaios que vieram para Dourados formam mão de obra barata e farta. Desenvolvem trabalhos na construção civil, no comércio, na agricultura, em marcenarias; efetuam também trabalhos domésticos.

A constante chegada de paraguaios a Dourados em meados da década de 1980 fez com que problemas ocorressem – a cidade não esta-

va preparada para receber tal contingente. Grande parte dessas pessoas procura por localidades próximas às dos paraguaios já estabelecidos na cidade para ter melhor adaptação. Isso faz com que haja, por exemplo, especulação imobiliária, aumento do preço de imóveis e, principalmente, do aluguel, além de construções irregulares.

A territorialidade é constantemente recriada, de acordo com os interesses do grupo, elegendo locais simbólicos que representam fisicamente o território, local que passa a ter importância devido à sua representatividade e que pode ser ativado ou desativado de acordo com os interesses do grupo que podem criar outros territórios.

Haesbaert (2004) ressalta que:

[...] há uma distinção nítida entre diferentes formas de construção de território e/ou da territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como o tipo de mobilidade a que o grupo está sujeito (p. 56-57).

Como uma espécie de “cidadão global intermediário”, tenho alguma liberdade para traçar meus próprios territórios no interior da cidade, mas absolutamente não sou livre para construí-los em qualquer lugar – minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas [...] cada uma dessas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade urbana. (p. 350-351).

Se privilegiamos as questões políticas e, dentro delas, às questões do Estado, o território pode ficar restrito [...]. Neste sentido, [...] geram desterritorialização. Para outros, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente a condição humana (p. 78).

[...] Desta forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização (p. 131).

O autor continua destacando que a problemática do território tem “ampla tradição no campo das questões políticas” (HAESBAERT, 2004, p. 62). É um conceito central para a Geografia Política, e para ele:

Fica evidente a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido — entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço [...] — recebam estes nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografia”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” [...] de espaço geográfico; o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder; do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 79).

No que diz respeito ao povo paraguaio, ratifica-se que a religiosidade é muito forte, sendo um elemento de união e de manutenção da cultura paraguaia em Dourados.

A prática da fé faz com que eles mantenham a sua identidade. As festas religiosas são também uma reprodução material e territorial, pois são momentos de encontro e de conversas. Isso pode ser constatado em relação ao uso de determinado local, que abriga atividades religiosas e não religiosas, por exemplo, a Praça Paraguaia, quando se transforma, no momento de celebração da missa, em território religioso, criando uma relação territorial simbólica e espiritual. Após o término da missa, passa a ser um território com outra finalidade, recreativo, festivo e não mais simbólico e religioso, Ou seja, o mesmo local que antes era “sagrado” passa a ser “profano”.

Situação semelhante ocorreu na missa do dia 8 de dezembro de 2014: o mesmo local de recriação e lazer da Praça Paraguaia foi ocupado por tendas e cadeiras, para ser o território religioso; terminada a missa a área foi ocupada para a distribuição de lanches para os presentes; após o término da distribuição os funcionários da prefeitura vieram para limpar o local juntamente com alguns colaboradores paraguaios, desmontar a

tenda e recolher os bancos. Em seguida, a Praça passou a ser ocupada pelas rodas de tereré dos moradores do bairro e pelas crianças, que vão brincar, por moradores de rua etc., por fim, diferentes agentes que tecem relações sociais nessa porção do espaço urbano.

Segundo Haesbaert (2004, p. 78), “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. Cabe destacar que as festas religiosas e as atividades desenvolvidas na Associação Colônia Paraguaia também são exemplos de recriação territorial por meio de relações culturais.

Observa-se que outro fator que vem contribuindo para essas inter-relações é a língua. Alguns dos entrevistados estão voltando a se comunicar em guarani e em espanhol. Ainda que sejam em número pequeno, quando um grupo de paraguaios se reúne, eles se comunicam entre si no idioma guarani, o que faz com que a sua cultura e seus hábitos sejam mantidos e reproduzidos para os filhos.

Assim, há um empenho da comunidade paraguaia para manter as tradições culturais presentes na memória, para que elas não caiam no esquecimento. As festas, os encontros na Associação Colônia Paraguaia e o Programa de Rádio são elementos de união e conjugam para a construção da identidade, da territorialidade que constroem o território urbano.

## **OS LUGARES SIMBÓLICOS: DO MATERIAL AO IMATERIAL**

Procurou-se, como já apontado, obter contato com pessoas que se relacionavam com os paraguaios. Entre essas se destacam, por sua influência, atuação, importância e convivência com esse povo, uma médica, um político e um religioso. De acordo com tais pessoas, pelo fato da convivência ser longa, poderiam relatar experiências de vivência com os paraguaios.

Observou-se que, de modo geral, a convivência entre brasileiros, paraguaios e descendentes é harmônica, sendo comum o casamento entre brasileiros e paraguaios, assim como a incorporação de elementos da cultura paraguaia à cultura douradense. Por exemplo, a roda de tereré – é

corriqueiro visualizar um grupo de amigos, sentados em roda, tomando seu tereré<sup>72</sup>, bebida que é servida em uma cuia ou um copo em que se misturam água gelada e erva-mate.

No comércio de Dourados também é usual o consumo de tereré, tal como na construção civil – os operários geralmente interrompem o trabalho, na parte da manhã, por volta das dez horas, e no período da tarde, em torno das 15 horas, para tomar o tereré.

Outro elemento da cultura paraguaia, que já está incorporado à cultura douradense, está relacionado a pratos da culinária, destacando-se a sopa paraguaia<sup>73</sup> e o puchero<sup>74</sup> – encontrado em quase todos os estabelecimentos de comércio de carne de Dourados.

As músicas paraguaias também estão inseridas no repertório dos douradenses: é usual andar pela cidade, pela feira livre, pelo bairro Jardim Itália e ouvir canções paraguaias, algumas vezes até cantadas em guarani. Vale destacar que há comerciantes na feira livre que vendem CDs e DVDs somente com músicas paraguaias, cantadas em guarani. Um exemplo é o Senhor Ramon, feirante paraguaio, morador do Jardim Água Boa, residente no Brasil há quinze anos.

---

72 Tereré ou tererê é uma bebida típica muito consumida em Mato Grosso do Sul e consiste na infusão da erva mate (*Ilex paraguariensis*) em água fria, ou gelada. A sua origem vem do guarani e também pode ser consumida com limão e hortelã e outras raízes.

73 Sopa paraguaia é um bolo de milho salgado muito consumido no Paraguai e em Mato Grosso do Sul. É considerado o prato tradicional do Paraguai. Os ingredientes são milho ralado, leite, óleo, queijo em abundância e cebola, ingredientes que o tornam um prato delicioso, assado em forno comum ou de barro. Também podem ser acrescentados outros ingredientes como: tomate seco, orégano. Na falta do milho verde, pode-se utilizar fubá tipo biju ou polentina.

74 O puchero, que significa panela em espanhol, é um prato tradicional da Andaluzia, Ilhas Canárias, Argentina, Paraguai e Uruguai. No começo, era um prato camponês e, como tal, era feito de restos variados de comida. Com o passar do tempo, outros pratos derivados foram surgindo e, por conta da influência espanhola em terras latinas, a comida rapidamente foi incorporada e adaptada localmente. O preparo desse prato costuma ser bastante simples: os ingredientes são todos colocados em uma panela e cobertos com água. Vale ressaltar que devido à grande abundância de carne na região da América do Sul, o “puchero” local tem a carne como um de seus principais ingredientes.

Assinala-se que, no momento em que tais músicas são tocadas, muitas vezes, ouve-se determinado grito – uma expressão de alegria, de nostalgia, de felicidade – o que expressa a territorialidade imaterial (traços identitários) dos paraguaios.

O gênero musical *chamamé* (que em guarani significa improvisação), apreciado na Argentina, no Paraguai e nos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, é muito comum, sobretudo, em Dourados.

Outro gênero musical aqui presente é a polca paraguaia (*danza paraguaya*), gênero característico do Paraguai desde o século XIX. Ele é igualmente apreciado no norte da Argentina. No Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, a polca está passando por um processo de hibridização, transformando-se em outro gênero musical, o “rasqueado”. Percebe-se então que, assim como os estilos musicais, a identidade douradense recebe influência, criando o que se pode chamar de cultura douradense-paraguaia, ou paraguaia-douradense, uma vez que uma das matrizes de formação da cultura douradense é, sem dúvida, a cultura paraguaia.

Com relação ao processo de interação, verificou-se que os paraguaios, depois que aprendem a língua portuguesa, ao circularem pela cidade, falam somente em português, deixando a língua “mãe” para a esfera do lar, do convívio familiar, com os parentes e amigos. Isso sugere que, sendo a língua um fator de dominação, os paraguaios, para serem vistos e aceitos no Brasil, devem falar o português, caso contrário ficam à margem da sociedade.

É possível destacar que essa submissão do paraguaio à língua portuguesa é o que tem facilitado a aproximação entre brasileiros e paraguaios, nítido nas entrevistas. Alguns brasileiros entrevistados, por não entenderem a língua guarani, solicitavam que os paraguaios falassem em português. O fato de os paraguaios falarem em guarani e serem ouvidos por brasileiros faz com que os brasileiros se sintam incomodados, ofendidos, pois consideram que os paraguaios podem estar falando mal ou fazendo piadas de mau gosto com os brasileiros ou com a pessoa que está por perto. Contudo, o expressar em guarani, para os paraguaios que estão no Brasil, é um elemento de territorialidade e de afirmação da identidade.

No que diz respeito ainda aos brasileiros, constatou-se que muitos deles não veem os paraguaios como estrangeiros, muitos dizem que, pela proximidade da fronteira e por ser uma “fronteira seca” em alguns trechos, consideram os paraguaios como irmãos, como iguais. Alguns afirmaram que, num primeiro momento, consideravam os paraguaios como estrangeiros, não obstante depois de estabelecidas relações mais estreitas, passaram a vê-los como irmãos. Outros relataram que a proximidade fronteiriça permite que haja entre brasileiros e paraguaios uma oportunidade exclusivamente comercial, não envolvendo ligação de amizade, de proximidade.

Voltando à questão da dimensão ideológica produzida e veiculada no âmbito dessas imbricações “interidentitárias”, quando se perguntava aos brasileiros se eles eram preconceituosos, a grande maioria respondia que “sim”, mas em relação aos negros e “não” aos paraguaios. Alguns disseram que o preconceito no Brasil existia e estava relacionado à questão social, não importando a etnia, a cor de pele e nem a origem, o que contava era se a pessoa tinha dinheiro ou não.

De acordo com o apontado pela maioria dos entrevistados, os douradenses não são preconceituosos em relação aos paraguaios. No entanto, constatou-se que o preconceito existe, embora camuflado, uma vez que é externado em piadas que criam uma imagem estereotipada do paraguaio. Por exemplo, a de que o “paraguaio não gosta de trabalhar”; “não é de confiança”; a de que o “paraguaio é especialista em tirar vantagem” e “é falsificador de mercadorias”.

Os paraguaios, por sua vez, criam uma imagem positiva de si próprios, sobretudo quando são indagados sobre o seu modo de vida. Como já destacado, dizem logo ser “uma pessoa de bem”, que “não faz nada de errado”, que “tem todos os seus documentos em ordem” e que “gostam muito do Brasil”. Muitas vezes, durante a pesquisa, alguns diziam isso, sem ao menos serem questionados.

Cabe acrescentar que a maioria dos paraguaios entrevistados disse não ser preconceituosa; alguns disseram que o preconceito fazia parte da cultura de cada povo. Ou seja, o medo do “outro”, a não aceitação do

“outro”, o medo do desconhecido cria pré-conceitos, gera conceitos e alimenta pós-conceitos.

No que respeita à construção territorial, cumpre pontuar que é um processo contínuo, o ato de territorializar e desterritorializar é constante e não se finda, posto que a cultura, um elemento de identificação, está sempre em processo de construção, inclusive, por meio do diálogo que se estabelece com os interlocutores.

Desse modo, pode-se afirmar que os paraguaios vivenciam esse processo frequentemente, posto que a vinda para o Brasil, mais especificamente para a cidade de Dourados, provocou uma (des)territorialização e uma (re)territorialização.

Só se territorializa quando se desterritorializa de outro lugar. Com isso, os territórios se tornam mutáveis e cada vez mais flexíveis, ou seja, o imigrante carrega em si a simbologia territorial e a recria onde se fixar. Essa recriação da territorialidade se faz em Dourados, por meio de festas e bailes na Associação Colônia Paraguaia, na Capela de Nossa Senhora de Caacupé e também durante a comemoração do Dia do Povo Paraguaio, que é celebrado em todo o Mato Grosso do Sul e coincide com a data da comemoração da Independência do Paraguai, no dia 14 de maio. Assim, reconstrói-se a territorialidade paraguaia em Dourados. Segundo Haesbaert (2004, p. 99, 127, 130):

[...] A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território [...]; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos [...] de corpos e coletivos de enunciação. [...] A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, a criação. Para Deleuze e Guatari, o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se

criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro.

O território é um processo constante de territorialização e desterritorialização carregado de signos, significados e ressignificantes. Desse modo, ainda, para Haesbaert (2004, p. 87), “[...] a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”.

Nesse sentido, a territorialidade carrega ligação profunda com o chão, na construção do território urbano. No desenvolvimento do trabalho, tal processo de construção pôde ser identificado por meio da migração paraguaia que é vista, por entrevistados brasileiros, de forma positiva. Para eles, os paraguaios são ótimos construtores, constituem mão de obra farta e barata. Conforme essa afirmação, os paraguaios são vistos pelos brasileiros como trabalhadores destinados somente ao trabalho braçal, sinalizando para uma posição subalterna. Os brasileiros também apontam que têm muitos amigos paraguaios — “pessoas ‘fáceis’ de se lidar”.

A respeito das relações culturais, em relação aos paraguaios, sempre falam que são muito boas e que constituem uma troca. Muitos descendentes paraguaios, por sua vez, dizem que quando ouvem a palavra “paraguaia”, lembram-se dos pais, avós, de forma que têm recordações boas, construindo um “território cultural de memórias”, fazendo-os reviver a infância e lembrar-se de coisas que estavam guardadas no “subconsciente”.

Ressalta-se que os territórios paraguaios em Dourados existem simbolicamente e estão concentrados em três locais físicos e em um imaterial. Os locais físicos são a Praça Paraguaia, com a Capela de Nossa Senhora de Caacupé, localizada no Jardim Itália, e a Colônia Paraguaia, situada no Jardim Altos do Indaiá. Assim, tais locais acionam a religiosidade, por meio da territorialidade estabelecida pelos paraguaios e descendentes, uma vez por mês (o primeiro sábado, em que se reza uma missa na Capela em ação de graças aos paraguaios) e uma vez por ano (dia 8 de dezembro), momento em que se comemora, conforme já dito, o dia de Nossa Senhora de Caacupé, a padroeira do Paraguai.

É também comum os paraguaios irem, durante a semana, à Capela de Nossa Senhora de Caacupé para fazerem orações, pedirem graças e, até mesmo, efetuarem a limpeza da Capela. Com isso, a territorialidade paraguaia e, conseqüentemente, a religiosidade é mantida. Outro território dos paraguaios, a Associação Colônia Paraguaia, normalmente é palco de atividades como bailes e churrascos para a comunidade. Quanto ao programa de rádio *Tererê Jeré*, apresentado aos sábados, vale observar que ele pode ser considerado um elemento imaterial da territorialidade paraguaia em Dourados.

Cumpre lembrar, ainda no que se refere à Praça, que ela é frequentada não só por pessoas que lá vão para fazer orações, mas também por pessoas que moram próximo e a utilizam para se reunir com os amigos e tomar o tererê. Levam suas cadeiras de plástico, sua cuia com a erva-mate e uma garrafa de dois litros com água e gelo. Ficam sentados, conversando e tomando o tererê.

A Praça também serve de encontro para namorados, é utilizada por autoescolas, servindo de ponto de partida e de chegada. Há também outros agentes que imprimem suas territorialidades na Praça: moradores que se exercitam em aparelhos de ginástica, crianças que brincam nas calçadas, moradores de rua desterritorializados socialmente.

Assim, a Praça Paraguaia tem função religiosa, recreativa, educativa e cultural. É possível perceber que as pessoas que moram no bairro do Jardim Itália, de um modo ou de outro, frequentam a praça para tomar tererê; para namorar; para fazer orações – caso sejam católicos e devotos de Nossa Senhora de Caacupé (ver figura 14).

**Figura 14** - Uso noturno da Praça Paraguaia pelos moradores do Jardim Itália.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Na figura, é possível de perceber que alguns moradores do entorno da Praça Paraguaia estão sentados em um formato de semicírculo. Há três grupos, todos sentados conversando. Ao mesmo tempo, notam-se alguns adolescentes com bicicletas, tomando tereré, revelando que, mesmo à noite, os moradores do entorno utilizam a praça. Assim, é possível perceber que o uso cotidiano da praça é constante.

Outro local material e simbólico que os paraguaios ocupam em Dourados é a Associação Colônia Paraguaia, uma localidade distante da Praça Paraguaia. Nas entrevistas, como já mencionado, alguns paraguaios alertaram que a Associação Colônia Paraguaia fica muito longe: “bom seria se fosse mais perto da Praça”. Alegavam que já foram à Colônia, mas não com frequência.

A Colônia é um local material e simbólico criado pelos paraguaios para representar e externar a identidade paraguaia em Dourados, criando uma territorialidade. Contudo, essa territorialidade é criada somente em alguns momentos, normalmente quando há alguma festa, ou algum baile na Colônia. Quando isso não acontece, o local é mantido fechado.

A Associação Colônia Paraguaia é um local privado, apesar de ser uma associação. É cercada por muros e por dois portões que ficam 24 horas trancados. Ou seja, os moradores do Jardim Altos do Indaiá (bairro onde se localiza a Associação Colônia Paraguaia) não frequentam aquele local que, quando não é usado pelos paraguaios para representar a sua territorialidade, acaba ficando sem uso.

Os elementos que identificam a Associação Colônia Paraguaia, quando ela não está sendo utilizada, são uma caixa d'água, pintada com as cores da bandeira do Paraguai, e o letreiro escrito: Associação Colônia Paraguaia. Fora esses símbolos, o território paraguaio existe, porém é criado e recriado apenas em alguns momentos.

Outros locais simbólicos que representam os paraguaios em Dourados são aqueles criados eventualmente. Por exemplo, os relativos à comemoração da Independência do Paraguai e ao Dia do Povo Paraguaio (no estado de Mato Grosso do Sul). As duas comemorações acontecem no dia 14 de maio. Por serem datas festivas, normalmente são realizados desfiles cívicos na cidade. Esses locais, ocupados pelos paraguaios em determinada data e em determinado período, acabam sendo uma expressão da territorialidade paraguaia, mas são locais "criados" corriqueiramente e desfeitos quando se perde o interesse de sua "criação" e, assim, acabam sendo ocupados por outras atividades/territorialidades (ver figuras 15 e 16).

**Figura 15** - Desfile em comemoração ao Dia do Povo Paraguaio em Dourados.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

**Figura 16** - Desfile em comemoração ao Dia do Povo Paraguaio em Dourados.



Foto: Ailson B. Oliveira, 2013.

Nas figuras 14 e 15 é possível visualizar um desfile cívico nas ruas de Dourados, em comemoração ao Dia do Povo Paraguaio em Dourados. Esse desfile acontece no dia 14 de maio e representa um ato cultural em que os paraguaios mostram, por meio do desfile, a sua cultura por meio da dança e das roupas.

O território paraguaio é criado nas ruas por meio de desfile; quando este termina o território paraguaio deixa de existir e passa a ser o território dos carros e dos pedestres.

Outro território que é criado e recriado, todavia de modo imaterial, é do Programa de Rádio. Essa territorialidade se estabelece pelos ouvintes do programa e se processa quando são tocadas músicas paraguaias em espanhol ou em guarani, fazendo com que os ouvintes se reportem, por meio das suas memórias, a situações que vivenciaram ou que foram narradas pelos pais ou avós.

Essa memória é ativada durante o programa e desativada quando o mesmo termina, imprimindo uma territorialidade que é processada pelas ondas do rádio e estabelecida quando o rádio é ligado.

Vale ressaltar que a territorialidade imaterial perpassa por todos os nichos socioeconômicos e está presente em todas as partes de Dourados, diferente da territorialidade que se estabelece na Praça Paraguaia, na Associação Colônia Paraguaia e no desfile cívico. Por sua vez, a territoriali-

lidade das ondas do rádio se cria e se estabelece em qualquer local da cidade, uma vez que basta o rádio estar ligado para o território ser criado independente da localidade física. A territorialidade se concretiza quando as pessoas se identificam com a narração das histórias e através das músicas e das informações que o radialista, o paraguaio Elizeu, passa aos seus ouvintes.

Pelo exposto, nota-se que, em Dourados, os territórios paraguaios são múltiplos — a Praça Paraguaia com a Capela de Nossa Senhora de Cacupé, a Associação Colônia Paraguaia, o programa de Rádio *Tereré Jeré*, as barracas que vendem CDs e DVDs com músicas paraguaias cantadas em guarani, as barracas que vendem chipa, e até mesmo as casas de pessoas que têm algum tipo de convívio ou parentesco com os paraguaios.

Desse modo, o território paraguaio em Dourados está presente em diversas porções da cidade, ora mais ativo, ora menos ativo. Isso varia de acordo com os interesses vigentes. Por exemplo, em época de festividades o território é mais ativo e dinâmico. Fora esses períodos, o território existe, por meio da cultura, da música, da culinária, da roda de tereré, de grupos de pessoas que têm alguma descendência paraguaia e se reúnem para preparar o pucheiro ou para rezar o terço.

O fato de serem católicos e de participarem das missas, segundo os paraguaios, foi de fundamental importância para que eles tivessem uma melhor aproximação com os brasileiros. Eles relatam também que o Brasil é um país acolhedor, contudo, o fato de ser católico ajuda muito. De acordo com eles, os brasileiros são “iguais a nós”, são “como irmãos”, tendo como única diferença a língua.

Quanto ao processo de adaptação no Brasil, respondem que Mato Grosso do Sul e Dourados têm um clima tão quente quanto o do Paraguai, seu país de origem; por isso, não sofreram com adaptação.

No que se refere aos brasileiros que convivem diretamente com os paraguaios, seja no trabalho, seja em casa, seja na igreja, por exemplo, observam que as relações são bem amistosas, que não há conflitos. Percebeu-se que o fator religião é determinante para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre brasileiros e paraguaios, servindo como elemento de atração e não de repulsão entre as culturas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa construção territorial paraguaia em Dourados, tais agentes ganham importância e participação social e econômica, criando um sentido de pertencimento. Sua reprodução urbana e social cria, por fim, uma identificação de pertencimento ao local.

Em relação às questões fronteiriças, os relatos que mais apareceram foram os seguintes: “é muito bom morar no Brasil”, “é muito bom morar em Dourados”, “pois estou bem perto do Paraguai e por estar perto é possível viajar sempre”.

Muitos dos entrevistados enfatizaram que escolheram Dourados para morar por ser uma cidade grande e por estar relativamente perto do Paraguai (pouco mais de cem quilômetros). Alguns relataram que têm parentes no Paraguai e que gostam de visitá-los; outros alegaram ter propriedades de aluguel, comércio, naquele país – disseram que nomearam algum parente para tomar conta, mas que, por terem propriedades ou negócios, sempre têm que estar viajando para ver como as coisas andam e aproveitam para visitar parentes (pais, irmãos) e amigos. Percebeu-se, então, que a fonte de renda de alguns dos entrevistados é resultante também de rendimentos que eles têm no Paraguai.

Quando eram questionados sobre o porquê dessa composição financeira, diziam que, apesar de não obterem muitos lucros em razão da desvalorização da moeda, acabavam mantendo tais negócios por terem esperança de que as coisas no Paraguai melhorariam e eles poderiam retornar. Outros disseram que os investimentos que tinham no Paraguai eram devido a recursos que juntaram no Brasil e, por questões de moeda (câmbio), investiram no Paraguai. Outros ainda afirmaram que tinham uma casa, com um parente morando, que sempre mandavam dinheiro para fazer alguma reforma, e que pretendiam futuramente ter algum rendimento, uma vez que a moeda brasileira era forte.

Constatou-se, assim, que alguns paraguaios estabelecidos no Brasil têm algum tipo de investimento no Paraguai. Esse fato é devido ao crescimento econômico do Brasil e à estagnação econômica do Paraguai, o que possibilitou que os rendimentos adquiridos por paraguaios no Brasil fos-

sem investidos no Paraguai. Dessa forma, com suas diferentes nuances, se constrói a identidade paraguaia em Dourados, com elementos e signos materiais e imateriais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BETONI, W. L. **Dourados: entre a Memória e a História**. Dourados, 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.
- BÓIS, J. L. **A presença paraguaia em Campo Grande: o bairro “Vila Popular” (1966-2004)**. 2005. 123 f. Monografia (Especialização em História Regional)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2005.
- CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS**. Campo Grande: UFMS, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público, local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.
- CARLI, M. A. F. **Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados: EDUFGD, 2008.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Campinas: Bertrand Brasil, 2006, p. 77-116.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: CGEE, 2008.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DEMO, P. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- DORATIOTO, F. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- FURTADO, J. P. **A Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FURTADO, R. S. As fronteiras no âmbito do MERCOSUL: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. **Univ. Rel. Int.**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 371-381, 2011.

GOETTERT, J. D. Espaço civilizador: considerações sobre o corpo e a casa a partir do processo civilizador. In: GOETTERT, J. D.; SARAT, M (Org.). **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados: EDUFGD, 2009, p. 141-154.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Campinas: Bertrand Brasil, 2006. p. 49-76.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. São Paulo: Dag, 1988.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 30-49.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, n. 03, p. 77-85, 1997.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MASSEY, D. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, p.176-185.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel**. 1999. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Abes, 1999.

OLIVEIRA, A. B. de. Identidade urbana. Paraguaio em Dourados-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas-MS, n. 23, ano 13, p. 102-134, maio 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. 350f. Tese (Livre Docência)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA FILHO, J. P. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: SCOTT, P.; ZAUR, G. **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003. p. 27-48.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS (PMD). Secretária Municipal de Planejamento. **Base cartográfica digital.** Dourados, 2018.

SANTOS, M. Urbanização: cidades médias e grandes. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 279-287.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. O retorno do território, In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-18.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SOBARZO, O. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, E. S. et al. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 199-214.

SOUZA, J. C. **A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999).** 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 2001.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Campinas: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

SPOSITO, E. S. **Cidade, urbanização, metropolização.** Presidente Prudente: FCT; UNESP, 1997.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel; FAPESP, 1998.



# CAPÍTULO 09

## DA VILA DE UMA RUA SÓ À METRÓPOLE REGIONAL: O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAMPO GRANDE

*Antônio Firmino de Oliveira Neto<sup>75</sup>*

*Carlos Martins Júnior<sup>76</sup>*

Ao longo de sua história, a capital do estado de Mato Grosso do Sul passou por alguns tipos diferenciados de estruturação do seu núcleo urbano. Desde 1909 até os dias atuais, vários foram os projetos de ordenamento que transformaram a pequena vila de uma única rua em uma metrópole de alcance regional.

É nesse contexto que o presente capítulo objetiva a análise do processo de estruturação urbana de Campo Grande, relacionando-o com as ideias que determinavam as mudanças ocorridas nas principais cidades europeias, na virada do século XIX para o século XX, momento de sua constituição e que estabeleceram o modelo urbano em plano radial, ado-

---

75      Doutor em Geografia, professor do Câmpus de Aquidauana da UFMS e do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS – Câmpus do Pantanal. Endereço eletrônico: <firmino.neto@ufms.br>.

76      Doutor em História, professor do Câmpus de Aquidauana da UFMS e do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS – Câmpus do Pantanal. Endereço eletrônico: <carlos.martins@ufms.br>.

tado para a cidade. Desde a primeira planta da cidade, a estruturação urbana de Campo Grande sempre respondeu às necessidades de ampliação da circulação de mercadorias, pessoas e ideias, inerentes ao modo de produção capitalista, transformando-a conforme os interesses do capital.

## A VILA DE UMA RUA

A fundação de Campo Grande, o início da ocupação territorial e o conseqüente processo de produção do seu espaço urbano remontam ao ano de 1872, com a chegada, pela primeira vez, do mineiro José Antônio Pereira, juntamente com o filho, Antônio Luís, os escravos João e Manuel e o guia cuiabano Luís Pinto Guimarães, numa viagem em busca de terras férteis e devolutas, onde pudessem se estabelecer com sua família já bastante numerosa (MACHADO, 1990). O memorialista Paulo Coelho Machado (1990) coletou relatos que indicam a chegada da pequena comitiva no dia 21 de junho de 1872. Segundo o autor, os viajantes “chegaram à confluência de dois regatos no planalto da serra de Maracaju e, como o dia estivesse para findar-se, aí resolveram pernoitar”, estabelecendo aquele local como o destino procurado e definindo que “não era preciso caminhar mais” (MACHADO, 1990, p. 14).

Em 1875, numa segunda viagem, o mineiro trouxe a caravana de parentes e de amigos, que completava 62 integrantes, dando início, assim, ao Arraial dos Pereiras, que viria a se transformar no vilarejo de Santo Antônio de Campo Grande e, posteriormente, na cidade de Campo Grande. Sobre a chegada da caravana dos mineiros, Machado escreveu:

Assim dois anos corridos, na segunda metade de 1874, partia a grande caravana de 62 pessoas, levando cargueiros e nove carros-de-bois, com muito mantimento, sementes, arado, ferramentas, e outros utensílios. Além de amigos, escravos e parentes mais distantes, vieram Maria Carolina de Oliveira, mulher de José Antônio, e seus filhos Joaquim Antônio, Antônio Luís, Francisca, Perciliana, Ana Constância, casada com Manuel Gonçalves Martins, Rita e Maria Nazaré. [...] Já ao entardecer

do dia 14 de agosto de 1875 acamparam junto a uma grande figueira, existente, até pouco tempo, na Rua João Crippa, entre a Rua 15 de Novembro e a Avenida Afonso Pena, bem defronte do prédio onde hoje fica a Clínica da Figueira. Na manhã seguinte, os ádvenas iniciaram, pressurosos, o exame minucioso das novas terras e extasiaram-se diante da natureza esplendorosa. (MACHADO, 1990, p. 18-19).

Mesmo a despeito da polêmica sobre a existência de um casal de moradores na região, anteriores à primeira chegada de José Antônio Pereira, o que importa é que esse agrupamento de pessoas, pela quantidade de indivíduos e pela disposição em fixar-se e estabelecer nova vida no lugar, tornou-se o primeiro contingente populacional do local onde se estruturaria a atual capital do estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, independente de qual seria a versão verdadeira, se de Peri Alves Campos ou de Paulo Coelho Machado<sup>77</sup>, acreditamos ser correto atribuir a José Antônio Pereira a deferência de fundador da cidade.

Porém, durante mais de trinta anos, compreendidos entre a chegada do grupo de José Antônio Pereira, em 1872, e a implantação de um plano de arruamento, em 1909, a forma de produção espacial da área por onde hoje estrutura-se a cidade de Campo Grande restringiu-se basicamente na ocupação de uma estreita faixa localizada ao longo da margem direita do córrego Prosa, desde o ponto onde ele se encontrava com o córrego Segre-

---

77 No Álbum Gráfico de Campo Grande, publicado em 1929, por Benedito Leitão, existe um artigo escrito por Peri Alves Campos (da Biblioteca Pública de Campo-Grande), onde afirma que: “José Antônio Pereira, recepcionado por João Nepomuceno, cuiabano valentão e velhaco, anacoreta involuntário, que construiu seu rancho de palha na forquilha de pequeno e sombrio pontal” (CAMPOS, 1939, p. 03), suscitando, por muitas décadas, a polêmica sobre o verdadeiro fundador da cidade. Porém o memorialista Paulo Coelho Machado, no seu livro *A rua velha*, após ouvir o neto de Antônio Luís, um dos filhos que vieram com José Antônio na sua primeira viagem, contesta a versão de Campos, afirmando que José Antônio Pereira na sua viagem de retorno à Monte Alegre, com a finalidade de trazer a sua família para fixar-se definitivamente ao local escolhido, encontrou em Camapuã João Nepomuceno e Maria Abranches, contratando-os para cuidar de sua posse até o seu regresso (MACHADO, 1990, p. 16).

do. Naquele período, mesmo não apresentando qualquer característica urbana, os ranchos foram sendo construídos, com certo alinhamento, um ao lado do outro, tomando feição de uma rua, localizada paralelamente ao curso d'água, no sentido poente-nascente. A antiga disposição das construções possibilitou a concentração de um pequeno arraial em “uma rua somente” que, por muito tempo, foi chamada pela população do lugar como “Rua Velha” e atualmente constitui-se na Rua 26 de Agosto.

Talvez por falta de comunicação mais efetiva com outras localidades, devido ao isolamento e à grande distância, que resultava na ausência de um comportamento urbano mais efetivo entre os seus habitantes, a ocupação inicial do espaço de Campo Grande foi acontecendo de maneira diferente daquela que era comum nas cidades brasileiras do final do século XIX. Naquele momento, na maioria das cidades existentes no Brasil, a produção do espaço refletia uma concepção oligárquica de dominação, com a igreja e o poder municipal, incluindo aí a residência dos membros da elite local, instalando-se sempre juntos em uma única praça. Aquele tipo de produção do espaço citadino facilitava o controle das atividades sociais da comunidade local. No caso de Campo Grande, a igreja só foi construída quatro anos após a chegada da comitiva dos Pereiras<sup>78</sup> e, mesmo assim, fora do alinhamento dos ranchos, sendo ligada a ele apenas por um “trilheiro”. O poder público oficial só foi estabelecido em 1899, quando da emancipação política e a criação do município e que, durante muitos anos, não teve prédio próprio, funcionando nas casas dos intendentes.

Porém, a vontade dos habitantes do Arraial dos Pereiras (nome como ficou conhecido o pequeno povoado) em dispor os seus ranchos com um mínimo de organização, já refletia uma nova realidade na forma de produção espacial para as cidades no Brasil do segundo império, diferentemente de como os portugueses estruturavam as vilas nos tempos de colônia. No período lusitano, as casas eram dispostas irregularmente

---

78 Como algumas pessoas da comitiva, durante a segunda viagem de José Antônio Pereira, em 1875, foram acometidas da febre palustre e outras doenças, ele, que também era o curandeiro do grupo, fez uma promessa de construir uma capela em louvor a Santo Antônio, de quem era devoto, caso todos se salvassem, o que de fato, aconteceu.

“seguindo os caprichos dos moradores”, como bem frisou o historiador Sérgio Buarque de Holanda, ao referir-se à Bahia como maior centro urbano da colônia.

Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no primeiro século da colonização, em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores. (HOLANDA, 1995, p. 109).

Analisando o alinhamento das habitações do pequeno povoado em que se constituía Campo Grande antes da virada para o século XX, observa-se que estavam dados os primeiros sinais de que a futura cidade viria a ser estruturada dentro de uma concepção burguesa. No pensamento burguês, o mais importante é a subjugação do homem às necessidades de produção e reprodução do Capital, trazendo reflexos na produção do espaço urbano. Em oposição à concepção oligárquica de produção espacial, as preocupações burguesas concentram-se no transporte, na circulação de mercadorias e de dinheiro e na movimentação de pessoas, buscando viabilizar, assim, o aumento da troca, da comunicação e da possibilidade de consumo. Carlos (1992) afirma que as cidades passaram a pertencer ao Capital, assim como as catedrais a Deus, embora sejam ambas construídas pelo homem. A autora ressalta que:

Para usufruir da primeira é necessária a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital, onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer. (CARLOS, 1992, p. 12).

Outro elemento que realça a ideia aqui defendida, de que a população do incipiente vilarejo já imputava uma nova concepção para a produção espacial, foi a promulgação, em 1905, pela Câmara do Município, do primeiro Código de Posturas para Campo Grande. Como a lei estabelecia critérios para construções, assim como para utilização de espaços públicos, quando o que existia no local era apenas uma única rua, fica evidenciada a preocupação de que aquelas pessoas, além de experimentar novas maneiras de convivência, também vivenciassem novidades nas formas de morar, de transitar e de vizinhança. Sobre isso, e sobre a criação de novas cidades no oeste brasileiro do final do século XIX e início do século XX, Oliveira Neto escreveu:

Mas, para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, era fundamental que as populações de todos os lugares, por mais isolados que estivessem, incorporassem ideias modernas, cada vez mais condicentes com a distinção entre cidade e campo. (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 47).

Procurava-se, assim, a estruturação de uma forma urbana no pequeno vilarejo. Melhor dizendo, ao tratar de ruas, praças e outros logradouros públicos, enquanto o que existia de fato era um punhado de ranchos, dispostos um ao lado do outro, o Código de Posturas evidenciava a preocupação com a produção de uma cidade que atendesse aos padrões estabelecidos pelo modo de produção capitalista, já presentes em muitos centros brasileiros e europeus.

## **A PRIMEIRA PLANTA DA CIDADE**

No livro intitulado *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1899-1930)*, Weingartner (1995) defende a tese de que a Companhia Noroeste do Brasil – NOB, proprietária da concessão da linha férrea que ligava Corumbá à cidade de Bauru, passando por Campo Grande, teria feito incursões para a definição do traçado da cidade seguindo critérios estabe-

lecidos pela empresa. Ainda segundo os argumentos da autora, ao mesmo tempo em que havia o comprometimento com o governo da União em fundar núcleos de colonização a cada cem quilômetros, a empresa clamava para a necessidade do estabelecimento, na Vila de Campo Grande, de um centro onde seriam localizadas as casas comerciais, as residências e os órgãos públicos. Além disso, para a companhia era necessária a criação de um bairro — posteriormente constituído e denominado de Amambaí. A NOB solicitava ainda a criação de uma área para abrigar a estação ferroviária, o conjunto de galpões de serviços, os trilhos de manobras e as residências dos trabalhadores. Essa área foi estabelecida ao norte do pequeno povoado.

Como a Noroeste do Brasil era uma empresa privada de grande porte para a época, evidencia-se que a ideia defendida por Weingartner reforça os argumentos de que a produção do espaço urbano desenvolvida em Campo Grande no início do século passado atendia aos arranjos espaciais que interessavam ao modo capitalista de produção. Todos esses fatores foram importantes para que, em 1909, fosse aprovado pela Câmara Municipal o plano de alinhamento das ruas e praças da vila, de acordo com a planta elaborada pelo engenheiro Nilo Javary Barem<sup>79</sup>.

O projeto de Barem refletia algumas preocupações daquele momento. Uma dessas preocupações era a crise pela qual passavam as principais cidades industriais europeias, carentes de infraestrutura adequada ao aumento da circulação de pessoas e mercadorias. Dela resultaram vários movimentos urbanísticos e estruturantes com novas propostas viárias, responsáveis por mudanças substanciais em importantes cidades na

---

79 Em 1906, houve uma primeira tentativa do estabelecimento de um plano de alinhamento para as ruas da vila, mas nunca executado, pois o agrimensor Emílio Rivesseau, responsável pelo projeto, preferiu estudar os costumes dos índios Guaicurús a terminar a sua tarefa. Desses estudos, Rivesseau publicou em 1941, pela Editora Nacional, o livro *A vida dos Guaycurús*, que serve como referência para aqueles que desejam estudar a história da região.

Europa e pelo mundo afora, adequando-as às realidades impostas pelo capitalismo<sup>80</sup>. Sobre isso, Calado (2013, p. 16) fez interessante observação:

As transformações fazem parte do processo de urbanização, este, por sua vez, é calcado em modelos mundiais, formado por projetos audaciosos que buscam encontrar um ideal de cidade, um imaginário que, por vezes, surge negando a memória da população e, por outras, valorizando os patrimônios e legitimando a história.

A ideia de planificação do crescimento das cidades espalhou-se pelo mundo como meta dos governos municipais, a exemplo do que ocorreu em Nova Iorque, em 1811, onde se criou um plano de expansão para a Ilha de Manhattan, formando um imenso quadriculado de avenidas e ruas, que levou um século para ser preenchido de construções. Além disso, na cidade de Chicago, também nos EUA, foram construídas avenidas que chegavam a ter cinquenta quilômetros de extensão.

Outra preocupação era a necessidade de reformas de algumas cidades brasileiras<sup>81</sup>. Isso ocorreu tanto por motivos sanitários, visto que várias cidades portuárias eram acometidas de epidemias de tempo em tempo, quanto por motivos econômicos, em função do incipiente crescimento industrial do país. As reformas dessas cidades influenciavam as ações das elites do lugar em busca de um espaço que fosse simultaneamente sadio e interligado com São Paulo, que se constituía como o principal centro econômico do país.

---

80 O inglês Howard, com as suas cidades-jardins para o amanhã — *Garden cities of tomorrow* — e o Barão Haussmann, criando os bulevares em Paris, numa perspectiva estético-viário-militar, são alguns dos exemplos de novas concepções de cidades surgidas a partir do final do século XIX. Havia, de início, uma preocupação em clarificar a estrutura urbana, abrindo largas e retas avenidas, sempre com o intuito de dar um ordenamento ao crescimento das cidades.

81 Sobre o projeto “civilizatório” que propunha um sentido das reformas urbanas ocorridas nas metrópoles brasileiras na virada do século XIX para o século XX, ver: Martins Júnior e Oliveira Neto (2016).

Ao observar os fatos relacionados com a produção das cidades, ocorridos naquela virada do século XIX para o século XX, verifica-se uma mudança no papel desenvolvido pelas cidades após o surgimento da grande indústria. As grandes indústrias, por sua vez, universalizam a concorrência, estabelecem o mercado mundial moderno, os meios de comunicação e subordinam o comércio, a ciência e a natureza, acabando com o último aspecto natural da divisão do trabalho e transformando as relações naturais em relações de dinheiro. Segundo Lefèbvre, o surgimento da grande indústria fez com que a cidade deixasse de aparecer como o sujeito do processo histórico:

Com o aparecimento da grande indústria, segundo Marx e Engels, a cidade (e a sua capacidade interna-externa de associação, de concentração, de reunião) cessa de aparecer como o “sujeito” do processo histórico. A passagem para o capitalismo, da qual a cidade é o suporte social e o veículo, vai apresentar diferentemente o problema do sujeito (e talvez vai fazê-lo desaparecer). (LEFÈBVRE, 1999, p. 63).

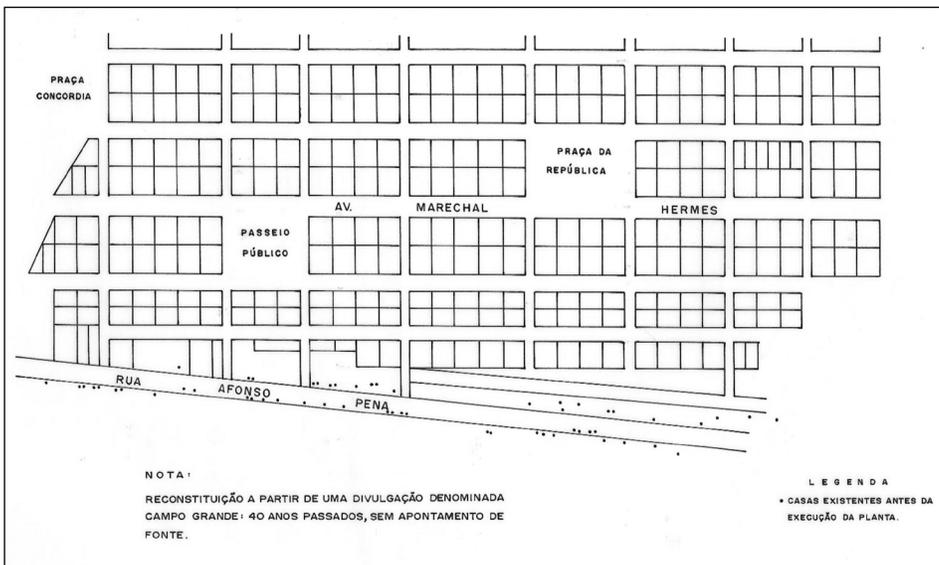
As cidades que historicamente desempenharam importante papel ao final do século XIX rompem-se e se superam em novas concepções que foram espalhadas pelo mundo afora, chegando até Campo Grande. Em forma de tabuleiro de xadrez, com largas ruas e calçadas, em consonância com o que estava acontecendo nas principais cidades brasileiras, a proposta do engenheiro Barem buscava dar ao sonhado desenvolvimento do lugarejo, facilidades ao trânsito de pessoas, animais, veículos e mercadorias, refletindo os movimentos de renovação urbanista ocorridos nos mais importantes centros urbanos do mundo. Ao mesmo tempo, a planta tinha cuidado com o arejamento e a higienização da vila, pois além das largas das ruas, previa a construção de quatro praças, sendo três delas bastante amplas. Sobre isso, Oliveira Neto escreveu:

Demonstrando preocupação com a higienização e arejamento do lugar, a planta previa a construção de quatro praças. Uma delas já existia de fato no final da rua única. Servindo apenas

como estacionamento para os carros-de-boi dos viajantes e boiadeiros, foi aproveitada para dividir a antiga rua em dois segmentos e assim corrigir o seu traçado inclinado em relação às demais. Das outras três restantes, uma delas, que na lei de aprovação do projeto, recebeu o nome de praça da Concórdia, na verdade nunca saiu do papel, pois sua área foi loteada e cedida a particulares. (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 42).

Na proposta urbanística contida na planta de Barem (figura 1) observa-se ainda que a atual Avenida Afonso Pena, na época com o nome de Marechal Hermes, foi projetada para ser o principal logradouro da vila e tinha o formato de um bulevar, ligando duas praças – atuais Praça Ari Coelho e Praça da República. Imitando formas europeias, a avenida, ao mesmo tempo em que reproduzia a preocupação com a higiene, pois estabelecia um espaço bastante arejado, deveria constituir-se igualmente como um local de consumo.

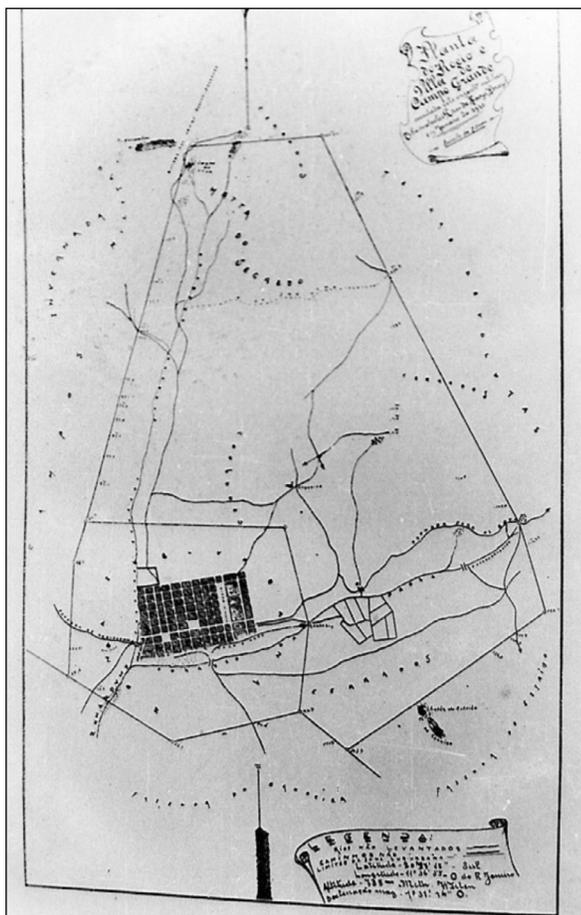
**Figura 1** - Planta de 1909 – elaborada pelo Engenheiro Municipal Nilo Javari Barem.



Fonte: OLIVEIRA NETO, 2005, p. 87.

Ainda em 1909, o engenheiro militar Tenente Themistocles Paes de Souza Brasil efetuou, a pedido da intendência, a medição do vilarejo e chácaras adjacentes, resultando na demarcação e mapeamento do seu rocio (figura 2). Além de estabelecer as áreas urbanas e suburbanas, computando mais de 6500 hectares, a planta deixava transparecer a preocupação com o abastecimento de água, pois delimitava as nascentes dos principais córregos que cruzavam e abasteciam a vila.

**Figura 2** - Planta do rocio de 1909 – elaborada pelo Engenheiro Militar Themístocles Brasil (foto).



Fonte: OLIVEIRA NETO, 2005, p. 122.

Desta forma, o Código de Posturas, a planta de expansão urbana de 1909 e o mapa do rocio, também de 1909, formaram um conjunto de instrumentos que, reproduzindo as preocupações burguesas com circulação e consumo e as preocupações do estado nacional republicano com higiene e sanitização, norteou o crescimento e a reestruturação do espaço urbano de Campo Grande nas primeiras décadas do século XX. Porém, nos aspectos naturais do relevo, os córregos Prosa e Segredo, como os dois principais cursos d'água que cortam a cidade, constituíram-se por muitas décadas nas principais barreiras que impediam o crescimento urbano nos sentidos oeste e sul, direcionando o crescimento da cidade principalmente para o sentido do nascente, onde não havia qualquer impedimento morfológico.

Somente em 1921, quando a intendência considerou de utilidade pública e passou para o Exército uma grande área a oeste do núcleo central, aproveitada para a construção do 11º Regimento de Artilharia Montada e do Hospital Militar Modelo, foi que aconteceu a transposição da barreira natural estabelecida pelo córrego Segredo. Trubiliano e Martins Júnior escreveram sobre isso:

A implantação desse conjunto de obras, no entanto, impulsionou a expansão urbana da cidade para a região Oeste, possibilitando a implantação do primeiro bairro popular da cidade, o Amambai, projetado e instalado pela Intendência Municipal, para abrigar, principalmente, os operários urbanos que tinham trabalhado nas obras. (TRUBILIANO; MARTINS JÚNIOR, 2008, p. 250).

Mas, ao longo do tempo, essa própria área militar foi largamente ampliada, tornando-se, ela própria, um novo obstáculo para o crescimento da cidade no sentido oeste. Atualmente, uma longa faixa entre a Praça Newton Cavalcante e o aeroporto, ao longo da Avenida Duque de Caxias, é ocupada por unidades do exército e pela Base Aérea de Campo Grande, transformando-se em empecilho para a realização de outras atividades urbanas de serviços, comércio, indústrias, habitação e, só recentemente, com a implantação de pista de ciclismo, ela se transformou em importante espaço de lazer para os moradores daquela área.

## NOVOS PARADIGMAS, NOVAS ESTRUTURAS URBANAS

Pela própria situação de localização num entroncamento, a expansão do sítio urbano de Campo Grande deu-se a partir do seu núcleo central de traçado quadriculado, seguindo caminhos boiadeiros que levavam para diversas localidades — principalmente fazendas, em todas as direções cardeais, facilmente identificados na planta do rocio de 1909 (figura 2). Isso resultou numa estruturação urbana radial, possibilitando a ligação da periferia com o centro, por meio de grandes avenidas, surgidas, inicialmente, como resultado da urbanização espontânea dos caminhos citados.

Por causa disso, é possível observar que as atuais saídas para as rodovias que ligam Campo Grande a São Paulo e a Sidrolândia, ao sul; a Três Lagoas, ao leste; a Cuiabá, ao norte; e a Rochedo, ao noroeste, eram o início de estradas que se transformaram em grandes radiais. Todas largas e duplicadas, essas vias fazem atualmente a ligação rápida dos bairros dessas áreas com o centro da cidade. Caso interessante é o da saída para Corumbá, a oeste, que também faz ligação com o aeroporto internacional. Como mencionado, essa é a avenida da área dos quartéis do Exército e da Aeronáutica, não havendo possibilidade de estabelecer outro tipo de ocupação ao seu curso. Por esse motivo, a própria dinâmica urbana resultou no desenvolvimento de uma via paralela — a Avenida Júlio de Castilho, que se constituiu no mais importante elo dos bairros da zona oeste da cidade com o seu núcleo central. Dessa forma, a Avenida Duque de Caxias, que, de fato, é o início da estrada para Corumbá, só consegue desempenhar o mesmo papel que as outras saídas com a instalação de comércios e serviços, depois do aeroporto, onde já não existem áreas militares.

Na análise do processo de produção urbana de Campo Grande, também é possível observar que, ao longo da sua história, os poderes públicos municipal e estadual tiveram um papel preponderante na estruturação urbana da cidade, quer seja por meio de leis, decretos, planos diretores ou obras viárias. Devido ao grande crescimento populacional verificado na área urbana de Campo Grande após a década de 1950, os sucessivos governos estaduais atuaram fortemente no setor habitacional, com a criação de inúmeros projetos que possibilitaram o surgimento de

diversos conjuntos habitacionais para os segmentos de renda mais baixa. Esses conjuntos foram construídos nas regiões periféricas, com grandes distâncias do centro e sempre localizados às margens das saídas anteriormente mencionadas constituindo-se, eles próprios, mais um motivo para a urbanização dos caminhos boiadeiros referidos.

Dessa forma, os inícios das estradas foram transformados em ligações entre esses conjuntos habitacionais e o centro da cidade. Com o tempo, os vazios urbanos foram, inevitavelmente, preenchidos por todo tipo de ocupação, tornando os antigos caminhos em largas e urbanizadas avenidas que, em alguns casos, compõem uma sequência de vias, uma em continuação à outra, podendo ter até vinte quilômetros de extensão.

Após a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a transformação de Campo Grande em capital, a cidade sofreu uma grande transformação na sua paisagem urbana. A construção de inúmeros prédios de apartamentos para a classe média, a ampliação da rede de comércio e serviços, o surgimento de lojas de departamentos, supermercados e shopping center e, ainda, a construção de grandes obras públicas, como o Parque dos Poderes, os prolongamentos de avenidas e a canalização de córregos, constituem apenas alguns exemplos dessa transformação da paisagem campo-grandense.

Mas foi somente a partir da década de 1990 que passou a existir maior reestruturação do espaço urbano de Campo Grande, possibilitando a complexidade da sua rede de logradouros e criando alternativas viárias de ligação entre os bairros sem a necessidade de passagem pelo centro. Várias ações dos sucessivos governos do município paulatinamente estabeleceram outra lógica na hierarquização dos fluxos, começando pelo anel rodoviário que, interligando a quase totalidade das estradas que dão acesso à cidade, retirou da sua malha urbana uma grande quantidade de caminhões que transitavam pelas principais avenidas. Nessa nova ótica de distribuição dos fluxos pode-se citar ainda: a Avenida Ernesto Geisel, ligando o sul ao norte da cidade; a Avenida Fernando Corrêa da Costa, que, encobrindo o histórico córrego Prosa, faz a ligação da Ernesto Geisel, ao oeste, até o shopping sem passar pelo núcleo central. A Avenida Guaycuru e a sequência compreendida pelas avenidas Gabriel Del Pina, Toro

Puxian, Interlagos, Dr. Olavo Vilella de Andrade e Sen. Antônio Mendes Canalle, ligando bairros do leste aos bairros do oeste de regiões muito distantes do centro da cidade, são mais alguns exemplos da nova distribuição dos fluxos.

Essas obras no sistema viário confirmam a estruturação do espaço urbano de Campo Grande em moldes diferentes do que vinha acontecendo até então, em que as vias radiais, aproveitando os antigos caminhos boiadeiros, faziam as ligações diretas entre bairros e centro. A partir delas, rompem-se os antigos parâmetros para os fluxos e uma nova maneira de produção espacial se impõe, na qual as estruturas e infraestruturas são espalhadas por toda a cidade, diluindo a forma urbana e fazendo com que a interação do indivíduo com a cidade possa se dar em todos os cantos, superando a dualidade centro-periferia.

## REFERÊNCIAS

- CALADO, L. M. R. **Era uma feira aonde a gente ia de chinelo**: Campo Grande sua feira livre central. Dourados: Editora da UFGD, 2013.
- CAMPOS, P. A. Do 1º Rancho à Locomotiva 44 (Chegas para a história de Campo Grande), In, LEITÃO, B. **Álbum de Campo Grande MCMXXXIX**. Campo Grande, 1939.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do Capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEITÃO, B. **Álbum de Campo Grande MCMXXXIX**. Campo Grande, 1939.
- MACHADO, P. C. **Pelas ruas de Campo Grande**: a Rua Velha. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.
- MARTINS JÚNIOR, C.; OLIVEIRA NETO, A. F. Representações do “Caos Urbano” e o sentido das reformas nas metrópoles brasileiras da Belle Époque. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 55, p. 313-340, jul./dez. 2016.
- OLIVEIRA NETO, A. F. **A rua e a cidade**: Campo Grande e a 14 de Julho. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Nas ruas da cidade**: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.
- RIVESSEAU, E. **A vida dos Guaicurus**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941.
- TRUBILIANO, C. A. B.; MARTINS JÚNIOR, C. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. **Revista de História Regional**. v. 13, n. 2, p. 246-262, Inverno 2008.
- WEINGARTNER, A. A. dos S. **Movimento Divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: edições EST, 1995.

# CAPÍTULO 10

## CAMPO GRANDE-MS E A AVENIDA AFONSO PENA

*Edison Luis da Rosa Duarte<sup>82</sup>  
Paulo Fernando Jurado da Silva<sup>83</sup>*

Este capítulo de livro é uma contribuição especialmente empírica à geografia urbana e econômica, tendo como recorte espacial Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Para tanto, tem como objetivo central estudar a Avenida Afonso Pena, que é a principal da capital, no contexto urbano de Campo Grande, demonstrando sua importância econômica e espacial. Trata-se, portanto, de um estudo básico e original da realidade socioespacial de um tema ainda não explorado na geografia sul-mato-grossense. Além disso, é preciso ressaltar que não será apresentado um estudo sobre

---

82 Licenciado em Geografia, Universidade Estadual de Estado de Mato Grosso do Sul. Endereço: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155, Conjunto José Abrão. CEP 79115-898. Campo Grande- MS. Endereço Eletrônico: <duartegeografo@gmail.com>.

83 Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pesquisador do Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo, Território e Região (GEFRONT-TER). Endereço: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155, Conjunto José Abrão. CEP 79115-898. Campo Grande- MS. Endereço Eletrônico: <pfjurado@uems.br>.

centralidade da avenida e que esta análise é um esforço de cunho inicial a respeito da temática geográfica.

A avenida Afonso Pena conta com ampla variedade de comércio, serviços, sedes de representação do poder econômico e político do estado. Dessa maneira, ressalta-se que ela detém grande centralidade, sendo também importante via que conecta diferentes bairros e porções da cidade. Nela está presente a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), grandes redes hoteleiras, parques etc., sendo um dos espaços da cidade em que mais circulam pessoas e carros na capital.

Campo Grande possui, segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), 853.622 habitantes, contabilizando um incremento de 9,8% em relação ao último censo, quando a população era de 786.797 habitantes no ano de 2010, o que representa a magnitude demográfica do município e a complexidade de se levar em conta procedimentos adequados para a representação do problema de pesquisa.

Nessa perspectiva, é preciso ressaltar que para a realização da pesquisa foram utilizados materiais como livros, teses, artigos, jornais, revistas, consulta a sites de instituições públicas e privadas que tratam da temática do urbano e do planejamento, entre outras. Nesse contexto também foram realizados diversos trabalhos de campo na avenida, aplicação de questionários, em âmbito amostral com os frequentadores da rua (100 entrevistados), abarcando diferentes faixas etárias e classes sociais, de modo a representar uma amostra ampla e significativa, bem como 20 entrevistas estruturadas junto a profissionais que mantêm estabelecimentos comerciais e de serviços na via, com vistas a melhor compreender a dinâmica local.<sup>84</sup>

Consequentemente, para operacionalizar os resultados desta pesquisa, o presente documento está organizado, especialmente, em dois itens estruturantes, sendo o primeiro dedicado a compreender a produ-

---

84 Dessa maneira, cabe ressaltar que tal pesquisa de campo foi realizada nos meses de setembro a outubro de 2017, sendo feita em diferentes pontos da avenida, no período diurno.

ção do espaço urbano e a inserção da Avenida Afonso Pena no contexto de Campo Grande e, o segundo, dedicado a abordar, mais contemporaneamente, sua importância econômica e espacial.

## **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPO GRANDE- MS E A CRIAÇÃO DA AVENIDA AFONSO PENA**

O início da produção do espaço urbano em Campo Grande se deu a partir do final do século XIX. De acordo com Barros, “Em 1872, em 21 de junho, na confluência de dois córregos, chegava a comitiva de José Antônio Pereira, então com 47 anos” (BARROS, 1999, p. 20). José Antônio buscava, especialmente, campos para a criação de gado e terras para lavouras.

O local que identifica a chegada dessa comitiva é o Marco Zero<sup>85</sup> da cidade, atualmente o Parque Florestal Antônio Corrêa de Albuquerque, horto municipal, localizado no cruzamento das Avenidas Fernando Corrêa da Costa e Presidente Ernesto Geisel. Entretanto, é preciso frisar que, apesar de a historiografia oficial demarcar esse ponto, deve-se destacar que há outras interpretações para o contexto inicial de formação socioespacial da cidade, considerando ainda outros agentes sociais. Para Santos (2006, p. 209), por exemplo:

O espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos. A exemplo da biodiversidade, podemos, aqui, falar de uma diversidade socioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliadas no momento atual. É isso que assegura às cidades — sobretudo às grandes — a possibilidade de acolher atividades as mais diversas, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização.

---

85 O Marco Zero da cidade delimita o início de sua medida geográfica, a partir do qual todas as medições de distância são estabelecidas.

Desse modo, tais cidades abrigam todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho. É esta, aliás, sua riqueza.

Segundo diferentes relatos históricos, observa-se, por exemplo, que em período posterior à formação do núcleo urbano de Campo Grande, fazia-se presente a denominada comunidade São Benedito, remanescente de povos de matriz africana e organizada, inicialmente, pela matriarca Tia Eva<sup>86</sup>.

“Nesse tempo, já havia sido assinada a Lei da Abolição da Escravatura (1888), quando Eva Maria de Jesus estava com 41 anos de idade [...]” (MORAES, 2003, p. 7). “[...] Nasceu escrava e vivia em Mineiros, Goiás, com três filhas: Joana, Lázara e Sebastiana” (MORAES, 2003, p. 7), tendo migrado, posteriormente, para Campo Grande.

Com isso, iniciou-se o processo de produção do espaço urbano da vila com um pequeno ranchinho e com outras famílias, que chegavam e construíam suas moradias de taipa e de outros materiais, dando início ao processo de expansão do tecido urbano. Nesse contexto, surgiu uma vila que, segundo Le Bourlegat (2000, p. 14), teve seu espaço “[...] incorporado integralmente ao corpo do país, em 1870, após a Guerra do Paraguai, portanto, é Brasil há pouco mais de um século”.

Desse modo, é necessário destacar que Campo Grande, na escala municipal, teve sua primeira atividade comercial fundamentada na cultura da pecuária, servindo de passagem para quem percorria o norte do país em busca de novos horizontes, tornando-se “[...] o ponto de reunião das grandes boiadas que eram levadas para o Triângulo” (BARROS, 1999, p. 22).

Essa presença constante de boiadeiros trouxe maior complexidade ao núcleo urbano, gerando maior possibilidade de atração, em termos de centralidade econômica (BARROS, 1999, p. 22). Consequentemente, houve nitidamente uma separação entre campo e cidade, possibilitando ao núcleo urbano maior concentração de pessoas, diversificação das ativida-

---

86 Este parágrafo foi escrito a partir de relatos de familiares da Tia Eva na comunidade São Benedito, em Campo Grande (MS), remanescente dos quilombolas. (MORAES, 2003).

des econômicas e uma vida de relações, o que confere a esse espaço e a seus moradores o conteúdo específico do modo de vida urbano.

A partir dessa afirmação, destaca-se que este trabalho não tem por objetivo esgotar a discussão sobre a dimensão histórica da realidade, mas contextualizar elementos temporais, retrospectivos ou contemporâneos, que favoreçam a leitura do espaço, visto que há, portanto, uma relação dialética e indissociável. Compreende-se então que a produção do espaço envolve, inclusive, o cotidiano e as modalidades de ocupação do espaço. Assim,

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno [...]. (CARLOS, 2007, p. 20).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que as ocupações do espaço se dão, entre outros fatores, por interesses imobiliários e da dinâmica do setor local, que concentra várias atividades comerciais e financeiras, mostrando que a sociedade vive em constante movimento. Inicialmente, a expansão da urbanização de Campo Grande teve um fator importante que merece menção, como descreveu Oliveira Neto (2005, p. 195) ao ilustrar que “[...] a posição de encruzilhada, que permitia a sua ligação com todas as localidades do sul de Mato Grosso, transformou Campo Grande num ponto de referência”. Assim, pode-se afirmar que a cidade, ao longo do tempo, manteve:

[...] A sua riqueza e o seu desenvolvimento, expressos na sua base econômica pecuária e, em grande parte, na sua localização estratégica — passagem obrigatória para todos que vindos do Sul, se destinavam ao norte do país, se iniciam quando ocorre a interligação ferroviária, em 1914, com a região Su-

deste, a mais desenvolvida do Brasil, através da chegada da “Maria fumaça” da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). (ARRUDA, 2000, p. 27).

Ainda conforme Oliveira Neto (2005), era a Rua Quatorze de Julho a principal da cidade, tanto do ponto de vista comercial quanto econômico e histórico, conectando o núcleo urbano ao território paulista por meio da estação ferroviária, decorrente da ação da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

Desse modo, a importância e o desenvolvimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, segundo Azevedo (1940 apud OLIVEIRA NETO, 2005, p. 90), dá-se por meio da:

[...] Criação de novos centros de população, no Noroeste, sobre o percurso da via férrea, e a espantosa rapidez com que se povoam, constituem um dos mais interessantes fenômenos provocados pela construção da estrada, e tão surpreendentes e tantas vezes repetidos que a fundação das cidades apareceu, nessa região, como um corolário da estrada de ferro.

Campo Grande, nesse contexto, era apenas um pequeno centro urbano antes da chegada do trem, em 1914, quando houve mudanças econômicas na região e o crescimento populacional “[...] por meio da assimilação de padrões urbanos e [seus habitantes] preparavam-se para conviver numa outra forma de estruturação espacial com as obras de implantação da planta da cidade” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 98).

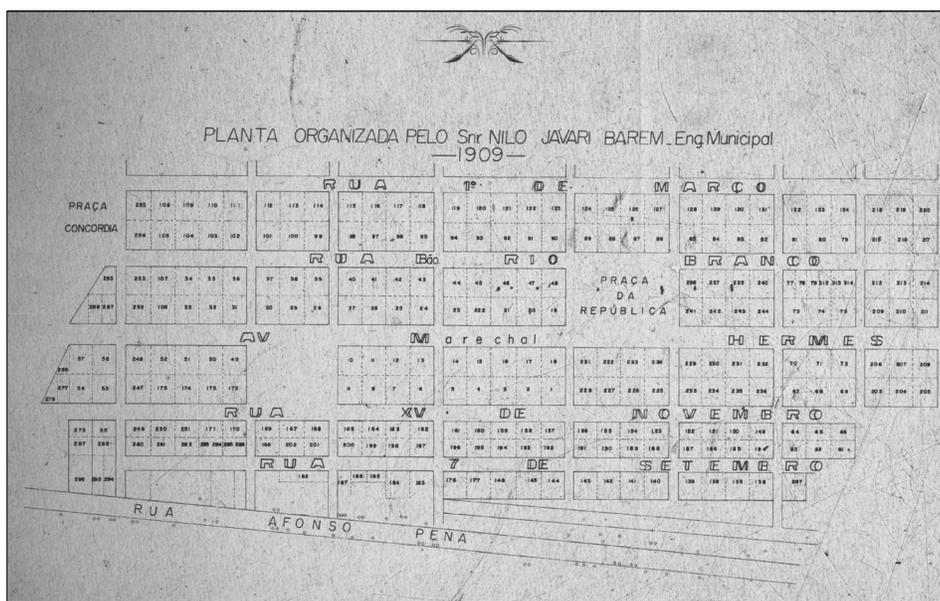
O crescimento da vila de Campo Grande era retratado, portanto, com a inserção de novas tecnologias, atentando para o fato de que “[...] o trem simbolizava, para aqueles moradores do Oeste quase inóspito do Brasil, as insígnias da modernização e do progresso” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 99). Tendo em vista tal cenário:

[...] foi somente após 1905, com a aprovação do seu primeiro Código de Posturas, que os habitantes do lugar começaram a experimentar algum tipo de normatização que buscava orien-

tar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço que habitavam. (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 42).

Na figura 1 vê-se a primeira planta de arruamento da cidade, organizada pelo poder público em 1909.<sup>87</sup> Em 1916 foi proposto que a avenida em questão tivesse o nome de Afonso Pena,<sup>88</sup> com vistas a homenagear o presidente que possibilitou a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil cruzar Campo Grande (ARCA, 2016a).

**Figura 1** - Primeiro arruamento de Campo Grande (1909).



Fonte: ARCA, 2016a.

87 Na primeira planta da cidade no ano de 1909, a atual Afonso Pena era chamada de Marechal Hermes, originalmente a rua mais ampla e centralizadora da cidade, a atual Rua 26 de Agosto era a que tinha o nome de Afonso Pena.

88 Afonso Augusto Moreira Pena, que deu nome à avenida estudada, foi presidente do Brasil no período de 1906 a 1909. Marechal Hermes da Fonseca, por sua vez, foi presidente de 1910 a 1914.

Nesse contexto socioespacial, o governo já planejava um local em que o paisagismo com ruas largas de duas pistas se assemelhasse ao contexto europeu. Oliveira Neto (2005, p. 86) descreveu a respeito que:

[...] A atual Avenida Afonso Pena, na época projetada para ser o principal logradouro da vila, tinha o formato de um bulevar e ligava duas das praças citadas, imitando formas europeias, ao mesmo tempo em que reproduzia a preocupação com a higiene, pois estabelecia um espaço bastante arejado.

Pela figura 2, é possível ver a Avenida Afonso Pena, em sentido inicial, da sua construção, na porção que atualmente abriga a atual Praça Ari Coelho, ainda na década de 1920, quando houve o início do plantio das árvores na gestão dos prefeitos Arnaldo Estevão de Figueiredo (1920-1921; 1924-1926) e Arlindo de Andrade (1921-1923) (ARCA, 2016b).

**Figura 2** - Automóveis na Avenida Afonso Pena, Campo Grande-MS (1920).



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2017.



Assim, a Afonso Pena “[...] com mais de nove quilômetros de extensão, atravessa toda a região central de Campo Grande” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 189), iniciando-se em um trecho da Avenida Duque de Caxias, no bairro Amambaí, na porção oeste do município, e apresentando em seu início, na direção bairro-centro, diversas atividades comerciais, a exemplo de hotéis, farmácias, clube militar, etc.

Já ao final da avenida há a presença do Parque das Nações Indígenas, edifícios corporativos e residenciais e condomínios horizontais de alto padrão, configurando-se, portanto, como uma centralidade de grande expressão na cidade. Quanto à sua amplitude, denota-se a presença de canteiros centrais, com uma variada arborização somada aos parques, que possibilitaram à avenida em questão um conforto térmico ameno e, conseqüentemente, valorização imobiliária. Na figura 4, verifica-se os canteiros arbóreos da avenida na atualidade e ao fundo a Praça Ari Coelho.

**Figura 4** - Canteiro Central e Praça Ari Coelho da Avenida Afonso Pena (2017).



Foto: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

O Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul tombou o canteiro central da Avenida Afonso Pena, no sentido de preservação do patrimônio público, sendo que:

[...] a referida ação, proposta pela 26ª Promotoria de Justiça, visava à formalização do tombamento definitivo do canteiro central da Avenida Afonso Pena, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Campo Grande havia manifestado interesse em intervir no aludido canteiro, para construir corredores de ônibus, que viriam a descaracterizar a paisagem do local. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2016).

Nesse quadro, as figuras 5 e 6 ilustram os pontos turísticos que, ao longo dos anos, identificam as transformações e a ocupação da avenida, desde sua importância histórica vivenciada pelos fundadores da cidade de Campo Grande:

**Figura 5** - Alguns marcos simbólicos da Avenida Afonso Pena, em Campo Grande-MS (2017).



Foto: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

**Figura 6** - Afonso Pena, em Campo Grande-MS (2017).



Foto: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

Ainda sobre os monumentos da cidade localizados na Afonso Pena, o relógio, anteriormente localizado na Rua 14 de Julho, representava o ponto da cidade que demarcava a hora e o fluxo das pessoas, sobretudo no período em que a ferrovia tinha um papel de destaque e que conectava a cidade à Estação Ferroviária. “[...] Depois de demolido na década de 1970, uma réplica foi erguida novamente em 1999, na Avenida Calógeras, a partir do movimento rotariano e em comemoração aos 100 anos de emancipação política da capital”. (MACIULEVICIUS, 2011). Consequentemente, os marcos importantes da Avenida Afonso Pena retratam pontos de destaque da cidade ao longo dos anos, e, por meio deles, a população campo-grandense pode conhecer sua relevância, assim como o comércio e sua espacialidade no contexto de ocupação geográfica.

## **A AVENIDA AFONSO PENA NO CONTEXTO DE CAMPO GRANDE: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E ESPACIAL**

A Afonso Pena tem sua relevância pautada, especialmente, por seus aspectos comerciais, sociais e turísticos. Trata-se da via urbana de maior importância para a cidade, sendo composta por duas pistas com três faixas cada uma, que permitem uma maior circulação de veículos e de pessoas. Além disso, ela serve como ponto de ligação com outras ruas e bairros importantes, concentrando empresas e bancos e se constituindo como um importante centro econômico, comercial e de serviços da capital.

Para Carlos (2007, p. 19), por exemplo: “[...] a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais”. Assim, a Avenida Afonso Pena atende a vários públicos em função de sua diversidade de produtos e estruturas de comércio, situando-se no centro da cidade, que polariza os fluxos dos bairros e contribui, inclusive, para o comércio varejista, uma vez que facilita a locomoção e os deslocamentos dos cidadãos.

Entretanto, a valorização do metro quadrado da avenida tem ocasionado a migração de vários estabelecimentos para outros bairros, posto

que, em alguns casos, não acompanham o crescimento da região para suprir com despesas, como aluguéis e impostos, por exemplo. Nesses termos, é importante ressaltar que “[...] a centralidade não se refere à capacidade de atração populacional, mas à capacidade de gestão das atividades econômicas dispersas pelo território” (SILVA, O. T., 2015, p. 181).

Dessa forma, enquanto a centralidade é algo que se expressa com seus movimentos, o centro é uma realidade material como a concentração de fluxos bancários e comerciais, sua polarização, a capacidade de atração de pessoas, entre outros, todos com valores simbólicos. Acerca desse quadro, Oséias Teixeira Silva (2015, p. 180) afirmou que “[...] o que determina a centralidade de um lugar central é o seu alcance espacial máximo, ou seja, a área dentro da qual as pessoas se deslocam para aquisição de bens e serviços nesse lugar central”. Assim, a Avenida Afonso Pena denota forte centralidade comercial e de serviços, mas também se expressa como centro de gestão da cidade e do Estado ao abarcar em sua extensão as sedes governamentais. O quadro, nesse caso, ilustra tal cenário ao apresentar os ramos de atividades dos estabelecimentos que participam do movimento da economia da capital sul-mato-grossense.

**Quadro** - Estabelecimentos da Avenida Afonso Pena em Campo Grande-MS conforme o ramo de atividade (2017).

Ramos de atividades	Número de estabelecimentos
Hotelaria	07
Alimentação	22
Farmácias	09
Bancos	19
Condomínios verticais e horizontais	18
Concessionárias	16
Hospitais/Clínicas	06
Escolas/Cursinhos	12
Clubes	07
Igrejas	02

*Continua*

**Quadro** - Estabelecimentos da Avenida Afonso Pena em Campo Grande-MS conforme o ramo de atividade (2017).

*Continuação*

Ramos de atividades	Número de estabelecimentos
Lojas de vestuário	20
Lojas de móveis	19
Parques e praças	03
Shoppings	02
Galerias comerciais	02
Postos de gasolina	04
Órgãos governamentais	02
Outros	05

Organizado por: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

Assim, nota-se que o mercado imobiliário é um dos vetores da expansão urbana. Os agentes desse segmento buscam atrativos para que a referida área não possua ociosidade e que possa crescentemente valorizar-se, juntamente com a ação do poder público, uma vez que:

O setor imobiliário é elemento fundamental da reprodução capitalista e se outrora era relacionado a uma perspectiva arcaica, patriarcalista e mercantil, hoje pode ser associado por diferentes motivações ao quadro de financeirização da economia; promovendo movimentos de valorização e desvalorização na economia. (JURADO DA SILVA, 2012, p. 81).

Esse conjunto de formas e valores se adequa e tem “[...] demonstrado constante diferenciação de conteúdo e de práticas socioespaciais desempenhadas na cidade; movimentos de segregação socioespacial, possibilitando a separação das pessoas [...]” (JURADO DA SILVA, 2012, p. 83). Com isso, o poder público direciona o tipo de classe social que deve e pode utilizar fragmentos econômicos da avenida.

Ademais, é importante sublinhar que a instalação de condomínios fechados e grandes empreendimentos na Avenida Afonso Pena pelo Gru-

po Plaenge, com novas construções em busca de um público seletivo, reforçou os motivos para se investir na região do entorno do Parque das Nações Indígenas.

Maruyama (2016), acerca desse assunto, escreveu que:

[...] A Afonso Pena tem o metro quadrado mais caro de Campo Grande. Ao longo dos oito quilômetros de extensão são diversos valores. Do início da via, na avenida Duque de Caxias até a avenida Calógeras, o metro quadrado vale cerca de R\$ 1,7 mil. Da Calógeras até a Arthur Jorge, onde se concentra o comércio, o valor mais que dobra, varia de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil. Esse é o trecho mais valorizado. Na última parte, até a entrada do Parque dos Poderes, o preço começa a cair de novo, vai de R\$ 1,8 mil a R\$ 2,8 mil.

Em sua área central de comércio, entre as avenidas Calógeras e Rui Barbosa, “[...] a valorização do espaço, espelhada pelo preço dos imóveis no centro da cidade, afugenta dessa área empreendimentos imobiliários com fins residenciais” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 190). Segundo Oliveira Neto (2005, p. 189):

[...] A Avenida Afonso Pena tem também o m<sup>2</sup> com preço diferenciado dos demais logradouros, mas essa avenida merecia um estudo separado, pois com mais de nove quilômetros de extensão, ela atravessa toda a região central de Campo Grande, no seu sentido Leste-Oeste, tornando-se a mais importante via de ligação do centro com os bairros nestes dois sentidos.

Com a construção do Shopping Campo Grande, na Avenida Afonso Pena, houve uma ampliação de ocupação do entorno do empreendimento. Esse fato atraiu o setor imobiliário, com vistas a grandes empreendimentos, como comércio, condomínios fechados, infraestrutura e avenidas, juntamente com o poder público.

Tal fato pode se justificar, pois:

Os shopping centers apresentam-se como um sistema de distribuição varejista planejado, controlado e equilibrado, composto de lojas harmoniosamente distribuídas, que oferece conforto, prazer e eficiência aqueles que se servem desta instituição (PSILLAKIS, 1984 apud SILVA, N. C., 2005, p. 79).

Na construção de um shopping center, por exemplo, os valores praticados pelo mercado imobiliário podem sofrer aumento de preço, a par de empreendimentos e atuação do poder público, que podem alterar, inclusive, a infraestrutura e ocasionar mudanças socioeconômicas.

Ao analisarmos as características econômicas e espaciais da avenida Afonso Pena, compreendendo seus estabelecimentos comerciais, vemos que estes estão, em grande parte, funcionando em prédios alugados, e o setor de lojas baseia-se no comércio varejista, com venda à vista e a prazo. Cabe salientar, ainda, que o comércio central da avenida é bem diversificado, com lojas de pequeno e grande porte, mas todas com características voltadas ao comércio popular, com a venda de produtos oriundos, mormente, de outros estados.

A tabela 1, por exemplo, apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada com um total de 20 lojas de vários segmentos comerciais, que se consolidam na Avenida Afonso Pena, na área central do comércio.

**Tabela 1** - Resultado das entrevistas, aplicadas em caráter amostral, nos estabelecimentos comerciais da Avenida Afonsa Pena, em Campo Grande.

Há quanto tempo está funcionando a loja nesta avenida?	
5 anos	33,3 %
10 anos	26,7 %
15 anos	33,3 %
20 ou mais	6,7 %

*Continua*

**Tabela 1** - Resultado das entrevistas, aplicadas em carácter amostral, nos estabelecimentos comerciais da Avenida Afonsa Pena, em Campo Grande.

*Continuação*

<b>O ponto da loja é alugado?</b>	
Sim	60 %
Não	40 %
<b>Qual o tipo de perfil e de renda dos clientes?</b>	
Classe alta	6,2%
Classe média	43,8%
Classe baixa	50 %
<b>De que maneira é feita a venda dos produtos para os clientes?</b>	
Crédito	31,2%
Débito	50 %
Cheque	0%
Outros	18,8 %
<b>Como é realizado o pagamento das compras?</b>	
Cheque	0%
Cartão	46,7 %
Dinheiro	53,3 %
<b>Como se define o perfil do consumidor?</b>	
Funcionário público	25%
Funcionário da iniciativa privada	50%
Outros	25%
<b>De onde vêm os produtos que o estabelecimento vende?</b>	
Do próprio estado	25%
De outro estado	68,8%
De outro país	6,2%

Organizado por: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

Já na tabela 2, apresentam-se os resultados do estudo realizado com frequentadores e consumidores do espaço em tela. Ao todo, foram entrevistadas 100 pessoas, mostrando como a população campo-grandense e os turistas utilizam o comércio central e como eles se comportam, diante

do comércio varejista, lembrando que as pesquisas foram realizadas em locais variados da avenida.

**Tabela 2** - Resultado das entrevistas, aplicadas em caráter amostral, junto aos frequentadores da Avenida Afonso Pena, em Campo Grande.

<b>Há quanto tempo você compra na Avenida Afonso Pena?</b>	
5 anos	42,9%
10 anos	33,3%
15 anos	14,3%
20 anos ou mais	9,5%
<b>Qual é o ramo de atividade da loja que você mais frequenta na avenida (mais citados espontaneamente)?</b>	
Roupas	23,9%
Calçados	9,5%
Móveis/elerodomésticos	33,3%
Restaurantes	23,8%
Perfumarias	9,5%
<b>Como você avalia a qualidade de atendimento dos funcionários na Avenida Afonso Pena?</b>	
Excelente	14,3%
Ótimo	52,4%
Bom	33,3%
Ruim	0%
<b>Qual é o modo que você utiliza para realizar as compras dos produtos?</b>	
A prazo	28,6%
À vista	71,4%
Outros	0 %
<b>De que forma você realiza o pagamento das compras?</b>	
Cartão	52,4%
Carnê	19 %
Cheque	4,8%
Outros	23,8%

*Continua*

**Tabela 2** - Resultado das entrevistas, aplicadas em caráter amostral, junto aos frequentadores da Avenida Afonsa Pena, em Campo Grande.

*Continuação*

<b>Há preferência em fazer suas compras nas lojas da Avenida Afonso Pena?</b>	
Sim	76,2%
Não	14,3%
Outros	9,5%
<b>Por que há preferência pela Avenida Afonso Pena?</b>	
Atendimento	9,5%
Infraestrutura	9,5%
Forma de pagamento	28,6%
Preços	52,4%
<b>Você encontra nas lojas da Avenida todos os produtos de que necessita?</b>	
Sempre	42,9%
Às vezes	57,1%
Nunca	0%
<b>Qual sua faixa etária?</b>	
20 a 30 anos	28,6%
30 a 40 anos	38,1%
50 a 60 anos	33,3%
<b>Qual seu grau de instrução?</b>	
Ensino Superior	31,0%
Ensino Médio	52,9%
Ensino Fundamental	14,3%
Analfabeto	1,8%

Organizado por: Edison Luis da Rosa Duarte, 2017.

Assim, é válido ressaltar que as análises empreendidas revelam os movimentos financeiros que impulsionam as atividades centrais da capital, na Avenida Afonso Pena, praticamente voltada aos prestadores de serviço e ao comércio varejista, que se configuram como de grande importância para a adequação dos fixos e fluxos, bem como para o desen-

volvimento e o crescimento econômico da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Verifica-se, portanto, que as pessoas têm utilizado a avenida para comprar diferentes produtos, sobretudo, à vista. Com isso, o perfil dos frequentadores é diversificado, sendo, especialmente, o concernente à classe média da cidade com ensino médio e superior completo. De modo geral, os consumidores destacam como sendo bom e ótimo o atendimento nos estabelecimentos comerciais, sendo que a maioria dos usuários já a frequentava há mais de cinco anos, exercendo, portanto, forte centralidade do ponto de vista da dimensão urbana, na capital de Mato Grosso do Sul.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Avenida Afonso Pena fornece importante contribuição para o desenvolvimento comercial de Campo Grande ao exercer um importante papel para gerar empregos diretos e indiretos, formais e informais. Tal avenida é uma área central da cidade, expressão de diversas atividades econômicas do município. Desse modo, a sua localização serve de caminho rápido e fluido para quem vive na cidade e no estado de Mato Grosso do Sul.

Ademais, o grande contingente populacional faz dela uma importante forma espacial em razão de polarizar diversos tipos de fluxos. Conseqüentemente, a Afonso Pena evoluiu do ponto de vista da sua dimensão econômica e espacial, juntamente com a cidade, fazendo parte da sua história e da sua espacialidade.

Assim sendo, a importância da Avenida Afonso Pena é consolidada por meio da organização espacial pelo uso e ocupação do solo, extremamente diferenciada de outras existentes na cidade, mas que estão em constante relação. A avenida atende variados públicos com sua diversidade de produtos e estrutura comercial e de serviços.

Ademais, a valorização dos imóveis na avenida e entorno provocaram a migração de vários estabelecimentos para outros bairros, bem

como a instalação de empreendimentos cada vez mais diversificados, embora mirem diferentes públicos sociais. Isso porque os primeiros estabelecimentos comerciais não acompanharam o crescimento da região para arcar com as despesas também aumentadas, como aluguéis e impostos.

Por fim, é importante destacar que a avenida encontra-se em constante transformação, movida pelos diferentes fluxos econômicos que se direcionam para ela, bem como ao entorno, sendo considerada uma das áreas mais valorizadas da cidade e do Estado, guardando historicidade, no que tange a sua produção do espaço urbano e ao mesmo tempo aspectos de modernidade, na expressão desigual do desenvolvimento espacial.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE – ARCA. **Primeiro arruamento e planta do rocio**: Avenida Afonso Pena. Campo Grande, 2016a. Disponível em: <<http://www.cam-pogrande.ms.gov.br/arca/artigos/ruas/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Av. Afonso Pena**. Campo Grande, 2016b. Disponível em: <<http://www.cam-pogrande.ms.gov.br/arca/artigos/av-afonso-pena/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ARRUDA, Â. M. A difusão da arquitetura moderna brasileira em Campo Grande. **Ensaios e Ciência**: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, Campo Grande, v. 4, n. 3, p. 25-54, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26040303>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BARROS, A. L. **Campo Grande, 100 Anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 20-21.

CAMPO GRANDE NEWS. Monumentos Históricos. Disponível em: <<http://www.cam-pograndenews.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações sobre o município de Campo Grande**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?Lang=&codmun=500270&search=mato-grosso-do-sul%-7Campo-grande>>. Acesso em: 26 set. 2017.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL – IHGMS. **Av. Afonso Pena**. Campo Grande, 2017. Disponível em: <<http://idd.org.br/instituto-historico-e-geografico-de-mato-grosso-do-sul-ihgms/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

JURADO DA SILVA, P. F. A integração do mercado imobiliário e financeiro na produção da cidade fragmentada. **Revista Formação Online**, n. 19, v. 1, p. 77-98, jan./jun. 2012.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127532>>. Acesso em: 30 set. 2017.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACIULEVICIUS, P. Considerado marco da democracia, Relógio da 14 instalado na Calógeras será consertado. **Campo Grande News**, Campo Grande, 10 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/marco-da-democracia-relogio-da-14-instalado-na-calogeras-sera-consertado>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MARUYAMA, A. “Afonso Pena” tem o metro quadrado mais caro de Campo Grande. **O Portal de notícias da Globo – G1**, TV Morena, Mato Grosso do Sul, 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/08/afonso-pena-tem-o-metro-quadrado-mais-carro-de-campo-grande.html>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **A pedido do MPMS, TJMS determina o tombamento histórico e paisagístico do canteiro central da Avenida Afonso Pena**. Campo Grande, 04 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2016/03/a-pedido-do-mpms-tjms-determina-o-tombamento-historico-e-paisagistico-do-canteiro-central-da-avenida-afonso-pena>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MORAES, V. **Tia Eva, negra Eva, história da Comunidade de São Benedito**. Campo Grande: Diogo Gráfica e Editora, 2003.

OLIVEIRA, E. Z. de. **A percepção ambiental da arborização urbana dos usuários da Avenida Afonso Pena entre as ruas Calógeras a Ceará da cidade de Campo Grande-MS**. 2005. 143f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional)–Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, 2005.

OLIVEIRA NETO, A. F. **A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de julho**. Campo Grande: UFMS, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **PLANURB**. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 2ª. Reimpressão.

SILVA, N. C. **Shopping Center Campo Grande: centralidade e reestruturação do espaço urbano**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados e de Aquidauana, 2005.

SILVA, O. T. A centralidade metropolitana em pedaços: reflexões sobre os novos centros e suas centralidades. **Revista Cidades**, UNESP, v. 12, p. 20, 2015. Disponível em: <[revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/download/3037/3519](http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/download/3037/3519)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VIEGAS, A. PIB de Campo Grande cresce 21,82% em um ano, aponta IBGE. **O Portal de notícias da Globo – G1**, TV Morena, Mato Grosso do Sul, 18 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/12/pib-de-campo-grande-cresce-2182-em-um-ano-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.



## CAPÍTULO

# 11

### A RUA EUCLIDES DA CUNHA E A MANIFESTAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE EM CAMPO GRANDE-MS

*Emerson Vicente Rodrigues<sup>89</sup>*

*Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli<sup>90</sup>*

O intuito desta pesquisa foi entender como ocorreu a criação da centralidade existente na Rua Euclides da Cunha, em Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. A compreensão da redefinição socioespacial da Rua Euclides da Cunha se dá a partir do entendimento da nova lógica de produção espacial deflagrada a partir da expansão territorial da cidade de Campo Grande, especialmente no contexto de sua reestruturação, quando esta se torna a capital do estado de Mato Grosso do Sul, no final dos anos 1970. Com o intenso crescimento urbano seu centro tradicional

---

89 Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Endereço: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155, Conjunto José Abrão. CEP 79115-898. Campo Grande-MS. Endereço eletrônico: <emerson\_gm@bol.com.br>.

90 Professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisadora da ReCiMe (Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias). Endereço: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155, Conjunto José Abrão. CEP 79115-898. Campo Grande-MS. Endereço eletrônico: <marahora@uems.br>.

torna-se insuficiente para atender a toda população, surgindo novas centralidades que alteram significativamente a estruturação da cidade.

É dentro desse contexto que o artigo se desenvolve, apresentando elementos para a compreensão do processo de redefinição do espaço urbano de Campo Grande e a diminuição da importância do centro principal da cidade, propiciada pela expansão das atividades comerciais e de serviços, além de maior mobilidade da sociedade, que propiciaram o surgimento de novas centralidades.

A Rua Euclides da Cunha possui mais de dois quilômetros, cortando dois bairros (Jardim dos Estados e Santa Fé) ocupados por classes de renda alta, tendo surgido como uma típica rua residencial. Entretanto, ao longo dos anos, essa rua assumiu papel exclusivamente comercial, sendo até reconhecida como “a mais charmosa de Campo Grande” (CHARUTEIRO, 2010), “a mais charmosa da cidade” (PONTO..., 2011) e/ou “rua mais cara de Campo Grande” (MALAGOLINI, 2013a), devido ao seu notório status, tendo em vista os usos do solo que a abriga e o público consumidor que a frequenta. O recorte espacial estudado, entretanto, limita-se ao trecho entre a Rua 25 de Dezembro (lado oeste) até a Avenida Ceará (lado leste), com cerca de 1,3 quilômetros de extensão.

Essa mudança na ocupação do uso do solo surgida do processo de crescimento econômico, populacional e territorial da cidade de Campo Grande é direcionada a um segmento de renda elevado, que busca artigos sofisticados, de luxo e boa gastronomia, incidindo em sua transformação ao longo do tempo, uma vez que, anteriormente, configurava-se como uma rua de um bairro residencial localizado nas proximidades do centro principal.

Consideramos que a reconfiguração espacial apresentada nesse eixo tem relação com a criação do primeiro shopping center — Shopping Campo Grande, inaugurado em 1989 — em razão do surgimento de filiais de grifes de marcas renomadas na cidade, pois a partir daí houve o reforço da especialização comercial desta localidade.

Para analisar o processo em que essa reconfiguração espacial se manifesta, desenvolvemos a pesquisa empreendendo a metodologia que segue: fizemos um levantamento bibliográfico (artigos, dissertações, livros

e teses) sobre o processo de (re)produção do espaço urbano, da urbanização no Brasil, especialmente a partir do recorte analítico escolhido para o estudo, qual seja, estruturação intraurbana, centro e centralidade. Ainda sobre a bibliografia, também buscamos referências sobre a constituição da cidade de Campo Grande e a história do estado de Mato Grosso do Sul, enfatizando informações a respeito do planejamento, zoneamento e uso do solo urbano, a definição do perímetro urbano, a constituição dos loteamentos, entre outros. Para se entender a transformação comercial da Rua Euclides da Cunha foram realizadas visitas à biblioteca do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) e pesquisas no Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande (SISGRAN), para levantamento de dados e mapas sobre o recorte geográfico da rua estudada. Informações sobre o Plano Diretor de Campo Grande também foram levantadas, verificando as diretivas existentes para este parcelamento em relação ao restante da cidade.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa de campo que teve duas etapas: inicialmente percorremos a Rua em toda a sua extensão, levantando os usos do solo existentes no período atual; a segunda etapa contemplou a aplicação de um questionário semiestruturado contendo onze questões abertas, objetivando verificar aspectos importantes sobre o loteamento e a rua em foco, que foi realizado com comerciantes mais antigos e alguns moradores, buscando elucidar a partir de que momento ocorreu sua especialização e transformação terciária, voltada às classes socioeconômicas de maior poder aquisitivo. O intuito foi compreender o processo e a lógica que propiciou a produção dessa nova centralidade no bairro Jardim dos Estados, onde a rua referida encontra-se inserida, modificando suas características iniciais.

## **A URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE: DE VILA A CAPITAL**

A urbanização é resultado de um processo social, um produto do trabalho da sociedade que se manifesta espacialmente, materializando-se

em diferenças e desigualdades socioespaciais. É notória a luta de classes na construção do espaço urbano, sendo que a condição urbana só é entendida pela ação desigual de forças políticas e econômicas, ou seja, interesses distintos no contexto de uma sociedade dividida em classes. O processo de urbanização no Brasil é marcado por uma acentuada desigualdade socioespacial, que separa no espaço urbano as classes sociais de acordo com seu nível de renda - ou seja, o espaço urbano materializa territorialmente a divisão da sociedade em classes.

Essa desigual distribuição de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos nas cidades é revelada pela divisão social e territorial do trabalho manifestada em sua espacialidade, no contraste existente entre áreas bem equipadas enquanto outras são bastante precárias, ainda que nelas resida um grande contingente populacional. Do mesmo modo, identificamos na paisagem urbana que as áreas com maior concentração de atividades comerciais e serviços especializados, como hipermercados, profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas, psicólogos, etc.), bancos, gastronomia, entre outros, estão localizados próximos aos bairros ocupados pelas classes de renda alta e média da cidade.

Os investimentos públicos, portanto, são diferentemente aplicados na cidade, gerando desigualdades, em que as classes sociais de maior poder econômico e político apropriam-se, mediante a propriedade dos lotes, das políticas espaciais seletivas feitas com os recursos de toda a sociedade. Dessa forma, a escolha e instalação de melhorias em determinadas áreas da cidade não ocorre por acaso, mas está ligada à lógica dos que detêm o capital.

Calixto (2001, p. 152) desenvolve uma reflexão a esse respeito:

O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano é dinâmico e articulado, e não ocorre desvinculado do modo pelo qual se processam as relações sociais, as quais são permeadas por interesses, necessidades, aspirações e desejos. Assim, qualquer tipo de intervenção sempre envolve um objetivo, seja ele de ordem econômica, política, social, ou até mesmo, ideológica.

Para melhor compreender como ocorre a territorialização de políticas de melhorias, equipamentos públicos e implantação de grandes empreendimentos comerciais no tecido urbano de uma cidade, deve-se entender o papel desempenhado pelos seus agentes transformadores. Fernandes (2001, p. 158) destaca o papel central representado pelo poder público:

Nesse processo, o poder público municipal cumpre relevante papel, pois, entre outras coisas, é o agente mediador dos interesses dos diversos segmentos sociais para com esferas estaduais ou federais. As decisões locais articulam-se e submetem-se às decisões de outras instâncias de poder. [...] O papel fundamental do poder público municipal é, contudo, a intervenção direta na produção e reestruturação da cidade, já que decide os locais onde serão locados os recursos em seu interior, interferindo diretamente na produção do espaço e com isso permitindo apropriações diferenciadas desses recursos.

Dessa forma, as ações do poder público local geram processos distintos de valorização imobiliária na cidade, muitas vezes, incentivando os investimentos privados ao concentrar os investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos em determinadas áreas e não em outras. Outro agente a ser considerado na reconfiguração espacial das cidades é a iniciativa privada, que, juntamente com o poder público, possui um poder diferenciado, na medida em que coloca seu capital para se reproduzir, influenciando a configuração das áreas onde se territorializa. Desse modo, a classe dominante mantém forte relação com o Estado e a produção do espaço, transformando-o, reproduzindo-o, impondo valores imobiliários e direcionando ações em benefício próprio.

Sendo o poder público o articulador da política de melhorias urbanas, as políticas públicas que incentiva ou não promovem impactos diferenciados, fomentando, restringindo, desapropriando, enfim, regulando os diferentes usos do solo urbano, parte do que se compõe o seu poder

discricionário<sup>91</sup>. Assim, as intervenções do poder público, dada a existência da propriedade privada, beneficiam determinadas classes, de tal modo que implicarão em uma forma de apropriação da cidade.

Corrêa (1989) faz menção aos agentes produtores de espaço (agentes transformadores), ao entender a cidade como espaço urbano. Sendo este espaço urbano também processo social e reflexo da sociedade, os que o produzem na cidade devem ser considerados agentes sociais. Corrêa (1989) diz que o espaço de uma grande cidade capitalista se constitui por um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, compondo o centro da cidade com locais de concentração de determinados ramos comerciais e serviços, dentre, áreas industriais e residenciais.

A sociedade se manifesta em diferentes formas espaciais, compondo o espaço urbano de diferentes usos da terra, isto é, realizando uma ou mais atividades (funções), como: gestão, produção, comercialização e prestação dos mais diversos serviços. Isso se constitui no movimento da própria sociedade, consolidando o espaço urbano de uma cidade. Essa reprodução do espaço urbano se dá através de seus agentes sociais. Segundo Corrêa (1989, p. 11), o espaço urbano capitalista: “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendrado por agentes que produzem e consomem o espaço”. Sua afirmação faz referência à ação dos agentes sociais que deriva do capital acumulado e das suas relações de produção:

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1989, p. 11).

---

91 Poder discricionário: atividade inerente do poder público que determina o “dever fazer” dentro da lei. (SILVA, 2006).

Assim, Corrêa (1989) revela quem são esses agentes sociais que “fazem e refazem a cidade”: proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado, e até os grupos sociais excluídos, que, através de uma ocupação em área pública ou privada, ao construir seus barracos, também estão consumindo espaço urbano.

Melazzo reforça essa análise ao enfatizar que o processo de expansão da cidade ocorre em função de diferentes estratégias espaciais dos agentes imobiliários:

[...] percebe-se que a expansão territorial não é desencadeada pela escassez de terrenos desocupados em áreas “antigas”. É o movimento dos capitais imobiliários que abre novas frentes para o crescimento da cidade e o direciona espacialmente. (MELAZZO, 2001, p. 109).

Do mesmo modo, proprietários de imóveis, locatários, corretores de imóveis, bancos, indústrias, construtoras e incorporadoras, além do poder público — seja ele estado ou município — também produzem e reproduzem o espaço urbano, transformando-o, de acordo com os interesses hegemônicos.

A produção, apropriação e consumo do espaço urbano se processa através de uma “lógica” contraditória, na medida em que é marcada e, ao mesmo tempo, envolve interesses de agentes, que possuem objetivos e aspirações diferenciadas, de acordo com a classe social a que pertencem e com as atividades que desempenham. (CALIXTO, 2001, p. 152).

No caso específico aqui estudado, a criação de um desdobramento da área central, representado pela Rua Euclides da Cunha — nova dinâmica e/ou padrão comercial voltada ao atendimento de classes de rendimento mais elevado, dada a sua localização — constitui-se em uma expressão desses interesses envolvidos na reprodução da cidade de Campo Grande.

Entender a estruturação das cidades no contexto do processo de urbanização do qual Campo Grande faz parte implica em compreender tais tendências. As diferenças na ocupação do solo empreendidas por distintos segmentos da sociedade ocasionam níveis diferentes de atração de investimentos públicos e privados, a exemplo do foco dessa pesquisa, que aborda a constituição de uma centralidade no Jardim dos Estados<sup>92</sup>.

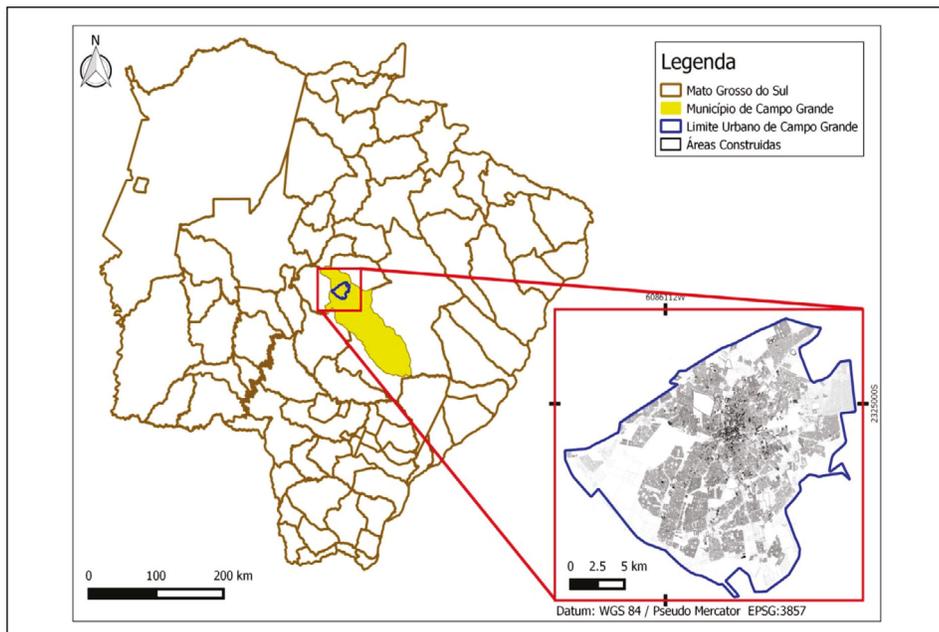
Portanto, deve-se levar em conta a historicidade da cidade, a constituição de seu centro tradicional, bem como seu processo de crescimento, expansão e reestruturação. Esse contexto também está relacionado ao monopólio das elites que “comandam” a cidade através do poder político, contribuindo para o direcionamento do crescimento urbano e a forma que esse toma ao longo do tempo.

O município de Campo Grande está localizado na região Centro-Oeste do país, na porção central do estado de Mato Grosso do Sul. Com área de 8.096,051 quilômetros quadrados, possui população estimada em 853.622 habitantes, segundo a estimativa para 2015, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015a). Fundada por mineiros de Monte Alegre (MG), a cidade tem 118 anos, desde sua emancipação. A figura 1 apresenta a localização do município no conjunto do estado de Mato Grosso do Sul, destacando também a área urbana da cidade.

---

92 Conforme a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), torna-se importante esclarecer que o bairro Jardim dos Estados é constituído por 34 parcelamentos, levando o nome do mais conhecido, no caso, o Jardim dos Estados.

**Figura 1** - Mato Grosso do Sul: município e área urbana da cidade de Campo Grande (2017).



Organização: Emerson Vicente Rodrigues. Desenho: Joelmir Feitoza.

A ocupação no sul do estado do antigo Mato Grosso se deu após a Guerra do Paraguai (1864 -1870), onde, posteriormente, se intensificou a ocupação para essa região. A partir da chegada da família de José Antônio Pereira, em 21 de junho de 1872, nas proximidades da confluência dos córregos Prosa e Segredo, onde hoje se encontra o Horto Florestal, surgiu o povoado de Campo Grande (IBGE, 2015b).

Campo Grande torna-se um entreposto comercial de gado e a vila cresce rapidamente. Já em 1877, segundo Arruda (2012, p. 96), ergue-se a primeira igreja da vila e, com a chegada de migrantes, começam a ocupar os arredores. Ainda segundo o autor, com a expansão da cidade foi encomendada pela Intendência Municipal a primeira planta urbana de Campo Grande, organizada pelo então engenheiro Nilo Javari Barém em 1909.

Oliveira Neto (2003, p. 102) confirma que houve uma preocupação com o ordenamento desde o início da cidade, pois já previam um grande

crescimento urbano que estava por vir: “[...] a elaboração e a implementação da planta do engenheiro Nilo Javari Barém [...], assim a demarcação dos terrenos, em 1909, consolidaram a disposição da intendência em dar algum ordenamento ao crescimento esperado da vila”.

Sob idêntica preocupação foi elaborado outro trabalho de ordenamento, desta vez pelo engenheiro militar Themístocles Paes de Souza Brasil, que consistia em “[...] medição do vilarejo e chácaras adjacentes, resultando na demarcação e mapeamento do seu rocio [...]” (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 102). Houve também o estabelecimento das áreas urbanas e suburbanas da cidade.

Arruda (2012) retrata os instrumentos utilizados que estruturaram a cidade no início do século XX, argumentando sobre a área em expansão:

Em 1905, a Intendência Municipal aprova o primeiro Código de Posturas da cidade. Em 1909, a pedido do Intendente Municipal, o engenheiro agrimensor Nilo Javary Barém elabora a primeira planta urbana da vila, denominada Planta de Alinhamento das Ruas e Praças, criando os quarteirões centrais desde a Rua Dom Aquino até a Rua 26 de Agosto (Norte-Sul) e da Av. Calógeras até a Rua Arthur Jorge (Leste-Oeste). Estava configurada, assim, por meio de uma planta urbana, a cidade de Campo Grande. (ARRUDA, 2012, p. 96).

De acordo com Giesbrecht (2015), a chegada da Estrada de Ferro NOB (Noroeste do Brasil) articulada a partir de Bauru-SP, em 1914, é considerada um divisor de águas para Campo Grande: a inovação trouxe à cidade um grande desenvolvimento, atraindo migrantes de várias partes do país, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo; japoneses vindos para trabalhar na cafeicultura de São Paulo, provindos da construção da estrada de ferro; e árabes (sírios e libaneses) saindo de Corumbá após o entreposto comercial ser transferido para Campo Grande, implicando em um permanente crescimento populacional. (Cf. OLIVEIRA NETO, 2003, p. 84-85).

Oliveira Neto (2003, p. 31) destaca o que ocasionou esse desenvolvimento: “[...] novas mercadorias, fabricadas nos mais longínquos lugares,

chegadas através do trem e que, portadoras de novas ideias, induziam nos habitantes do lugar, novas necessidade [...]”. Assim, “Como consequência, ocorreu maior circulação de mercadorias, que trouxe consigo um aumento nas trocas de ideias e na assimilação de novas tecnologias, resultando em melhorias nos meios de transporte e comunicação” (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 39).

De tal modo, a estação ferroviária, com seu grande volume de passageiros, circulação de mercadorias, ideias e informações — os chamados *fluxos* — representou um grande papel na constituição do centro tradicional, materializado pela concentração de comércio e de serviços na Avenida Calógeras e Rua 14 de Julho. Esse dinamismo comercial ocasionou grande crescimento urbano nessa área em Campo Grande. Oliveira Neto (2003, p. 50) confirma a notoriedade:

A localização da estação ferroviária, ao norte da cidade, fez das ruas posicionadas no sentido norte-sul, os caminhos naturais de ligação entre o centro do comércio, ou seja, a Rua Velha e o local da chegada e partida de trens. Dentre elas, foram destacando-se as ruas 14 de Julho e Santo Antônio — atual Avenida Calógeras, que chegavam diretamente até a estação. Esse foi um fator de extrema importância, não só na estrutura urbana de Campo Grande, como na determinação do novo centro comercial e de sociabilidade, surgindo em decorrência da execução da planta da cidade e reforçado pela chegada da ferrovia.

Na década de 1940, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Campo Grande, produzido pelo escritório Saturnino de Brito, elaborando a primeira divisão da área urbana da cidade. Ruas paralelas à Rua 14 de Julho (principal da época), como: 13 de Maio, Rui Barbosa e suas transversais estabeleceram o núcleo central de Campo Grande.

Assim, Oliveira Neto (2003, p. 104) ressalta: “Pela primeira vez, era determinada uma divisão da área urbana de Campo Grande, já que o Plano estabelecia cinco zonas com o tipo de ocupação e usos bem definidos [...]”.

Dessa forma, com o permanente crescimento territorial e populacional da cidade, especialmente em sua porção sul, Campo Grande é considerada regionalmente o polo mais importante do antigo sul do estado, comparecendo, desde as primeiras décadas do século XX, a intenção deliberada do desmembramento do então estado de Mato Grosso. Isso somente veio a ocorrer de fato em 1º de janeiro de 1979 com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, durante a vigência do Regime Militar.

No contexto desses acontecimentos históricos (advento da Estrada de Ferro, chegada de migrantes de outras regiões brasileiras e forte imigração), bem como a criação do novo estado, deu-se o grande impulso econômico que tornou Campo Grande a capital. Esses três fatos tiveram relevante importância econômica, promovendo a reestruturação urbana, em termos da rede urbana do estado recém-criado, e da cidade.

## **CENTRO E CENTRALIDADE NA CIDADE DE CAMPO GRANDE**

A intensa urbanização pela qual o país passou no século XX, levou à ampliação do número e da extensão territorial das cidades, com grandes repercussões socioespaciais no conjunto da rede urbana e das cidades, obviamente resguardadas as especificidades locais e regionais. No nível intraurbano evidenciam-se diversas modificações, com a concentração das atividades comerciais e de serviços em determinados setores das cidades.

O crescimento demográfico gera o aumento da quantidade de atividades econômicas (industriais, comerciais e de serviços), devido à criação de novas demandas, intensificando a reprodução de novas áreas com características particulares, implicando, assim, na constituição de novos centros comerciais, ainda que o centro tradicional da cidade se mantenha.

No caso de Campo Grande, o centro tradicional, representado especialmente pelas ruas 14 de Julho, Calógeras e adjacências, que fora muito articulado a atuação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, começa a se expandir a partir de algumas avenidas e eixos principais, tendo em vista o intenso crescimento da cidade a partir dos anos 1970. Sposito (2001, p. 236), estudando esse fenômeno nas cidades médias, destaca que:

O aumento de número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômico-territoriais correlatas entre si: a da descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a de recentralização dessas atividades. Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades de estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal.

Como mencionado anteriormente, tais dinâmicas, comandadas especialmente pelos agentes hegemônicos produtores do espaço reconfiguram a centralidade, sobretudo nas cidades maiores, modificando as referências tradicionais do centro comercial ou centro único em novas centralidades no tecido urbano. A cidade se expande, novos bairros surgem e seu centro comercial tradicional se distancia, surgindo assim novas transformações, denominadas de novas centralidades<sup>93</sup>.

Nas proximidades do centro tradicional de Campo Grande podemos citar algumas das áreas onde esta característica pode ser reconhecida, caracterizando-se como eixos que expandem espacialmente as atividades econômicas e de serviços: Avenida Elias Zahran, Avenida Ceará, Avenida Mato Grosso. Também são criados grandes equipamentos coletivos privados, que concentram tais atividades, cuja centralidade também é evidenciada, como o Shopping Campo Grande (1989); o Shopping Norte Sul (2011); o Shopping Bosque dos Ipês (2013), dentre outras.

O crescimento populacional e a extensão territorial das cidades modificam a paisagem, desse modo, toda a área urbana é impactada com essa reestruturação, com alterações em diversos aspectos, como o aumento do preço do solo urbano e dos imóveis, a valorização diferenciada de certos locais, ocorrendo, por sua vez, formas distintas de apropriação dessas espacialidades.

---

93 O processo de criação de novas centralidades ocorre com a produção de novas estruturas que tornam determinadas áreas da cidade especializadas, gerando a espacialização das atividades comerciais e de serviços (SPOSITO, 1991, p. 10-11).

O centro tradicional já não comporta mais o comércio e serviços essenciais à população, expandindo-se para áreas e bairros mais longínquos. Essas novas centralidades de comércio e serviços se formam conforme se amplia a possibilidade de circulação, promovendo a instalação de fixos que geram novos fluxos<sup>94</sup>, sendo que, quanto maior o nível de atratividade que possuem, maiores são os impactos na reestruturação das áreas do entorno e na cidade em sua totalidade.

A criação de novas centralidades pode ocorrer com a constituição de subcentros<sup>95</sup> e eixos de desdobramento da área central<sup>96</sup>, podendo se apresentar em todos os quadrantes da cidade, tendo em vista sua extensão territorial. No caso da cidade de Campo Grande, isso se apresenta de forma diferenciada, o que obviamente tem a ver com os rendimentos daqueles que buscam essas centralidades.

O surgimento do comércio da Rua Euclides da Cunha deve ser compreendido como parte desse dinamismo, especialmente estimulado a partir da emergência de Campo Grande como capital do novo estado. Localizada nas imediações do centro tradicional, o bairro Jardim dos Estados, cujo loteamento data de 1939 (conforme registro em mapa) é uma área residencial com características bastante elitizadas, que com o tempo especializou-se no oferecimento de comércio e serviços diversificados e mais sofisticados.

---

94 Os fixos referem-se à existência do ambiente construído, incluindo-se edificações, ruas, pontes, etc., já os fluxos decorrem do movimento/circulação de capitais, pessoas, informações, ideias, etc. (SANTOS, 2006).

95 Sposito (1991, p. 10) define os subcentros como: "... áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com incidência de atividades especializadas. Na maior parte das vezes, surgiram em áreas distantes do centro e de densidade habitacional alta [...]".

96 Eixos de desdobramento da centralidade: se refere à localização de atividades em vias de maior fluxo de veículos, configurando-se a partir de algumas artérias de circulação, podendo se caracterizar por níveis variados de especialização funcional em termos dos serviços e comércio oferecidos, ou seja, atividades mais seletivas (SPOSITO, 1991, p. 10-11).

Conforme o primeiro planejamento de uso do solo advindo de decreto federal, foi editada a primeira lei de loteamento de Campo Grande, segundo o Decreto-Lei n. 58 de 10 de dezembro de 1937.

Arruda (1997, p. 5) assim se refere a ele:

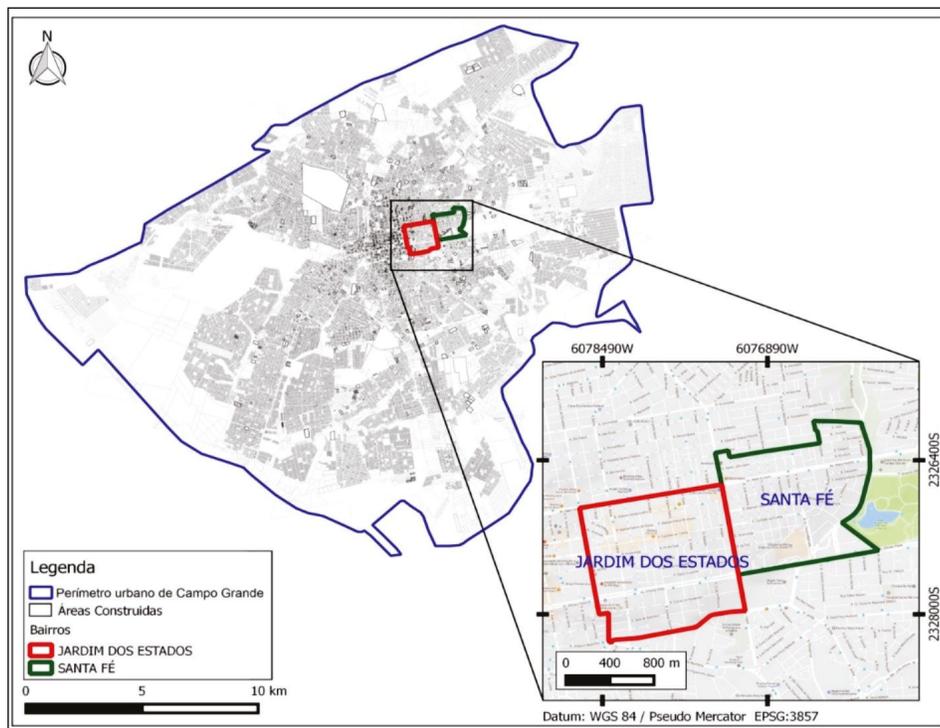
Por força de lei federal em vigor e pelas diretrizes do trabalho de Saturnino de Brito, em 1941, é editado o Código de Obras da cidade que determina o primeiro zoneamento dos usos e diretrizes para loteamento. Este dispositivo legal foi aplicado a todos os empreendimentos da cidade até o final da década de 60.

Este zoneamento foi inovador, estabelecendo a divisão do perímetro urbano de Campo Grande, dividindo a cidade em: Zona Central ou Comercial; Zona Industrial; Zona Residencial; Zona Mista de 1ª Categoria e Zona Mista de 2ª Categoria. Todavia, ao analisar o Decreto municipal de 1941, o mesmo não menciona a Rua Euclides da Cunha, mas conforme seu artigo 6º, que cita as ruas que formam os quadrantes, a mesma faz parte da 2ª Zona Mista: “Ficaram compreendidas nesta zona todas as ruas e trechos de ruas não incluídas nas zonas Central, Industrial, Residencial, e Mista de 1ª Categoria” (CAMPO GRANDE, Decreto-Lei n. 39, apud ARRUDA, 1997). Nessa perspectiva, já se sinalizava a potencialidade do bairro vir a ser transformado em uma área de desdobramento comercial e de serviços (figura 2).



A expansão das atividades comerciais da cidade promoveu novos arranjos espaciais, gerando a criação de novas centralidades. No caso da Rua Euclides da Cunha houve uma reconfiguração espacial significativa, designando um novo padrão comercial, orientado para um segmento consumidor de renda elevada (figura 3).

**Figura 3** - Área urbana de Campo Grande com destaque para os bairros Jardim dos Estados e Santa Fé (2017).



Organização: Emerson Vicente Rodrigues. Desenho: Joelmir Feitoza.

Assim, nessa área da cidade, considerada um “bairro nobre”, dada a sua ocupação por uma parcela da elite local, surgiu um comércio alinhado a uma concentração de moradias de alto padrão, articulado a serviços também elitizados, a exemplo das escolas particulares, padaria sofisticada, imobiliárias, farmácias de manipulação, clínicas de cirurgia plástica,

agência bancária, bares temáticos, cafeterias, locadora de DVD (na época) e diversas lojas de roupas de grife. Ou seja, uma qualificada rede de comércio e serviços foi criada especialmente para atender a essa camada diferenciada - de elite para uma elite.

No crescimento e desenvolvimento de uma cidade há a importância de se analisar suas transformações, como o reordenamento do espaço urbano. Dessa forma, para se entender a dinâmica do crescimento dos bairros de alta renda, devem-se considerar algumas particularidades ligadas à estruturação urbana de Campo Grande.

Villaça (2012) reconhece que a aglomeração de pessoas de alta renda impulsiona um comércio varejista e serviços terciários que atendam as suas demandas específicas:

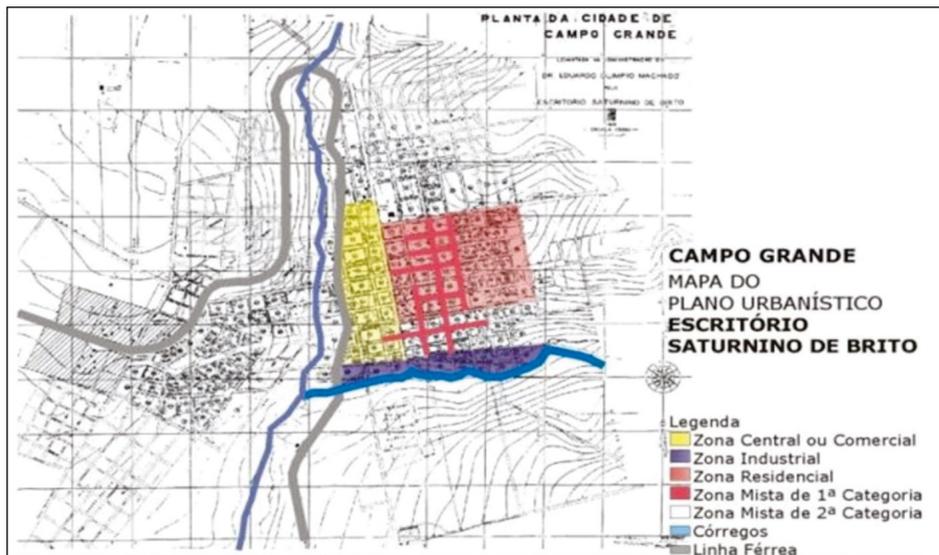
Esse amálgama se especializa naquilo que chamamos de Região de Alta Concentração das Camadas de Alta Renda, observada em todas as nossas metrópoles e que forma nelas um mercado de localização de enorme importância. (VILLAÇA, 2012, p. 83).

Antes de se falar da ocupação da Rua Euclides da Cunha é certo falar de seu surgimento e da porção urbana da qual faz parte.

Em 1938, o prefeito de Campo Grande, Eduardo Olímpio Machado, contratou o renomado escritório de arquitetura e urbanismo de Saturnino de Brito (Rio de Janeiro), com a responsabilidade de preparar a primeira Planta Urbana de Campo Grande, fazendo o levantamento topográfico e a localização dos imóveis. “Por fim, os estudos culminaram com a promulgação do Decreto-lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941, o primeiro plano diretor da cidade, já com mais de 25 mil habitantes.” (EBNER, 1998, apud ARRUDA, 2012, p. 43).

A planta de Campo Grande elaborada pelo escritório Saturnino de Brito sinalizava para a ampliação da cidade, com mais ruas sendo implantadas, e instituiu um zoneamento para a cidade. Foram estabelecidas cinco zonas de uso, designando atividades específicas a cada uma: Zona Central ou Comercial, Zona Industrial, Zona Mista 1ª e 2ª categoria e Zona Residencial (figura 4).

**Figura 4** - Planta urbana de Campo Grande confeccionada pelo escritório Saturnino de Brito (1941).



Fonte: ARRUDA, 2012.

Essa Zona Residencial consistia num quadrante formado por: Avenida Mato Grosso, Rua 25 de Dezembro, Avenida Afonso Pena e Rua 13 de Maio. Arruda (2012, p. 47) sobre esse zoneamento afirma que se estipula: “[...] uma clara separação das demais zonas comercial e industrial, apesar da proximidade destas.”

Nessa perspectiva, a partir desse momento, a Euclides da Cunha já tinha seu primeiro limite estabelecido, pois é a partir da Rua 25 de Dezembro que a mesma se inicia, isso em 1941. A finalidade deste parcelamento foi retirar as residências dos fundos do comércio da Rua 14 de Julho, estimulando sua transferência para a área definida como “Zona Residencial”. Nota-se que as adjacências da área central já foram, desde esse momento, destinadas a um segmento de renda elevada da cidade, constituída pelos comerciantes mais prósperos da época.

Outro importante aspecto da estruturação urbana da área central de Campo Grande, que influenciou fortemente a orientação de crescimento urbano da cidade já no início da década de 1970, foi a mudança da sede da

antiga prefeitura para o seu local atual, o Paço Municipal. Arruda (2012, p. 97) destaca esse fato:

A própria mudança da sede da Prefeitura de Campo Grande, da esquina da Av. Calógeras com a Av. Afonso Pena para o endereço atual, na Rua 25 de Dezembro com a Av. Afonso Pena, nos anos de 1970, puxa a atividade comercial na direção leste da região centro.

No final dos anos 1970, outro fator importante para se compreender a reestruturação da cidade ocorreu quando Campo Grande se torna a capital do estado de Mato Grosso do Sul, separando-se de Mato Grosso. A criação de um novo estado, certamente, acarretou muitas perspectivas para Campo Grande, alterando sua economia, estruturação da cidade e impactou no contingente populacional.

Segundo Arruda (2012, p. 97):

Se, a partir dos anos 1940, durante décadas seguidas, a cidade vinha duplicando em termos populacionais, na década de 1970, com o anúncio da divisão do estado de Mato Grosso e a transformação da cidade do novo Estado de Mato Grosso do Sul, a dinâmica econômica se altera profundamente e as taxas de crescimento populacional crescem, atingindo a média de 8% ao ano.

Dessa forma, a mudança de status político contribuiu para um aumento significativo do desenvolvimento urbano de Campo Grande, pois como a capital do novo estado passaria a sediar o governo estadual, com suas secretarias e serviços públicos, foi criado todo um aparato para dar apoio à atividade pública. O local escolhido ampliou, ainda mais, os limites urbanos da cidade. Para Arruda (2012, p. 50):

A partir da instalação do Parque dos Poderes, no início da década, a Avenida Afonso Pena, principal eixo viário urbano, rompeu seus limites com a Rua Ceará e foi então prolongada até o Parque, criando uma nova opção de acesso viário para

o Centro Administrativo do Estado, favorecendo uma expansão do território para fins de construção e criando um mercado novo para o setor imobiliário local, nos setores residencial e comercial.

A implantação da sede do governo estadual no Parque dos Poderes promoveu o crescimento da porção leste da cidade. A Rua Euclides da Cunha, situada paralelamente entre as Avenidas Afonso Pena e Mato Grosso, foi fortemente impactada com essas alterações, bem como toda a cidade.

Arruda (2012, p. 97) reforça essa análise:

Nessa época, o bairro central, onde residia a população de classe de renda “A”, era o Jardim dos Estados, pequeno loteamento de poucos quarteirões, mas que, pela localização, foi o preferido durante vários anos.

O mesmo autor também retrata a ocupação da Região do Prosa, da qual o prolongamento da Rua Euclides da Cunha faz parte, a partir da expansão urbana da cidade e da área residencial do Jardim dos Estados:

Até o início dos anos 80, a Região Urbana do Prosa estava ocupada por uma pequena quantidade de loteamentos localizados nos arredores da Rua Ceará [...]. Com o desenvolvimento verificado a partir da divisão do Estado de Mato Grosso e a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, a região foi sendo gradativamente ocupada por empreendimentos destinados à população de mais alta renda. (ARRUDA, 2012, p. 100-101).

Esse fato estimulou o surgimento de novos loteamentos em direção à porção leste:

A partir daí, nascem os bairros Autonomista, Giocondo Orsi, Carandá Bosque, Chácara Cachoeira e os loteamentos fechados às margens do Córrego Sóter. O surgimento desses em-

preendimentos residenciais deveu-se a diversos fatores, particularmente ao atendimento de moradia de classe social de alta renda e à necessidade imobiliária de expansão das áreas residenciais das classes “A e B”, que até os anos de 1970 habitavam o Jardim dos Estados. (ARRUDA, 2012, p. 101).

A rápida ocupação e urbanização dos bairros das regiões Central e Prosa alteraram sua configuração urbana somente após a instalação da sede estadual no Parque dos Poderes, com a implementação da continuidade da Avenida Afonso Pena, que rompeu, entre 1984 e 1985, os limites da Rua Ceará (ARRUDA, 2012). Dessa forma, a expansão da porção leste da cidade se deu com a implantação do Parque dos Poderes e, posteriormente, foi reforçada com a inauguração do primeiro shopping center da cidade – o Shopping Campo Grande.

Após a construção do shopping, no ano de 1988, os bairros que compõem seu entorno mudam a configuração de uso, com a forte atração comercial desse grande centro de compras. Exemplo é o bairro Chácara Cachoeira que, projetado como residencial, se modifica dia a dia para um grande centro de serviços. (ARRUDA, 2012, p. 101).

Tomando a análise desenvolvida por esse autor, verificamos que o Jardim dos Estados foi impactado por dois importantes acontecimentos, criando mais tarde sua própria demanda por atividades terciárias, já que uma classe socioeconômica de renda elevada adotou suas imediações para residir. Ali seus moradores são atendidos por um comércio próprio que lhes assiste e supre. Esse loteamento acompanhou as transformações, a expansão e direção de desenvolvimento da área central de Campo Grande, diferenciando-se dos demais bairros, dada a renda elevada de seus habitantes.

O crescimento da área central para o lado leste da cidade ultrapassou os limites da Avenida Ceará. Investimentos públicos vultosos em infraestrutura, equipamentos e serviços foram canalizados para essa porção da cidade, e a Avenida Afonso Pena se tornou um importante corredor co-

mercial. As novas funções que o solo urbano adquire revelam transformações que a cidade assume ao longo do tempo dando novos significados, reafirmando que a mesma se encontra em contínuo movimento.

A transformação de Campo Grande na capital de Mato Grosso do Sul provocou um crescimento excepcional da cidade, como é analisado por Arruda (1997, p. 9):

Ao mesmo tempo, já na década de 80, os índices de crescimento demográfico batiam nas nuvens (8,02% a.a.): a migração se intensificara com a nova situação de capital de Mato Grosso do Sul; novo governo estadual se instala na cidade, aumentando a procura por imóveis e áreas.

Assim, Arruda (1997) demonstra a evolução dos loteamentos em cinco décadas: 1951-1960; 1961-1970; 1971-1980; 1981-1990; e 1991 em diante, demonstrando que houve um processo intenso de especulação imobiliária, tendo em vista a implantação de loteamentos de forma descontínua no tecido urbano, resultando na constituição de uma cidade dispersa.

Sobre a referida especialização na Rua Euclides da Cunha, Buainaim (2006) e Arruda (1997) afirmam que empresários, tendo em vista sua proximidade a políticos da cidade, usaram de sua influência para burlar a Lei do Uso de Solos vigente à época, em benefício próprio. Isto é, a continuidade do crescimento urbano na porção leste da cidade levou à modificação da lei que determinava apenas o uso residencial. Arruda (1997, p. 8) assim se refere ao fato:

A ocupação do solo urbano da capital de Mato Grosso do Sul foi deixando de ser uma atividade coletiva, de todos os moradores, para se transformar num comércio de índices de manchas urbanas. Mudar a legislação para atender empresários que queriam instalar seus empreendimentos em área que a lei não permitia era fato corriqueiro na década de 80, quando a cidade explodia, em termos de crescimento demográfico por conta da sua nova condição de capital.

E ainda:

A cidade foi crescendo e sem acompanhamento ou monitoramento para corrigir as distorções geradas pelas normas urbanísticas, mudanças foram feitas na legislação, atendendo aos interesses já citados. (ARRUDA, 1997, p. 9).

Aqui estão elencadas algumas das primeiras leis modificadas já no final da década de 1970 e até o final dos anos 1980, sem terem realizado estudos sobre os impactos que promoveriam, conforme ressaltado por Arruda. O autor afirmou que houve quinze modificações, cujo interesse era modificar o zoneamento e os coeficientes urbanísticos (ARRUDA, 1997, p. 8).

Da mesma forma, Buainain (2006) também destaca que no período do prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca, em seu primeiro mandato (1986-1988), houve diversas alterações no zoneamento de Campo Grande:

A alteração da lei do uso do solo que empreendemos [...] precedeu, inclusive, o Plano Diretor. Numa cidade que crescia 7 a 8% ao ano, a lei existente era uma camisa de força. Quantas irregularidades ocorriam nos licenciamentos, nos estabelecimentos! Era preciso que uma nova lei de uso do solo fosse imediatamente estudada e votada, para eliminar essa asfixia em cima da cidade, inclusive, para acabar com as irregularidades existentes. (BUAINAIN, 2006, p. 343).

E continua:

Imagine o seguinte: o comércio quer expandir, mas a lei de uso do solo diz que ali não pode, é zona residencial. A cidade quer crescer verticalmente, mas a lei diz 'não, aqui é unifamiliar'. Como aconteceu com a lei do Lerner. Ele deu uma diretriz para a cidade, dos corredores de transporte, com gabaritos diferenciados – alta, média e baixa densidade. Tratou a cidade como se fosse linear [...]. Fez os corredores quase que simetricamente, em todos os lugares. Isso não é verdade, não

pode corresponder à realidade da cidade. (BUAINAIN, 2006, p. 343).

André Puccinelli, ex-prefeito da cidade (gestão 2001-2004), em entrevista concedida a Buainain, afirma:

No Estatuto da Cidade [...], há a obrigatoriedade do Plano Diretor. O Plano Diretor, como o nome diz é plano para dirigir, dizer o que fazer em termos administrativos e de desenvolvimento da cidade. Aqui em Campo Grande, graças a Deus, nós já temos um Plano Diretor, que dirige as nossas ações. Claro que há modificações que necessitam ser feitas porque a cidade cresce e ele não pode permanecer inalterado. Muitas vezes, de uma forma não intencional, induz-se o desenvolvimento econômico de determinado local. Eu vou dar um exemplo típico disso: a rua Euclides da Cunha que, pela lei do uso do solo estaria restrita ao uso residencial, transformou-se rapidamente – em dois, três anos – em área comercial. (BUAINAIN, 2006, p. 411).

E reforça que:

Então, ajustes tem que ser feitos ano a ano, para que o Plano Diretor seja atualizado e as leis decorrentes da sua aplicação possam também ser adequadas, de forma a induzir uma evolução planejada da cidade. Não podemos deixá-la crescer por explosão, por vontade da cabeça de alguém, infringindo a Lei de uso do Solo e o Plano Diretor. (BUAINAIN, 2006, p. 411).

Assim, é preciso considerar que leis são feitas para certo período, e que a Lei de Uso do Solo também foi para um momento determinado, ou seja, as cidades não são estáticas. Não se pode planejar uma cidade definindo áreas de crescimento de forma rígida, mas é preciso reconhecer que a expansão da cidade, em alguns casos, exige alterações na legislação.

Por outro lado, entretanto, há o favorecimento de determinados grupos, sendo perceptível que o interesse particular foi preponderante

nas tomadas de decisões da legislação municipal. Assim, leis são alteradas, em muitos casos, sem obedecer às diretrizes definidas para o planejamento urbano da cidade, somente visando os interesses privados.

## **A TRANSFORMAÇÃO DA RUA EUCLIDES DA CUNHA E SUA CONFIGURAÇÃO COM UM DESDOBRAMENTO DA ÁREA CENTRAL**

A expansão da cidade de Campo Grande trouxe mudanças estruturais para determinadas localidades e logradouros, as quais repercutiram em novas atividades às ruas que eram, anteriormente, de uso residencial. A organização espacial da cidade mudou a partir da ampliação do centro tradicional, com o surgimento de novas áreas que passaram a desempenhar atividades comerciais e de prestação de serviços, atraindo fluxos e gerando a criação de novos fixos.

Acompanhando esse processo, o preço do solo aumentou na área, sendo poucos os que têm a capacidade de usufruí-la, tendo em vista não somente a implantação de benfeitorias, o aumento dos impostos (IPTU), mas a constituição de uma nova centralidade.

Calixto (2001, p. 153) analisa a ocorrência desse tipo de processo nas cidades, ocasionando a reconfiguração do plano urbano, dado o surgimento de novas atividades: “Essas dinâmicas provocam (re)arranjos, fazendo com que a cidade passe por um processo de redefinição a cada intervenção, produzindo novas localizações, usos e significados”.

Trata-se, desse modo, de um processo com implicações complexas e que promove a reestruturação da cidade em sua totalidade. Assim:

O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano é dinâmico e articulado, e não ocorre desvinculado do modo pelo qual se processam as relações sociais, as quais são permeadas por interesses, necessidades, aspirações e desejos. Assim, qualquer tipo de intervenção sempre envolve um objetivo, seja ele de ordem econômica, política, social, ou até mesmo ideológica. (CALIXTO, 2001, p. 152).

No caso das ações realizadas pelo poder público, por serem seletivas e diferenciadas, as repercussões sociais e espaciais são, geralmente, muito significativas nas cidades:

Ao atuar/intervir em determinado espaço, o poder público permite aos proprietários incorporarem no preço da terra os benefícios advindos dessa forma de intervenção, o que lhes permite praticar preços mais elevados, seja através do aluguel, da venda, ou até mesmo da retenção do imóvel, garantidos pelo fato da propriedade do solo urbano assegurar uma renda para quem a detém. (CALIXTO, 2001, p. 152).

Fazendo uma analogia com o estudo da autora, ocorre que a reprodução e o consumo do espaço urbano se processam numa lógica contraditória e diferenciada, pois envolvem interesses e objetivos diversos dos agentes produtores do espaço. Da mesma forma, percebe-se que o poder público municipal garantiu (e garante) transformações e melhor infraestrutura a determinados segmentos da sociedade campo-grandense. As repercussões socioespaciais implicam em dinâmicas diferenciadas, relacionadas a movimentos “centrífgos” (relativos ao afastamento dos que não podem usufruir das transformações em seu meio) e “centrípetos” (pois as melhores localizações atraem os que podem pagar pelo seu acesso), ocasionando assim o surgimento de grupos distintos.

Para o estudo da Rua Euclides da Cunha, o entendimento da relação centro-centralidade se faz necessário. Sposito (1991) inicialmente considera importante esclarecer o que compreende por estrutura urbana:

Historicamente, a Geografia Urbana vem utilizando o termo estrutura urbana para designar o arranjo dos diferentes usos de solo no interior das cidades; a estrutura seria então, como o mosaico-resultado deste processo de alocação/realocação das atividades econômicas e das funções residencial e de lazer nas cidades. (SPOSITO, 1991, p. 5).

Sposito (1991) também esclarece que prefere utilizar a expressão estruturação urbana, pois entende que se trata de um processo contínuo:

Assim, preferimos o uso da expressão estruturação para garantir a passagem da idéia de que esta organização/desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a estrutura em cada corte do tempo do processo de estruturação, também determinante dos momentos seguintes do processo. (SPOSITO, 1991, p. 6).

Compreender a forma como ocorre o processo de produção e estruturação das cidades, para a autora, necessariamente implica na reflexão sobre o papel do centro, ao mesmo tempo em que reconhece que se ampliou a complexidade das cidades, sendo que a distribuição dos usos do solo decorre da divisão social e territorial do trabalho, modificando-se ao longo do tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação dessas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 6)

A expansão territorial e o crescimento populacional, bem como a maior divisão social e territorial do trabalho, são decisivos para a criação das novas centralidades, pois nesse processo ocorre um maior distanciamento de uma parcela significativa da população que precisa ter suas demandas cotidianas atendidas, daí o surgimento das novas centralidades: shopping centers, subcentros e eixos de desdobramento da área central, que é o caso estudado nesta pesquisa.

O crescimento populacional destas cidades levava estas áreas centrais a um processo de expansão, através da absorção de áreas/setores limítrofes ao centro, através do afastamento de sua população residencial e a transformação de seu uso do solo em comercial e de serviços [...]. Esta expansão do centro, não foi um processo de absorção/transformação linear e homogêneo das áreas justapostas a ele, mas revelou uma heterogeneidade que muitas vezes permitiu a existência de áreas de degradação – “vácuos” funcionais, e em outros casos, a rápida ou gradativa transformação do uso residencial de padrão médio ou alto em uso comercial e de serviços [...] (SPOSITO, 1991, p. 9).

Esse processo de reprodução das cidades é caracterizado pela realocação de atividades do centro comercial para as áreas mais distantes do centro, mas em menor proporção.

No caso aqui analisado, a Rua Euclides da Cunha, trata-se de um desdobramento da área central que se caracteriza pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada (não reproduzindo todas as atividades tradicionalmente centrais), ou seja, selecionando algumas delas, configurando-se como um eixo terciário elitizado: “O nível de especialização destes eixos de desdobramento da centralidade, é funcional e/ou socioeconômico. Em muitos casos, neles alocam-se predominantemente estabelecimentos ligados a um tipo de atividade” (SPOSITO, 1991, p. 11).

Verificamos que é direcionado a segmentos de maior poder aquisitivo que:

[...] progressivamente ‘abandonam’ o comércio e os serviços do centro tradicional. [...] estas vias de desdobramento da área central, cortam nestes casos, áreas de uso residencial de padrão mais elevado, procurando atingir uma determinada clientela, e ao mesmo tempo construir uma imagem de área de comércio seletivo. Para distinguir, estão fora do centro principal [...]; e ainda, procuram eixos de fácil acesso através do transporte particular. (SPOSITO, 1991, p. 11).

Informações empíricas coletadas no comércio da Rua Euclides da Cunha, traçando uma observação preliminar, demonstram que sua disposição imobiliária também permitiu estabelecer um padrão na expansão territorial: um propenso comércio elitizado de mercadorias e serviços. Isto é, a constituição das casas e sobrados que foram transformados em lojas, outrora de uso residencial, apresentando características como terrenos grandes, ruas largas, deram um ar diferenciado na constituição comercial da Euclides da Cunha, acentuando seu padrão elitizado.

Acerca da emergência de novas centralidades e das particularidades de novos centros, vemos que:

[...] Esse processo é particularmente visível na estrutura terciária com o declínio do centro tradicional e a emergência de novas centralidades, pólos de comércio e serviços com grande capacidade de atração que disputam clientelas, uma vez que os novos padrões de mobilidade acabaram com a exclusividade das áreas de mercado dos pontos de venda definidas pela distância aos consumidores. (SALGUEIRO, 1998, p. 48 apud MONTESSORO, 2001, p. 219).

Tendo em vista o debate existente entre o centro e a centralidade, é identificada a especialização e concentração de determinadas atividades na Rua Euclides da Cunha como parte do processo de desdobramento da área central, conforme abordado por Sposito (2001). Essa especialização do bairro Jardim dos Estados é caracterizada por imóveis de alto padrão e as atividades terciárias que ali foram surgindo — boutiques, lojas especializadas em vestidos de festa, grifes nacionais, gastronomia, casas de vinho — estão totalmente voltadas para atender essa vizinhança. Assim, a rua cujo padrão predominante era residencial foi transformada quase que exclusivamente, ou seja, uma nova centralidade surgiu.

Várias reportagens sobre a rua estudada também foram feitas pela mídia local, reforçando o conceito da Euclides da Cunha:

Na rua Euclides da Cunha é assim, o que não tem marca sofisticada é cara só pelo fato de estar à venda em um dos

endereços mais sofisticados de Campo Grande. Mas os dias são de esperança para quem não gosta de grife, mas não tem pequenas fortunas para gastar em uma calça, por exemplo. (MALAGOLINI, 2013a).

Ou ainda: “Os dias estão um pouco mais baratos na rua mais cara de Campo Grande” (MALAGOLINI, 2013a).

Na pesquisa *in loco*<sup>97</sup>, verificamos a modificação na fachada de várias casas e sobrados, para abrigar atividades terciárias: vitrines, escadarias, rampas, decks, apêndices e recuos. A mudança de uso e significado foi perceptível, porém, ainda podemos notar que muitas das lojas refuncionalizaram antigas residências, mudando suas fachadas e utilizando outros elementos (placas, banners, vitrines, etc.). A tendência foi analisada em uma reportagem feita sobre essa nova centralidade (CARDOZO, 2013).

Situando a área de estudo, especificamente entre a Rua 25 de Dezembro e Avenida Ceará, a mesma encontra-se no cerne de dois corredores centrais em direção ao Shopping Campo Grande (Avenida Afonso Pena e Avenida Mato Grosso). Efetuamos um levantamento do uso de solo na área em foco, identificando os seguintes ramos de atuação neste trecho (quadro).

**Quadro** - Rua Euclides da Cunha – Uso do solo urbano.

Ramo de atividades – uso do solo	Estabelecimentos	Ramo de atividades – uso do solo	Estabelecimentos
Adega	2	Espaço comercial para alugar	15
Agência de turismo	3	Espaço de festas infantis	1
Agência bancária	1	Estética	2
Bar temático (pub)	3	Estúdio de Pilates	1
Barbearia	1	Farmácia de manipulação	4
Boutique	26	Galeria	2
Cafeteria	2	Hospital infantil (particular)	1
Calçado infantil	1	Imobiliária	3
Calçado adulto	1	Incorporadora/constructora	1
Cama, mesa, banho	1	Joalheria	1
Casa de bolo	1	Lanchonete	1
Casa de câmbio	1	Lavanderia	1
Uso residencial	12	Livraria e/ou papelaria	2
Cartório	1	Móveis planejados e decoração	1
Chocolataria	1	Oficina de informática	1
Churrascaria	3	Óptica	1
Clínica de cirurgia plástica	1	Órgão público	1
Clínica dentária	1	Panificadora	1
Clínica médica	3	Pet shop	2
Clínica oftálmica	2	Pizzaria	1

*Continua*

## Quadro - Rua Euclides da Cunha – Uso do solo urbano.

Continuação

Ramo de atividades – uso do solo	Estabelecimentos	Ramo de atividades – uso do solo	Estabelecimentos
Comércio de tecidos	1	Polo universitário (EAD)	1
Instituição classista	1	Edifício residencial	3
Conveniência	1	Restaurante	5
Distribuidora de cosméticos	1	Sorveteria	1
Empresa aérea (TAM viagens)	1	Tabacaria	2
Escola particular	3	Terrenos sem uso (vazios urbanos)	4
Escritório de representação comercial	2		

Fonte: Trabalho de campo (09 de maio de 2017). Organizado por: Emerson Vicente Rodrigues.

O principal ramo empresarial presente na área são lojas de confecções, de grifes e boutiques, mas encontramos também o uso diversificado, com bares temáticos, cafeterias, imobiliárias, farmácias de manipulação, agência bancária e diversas galerias (figura 5 e 7). Há a presença de algumas franquias nacionais, como, por exemplo: MMartam<sup>98</sup> (figura 6), Estivanelli, Copenhagen, Chicletaria, entre outras.

---

98 Em consulta ao portal Associação Brasileira de Franchising (ABF) verifica-se o valor de investimento para a franquia MMartan: de R\$385.000,00 a R\$ 615.000,00 com taxa de franquia mensal de R\$ 50.000,00 fixos. No site há um histórico sobre o seu surgimento e seu público alvo: “Em 2003, a MMartan, adquiriu a tradicional marca Casa Moysés e com isso a exclusividade de venda de uma linha de produtos para um consumidor Premium, extremamente exigente”. (FRANQUIA..., 2017).

**Figura 5** - Ramos de atividades presentes na Rua Euclides da Cunha.

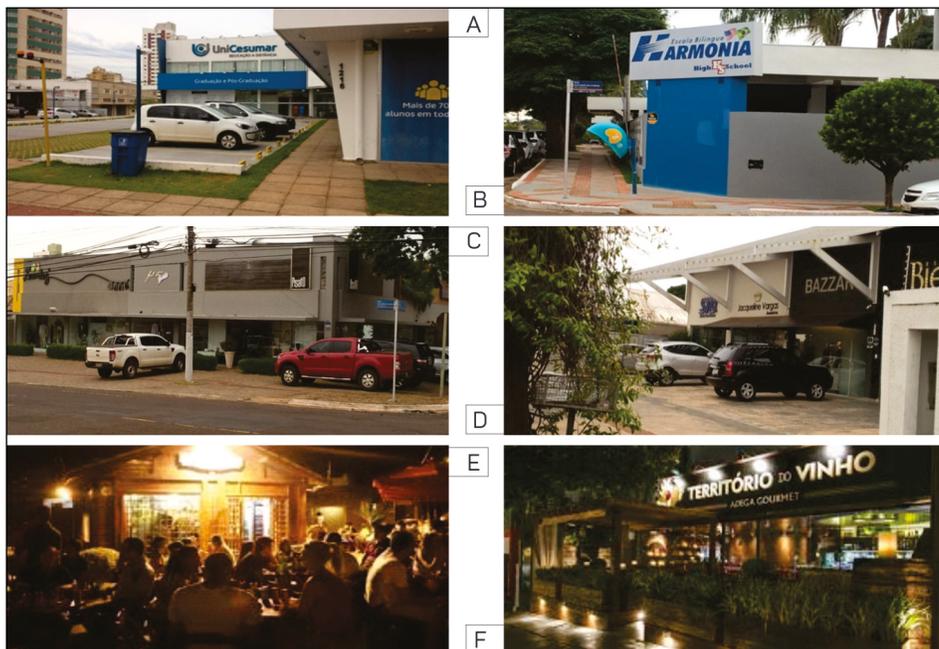


Foto: Emerson Vicente Rodrigues, 2017.

Legenda: A) Polo EAD - UniCesumar, B) Escola Bilingue; C) Galerias; D) Galerias; E) Vida Noturna; F) Adegas

**Figura 6** - Rua Euclides da Cunha – filial de franquia nacional.



Foto: Emerson Vicente Rodrigues, 2017.

Outra particularidade da Euclides da Cunha é a ausência de tráfego de ônibus, pois não existem linhas que operam nessa rua, o que permite um trânsito fluido e sem congestionamentos, além de possibilitar faci-

dades no estacionamento dos automóveis. Ou seja, sua centralidade não é dependente de um fluxo que utiliza o transporte público. Uma das características das novas centralidades urbanas deve-se à maior fluidez e facilidades na circulação, problema característico de comércio do centro tradicional das cidades, fato que ainda não se apresenta na rua em foco.

**Figura 7 - Boutiques e linha gastronômica.**



Foto: Emerson Vicente Rodrigues, 2017.

Legenda: A) Tabacaria e chocolateria; B) Boutiques; C) Boutiques; D) Gastronomia

Além da centralidade existente na área de estudo, podemos também destacar outros aspectos da atratividade da Euclides da Cunha, como a proximidade dos locais de moradia de seus frequentadores e facilidades no deslocamento para outras áreas comerciais atrativas, como os subcentros de hipermercados, faculdades e o próprio Shopping Campo Grande.

Essa atratividade aqui apresentada diz respeito à acessibilidade que a centralidade promove, fator importante em sua consolidação. Todavia, diferentemente da acessibilidade que um shopping center oferece para o público em geral, com ampliação de vias de acesso, melhorias no transporte público e proximidade de terminais rodoviários, a Rua Euclides da Cunha apresenta consumo elevado, mas sem as mesmas características de um grande centro comercial, como os shopping centers.

Montessoro (2001, p. 229-230) aborda essa questão em relação à cidade média de Presidente Prudente:

Os motivos pelos quais as pessoas procuram frequentar a área estão relacionados, principalmente, à proximidade do local de moradia, como indica o grande número de residências nas adjacências. O padrão dos produtos oferecidos [...] indica que a clientela consumidora vem adquirindo uma identidade com o próprio local e com os produtos oferecidos.

O bairro Jardim dos Estados encontra-se, conforme já mencionado, situado nas proximidades do centro tradicional e apresenta vários condomínios verticais de alto padrão. As avenidas consideradas vias arteriais, como a Afonso Pena, Mato Grosso e Ceará são as que possuem linhas de transporte público, a partir das quais pode ocorrer o acesso a essa centralidade, especialmente por parte dos trabalhadores dessa área. Entretanto, o padrão dos produtos oferecidos é que faz fidelizar sua clientela consumidora, mantendo sua identidade com o local.

A fim de obter mais informações sobre a constituição dessa centralidade, elaboramos um instrumento<sup>99</sup> contendo um conjunto de questões abertas, voltado para empresários, profissionais liberais e residentes da Rua Euclides da Cunha, no trecho compreendido entre a Rua 25 de Dezembro e a Avenida Ceará.

No caso das residências, inclusive pelo fato de não serem muitas, nossa intenção foi aplicar em todas as casas. Sendo assim, deixamos os questionários com funcionários, esclarecemos a intenção da pesquisa e combinamos de retornar em outro dia para que os moradores pudessem responder. O intuito foi incorporar os relatos dos moradores remanescentes, porém, somente dois desses questionários foram respondidos, sendo a maioria devolvida sem preenchimento<sup>100</sup>.

---

99 Questionários (deixados para serem respondidos) e formulários (aplicados face a face) continham as mesmas questões.

100 As alegações para não responder variaram entre “o patrão/patroa estava viajan-

Já em relação ao uso comercial e de serviços, definimos uma amostra de quinze formulários, e selecionamos os estabelecimentos de forma aleatória. Do mesmo modo como ocorreu nas residências, a maioria dos comerciantes não se dispôs a responder as questões. No total conseguimos somente entrevistar nove pessoas.

Entre os que se prontificaram a responder, destacamos as falas de três empresários e um profissional liberal, por terem dialogado conosco com criticidade a respeito da pesquisa.

A primeira comerciante que se estabeleceu na Rua Euclides da Cunha em 2004 relatou que “o comércio era bem raro e era bem residencial”. Com o passar dos anos, já em 2006, a rua se tornou notívaga e gastronômica com um grande aumento de circulação de carros e pessoas, que não necessariamente consumiam nas lojas que funcionavam no período comercial. A mesma afirmou que a alcunha dessa rua ser “a mais cara da cidade” não existe mais, ou seja, “foi-se o *glamour*”.

O segundo comerciante respondeu que é um dos pioneiros e se estabeleceu em 1984, período em que essa rua ainda era totalmente residencial. O entrevistado afirmou que o crescimento comercial se iniciou no ano de 1988. Em relação à rua ser “a mais cara da cidade”, diz que “relativamente sim”, o que corrobora com o relato da primeira comerciante que diz que já perdeu o status.

Outra empresária relatou que seu comércio, uma loja de tecidos e um hospital infantil foram as três primeiras atividades terciárias existentes na rua, isso em 1990, quando se instalaram. Segundo ela: “A partir de 1995 a 2000 a rua foi ficando tomada de comércio”. Já em relação à pergunta sobre a rua ser “a mais cara da cidade”, a empresária foi sucinta em seu relato, afirmando apenas que é um “dos metros quadrados mais caros da cidade”.

O profissional liberal já foi bem mais incisivo em suas respostas, pois o mesmo é morador e explora sua atividade profissional em pontos diferentes da Euclides da Cunha. Residente há 40 anos (desde 1977), afir-

---

do” e a justificativa de que o morador residia há pouco tempo no local.

mou que a rua era “[...] erma, sem asfalto, água encanada, esgoto, iluminação pública e telefone. Era um brejo quando chovia [...]”. Enfatizou que o maior crescimento comercial se deu aproximadamente há dez anos e o trânsito se tornou caótico, com muitos acidentes. Afirmou também que achou ruim o fato da rua ter se tornado comercial, mas que, afinal, ela é “o elo que liga a cidade *velha* à parte *nova*”.

A maioria daqueles que aceitaram responder ao formulário afirmou que o início das suas atividades se deu a partir do ano de 2010, período em que a rua já se encontrava consolidada, ou seja, já como uma referência de centralidade na cidade. Porém, segundo a entrevista do ex-prefeito André Puccinelli (BUAINAIN, 2006), o vertiginoso crescimento se deu especialmente a partir de 2002. As primeiras atividades, a julgar pela fala de uma das entrevistadas, ocorreram em 1984, juntamente com a implantação do Hospital da Criança (serviço privado) e parece terem se consolidado a partir dos anos 2000, podendo ser, portanto, consideradas como uma nova centralidade.

Ao longo do tempo, após as primeiras atividades terciárias terem sido implantadas na rua, promovendo mudanças no uso, novas atividades comerciais e de serviços foram sendo abertas em toda essa área, trazendo nova funcionalidade para o uso do solo, ainda que permaneçam, conforme a pesquisa de campo, algumas residências isoladas. Assim, no início da mudança funcional pela qual a Euclides da Cunha passou, muito provavelmente, apresentava um híbrido entre o uso residencial e o comercial, sendo que atualmente as atividades terciárias são predominantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Praticamente contígua ao centro da cidade, a Euclides apresenta-se como um desdobramento da área central, porém voltada a um segmento social que pode pagar pelos produtos ali ofertados. Assim, novas atividades comerciais foram surgindo também em seu entorno, caso das ruas adjacentes, a exemplo da Rua Antônio Maria Coelho, e algumas que lhe são perpendiculares, servindo a vizinhança moradora dos bairros próximos

e também aqueles que residem em outras áreas, porém cuja renda lhes permite consumir nesse espaço, pessoas que não costumam frequentar o centro, tendo em vista sua acentuada popularização.

Esse novo comércio já surgiu diferenciado, os ramos de suas atividades destacam-se pela especialidade de seus produtos e serviços comercializados, tornando a rua distinta das demais da cidade.

Todavia, ao estabelecer um comparativo do antes e depois da inauguração do Shopping Campo Grande (1989) é notório o reforço comercial através de abertura de lojas e aumento de fluxos decorrentes de sua atividade concentrada. A presença desse comércio na Rua Euclides da Cunha significou uma redefinição espacial, tendo em vista que tais classes socioeconômicas, ao estabelecer seu próprio comércio, desvincularam-se do centro tradicional, evitando congestionamentos, falta de vagas de estacionamento, dentre outros contratempos – em outras palavras, preferindo um comércio caracterizado por certa “exclusividade” e diferenciação.

Parte dessa clientela também se encontra próxima ou tem aí seu local de trabalho e residência, bem como das escolas frequentadas por seus filhos, além de bancos, prestadores de serviços, supermercados, hipermercados, restaurantes, academias de ginástica, entre outros, podendo se diferenciar dos consumidores do centro tradicional.

Em outras palavras, com o surgimento dessa nova centralidade, o centro tradicional de Campo Grande perdeu parte de sua clientela, pois as classes mais abastadas tendem a se afastar dessa área, buscando acesso a produtos mais sofisticados e diferenciados, em shopping center ou nesse desdobramento da área central.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, K. Sofisticado e inovador, restaurante da capital agora aposta em almoço executivo. **Portal Top Mídia News**, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://www.topmidianews.com.br/algo-mais/sofisticado-e-inovador-restaurante-agora-aposta-em-almoco-executivo/47834>>. Acesso em: 19 out. 2017.

ARRUDA, A. M. V. de. **Raízes do planejamento urbano em Campo Grande e a criação do Planurb**. Campo Grande: FAU/UNIDERP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Parcelamento do solo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal**. Campo Grande: FAU/UNIDERP, 1997.

BUAINAIN, M. S. C. N. **Campo Grande memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos**. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB), 2006.

CALIXTO, M. J. M. S. O papel exercido pelo poder público local no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 139-156.

CAMPO GRANDE. Lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941. **Divide a cidade de Campo Grande em zonas de construção e dá outras providências**. Disponível em: <<file:///C:/Users/DELL/Downloads/Lei-Complementar-n.-2122012.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARDOZO, E. Sem terrenos para construir em ruas cobiçadas, jeito é adaptar casas ao comércio. **Campo Grande News**, Campo Grande, 01 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/sem-terrenos-para-construir-em-ruas-cobicadas-jeito-e-adaptar-casas-ao-comercio>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CHARUTEIRO. **Campo Grande News**, Campo Grande, 20 dez. 2010. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/carlinhos-cantor-diz-que-foi-vitima-de-suas-escolhas>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, S. A. de S. Políticas habitacionais em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 157-182.

FRANQUIA Mmartan. **ABF Portal do Franchising**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.portaldofranchising.com.br/franquia-mmartan-decoracao>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

GIESBRECHT, R. M. Campo Grande: município de Campo Grande, MS. **Estações ferroviárias do Brasil**, 2015. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms\\_nob/campogrande.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/campogrande.htm)>. Acesso em: 31 de jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Campo Grande: panorama**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Campo Grande: Mato Grosso do Sul-MS. Histórico**. Rio de Janeiro, 2015b. p. 1-3. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/campo-grande.pdf>>. Acesso em: 31 de jul. 2016.

MALAGOLINI, A. Os dias estão um pouco mais baratos na rua mais cara de Campo Grande. **Campo Grande News**, Campo Grande, 21 jan. 2013a. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/consumo/os-dias-estao-um-pouco-mais-baratos-na-rua-mais-cara-de-campo-grande>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Conveniência vira bar da moda e contrata segurança pra ninguém fazer xixi na rua. **Campo Grande News**, Campo Grande, 26 dez 2013b. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/conveniencia-vira-bar-da-moda-e-contrata-seguranca-pra-ninguem-fazer-xixi-na-rua>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MELAZZO, E. S. Expansão territorial e mercado imobiliário em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: s.n., 2001. p. 109-120.

MONTESSORO, C. C. L. Presidente Prudente: a instalação dos shopping centers e a (re) estruturação da cidade. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: s.n., 2001. p. 215-234.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **Campo Grande e a Rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2003.

PENA, R. F. A. 11 de outubro – Fundação de Mato Grosso do Sul. **Brasil Escola**, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/mato-grosso-sulfundacao.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

PONTO Estratégico. **Campo Grande News**, Campo Grande, 18 jan. 2011. Jogo Aberto. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/assembleia-passa-por-mudancas-durante-o-recesso>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA – SEMADUR. Planta urbana da Vila Jardim dos Estados. **Prefeitura de Campo Grande**, Campo Grande, 2005. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/mapoteca/jardim-dos-estados/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

SILVA, F. M. A. Poder discricionário da Administração Pública. **DireitoNet**. 8 jun. 2006. Direito Administrativo. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2635/Poder-discricionario-da-Administracao-Publica>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SISTEMA MUNICIPAL DE INDICADORES DE CAMPO GRANDE – SISGRAN. Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/>> Acesso em: 23 mai. 2017.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: s.n., 2001, p. 235-254.

\_\_\_\_\_. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 1997, p. 27-37. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_3\\_sposito.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_3_sposito.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, UNESP. São Paulo, 1991, p. 1-18.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

# CAPÍTULO 12

## TRÊS LAGOAS-MS: UMA CIDADE EM TRANSIÇÃO?<sup>101</sup>

*Patrícia Helena Milani*<sup>102</sup>  
*Edima Aranha*<sup>103</sup>

As cidades médias surgiram no contexto de formação da moderna rede urbana, a partir da segunda metade do século XIX, com a fase industrial do capitalismo em um período em que a rede de cidades da Europa ocidental e nordeste dos Estados Unidos passavam pelos processos de integração e de diferenciação.

O tamanho demográfico significa maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu campo de atuação, o que possibilita

---

101 Este capítulo é resultado da pesquisa de Mestrado (finalizada em 2012), realizada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, junto ao Laboratório de Pesquisas Urbanas e do Território, intitulada *A dinâmica territorial da rede urbana na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul*. A pesquisa obteve apoio financeiro da CAPES.

102 Prof.a Dra. do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Endereço eletrônico: <patriciah.milani@gmail.com>.

103 Prof.a Dra. do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia CPTL, UFMS; Líder do Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Produção do Território/CNPq. Endereço eletrônico: <edimaranha@gmail.com>.

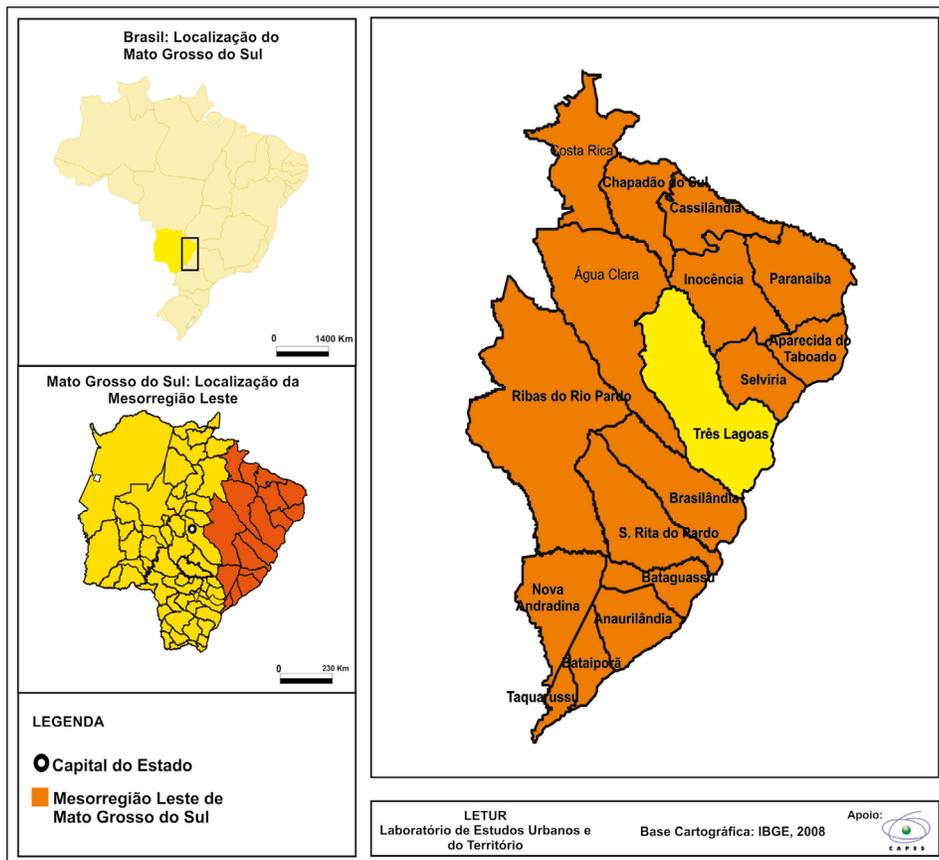
maior ou menor desenvolvimento das funções urbanas. Vale salientar que o tamanho demográfico possui nítidas relações com as características do espaço intraurbano. Desse modo, quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão desse espaço, que pode ser observado pela distância entre o centro e a periferia da cidade.

A organização do espaço interno torna-se mais complexa, ou seja, há uma maior divisão econômica submetida ao processo de descentralização e formação de novos núcleos comerciais distantes da área central.

O recorte demográfico identifica apenas a faixa que pode conter cidades médias, mas distingue, sobretudo, as cidades de porte intermediário e não aquelas que exercem essencialmente o papel de cidade média (BESSA, 2005). A importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e de serviços (SPOSITO, 2007).

Neste capítulo analisamos as novas formas e conteúdos do espaço intraurbano de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, a partir da consolidação de novos centros comerciais e de serviços, de conjuntos habitacionais e de espaços residenciais fechados. A combinação desses espaços evidencia o processo de reestruturação da cidade e, por conseguinte, oferece elementos para a discussão acerca das cidades médias, sobretudo no recorte espacial em que a cidade de Três Lagoas se insere. A cidade está situada geograficamente, de acordo com a regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, composta também por: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria, como evidencia o mapa da figura 1.

**Figura 1** - Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul e localização de Três Lagoas (2002).



Organizado por: MILANI, 2012.

No âmbito teórico-metodológico, a pesquisa pautou-se sobretudo em Santos (1985, 1993, 1996), cujas obras nos permitem entender e aplicar os conceitos de estrutura, função, forma e espaço e compreender as lógicas de segmentação da cidade; Castells (1983), que aborda a dinâmica socioespacial urbana; Corrêa (1989; 1997), que, ao estudar a produção do espaço urbano, expõe a articulação contraditória e combinada dos agentes sociais produtores desse espaço; Lefebvre (1999), pois discute as centralidades urbanas e a formação de cidades polinucleadas; Sposito (2007),

cuja proposta metodológica orienta para o estudo da reestruturação intraurbana; Sobarzo (2006), que nos permite uma melhor compreensão das lógicas dos loteamentos fechados; Carlos (2004), que apresenta o estudo do espaço urbano com novas perspectivas, sendo a cidade palco de conflitos entre os diferentes agentes sociais.

## **TRÊS LAGOAS E OS INDICADORES EMPÍRICOS PARA UMA LEITURA DE CIDADES MÉDIAS**

A escala intraurbana tem como referência o espaço interno da cidade, seu centro ou centros, áreas de moradias, lazer e trabalho. Corrêa (1989) afirma que as cidades se constituem no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si; tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras. Por meio desse conjunto de usos e disposição dos lugares, dá-se a organização territorial da cidade. De acordo com Santos:

Existem duas cidades ou diversas cidades dentro da cidade. Esse fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais. Pode ser verificado e medido pela análise diferencial de um certo número de características do habitat e dos serviços de cada bairro, assim como pelas trocas entre as diferentes frações do tecido urbano. (SANTOS, 2008, p. 190).

A partir da lógica organizacional, o urbano se produz e reproduz em espaços hierarquizados, segmentados, fragmentados e fraturados; o capital limita e diferencia a apropriação e uso do solo urbano, segrega classes e camadas sociais, o que resulta em uma cidade desigual, baseada na contradição existencial do capitalismo por meio dos conflitos e interesses entre os agentes sociais. Nessa perspectiva:

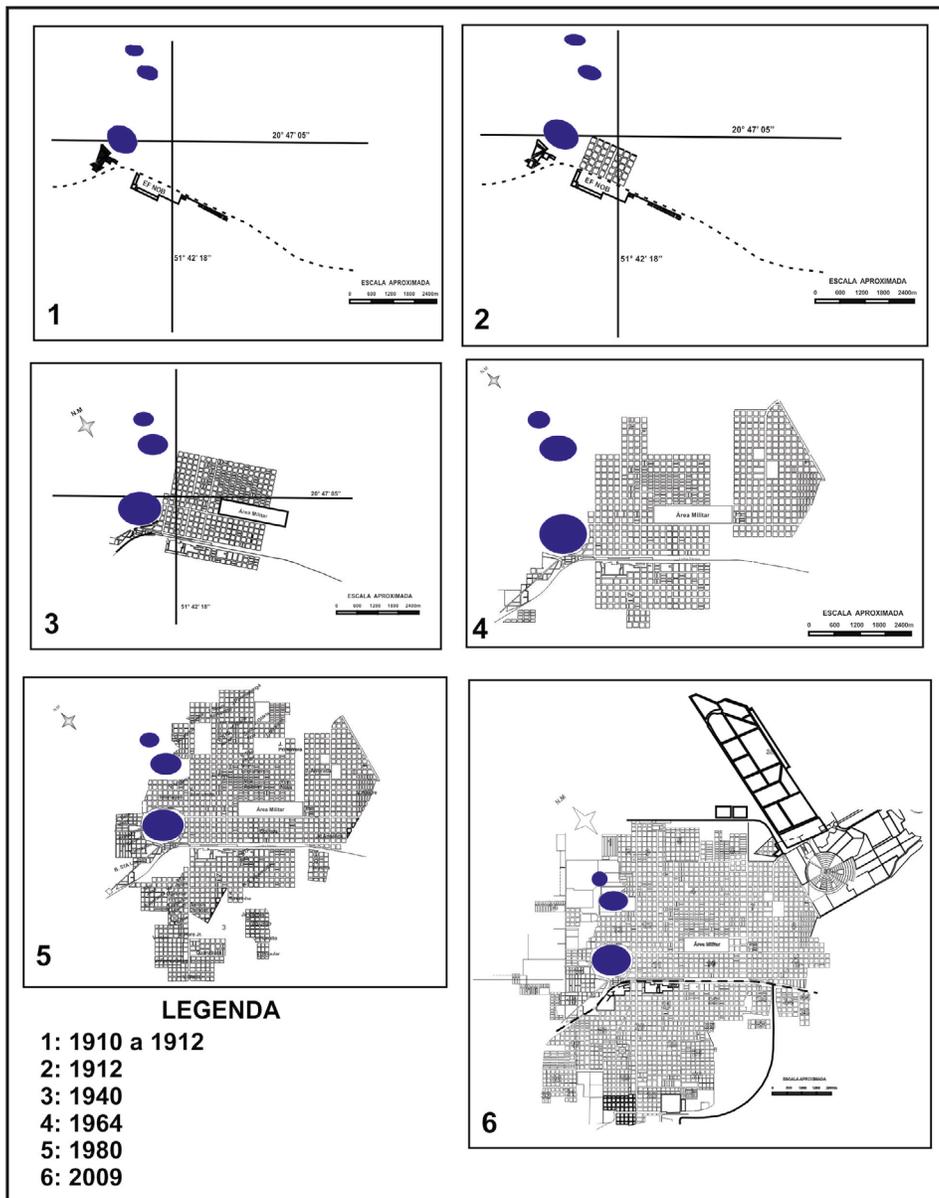
A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas, a cidade e a rede reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas. (CORRÊA, 2000, p. 125).

Os principais aspectos de uma cidade têm origem em sua formação inicial, características que podem permanecer até os dias atuais, outras que são modificadas ao longo do tempo por meio de processos que transformam as estruturas de acordo com interesses sociais, econômicos ou políticos. O conjunto de mapas da figura 2 mostra a evolução do tecido urbano de Três Lagoas, desde o início da urbe em 1910 até o ano de 2009.

O espaço urbano é construído por meio das práticas sociais e das relações de poder, marcadas pelos interesses dos agentes sociais produtores desse espaço, gerando uma paisagem urbana definida como o conjunto de aspectos materiais, através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos, ao mesmo tempo como entidade concreta e como organismo vivo (SANTOS, 2008).

Verifica-se que as atividades econômicas influenciaram de forma direta na evolução no tecido urbano de Três Lagoas. A consolidação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil impulsionou o início do crescimento da urbe, com os primeiros comércios e serviços para atender aos trabalhadores da obra.

**Figura 2 - Evolução do tecido urbano de Três Lagoas (1910-2009).**

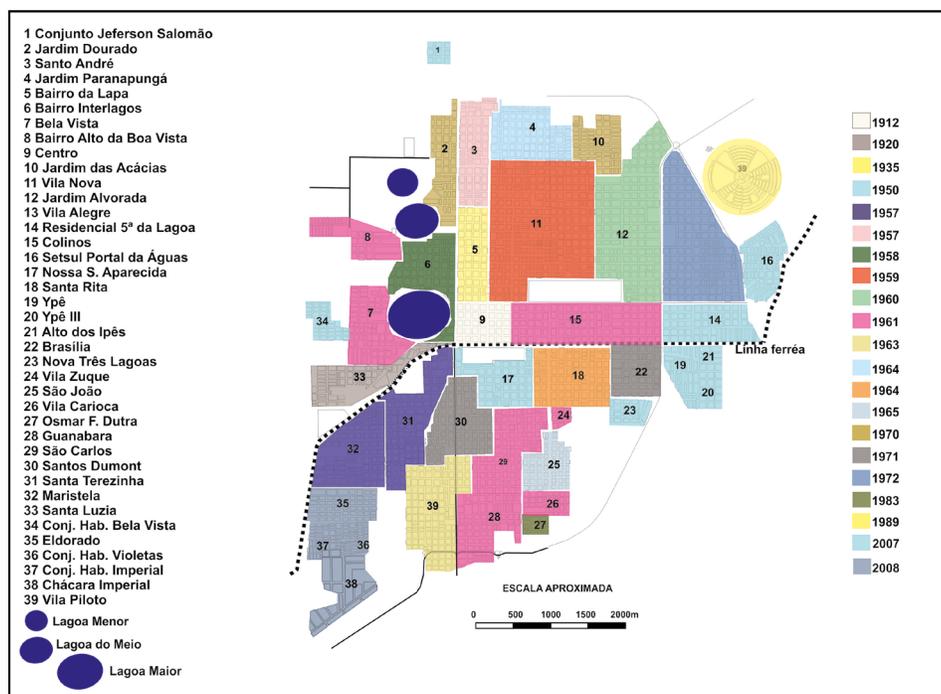


Fonte: CATTANIO, 1979, Prefeitura Municipal de Três Lagoas.  
 Editoração e organização: Patrícia Helena Milani, 2009.

Por conseguinte, com a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (1964), houve novamente o aumento da demanda por comércios e serviços, com a chegada de trabalhadores envolvidos nas obras. Esse é o principal fato que explica o crescimento da cidade nesse período.

Nos anos posteriores, com o início dos incentivos voltados para a industrialização, o tecido urbano tem se expandido, para novamente atender a demanda crescente. A figura 3 mostra a planta urbana da cidade com a criação dos bairros.

**Figura 3 - Planta urbana de Três Lagoas e evolução dos bairros (2011).**



Organizado por: Patrícia H. Milani, 2011.

Verifica-se que, a partir dos anos de 1990, na cidade de Três Lagoas há a produção de novos bairros, espaços residenciais fechados<sup>104</sup> e conjuntos habitacionais, destinados para os diferentes segmentos socioeconômicos.

De acordo com Santos (2008), a cidade compreende o presente e passados recentes ou mais antigos, bem como elementos inertes (patrimônio imobiliário) e elementos móveis (pessoas e mercadorias). A cidade passa a ser entendida não como elemento natural ou artificial, mas como produto de relações sociais marcadas ou não pelo poder.

O espaço urbano é marcado por essas relações na medida em há uma submissão às lógicas de mercado, por conseguinte dos agentes produtores. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, que fragmenta a malha urbana e hierarquiza a cidade (CARLOS, 2004).

A consolidação de algumas dinâmicas intraurbanas marca o processo de reestruturação territorial urbana e da cidade. Do ponto de vista intraurbano, a constituição de áreas em que prevalece um determinado segmento social tanto no âmbito da moradia quanto na prestação serviços e comércio, caracteriza a reestruturação da cidade. A cidade torna-se segmentada na medida em que se divide em: áreas de concentração de comércios e serviços, centro principal e subcentros, bairros residenciais, espaços residenciais fechados, conjuntos habitacionais, distritos industriais, enfim, novas dinâmicas que marcam as cidades que se encontram em período transitório, de pequena para média.

Destarte, a redefinição da localização dos diversos segmentos na cidade não é somente uma tendência das grandes cidades, mas também caracteriza as cidades médias, que passam a desempenhar papéis para os quais os moradores de cidades menores e de áreas rurais deslocam-se para realizarem o consumo de bens e de serviços mais sofisticados em

---

104 Essa terminologia designa todos os empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança, ainda que haja diferenças entre eles, tanto do ponto de vista jurídico, como dos elementos, físicos e simbólicos, que os caracterizam (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 61).

comparação ao que estão disponíveis nas cidades de origem. Esses fluxos definem e marcam, no âmbito da região, a existência de um espaço de continuidade territorial, cuja configuração é de uma área, uma vez que os fluxos ocorrem de forma material no espaço, como analisou Milani (2012).

Há ainda que se destacar a valorização fundiária e imobiliária de algumas áreas da cidade, bem como a construção de grandes equipamentos, que resulta na criação de novos fluxos e novas formas de consumo.

Nesse contexto, há um projeto de construção de um shopping center – Shopping Nações – em Três Lagoas, cujo início ocorreu em 2012, localizado no entroncamento da Avenida Filinto Müller com a BR 158, conforme revela a figura 4.

**Figura 4** - Local da construção do shopping.



Foto: Patrícia H. Milani; Edima Aranha, 2011.

Outra obra que sinaliza para o processo de reestruturação intraurbana de Três Lagoas é a transposição da linha férrea, até então passando pela área central da cidade.

O objetivo da obra é retirar os trilhos do centro da cidade e construir um contorno ferroviário de doze quilômetros de extensão, passando por fora do perímetro urbano. O que se propõe politicamente é que a obra tem por finalidade principal trazer benefícios socioeconômicos para a popula-

ção, com o aumento da segurança no local, com a diminuição dos índices de acidentes e valorização econômica de alguns pontos da cidade.

Contudo, verifica-se que a finalidade primordial da obra de transposição, além do que se propala, é atender às necessidades do capital industrial, sendo de vital importância para o escoamento da produção das fábricas de papel e celulose de modo mais ágil.

Além da construção do contorno, as indústrias de papel e celulose estão construindo um ramal privado de 22 quilômetros, que ligará as unidades industriais ao novo contorno, facilitando o escoamento da sua produção pela via férrea.

É nesse fazer e refazer a cidade, na reestruturação do espaço urbano, que o cotidiano das pessoas e as lógicas de localização dos equipamentos comerciais e de serviços são redefinidos com a intensificação do uso do automóvel e da importância do lazer e do aumento de tempo destinado ao consumo.

Nesse sentido, os shoppings centers atendem a essas duas necessidades da sociedade, mas entre muros, pois grande parcela dessa sociedade fica excluída desse processo por não poder pagar os serviços e nem consumir produtos ali comercializados.

Empreendimentos como shopping centers, na maioria dos casos, são instalados nas áreas periféricas das cidades, periferia entendida, aqui, por se tratar de áreas de entorno ao núcleo urbano, não levando em consideração o conteúdo do espaço. Dessa forma, Sposito (1998, p. 30) assegura que:

[...] os interesses imobiliários e comerciais viabilizaram o desenvolvimento de novas escalas de bens e serviços, por meio da instalação de grandes equipamentos na periferia das grandes cidades, em algum nó rodoviário e, às vezes, até mesmo nas áreas mais densamente ocupadas nas cidades, redefinindo seus usos e conteúdos.

O referido empreendimento em Três Lagoas será construído de forma horizontal, o que comprova que não poderia ser instalado na área central da cidade, por falta de área disponível. Desse modo, redefinirá novos

fluxos e promoverá a supervalorização dos terrenos no seu entorno, bem como consolidará uma nova centralidade, uma vez que o centro se revela no plano espacial e a centralidade na dimensão temporal (SPOSITO, 1998).

De acordo com Ruiz e Sposito (2002), a instalação de atividades comerciais e de serviços e a consolidação de estabelecimentos, como shopping centers, definem novas centralidades por meio do aumento significativo dos fluxos. Sendo assim, os referidos autores afirmam que:

Os deslocamentos entre as áreas residenciais, de trabalho e de consumo, seja no interior das cidades, seja entre cidades, são elementos extremamente importantes para a compreensão da estruturação interna de seus espaços e da centralidade que exercem. (RUIZ; SPOSITO, 2002, p. 111).

Essas áreas de concentração de serviços, comércios e equipamentos de lazer são, de acordo com os autores, unidades espaciais, cuja configuração resulta da localização e da densidade dessas atividades em uma parcela da cidade.

A dinâmica intraurbana que marca o processo de reestruturação da cidade de Três Lagoas foi intensificada com as rápidas transformações econômicas que se expressam por meio das formas flexíveis de produção. Dessa forma, vê-se que o acelerado processo de industrialização modificou a dinâmica territorial intra e interurbana da cidade.

A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio. (SPOSITO, 1998, p. 28).

O processo de reestruturação da cidade é marcado também pela política locacional, pois, em decorrência das mudanças econômicas, há uma recomposição da estrutura urbana, que:

[...] se expressa sob diferentes formas de expansão e de periferização do tecido urbano: abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais, construção de grandes conjuntos habitacionais (...), aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 1998, p. 30).

A tendência do crescimento urbano é centrífuga, afastando-se do centro principal, por várias determinantes, dentre elas se destacam os preços altos, a valorização dos terrenos e aluguéis e o adensamento das construções, resultando no processo de descentralização.

O centro principal é raro, portanto, e como Carlos (2004, p. 71) afirma, impõe-se a necessidade de sua expansão, o que entra em contradição com o fato de que as áreas de expansão possíveis já estão ocupadas.

Assim, a expansão do setor moderno da economia requer a produção de um “novo espaço” para sua realização, como áreas de expansão do centro. Nessa direção, geram novas centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isso porque os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer.

Para Castells (1983), a dispersão das atividades da área central se dá de acordo com a mobilidade das diferentes classes sociais no interior da cidade. O poder aquisitivo e o modo de consumo das classes sociais de alto status influenciam ou determinam o deslocamento de atividades comerciais e de serviços para a área na qual residem.

Esses novos centros ocorrem, conforme Sposito (2001), de duas formas: uma é a descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a outra é a recentralização dessas atividades. Para a autora:

Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal. (SPOSITO, 2001, p. 2).

Vale salientar que as áreas centrais que expressam centralidades em diferentes escalas de abordagem e com diferentes padrões socioeconômicos são fundamentais para o entendimento da reestruturação do espaço urbano e reordenamento territorial da cidade.

A apreensão da centralidade só é possível com a análise de como ocorre a multiplicação desses centros secundários, sua importância, papel funcional, localização do comércio e serviço, e ainda como se dão os fluxos e as relações no seu interior.

A valorização dessas áreas para o setor terciário é o reflexo de um mecanismo de natureza econômica, denominado de economias de aglomeração. Para Corrêa (1995, p. 60), “várias atividades juntas beneficiam-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais”.

Sobre isso, Corrêa (1993, p. 7) corrobora a análise quando afirma que:

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade variável. Estas relações manifestam-se empiricamente pelos fluxos de veículos e pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os locais de trabalho, aos deslocamentos para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro.

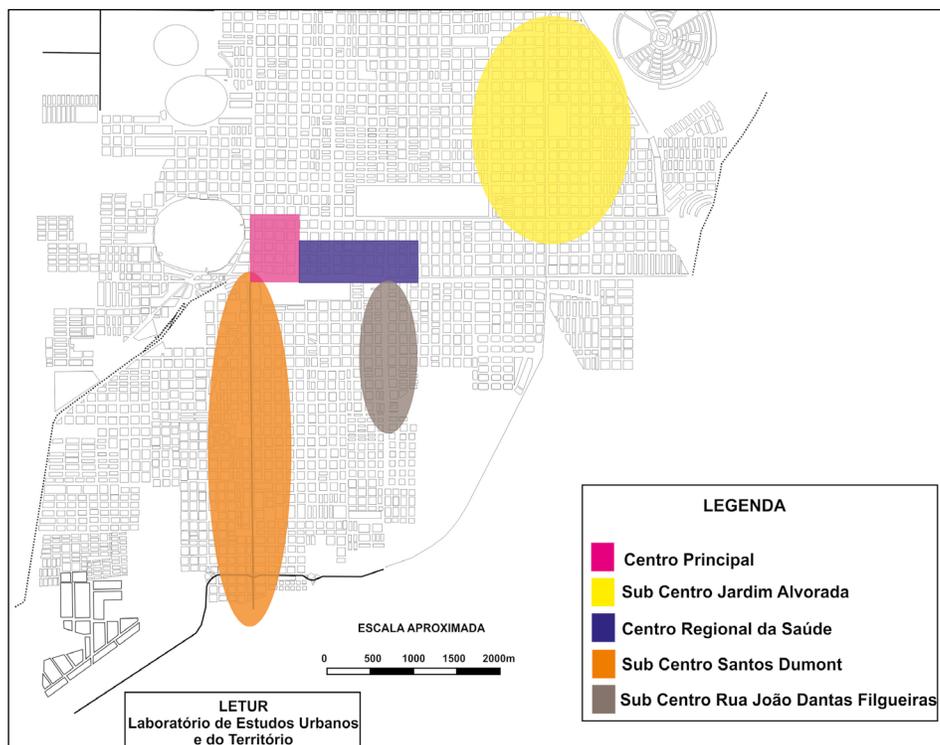
A descentralização está associada à expansão do tecido urbano. Esse fenômeno vem modificando a lógica da ocupação territorial das cidades brasileiras de pequeno e médio porte e essa nova lógica estrutural promove severas mudanças, não só pela concentração de um grande fluxo populacional, mas, sobretudo, industrial e empresarial, oriundos dos grandes centros e de outras regiões.

Corrêa (1989) lembra que o processo de descentralização é complexo e com diferentes seletividades: a) quanto às atividades; b) quanto ao tempo; c) quanto à divisão territorial do trabalho; d) quanto ao tamanho da cidade; e) sob o ponto de vista do território.

Por ter o centro principal saturado de atividades comerciais e de serviços, consolidaram-se em Três Lagoas alguns subcentros comerciais: Centro Comercial Jardim Alvorada, Santos Dumont, Rua João Dantas Filgueiras, Vila Piloto e Subcentro Regional da Saúde, conforme mostra a figura 5.

O aumento da população e a maior procura por serviços incentivaram os empreendedores a investir fora do centro principal, dentre as principais motivações vale destacar: aluguéis dos imóveis mais baratos, assim como o preço da terra e mercado consumidor do entorno. As vantagens não se restringem aos empreendedores, uma vez que os consumidores também obtêm economia de tempo e com transportes, já que não necessitam fazer deslocamentos para realizar parte de suas compras.

**Figura 5** - Espacialização dos subcentros comerciais de Três Lagoas.



Organizado por: Patrícia Helena Milani, 2011.

De acordo com Santos (2008), os fenômenos de dispersão podem ocorrer: se uma cidade atinge, em alguns bairros, uma densidade econômica e demográfica importante, criam-se centros secundários para a distribuição de mercadorias e de serviços.

Mesmo havendo outros centros comerciais secundários, o centro principal de Três Lagoas ainda desempenha o papel mais importante, por dispor de maior número e variedade de comércios, bem como os principais serviços especializados, o que garante centralidade intraurbana. Nessa perspectiva, Santos (2008, p. 220) afirma que:

A morfologia do tecido urbano é o reflexo fiel de uma realidade econômica e social definida [...], o centro da cidade associa, e assim mesmo só em certa medida, os diferentes setores da economia e das classes sociais, na medida em que nele se concentram as atividades terciárias, serviços comerciais, administrativos, lugares de diversão etc.

O uso do solo no centro principal é diverso, característica que garante a presença dos consumidores (figura 6), contudo, prevalecem empreendimentos voltados ao comércio e aos serviços, e sua concentração garante a especialização da área central.

**Figura 6** - Vista parcial do centro principal de Três Lagoas-MS.



Foto: Patrícia H. Milani, 2011.

Já as novas áreas residenciais que estão se consolidando afastadas do centro de Três Lagoas ainda se encontram em um nível de isolamento quanto à disponibilidade de comércios e serviços, sendo monofuncional, pois se caracterizam apenas por residências.

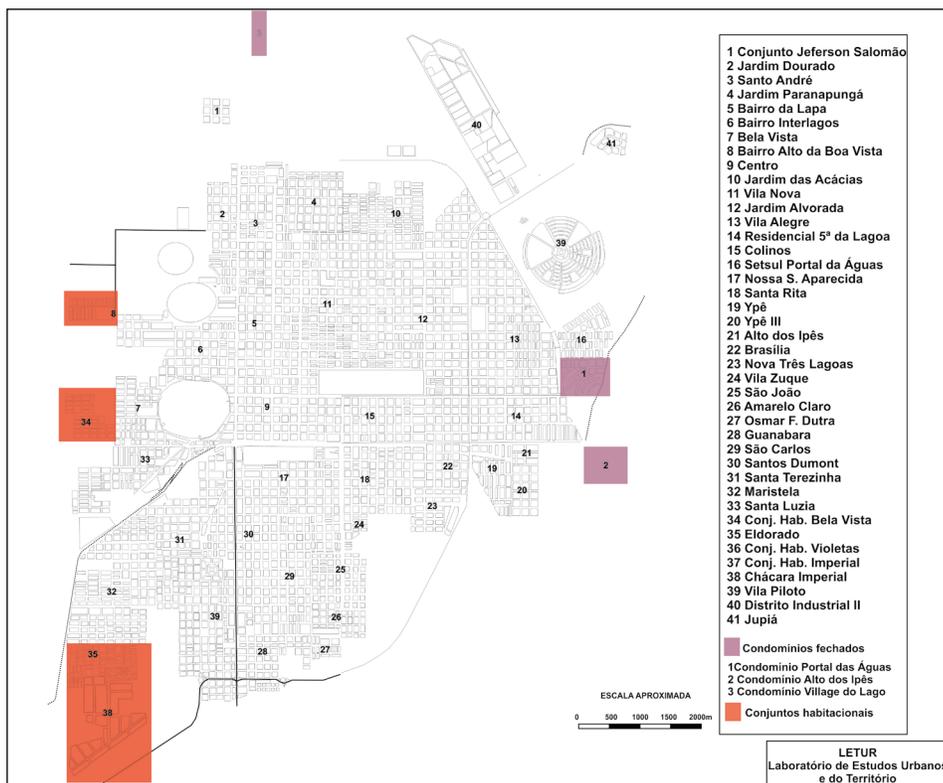
De acordo com estudos sobre cidades médias, Sposito (1998, p. 30) afirma que há um divórcio entre atividades terciárias e função residencial, e chama a atenção para dois pontos importantes: i) algumas atividades terciárias exigem grandes extensões territoriais e ii) a mudança da escala de pedestre para automóvel permitiu a consolidação de novas centralidades, mas não significa que todas as pessoas têm acesso às novas áreas urbanas.

Assim, legitima-se a separação entre áreas puramente residenciais, como os espaços residenciais fechados e outras de comércios e serviços mais adensados.

Nas áreas residenciais ocorre a abertura de pequenos empreendimentos, alguns informais de caráter familiar, apenas para suprir poucas necessidades. Contudo, o adensamento de comércios e serviços variados ficam restritos a algumas áreas, que desempenham centralidade. A figura 7 mostra a localização dos conjuntos habitacionais e dos espaços residenciais fechados de Três Lagoas.

Segundo Whitacker (2007), o reordenamento da cidade consiste no paradigma urbanístico do século XX, que tem seu papel na extensão do tecido urbano, sobretudo com o princípio da monofuncionalidade, que, ao destinar funções e usos específicos para cada porção da cidade, torna as distâncias maiores e os deslocamentos mais necessários. O autor constata que, para o funcionamento das cidades, é imprescindível o uso do automóvel, uma vez que os deslocamentos são cada vez maiores.

**Figura 7 - Localização dos conjuntos habitacionais e espaços residenciais fechados (2011).**



Organização: Patrícia Helena Milani, 2011.

De acordo com o mapa, vê-se que os novos loteamentos periféricos aguçam a composição em mosaico, que marca a estruturação recente das cidades. A produção urbana ocorre recortada, com desequilíbrio e sem ligações entre habitação, trabalho, comércio e serviços (SPOSITO, 1998).

O primeiro espaço residencial fechado instalado na cidade foi o Portal das Águas, em julho de 2008, o qual dispôs 209 lotes divididos em terrenos de no mínimo de 390 metros quadrados, com área de lazer com quadras de tênis, poliesportiva e um minicampo de futebol (ARANHA SILVA et al., 2009).

O segundo empreendimento do gênero foi o espaço residencial fechado Alto dos Ipês, em outubro de 2008, o qual possui 104 lotes. O terceiro a ser implantado foi o espaço residencial fechado Village do Lago Resort & Residence, situado a seis quilômetros do núcleo urbano de Três Lagoas, possui 381 lotes, que, de acordo com Aranha Silva et al. (2009), é diferenciado dos demais por estar localizado em uma área rural, sendo o mais distante do centro principal da cidade. Portanto, há projeto de construção de um minicentro comercial, oferecendo comércios como farmácia, padaria, minimercado, lavanderia, frutaria, entre outros, para evitar o deslocamento dos moradores em algumas ocasiões.

Nesses espaços residenciais fechados existe um patamar mínimo (em termos da metragem) para a construção das casas: nenhuma delas deve ter muro frontal, o tamanho das calçadas é padronizado, os demais padrões estéticos também são preestabelecidos no estatuto dos empreendimentos.

As formas espaciais são elementos de redefinição de processos econômicos, sociais, políticos ou culturais, uma vez que evidenciam relações entre urbanização e morfologia da cidade (WHITACKER, 2007).

Para o referido autor:

[...] demonstram uma fragmentação no nível do território que implica numa cidade cingida em sua forma, mas não em sua essência e em seu processo, e mesmo num nível mais empírico, em suas relações de fluxos e trocas, mesmo desiguais, pois o espaço e a cidade são frutos de uma sociedade que desigualmente os produz e deles se apropria. (WHITACKER, 2007, p. 141).

As cidades que se encontram em período transitório, de pequena para média, são palcos de novas territorialidades, novas formas urbanas que se desenvolvem e tornam-se mundiais, uma vez que as relações capitalistas, ao se realizarem ainda que em diferentes territórios, produzem características semelhantes. (WHITACKER, 2007).

Nesse contexto, o espaço urbano de Três Lagoas vivencia mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais significativas. Dentre os

impactos negativos desse processo, vale destacar a expansão acelerada do tecido urbano, o que aumenta as áreas periféricas, por meio da construção dos conjuntos habitacionais, ampliando as desigualdades sociais e territoriais, vistas por meio da segregação socioespacial. Sposito (1998, p. 30) assevera que:

Em função dessas mudanças de natureza econômica e das lógicas locacionais é possível afirmar que há uma recomposição da estrutura urbana, que se expressa sob diferentes formas de expansão e de periferização do tecido urbano: abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais, construção de grandes conjuntos habitacionais [...], aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços [...].

A partir do acelerado crescimento populacional, o Estado como agente produtor do espaço urbano, implantou em Três Lagoas entre os anos de 1998 a 2010 um total de 1409 unidades habitacionais, distribuídas em 19 conjuntos habitacionais populares, conforme aponta o quadro.

**Quadro - Três Lagoas: moradias Populares (1998-2010).**

Programa	Nome do Conjunto	Unidades Habitacionais	Ano de entrega
Habitar Brasil	Vila Piloto	102	1998 - 2001
Morar Melhor	Vila Piloto	26	2001 - 2002
Che Roga Mi	Vila Piloto	55	2002
AGEHAB	Vila Piloto	300	2004
CESP	Bairro Jupia	28	2004
Imóvel na Planta	Jd. Azaléia	26	2006
PSH	Jd. das Orquídeas	60	2007
PSH	Jd. Girassóis	28	2007 - 2008
PSH	Jd. das Orquídeas	16	2007 - 2008

*Continua*

## Quadro - Três Lagoas: moradias Populares (1998-2010).

Continuação

Programa	Nome do Conjunto	Unidades Habitacionais	Ano de entrega
PSH	Jd. das Hortênsias	48	2007 - 2008
PSH	Jd. dos Lírios	28	2007 - 2008
PSH	Jd. das Violetas	240	2008 - 2009
PSH	Jd. Margaridas	17	2008 - 2009
PSH	Jd. das Orquídeas II	30	2008 - 2009
PSH	Chácara Imperial	191	2008 - 2009
PSH	Jd. das Hortênsias	15	2008 - 2009
PSH	Jd. das Violetas II	133	2009
PSH	Vila Verde	15	2009
PSH	Lote Moradia	51	2009 - 2010
Total de unidades habitacionais		1409	-

Fonte: Aranha Silva e Franqueline, 2011.

Segundo as pesquisas de Aranha-Silva e Franqueline (2011), há em Três Lagoas um jogo de interesse político e econômico do setor imobiliário, pois entre as moradias populares produzidas durante os anos de 2008 a 2010 foi deixada uma área livre, visando seu uso posterior e por conseguinte sua valorização, ou seja, pratica-se a especulação imobiliária.

Em 2011, foi lançado o Loteamento Eldorado, destinado a outro segmento social, moradores com maior poder aquisitivo, que utilizarão os equipamentos outrora voltados às moradias populares (Violeta I e II, Chácara Imperial), revelando as estratégias do capital privado na reprodução social da cidade, tida como mercadoria (ARANHA-SILVA; FRANQUELINO, 2011). A figura 8 mostra imagens de alguns conjuntos habitacionais.

**Figura 8** - Conjunto Habitacional Jardim Azaleia.



Foto: Cristovão H. Ribeiro, 2011.

Esses problemas, antes característicos dos grandes centros, são reproduzidos nas pequenas e médias cidades. Sposito (2007, p. 56) salienta que:

[...] ausência ou insuficiência de infraestrutura, equipamentos e serviços, ou seja, de meios de consumo coletivo nas cidades (redes de energia e saneamento básico, pavimentação de vias, creches, escolas e postos de saúde, serviços de coleta de lixo, transporte coletivo ou limpeza pública), nas áreas habitadas pela população de menor renda.

Verificam-se, ainda, problemas como o surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais em áreas verdes; disseminação de vazios urbanos com aumento da especulação imobiliária; congestionamento nas áreas centrais devido à movimentação de carga e descarga, entre outros.

Dessa forma, o crescimento urbano ocorre de maneira excludente, uma vez que o uso e a ocupação do território ocorrem de forma incompatível entre as diversas classes sociais, pois, de acordo com Whitacker (2007), de um lado estão os ricos, que desejam e consomem espaços exclusivos e, do outro, pobres e empobrecidos. De acordo com Santos:

No que toca aos revestimentos das ruas, são quase sempre asfaltadas ou calçadas nos bairros residenciais; em outras partes, algumas vezes empedradas, mas nem sequer aterradas nas favelas. O mesmo ocorre com a água, que nos bairros pobres é parcimoniosamente distribuída através de raras fontes públicas, onde quase sempre é preciso fazer fila para sua obtenção, ao passo que nos bairros ricos ela vai alimentar fartamente banheiros luxuosos. O mesmo pode dizer-se da eletricidade, que é ausente ou, quando muito, intermitente nos bairros pobres, ao passo que nos bairros ricos é gasta com fartura [...]. (SANTOS, 2008, p. 192).

A partir da consolidação dos conjuntos habitacionais em Três Lagoas verificam-se alguns problemas estruturais, supracitados por Santos (2008), que acarretam a negação ao direito à própria cidade, pois os territórios da cidade passaram a ser descontínuos e as localizações periféricas desses conjuntos causaram diferenças socioespaciais no acesso aos equipamentos urbanos.

Whitacker (2007) ainda ressalta o necessário uso do automóvel para conseguir acesso às diversas áreas da cidade. Verifica-se, assim, um desafio ao se pensar a cidade, em superar a noção de zoneamento por uma prática calcada em princípios relacionados com o lote e a construção, seu entorno e a infraestrutura existente e necessária.

Ao se fazer um paralelo entre os conjuntos habitacionais e os espaços residenciais fechados salta aos olhos um paradoxo: a autossegregação e a segregação forçada. De um lado, há bairros completos de infraestruturas (pavimentação das vias, iluminação, abastecimento de água) à espera de moradores nos espaços residenciais fechados e, de outro, há os bairros com muitos moradores à espera de infraestrutura. Desse modo, as diferentes paisagens urbanas correspondem a classes sociais diferentes (SANTOS, 2008).

Vê-se, assim, a forma complexa em que o espaço urbano é produzido e reproduzido nos ditames do capital. Ademais, é inegável a participação dos agentes imobiliários na produção da descontinuidade, uma vez

que o poder público atua na criação de novas áreas de morar nas periferias das cidades. O conjunto de mudanças sociais cria uma nova organização espacial, com novas funções, novos processos e novas estruturas, que caracterizam as cidades em transição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desconcentração industrial<sup>105</sup> resulta em mudanças estruturais de algumas cidades, como o caso investigado de Três Lagoas, cujo espaço urbano recebe altos investimentos industriais por disporem de algumas amenidades que possibilitam uma reprodução mais ampliada do capital. A partir disso, a cidade atravessa um processo de reestruturação, uma vez que o aumento do número de indústrias dinamiza outros setores da economia, como comércios e serviços.

Esse processo ocorre quando a demanda por produtos e serviços aumenta e o centro principal não oferece amenidades e vantagens para sua expansão. A alternativa tem sido a descentralização e a re-centralização em bairros mais adensados, posto que a distância entre a área central e os bairros aumentou, dificultando o transporte, além do fato de que os altos preços dos terrenos, dos impostos, o congestionamento e o barulho intenso nas áreas centrais repelem novos investidores e moradores.

Os centros comerciais periféricos, do ponto de vista espacial, oferecem opção de compras de produtos e de serviços, além de possibilitarem melhor fluidez no espaço, economia de tempo, dentre outros.

O adensamento populacional e de empreendimentos força o poder público a investir em infraestrutura e equipamentos urbanos, que valorizam os terrenos, aumentam a renda fundiária e incentivam implantação de novos empreendimentos comerciais. Ou seja, a cidade por meio da

---

105 Ainda que urbanização e industrialização sejam processos distintos, há uma profunda imbricação entre ambos, já que o processo de industrialização, ao definir a urbanização, contribui para a ampliação expressiva dos papéis urbanos (SPOSITO, 1993).

formação desses novos centros e do delineamento de novas centralidades processa a reestruturação socioespacial e a expansão territorial da cidade, inserindo-a no contexto de rede urbana regional pela articulação e inter-relação de pessoas, mercadorias, veículos, ideias, capital e informações.

Por fim, ao retomar a questão que colocamos como título do texto, é possível verificar que a importância e o papel de uma cidade média têm relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços (SPOSITO, 2007, p. 37), mas também onde se verifica uma combinação de mudanças no espaço intraurbano como a expansão dos conjuntos habitacionais e espaços residenciais fechados, resultando em um processo de expansão territorial da cidade.

Essas mudanças foram verificadas em Três Lagoas enquanto uma cidade em transição no período contemporâneo, na medida em que a combinação de novos serviços ofertados auxilia na constituição de seu papel de cidade média no recorte espacial em que se insere no estado de Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS

ARANHA SILVA, E. et al. Três Lagoas em Mato Grosso do Sul (Brasil) e sua inserção na hierarquia urbana regional. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., Montevideo, 2009. **Anais...** Montevideo, 2009. CD-ROM. Artigo Completo.

\_\_\_\_\_.; FRANQUELINO, A. R. Dinâmica territorial das moradias populares em Três Lagoas: segregação e políticas habitacionais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 3., ENCONTRO SUL-MATO-GROSSENSE DE GEÓGRAFOS. 19., Corumbá, 2011, Corumbá. **Anais...** Corumbá, 2011. CD-ROM. Artigo Completo.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 217-247.

BESSA, K. C. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia.** Uberlândia: [s.n], 2007.

\_\_\_\_\_. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia. **Caminhos de geografia**, Uberlândia-MG, v. 24, n. 16, p. 268-288, out. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15465>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-112.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidade: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 359-367.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 08, p. 121-129, 2000.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

\_\_\_\_\_. **Redes geográficas e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: \_\_\_\_\_; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 11-28

\_\_\_\_\_. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e tema**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, R.; SOARES, W. (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 91-114.

ELIAS, D.; SOARES, B. R.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, P. E. A estrutura e a organização da atenção à saúde no Brasil. In: \_\_\_\_\_; COHN, A. **A saúde no Brasil: políticas e organização de serviços**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Cedec, 1998. p. 57-117.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 01 fev. 2011.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. et al. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 145-170.

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática**: caderno de mapas. São Paulo: Edusp, 2003.

MELO, J. G. Ideologia e poder. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GASPERR, 1996. p. 127-142.

MILANI, P. H. **Dinâmica territorial da rede urbana na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul**. 2012. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

OLIVEIRA, B. S. de. Rede urbana brasileira: algumas reflexões teóricas. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 100-109, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, J. C. de L. Cidades médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 173-186.

RUIZ, J. A. M.; SPOSITO, M. E. B. Shopping Center Americanas: procedência intra e interurbana. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 9, v. 1, p. 109-130, 2002.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 1985.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: \_\_\_\_\_; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 73-94.

SEMAC/MS. Secretaria de Estudo do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. **Dados Estatísticos de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <www.semac.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2011.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOBARZO, O. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, E. S. et al. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77- 116.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, M. E. GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, 2009.

\_\_\_\_\_. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

\_\_\_\_\_. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, UNESP, v.3, n. 5, p. 143-157. 2006.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001. p. 609-643.

\_\_\_\_\_. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, UFRJ, a. III, n. 04, p. 27-37, 1998.

\_\_\_\_\_. **A urbanização no Brasil**. Geografia. São Paulo: SE/CENP, 1993. p. 61-78. (Série Argumento).

WHITACKER, A. M. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-156.

# CAPÍTULO 13

## A GEOECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL EM TEMPOS DE CRISE

*Cristovão Henrique Ribeiro da Silva*<sup>106</sup>

Os diversos eventos que marcam o início do século XXI possuem características peculiares que marcam nosso tempo, sobretudo, no campo territorial. O desafio colocado à mesa para análise passa por um ajuste de repertório e de bibliografia que auxilie a compreensão das atividades produtivas que atingiram escalas globais de produção sob a luz de políticas de fomento protagonizadas pelo Estado. Até o fim da primeira década dos anos 2000, a estratégia logrou êxito, entretanto, na segunda década do século pairou sob essas políticas uma condensação de crises que dotaram este período de uma particularidade, inclusive, na conduta ética das instituições e das corporações.

Este texto possui dois tons: um do ângulo geoeconômico com matices neodesenvolvimentistas de uma década e meia (2000-2014) – e para

---

106 Doutor em Geografia Econômica pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento (PPGPPD) da UNILA; e é Bacharel em Relações Internacionais pela UNINTER Endereço eletrônico: <crisovamhenrique7@gmail.com>.

isso trazemos à baila do debate as regiões geoeconômicas de Mato Grosso do Sul. O outro tom está na análise dos eventos entre os anos de 2014 e 2017 que chacoalharam a economia e política brasileira atual. Com esse pano de fundo e entendendo que a historicidade é inerente à prática espacial, utilizamos o arrimo teórico da geografia, para conduzirmos um debate inicial, no sentido de identificar quais caminhos podemos trilhar na direção de compreender a complexa produção do espaço geográfico em um momento que a nossa história efervesce. Reiteramos que esta análise é um recorte de uma agenda de pesquisa que está aberta no debate sobre a economia política do país do ponto de vista da geografia e que brevemente salientaremos nesse texto.

## COMMODITIES COMO PODER GEOECONÔMICO

No início do século XXI, o mercado internacional de produção e extração de commodities<sup>107</sup> recebeu um novo impulso representado sobretudo pela demanda chinesa. O dragão do Oriente tornou-se o motor industrial do mundo e promoveu uma intensa reestruturação produtiva global. Estabelecendo um novo padrão de relações internacionais entre os países de industrialização tardia como intitulou Alice Amsden em seu livro *A ascensão do “resto”*, em 2001.

Mas para compreendermos esse painel transicional das estruturas produtivas globais o cabedal teórico também solicita uma atualização, portanto, a velha e boa geopolítica arquitetada sobretudo durante a Guerra Fria pode ser associada à geoeconomia para compreender a volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional. No campo das reflexões sobre geoeconomia, pode-se salientar um importante aspecto

---

107 As commodities — ou commodity, no singular — é uma expressão do inglês difundida na economia para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico.

teórico-metodológico: a geoeconomia não pode ser confundida com geopolítica, já que não há uma possibilidade de uma substituição unilateral.

O cenário de reestruturação produtiva global, por exemplo, pode ser interpretado do ponto de vista geoeconômico, ao passo que as estratégias de mercados orquestradas pelas corporações se enquadram no domínio tático das redes de logística, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, capacidade produtiva, *market share*<sup>108</sup>, pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Por outro lado, a geopolítica pode ser exemplificada utilizando as evidentes políticas de atuação dos Estados-nações, precisamente na consolidação de pactos de poder regionais, acesso a mercados estratégicos de fornecimento de insumos tecnológicos ou de matérias-primas, poder bélico, acordos bilaterais e soberania nacional. Logo, deve-se inferir sobre a existência dessas duas abordagens correlatas e indissociáveis na análise tanto das relações internacionais quanto da atuação das corporações transnacionais.

Com essa ressalva em mente, voltemos à questão evocada no início deste capítulo. O principal aspecto que marcou a primeira década do século XXI foi a demanda chinesa que intensificou o processo de valorização dos preços das commodities que os economistas caracterizaram de superciclo.

[...] um período raro de custos mais elevados sustentou o lado da demanda pela industrialização e urbanização de países emergentes, notadamente a China, e no lado da oferta por anos de investimento durante os anos 80 e 90 [...]. (BLAS, 2012, p. 1, tradução nossa)<sup>109</sup>.

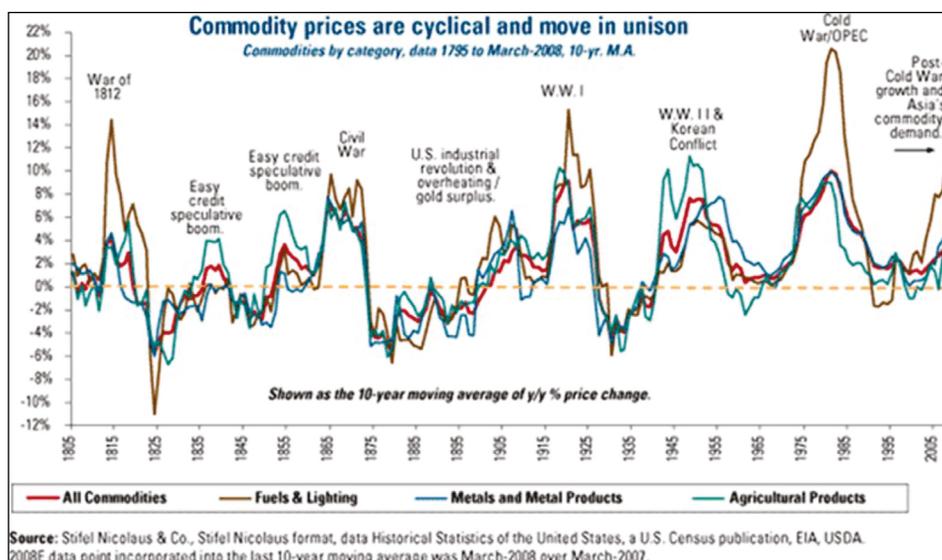
---

108 Termo econômico que diz respeito ao grau de participação de uma empresa no mercado em termos das vendas de um determinado produto; fração do mercado controlada por ela.

109 “[...] a rare period of higher costs underpinned on the demand side by the industrialization and urbanization of emerging countries, notably China, and on the supply side by years of under investment during the 1980s and 1990s [...]”.

Diante desse contexto geoeconômico, os mercados internacionais continuaram a impulsionar suas cadeias globais de commodities (*global commodities chains*) em direção ao Sudeste Asiático, já que se esperava um “transbordamento regional desse superciclo de desenvolvimento”, no qual Índia e Indonésia seguiriam, hipoteticamente, a mesma trajetória de desenvolvimento industrial chinês. Algo compreensível, já que essa conjuntura do superciclo, na virada do século, promoveu uma valorização das commodities jamais vista durante o século passado (BLACK, 2014). A figura 1 exemplifica bem essa volatilidade de preços.

**Figura 1** - Superciclo de commodities (1805-2005).



Fonte: Stifel Nicolaus & Co. format. Data historical statistics of the United States a U.S. Census publication, EIA, USDA. 2008e. data point incorporated in to the last 10-year moving average was March-2008 over 2007.

Para entendermos melhor, utilizemos o índice de preços de commodities desenvolvido pelo Instituto Mckinsey. Nesse índice, as commodities são classificadas em 4 subgrupos, assim denominados: energia, alimentos, agrícolas e minerais. Os preços desses produtos, entre 1900 e 2000, declinaram 50% em termos reais, em razão do aprimoramento téc-

nico da indústria e da menor demanda dos países desenvolvidos por produtos básicos. (LAZZARINI; JANK; INOUE, 2013).

Já nos anos 2000, a combinação do progresso tecnológico obtido com o avanço da ciência aprimorou os meios de transporte e consolidou uma rápida urbanização e industrialização dos países de industrialização tardia, que por sua vez aumentaram a demanda por produtos básicos e semimanufaturados, impulsionando o índice de preços das commodities em 177% (BLACK, 2014). Nessa conta, coloquemos o crescimento econômico dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que permitiu que o índice de preços que detinha cem anos de depreciação marcados principalmente pela crise de 1929, duas guerras mundiais e a crise do petróleo em 1970, se recuperasse em ritmos acelerados.

Para sermos exatos, essa fase do superciclo ficou caracterizada, sobretudo, entre os anos de 2002 e 2012, período em que os índices de crescimento da China eram avassaladores no campo econômico com crescimento em média de 10% ao ano. Porém, adicionados os efeitos da crise financeira global de 2008, o superciclo de commodities, em 2011, começou a dar sinais de que estava entrando em desaceleração e atingiu 150% dos preços do século passado (FMI<sup>110</sup>, 2013; BLAS, 2012). Mas notemos bem que o que aconteceu foi que, mesmo que a queda dos preços das commodities tenha acontecido desde 2011, em 2014, os preços das commodities continuavam 160% acima do que estava antes da deflagração da crise de 2008. Nos anos seguintes, o cenário internacional tornou-se mais árido para países como Brasil em virtude da conjunção de problemas internos e externos.

O minério de ferro é um exemplo que podemos utilizar. Segundo os índices de preços de Mckinsey, a tonelada era cotada por volta de 84,14 dólares em 2013, e durante o superciclo (2002-2012) era vendido por US\$ 200/tonelada – valor muito maior do que era comercializado no período pré-superciclo que girava em torno de 15 a 20 dólares americanos (BLAS,

---

110 FMI, Global financial stability report a report by the monetary and capital markets department on market developments and issues, FMI, 2013. 200p.

2012). Isto é, diferente da sentença dada por muitos economistas, o superciclo não encerrou de modo estanque, o que houve foi uma queda nos preços seguida de uma readequação de mercado que fortaleceu volatilidade dos preços. Inclusive os estudos de Dobbs et al. (2013) e Alston, Babcock e Padey (2010) defendem que os preços das commodities continuarão altos e voláteis por mais 20 anos.

Essa volatilidade é classificada de duas maneiras: uma de curto prazo, orientada por fatores como desastres naturais, como chuvas torrenciais causadoras de inundações e tornados ou secas intermitentes. Tal como aconteceu no sudeste do Brasil em 2015, que elevou os custos do Etanol em 20%, greves trabalhistas, e ainda restrições de exportações, como, por exemplo, a barreira tarifária US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) para entrada de Etanol brasileiro nos EUA e até conflitos militares em zonas petrolíferas.

Numa outra vertente, a volatilidade de longo prazo, relacionada ao abastecimento de novos mercados, na qual existe a dificuldade de atender à demanda dos mercados por dificuldades de acesso a novas técnicas de exploração de petróleo em águas profundas; a exploração de jazidas de minério de ferro em regiões de comunidades tradicionais e/ou expansão de monocultivos frente a pressão de movimentos sociais. Essa segunda vertente das volatilidades está sempre associada à dimensão social que é inerente às áreas de produção e de extração de commodities (RIBEIRO SILVA, 2016a; 2016b).

De todo modo, a discussão sobre a supervalorização dos preços das commodities nos serve para entender esse tom geoeconômico das novas relações sociais e práticas espaciais (RIBEIRO SILVA, 2016c). Isto é, na alçada que envolve o controle tático dos recursos e das redes presentes no território de cada Estado-Nação.

Nos resta querer saber se, para a próxima subida de preços dos *tradables*<sup>111</sup>, estimada para 2022, os países de industrialização tardia estarão organizados para os velhos/novos desafios colocados para desenvolvi-

---

111 *Tradables* produtos negociáveis no comércio internacional, isto é, commodities.

mento econômico no mundo como energias renováveis, crise climática e superpopulação nas metrópoles globais. É uma agenda não só geopolítica, mas também geoeconômica. Mas feita essa ressalva sobre os aspectos geoeconômicos deste início de século, na próxima seção apresentaremos a abordagem das regiões geoeconômicas para Mato Grosso do Sul.

## CADEIAS PRODUTIVAS E REGIÕES GEOECONÔMICAS

Não debruçaremos no exercício de apresentar nesse capítulo o *core* da discussão teórica e pragmática que ronda a industrialização brasileira nessas primeiras décadas do século XXI. Mas devemos nos atentar para a seguinte questão: quando elencamos os fatores estimuladores da industrialização, a maioria dos elementos que surgem são características territoriais, exceção válida apenas para as políticas industriais<sup>112</sup>, que são monetárias, cambiais, fiscais e/ou de intervenção direta (KON, 1999). Portanto, a concepção de território que nos ajuda a compreender indústria e geoeconomia é aquela que entende que o território é resultado do domínio, controle tático e estratégico. Ou seja, a concepção mais utilizada pelo Estado e na tomada de decisões pelas corporações é base pragmática para nossa abordagem de regiões geoeconômicas (RIBEIRO SILVA, 2016).

Antes disso, é importante salientar dois aspectos; um primeiro relacionado ao fato de que não há nenhum neologismo com o termo geoeconomia – pelo contrário, no Brasil há uma abordagem prevista inclusive na Constituição Federal de 1988 para “[...] efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais [...]” (BRASIL, 1988).

As regiões geoeconômicas são adotadas nos Sistemas Financeiros Brasileiros (SFB) regulamentados pela Lei n. 1.959/1982 (BRASIL, 1982);

---

112 Os textos de Dani Rodrik (2004; 2009) apresentam uma leitura atual das políticas industriais no século XXI.

além disso, a estrutura tributária que destina as compensações da Lei Kandir possui filtros que passam pelas regiões geoeconômicas dentre outras demandas relacionadas à tributação.

Isso dito em relação às abordagens de regiões geoeconômicas fora dos trabalhos acadêmicos, se trouxermos nossos olhares para a esfera acadêmica, vários estudos da geografia como os de Bernardes (1964), Geiger (1964), Correa da Silva (1986) e mais recentes de Egler (1993; 2008a; 2009a; 2009b, 2010) destacam essa compreensão das atividades produtivas no território com o viés geoeconômico.

Destaque merecido ainda aos estudos de regiões geoeconômicas do Brasil de Pedro Pinchas Geiger, que foram desenvolvidos em 1964 (figura 2) e são adotados até os dias de hoje (2015) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De modo geral esses são os momentos em que a geoeconomia aparece no âmbito da geografia brasileira. Com relação à economia, na virada do século XXI, economistas como Krugman (1993; 1995), Krugman e Obstfeld (2010)<sup>113</sup>, frente à ampliação do papel das transnacionais nos fluxos globais, começaram a intitular de *new-geography* as estratégias de desenvolvimento desempenhadas pelas corporações e Estados que, do ponto de vista geográfico do debate, são temas que aparecem na Geoeconomia.

---

113 Krugman (1993; 1995) Krugman e Obstfeld (2010) são chamados dos economistas de *mainstream* com declarada ortodoxia e com modelos matemáticos aplicados, contudo, não negam a dimensão espacial nos processos econômicos mesmo que a concepção de território esteja bem distante daquela trabalhada por geógrafos econômicos (EGLER, 2008b).

**Figura 2** - Regiões geoeconômicas do Brasil segundo Geiger (1964).



Como dissemos antes, geoeconomia e geopolítica apresentam-se no nosso tempo como “lados da mesma moeda”, algo mais próximo de uma compreensão dialética-complementar, do que dicotômico e alheio uma em relação à outra (LUTTWAK, 1990). Cowen e Smith (2009) fazem uma análise peculiar sobre essa dialética sobre geoeconomia e podemos compreender assim:

[...] Geopolítica pode ser entendida como os meios de aquisição de território para um objetivo de acumular riqueza, geoeconomia inverte a procedimento, visando diretamente para a acumulação de riqueza através do mercado ao controle. A aquisição ou o controle do território não é de todo irrelevante, mas é uma opção tática, em vez de uma necessidade estratégica. Para ter certeza, cálculo geopolítico está sempre dispo-

nível quando necessário. Na medida em que há uma sucessão histórica dos tipos de geopolítica para lógicas geoeconômicas de poder geográfico, portanto, isso de forma alguma representa uma irreversível necessidade unidimensional, evolutiva. O aumento de cálculo geoeconômico é muito desigual temporalmente bem como espacialmente, é episódico, e nunca poderá substituir totalmente a geopolítica [...]. (COWEN; SMITH, 2009, p. 21, tradução nossa)<sup>114</sup>.

Esse artigo de Deborah Cowen e Neil Smith pode parecer inusitado aos leitores de primeira viagem, já que maioria dos geógrafos brasileiros têm ciência sobre a obra e o legado de Neil Smith, conhecido por seu livro *Desenvolvimento Desigual* (1988).

Entretanto, sua concepção de geoeconomia é bem complexa e evolui um jogo dialético com a geopolítica, na qual o aspecto geoeconômico surge, a partir domínio tático dos mercados e das redes produtivas sobre o território, um tipo de *soft power*<sup>115</sup>. Diferente da geopolítica em que, às vezes, a tomada dos territórios é materializada no exercício do *hard power*<sup>116</sup> e se revelam base na acumulação da riqueza e exploração de outros países na divisão internacional do trabalho.

---

114 “[...] Where geopolitics can be understood as means of acquiring territory towards a goal of accumulating wealth, geoeconomics reverses the procedure, aiming directly at the accumulation of wealth through market control. The acquisition or control of territory is not at all irrelevant but is a tactical option rather than a strategic necessity. To be sure, geopolitical calculation is always available when deemed necessary. Insofar as there is a historical succession of sorts from geopolitical to geoeconomic logics of geographical power, therefore, this in no way represents a one-dimensional, irreversible, evolutionary necessity. The rise of geoeconomic calculation is highly uneven temporally as well as spatially, it is episodic, and it can never fully supplant geopolitics [...]”

115 Uma expressão usada na teoria das relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político (um Estado, por exemplo) para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos.

116 Conceito usado pela vertente realista das relações internacionais e designa a capacidade de um corpo político (geralmente, um Estado) de influenciar ou exercer poder sobre o comportamento de outro, mediante o emprego de recursos militares e econômicos.

Com essa lógica, vale lembrar ainda que os insights permitidos do ponto de vista da geoeconomia:

[...] não se restringem ao estudo das relações entre Estado e mercado e aos mecanismos utilizados para projetar o poderio econômico. [...] Trata-se da análise dinâmica dos chamados sistemas globais, que envolve questões cruciais acerca das relações entre sociedade e natureza diante da crescente depleção dos recursos naturais [...]. (EGLER, 2009b, p. 6).

Pois bem, aqui a nossa análise converge dois pontos: de um lado a industrialização de Mato Grosso do Sul e de outro a geoeconomia. Lembremo-nos da seção anterior em que apresentamos o contexto de supervalorização das commodities no mercado internacional – no caso, das commodities brasileiras, que são intensivas em recursos naturais e diferenciam a inserção internacional da nossa indústria.

Reduzindo nossa escala de análise, Mato Grosso do Sul possui sua inserção internacional pautada em commodities agrícolas e minerais, o que forçou um rápido processo de industrialização, delineando, a nosso ver, regiões geoeconômicas. A questão que vem à mesa é: como essa industrialização se deu no campo das estratégias? Expliquemos!

A estratégia geoeconômica da política industrial brasileira entre 2004-2014 foi inserir nos fluxos internacionais, empresas transnacionais brasileiras de setores competitivos<sup>117</sup> fortalecidas pelos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Tal estratégia de política industrial logrou êxito não só em aumentar as exportações, mas também em criar empresas exportadoras líderes (RIBEIRO-SILVA, 2017a).

A literatura sobre as denominadas *global commodities chains* (GEREFFI, 1999a; 1999b; GEREFFI; MEMEDOVIC, 2003; e KAPLINSKI, 2000) advoga que os setores estratégicos se inserem nos mercados internacionais a

---

117 O Brasil é competitivo também em setores de alta tecnologia como aeronáutica a exemplo da EMBRAER. Entretanto o destaque fica na produção e extração de commodities.

partir dos elos nas cadeias produtivas globais das quais são participantes. Ou seja, “[...] Participação em cadeias globais de commodities é um passo necessário para modernização industrial, pois coloca as empresas e as economias em potencial dinâmico curvas de aprendizado [...]” (GEREFFI, 1999b, p. 3, tradução nossa)<sup>118</sup>. Por exemplo, o setor de máquinas e equipamentos de Mato Grosso do Sul deteve crescimento de 35% entre 2004-2013 em decorrência da expansão das cadeias produtivas de commodities no estado (RIBEIRO-SILVA, 2017b).

Segundo Gereffi (1999a), as empresas seriam dirigidas à *upgrading* funcional, articulação em que a corporação agregaria valor nas suas atividades como design e marketing. Além disso, no caso das commodities agrícolas, o melhoramento genético das mudas (cana-de-açúcar, soja, milho e celulose) é decisivo nos mercados megacompetitivos de comércio de *tradables*. Tomemos como exemplo as corporações do setor de celulose e de papel que têm investido em fibras curtas, com material genético de nova espécie de eucalipto, chamada *EucaStrong*, com uso destinado a fuselagens e materiais resistentes, dentre outras estratégias de produção de bioenergia a partir da lignina<sup>119</sup>.

Essas são estratégias para agregar valor aos produtos primários e semimanufaturados, já que corporações são líderes em cada setor onde estão inseridas. Outro exemplo: no mercado do minério de ferro agregar valor consiste em uma gama de procedimentos, um desses poderia ser a combinação com algum tipo de carvão vegetal ou mineral, com esses dois tem-se o ferro gusa, e seria uma commodity importante se a economia da Europa retomasse o crescimento econômico, já que os fornos industriais

---

118 “[...] Participation in global commodity chains is a necessary step for industrial upgrading because it puts firms and economies on potentially dynamic learning curves [...]”

119 Para mais detalhes sobre inovação nas cadeias produtivas de papel e celulose, veja o site da RISI Technology Channels, disponível em: <<http://goo.gl/g2QOkd>>. <<https://technology.risiinfo.com/mills/latin-america/management/risi-names-latin-american-ceo-year>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

europeus são elétricos, em sua maioria, por conta de medidas ambientais (GOMES, 2006).

Podemos ainda elencar as inovações das cadeias produtivas globais de carnes, que também incluem melhoramento genético, seja das aves, dos bovinos. Enfim, o debate sobre *global commodities chains* é que sustentou a estratégia de política industrial durante três versões de políticas industriais entre 2004-2014, cuja corporação com fortalecimento do BNDES e por meio de fusões e aquisições (F&A) ganharam escala global detendo elos de suprimento com outros setores produtivos (RIBEIRO-SILVA, 2017c).

Mais tarde, em 2016 e 2017, a estratégia desenvolvimentista encampada pelo Estado durante uma década, referendada por ampla produção acadêmica sobre economia política, revelou um dos maiores escândalos de corrupção da história do país. Denúncias do Ministério Público Federal expuseram a íntima relação dos Poderes da República envolvidos em esquemas e propinas. Até o Presidente da República Michel Temer (2016-2018) foi gravado com escutas no Palácio do Planalto, pelo empresário do conglomerado da J&F, Joesley Batista, empresário que mais recebeu aportes do BNDES durante a execução da política industrial entre 2004-2016.

Feita essa longa ressalva, com esses dois aspectos, em uma mão a geoeconomia, em outra as *global commodities chains*. A geoeconomia, aqui, nos ajuda a compreender para além de uma dimensão territorial das políticas industriais em Mato Grosso do Sul, nos auxiliando a entender a consolidação de uma industrialização detentora de uma orientação regional assentada nas dinâmicas do uso do território pelas corporações transnacionais.

Do ponto de vista pragmático e metodológico, buscamos compreender cada peculiaridade territorial condicionantes da formação de regiões geoeconômicas em Mato Grosso do Sul. Para chegarmos ao resultado da figura 3, levamos em consideração os estudos do Zoneamento Ecológico Econômico, volumes 1, 2 e 3 (MATO GROSSO DO SUL, 2010); o Zoneamento Ecológico Econômico Cenários Prospectivos de 2035 (MATO GROSSO DO SUL, 2013); o Estudo da Dimensão Territorial do estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento (MATO GROSSO DO SUL,

2015)<sup>120</sup>; e o Caderno Geoambiental de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2011)<sup>121</sup> e ainda os limites políticos-administrativos dos municípios. A tentativa de esboçar uma regionalização de Mato Grosso do Sul pode parecer, em primeira instância, uma prepotência, mas o que nos leva a essa noção é a própria orientação regionalizada que as *global commodities chains* (GCC) possuem.

A característica majoritária das regiões geoeconômicas é principalmente a produção e extração dos *tradables* e não anula as outras regionalizações, a do IBGE, por exemplo, que em 1990 lançou a regionalização do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas, avançando nas metodologias divididas em duas: o princípio de regiões homogêneas e interdependência dos blocos regionais. E as microrregiões apresentaram, assim, maior grau de racionalidade uma vez que permitiu agregações.

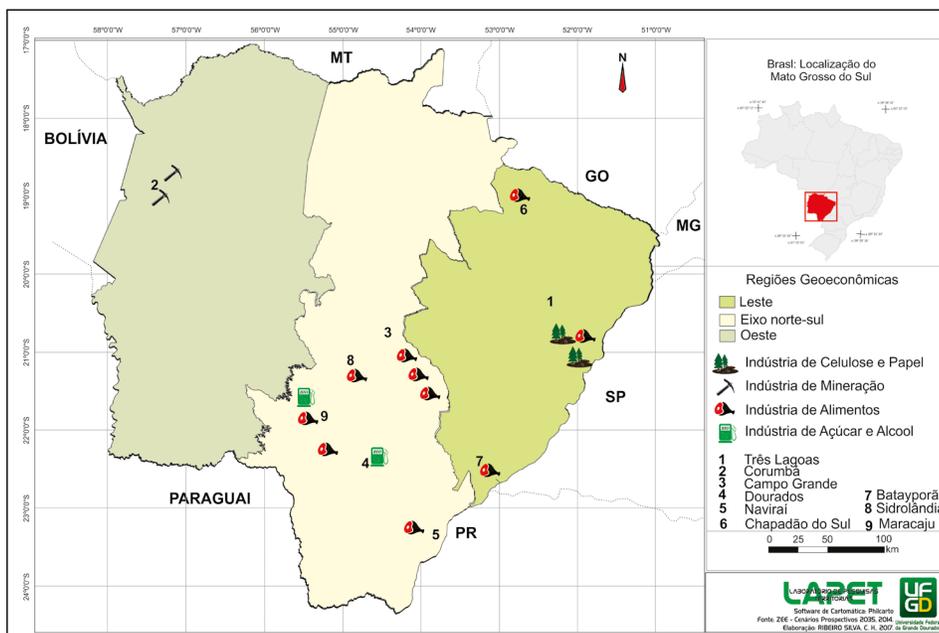
---

120 Para mais detalhes sobre esse assunto, veja a reportagem de Ricardo Campos Jr., “Entenda o conflito entre indígenas e produtores rurais no sul de MS”, publicada em 18 nov. 2011 no Portal de notícias da Globo – G1.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

121 O “Caderno Geoambiental de Mato Grosso do Sul” pode ser acessado na íntegra no site da SEMADE, disponível em: <<http://goo.gl/QYoClp>>; <<http://www.semade.ms.gov.br/caderno-geoambiental/>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

**Figura 3 - Regiões geoeconômicas e corporações de Mato Grosso do Sul.**



Organizado por: RIBEIRO SILVA, 2016a.

De todo modo, na abordagem geoeconômica, portanto, teríamos em Mato Grosso do Sul três regiões que podem ser assim descritas: a região Oeste com a exploração de minério de ferro, com o polo no município de Corumbá e os outros municípios envolvidos na extração de minerais como Ladário. Na região geoeconômica Oeste a bacia do Rio Paraguai é a principal fonte de recursos hídricos e, inclusive, de acordo com o ZEE/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2013) é a bacia hidrográfica mais conservada do estado.

Devido às condições naturais peculiares da região geoeconômica Oeste (planície pantaneira), conformada por “[...] um ambiente de deposição sedimentar submetido a um regime hidrológico anual de cheias e vazantes [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 90), esse bloco regional é propício para a formação de extensas áreas pastagem para a produção de proteína em grande escala na pecuária tradicional, com baixo incremento

tecnológico e extensivo o que limita, por exemplo, atividades industriais intensivas.

Nesse exercício de definir regiões geoeconômicas, com uma característica geoeconômica diferente da região Oeste, temos a região Norte-Sul com solos mais férteis e com franca expansão da produtiva de commodities agrícolas, com maiores produção nos municípios de Sidrolândia, Maracaju e outros da região da Grande Dourados<sup>122</sup>. Além disso, como dissemos anteriormente, uma regionalização não exclui a outra, na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul essa expansão das cadeias produtivas de commodities esbarra diretamente/contraditoriamente com as comunidades tradicionais indígenas, promovendo conflitos territoriais entre latifundiários e movimentos sociais<sup>123</sup>.

Os polos regionais sul-mato-grossenses são balizadores dos investimentos em cadeias produtivas presentes no estado. Nessa proposta de regiões geoeconômicas, o eixo Norte-Sul fica com os dois municípios polos: ao Sul, Dourados, com a produção das commodities agrícolas e de proteína animal; na região Central, Campo Grande, com as plantas industriais frigoríficos da cadeia produtiva de carnes (JBS) e inclusive com uma industrialização mais diversificada.

Por último, e não menos importante, a região geoeconômica Leste com a expansão da silvicultura e industrialização diversificada, capitaneada pelo município de Três Lagoas. A região Leste possui um nítido contraponto em relação à região Oeste, por meio da expansão da agricultura tecnificada e em grande escala de commodities agrícolas (leia-se eucalip-

---

122 Um dos principais polos econômico regionais do estado é a região da Grande Dourados, que abrange uma área de 21.329,50 quilômetros quadrados e é composto por 13 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Maracaju, Vicentina e Juti (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 99).

123 Para mais detalhes sobre esse assunto, veja a reportagem de Ricardo Campos Jr., “Entenda o conflito entre indígenas e produtores rurais no sul de MS”, publicada em 18 nov. 2011 no Portal de notícias da Globo – G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

to), num raio de trezentos quilômetros em torno do município. Outros municípios são expoentes nos *tradables*, como Chapadão do Sul mais a nordeste do estado. As condições naturais do Leste, apresentam areias quartzosas como solos predominantes e a principal fonte de recursos hídricos bacia hidrográfica do Rio Paraná. Assim, temos “[...] fatores [que] propiciam a constituição de circuitos modernos de produção vinculados ao setor do agronegócio os quais demandam o uso dos recursos ambientais de forma mais intensiva [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 91).

Nossa metodologia de regiões geoeconômicas parte do princípio de regiões homogêneas<sup>124</sup>. Que são constituídas por fatores que apresentam características semelhantes, sejam elas ambientais, socioeconômicas, culturais ou jurídico-institucionais. Isto é, as regiões geoeconômicas de Mato Grosso do Sul são homogeneizadas pela atuação das corporações transnacionais — nas *global commodities chains* — e, assim, os fatores locais territorialmente estabelecidos são, numa perspectiva geoeconômica, regionalizados.

Por isso podemos pensar na dimensão territorial dessas cadeias produtivas detalhando as características de cada uma delas. Em 2016, no estudo “Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul”, identificamos que essa dimensão territorial das políticas industriais foi e ainda é um esforço de síntese para apontar os principais fatores locais condicionantes das cadeias produtivas globais.

Sobre a indústria em Mato Grosso do Sul, do ponto de vista geoeconômico, o referido estudo nos revelou que por mais que as políticas industriais não possuam uma orientação em produzir “territórios” industriais, elas interferem na organização espacial das atividades produtivas, sobretudo, daquelas conectadas ao comércio exterior, já que os mercados

---

124 Existem outras metodologias específicas para delimitação de regiões polarizadas e homogêneas, como modelos gravitacionais por fluxos, números índices — como faz o IBGE a partir de índices de especialização do comércio varejista, industriais, serviços urbanos e polos urbanos. Os conceitos de regionalização — as regiões polarizadas ou nodais, as regiões homogêneas e as regiões de planejamento — levam em conta os estudos de Benko e Lipietz (1994), Lencioni (2003), Becker e Egler (1994).

das commodities são intensos de tecnologia e agressivos na alteração dos territórios, que estão sob o seu domínio, atuação e regulação.

Enfim, apresentamos a concepção teórica de geoeconomia, já o arcabouço que nos auxilia compreender regiões geoeconômicas é inspirada nos estudos de Geiger (1964) e de Egler (1993; 2008b). A perspectiva da geoeconomia e das regiões econômicas nos ajudou entender para além de uma dimensão territorial das políticas industriais em Mato Grosso do Sul, compreendendo a consolidação de uma industrialização detentora de uma orientação regional, assentada nas dinâmicas do uso do território pelas corporações transnacionais.

Portanto, temos em Mato Grosso do Sul, cadeias produtivas globais (*global commodity chains*) como aponta os estudos de Gereffi (1999b), fortalecidas com intervenção do Estado via políticas industriais. E elas possuem um estímulo de uma regionalidade geoeconômica específica (tipo de solo, logística, formação econômica, disponibilidade hídrica, poucos movimentos sociais) como já salientamos anteriormente. Associada ainda a uma demanda internacional (Rússia, Europa, China e o Sudeste Asiático), que potencializa a expansão desses setores em Mato Grosso do Sul.

Vale lembrar que pensar na direção de delinear uma regionalização de Mato Grosso do Sul pode parecer em primeira instância uma prepotência, mas o que nos leva a essa noção é a própria orientação regionalizada que as *global commodities chains* (GCC) possuem.

Evidentemente, essa estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado brasileiro visa, entre outras demandas, adensar essas cadeias produtivas globais (GCC), com redes de suprimentos com atividades mais básicas, até serviços especializados como telecomunicação e transporte com a criação de postos de trabalho.

Já que envolvem atividades a montante e a jusante da agroindústria, esse debate suscita outros pontos polêmicos no debate sobre economia como reprimarização da economia, baixo valor agregado dos produtos,

desindustrialização, deterioração dos termos de troca, *duch decease*<sup>125</sup>, mas não aprofundaremos essa questão neste capítulo. Entretanto, o livro *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate* de Edmar Bacha e Mônica de Bolle (2013) oferece uma discussão plural sobre a questão da indústria contemporânea no país.

De todo modo, como salientamos ao longo desse texto, a ideia é propor uma abordagem geoeconômica, portanto, teríamos em Mato Grosso do Sul três regiões geoeconômicas assim descritas: 1) região Oeste com a exploração de minério de ferro no município de Corumbá e o outros municípios envolvidos com a pecuária extensiva e atividades turísticas; 2) região Norte-Sul com solos férteis — mais ao sul está direcionada a plantio de soja, milho e cana-de-açúcar na extensão de Dourados e nas localidades de Campo Grande destaca-se as plantas industriais de importantes frigoríficos da cadeia produtiva de carnes (JBS), inclusive com uma industrialização mais diversificada; 3) região Leste com a expansão da silvicultura e industrialização carregada pelo município de Três Lagoas, sendo as duas unidades industriais mais representativas do setor a Fibria S/A e a Eldorado Brasil Celulose S/A.

Essa industrialização recente de Mato Grosso do Sul, sobretudo no período (2004-2014), é substrato de um período de intensa intervenção do Estado na economia via políticas setoriais, no caso analisado aqui, as políticas industriais. Portanto, a matriz das regiões geoeconômicas sul-mato-grossenses é estritamente resultante de uma política econômica encampada pelo Estado, e tal estratégia, a partir de 2014, foi colocada em xeque à medida que as investigações da Operação Lava Jato avançavam no campo político e econômico do país. É o tema que debateremos na próxima seção.

Em consonância do avanço das investigações da Polícia Federal (PF), o superciclo de commodities, já dava sinal de que para os últimos anos da década de 2010, não teria contornos tão superlativos. Os preços

---

125 Interessante reflexão sobre a questão das commodities pode ser encontrada em: LAZZARINI; JANK; INOUE, 2013.

das commodities caíram avassaladoramente, e daí em diante, inaugurou-se um período crítico para a economia brasileira (RIBEIRO-SILVA, 2017a). Entendemos crise, do ponto de vista de Poulantzas (1975)<sup>126</sup>, tal como uma condensação de contradições, e, na seção a seguir traçaremos uma análise deste período cuja economia e a política brasileira perpassa por momentos de efervescência e, por isso mesmo, nos direciona para compreensão das estratégias de desenvolvimento regional numa escala de experiência espacial mais densa.

## A GEOECONOMIA DOS TEMPOS DE CRISE

Como dissemos antes, o recente e mais intensivo combate a corrupção na história do Brasil é datado de 2014, quando a Operação Lava Jato fora iniciada, de lá para cá, delações e escândalos inundam os noticiários e redes sociais. É um marco histórico e muitos juristas e cientistas políticos advogam no poder que a operação pode conferir à sociedade, no sentido de passar a limpo o país de um lodaçal que infesta a máquina pública. Nesta seção, em caráter de apêndice, traçaremos um corte analítico para agregar ao entendimento do peso exercido pela política nas estratégias geoeconômicas das cadeias produtivas de commodities tão presentes na espacialidade de Mato Grosso do Sul.

---

126 Nicos Poulantzas faleceu em 1979, era filósofo e sociólogo grego. Em 1975 elaborou o conceito de crise e a intitulou de condensação de contradições na obra *O Estado em Crise*. Com base nesse conceito, o professor Claudio Egler (1993) chama a atenção para a dimensão territorial da crise, em seu artigo intitulado “As Escalas da Economia: Uma introdução a dimensão territorial da crise”, publicado em 1991 na Revista Brasileira de Geografia. Nesse texto, o professor nos encaminha à reflexão de que a crise tem lugar no tempo, porém, sem lugar no espaço, cujo trabalho de teorizar essa temática cumpre aos geógrafos, e eles não o fazem. Vivemos cotidianamente uma condensação de crises: econômica, política, social, ambiental, humanitária, ideológica; porém, crises a-espaciais. É, portanto, necessário fazer essa reflexão para que possamos avançar na análise da produção do espaço e sair das análises rasas.

Voltando ao centro da discussão desta seção, isto é, o espectro esboçado no panorama de identificar corruptores e corruptos inseridos no setor público e na iniciativa privada, datado em março de 2017, a PF deflagrou a operação Carne Fraca, a maior já concretizada no país, com investigações realizadas durante dois anos. Foram cumpridos 309 mandados judiciais em seis estados e no Distrito Federal. Os crimes que foram praticados por frigoríficos e fiscais do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) envolvendo a liberação de produtos com datas de vencimento adulteradas, o uso de substâncias químicas acima do limite previsto pelos órgãos reguladores, dentre outras.

Foram identificados 33 fiscais corruptos que atuavam em 21 plantas industriais, dentre elas, as maiores corporações brasileiras da cadeia produtiva da carne no Brasil, como a BR Foods, controladora das marcas como Sadia e Perdigão, e a JBS, detentora da Friboi, da Seara, da Swift, entre outras marcas brasileiras. É bem verdade que existem fatos notórios que a investigação trouxe à tona, entretanto passado um tempo, “a poeira baixou” no setor e agora, com certa distância, podemos começar a ler uma conjuntura do que foi feito.

Nesse viés reside a argumentação desta seção. Existe um ponto sensível na operação que colocou a cadeia produtiva de carnes brasileira, a mais competitiva do mundo, “de joelhos”: o espetáculo montado com o erro no tom da divulgação dos fatos investigados pela Polícia Federal.

O setor de proteína animal (carne bovina, frango e suínos) está “sob um guarda-chuva maior” que é a estrutura do agronegócio brasileiro, representante de 21% do PIB do país, algo em torno de R\$ 1,26 trilhões e, como disse antes, é um dos mercados mais consolidado mundialmente. Conseguir essa alcunha na arena global, tratando em específico da pecuária, que é responsável por 30% do PIB do agronegócio brasileiro (R\$ 400,7 bilhões), envolve controles sanitários rigorosos, investimentos de qualidade no processo produtivo, plantas industriais munidas de tecnologias de ponta, melhoramento genético dos animais, enfim, uma infinidade de fatores regidos por normas internacionais de clientes exigentes como Irã, Arábia Saudita, Estados Unidos, Itália e outros 145 países.

Esses padrões internacionais de exigência, reunidos, figuram como impeditivos de uma ação tão “espetacularizada” como foi a operação protagonizada pela PF em 2017. A liderança global do setor de carnes no país, não exige menos que firmeza, objetividade e austeridade nas medidas investigativas, no sentido de identificar os problemas (corruptos e corruptores) e rapidamente expurgá-los, já que se aparelharam em uma pequena parte da estrutura produtiva de modo sistêmico.

Usamos aqui o adjetivo *pequeno* para remeter aos servidores e aos frigoríficos elencados no escândalo, os que estavam inseridos nos dados divulgados pela PF. De 4.837 plantas industriais, foram identificadas 21 delas (0,5% no total), e com relação aos servidores públicos do MAPA, foram identificados 33 (0,3% do total) de um montante de 11.300 servidores. Convenhamos, numa investigação que consumiu dois anos dos efetivos da Polícia Federal, o número traz muito mais conforto, do ponto de vista da segurança sanitária dos produtos, do que “o fim do mundo” pré-anunciado durante o mês de março de 2017.

O combate à corrupção deve ser feito cotidianamente em todas as repartições públicas e privadas, sem dúvida, mas é deveras perigoso partir para um desmonte desenfreado das potencialidades da atividade produtiva brasileira e explicaremos um trecho do motivo desse risco.

O setor de carnes recebeu R\$ 12,8 bilhões do BNDES, 2008-2014, dentro da estratégia de política industrial de internacionalizar a cadeia de carnes inserindo o Brasil nas cadeias produtivas globais de commodities. Entrar nesse cenário geoeconômico mundial não é uma tarefa fácil, consiste em traçar uma estratégia desenvolvimentista no plano doméstico evidenciando os desafios econômicos, estruturais, políticos dentre outros e a partir daí, do ponto de vista macroeconômico, assentar a cadeia produtiva na escala global competitiva.

As corporações que capitaneiam as cadeias produtivas de carnes no Brasil, até o final do século XX, detinham poucos traços de internacionalização, até que no período de expansão da demanda das commodities forçada pela China, entre 2002 e 2011, essas empresas encontraram uma brecha no mercado internacional, e, via crédito do BNDES, iniciaram uma

escalada que rendeu a posição de líder na produção de proteína animal no mundo.

Com a consolidação do setor no mercado internacional, os empréstimos concedidos pelo BNDES às corporações da cadeia produtiva de carnes no período (2008-2014) passaram a deter as menores taxas de inadimplência do mercado, cerca de 0,02% em 2015. Se contarmos a crise econômica, em 2017, há uma possibilidade, ainda que remota, que essa taxa vá a 0,05%.

Os principais críticos tergiversam e advogam que a estratégia contida na internacionalização da produção de proteína animal brasileira, apontando que o BNDES selecionou corporações “campeãs nacionais”, aquelas dos setores que já eram consolidados, e por esse fato, conseguiriam outros mecanismos de financiamento em outros bancos, sem ser o BNDES.

Concordamos no quesito de estarem consolidadas, porém voltamos a salientar que essas corporações eram pouco internacionalizadas e muito menos associadas à soberania nacional. Ora, se a pecuária é uma atividade produtiva tradicional no país, portanto, qual seria o problema de fomentá-la via BNDES, uma vez que o país tornou-se acionista das respectivas empresas?

Pensemos um pouco, o Brasil na condição de credor dos empréstimos do BNDES às corporações, via BNDESPar, detém 26,33% da JBS: sendo 21,52% das ações controladas pelo BNDESPar e 4,92% controladas pela Caixa Econômica Federal. Tal fomento auxilia na distribuição geográfica global, cujas fusões e aquisições de plantas no campo nacional e ao redor do mundo são um dos braços da consolidação do setor e que fez do Brasil dono de cerca de 40% da cadeia produtiva de carnes e derivados nos Estados Unidos, sendo estes os maiores consumidores de carne do planeta, seja em decorrência da demanda populacional ou por corporações como Subway, Mcdonalds, etc.

De todo modo, nós não demonizamos o agronegócio brasileiro tal como geralmente é realizado. Entendemos as questões que estão associadas às volatilidades de curto e de longo prazo na produção e na extração de commodities, apresentadas no início deste capítulo. E não podemos

deixar de lado as características positivas do agronegócio na movimentação econômica e financeira de cidades no interior do Brasil, destaque aqui para as cidades de Dourados e Três Lagoas em Mato Grosso do Sul, que são extremamente dependentes do agronegócio.

Por isso, classificamos como deletéria e descompromissada a operação da PF, sobretudo, no momento econômico que o país perpassa. Estamos assistindo, ao passo do avanço da crise política, uma queda vertiginosa na atividade industrial brasileira. Além disso, é sabido que o epicentro da crise econômica do país está no estado de São Paulo, expectador de uma desindustrialização galopante. Segundo dados do IBGE, desde 2013, o Brasil convive com o tombo da atividade industrial brasileira acumulado em -4,8%.

Os dados nos permitem chegar à conclusão que esse país, ainda, não entrou em colapso geoeconômico em razão do *agribusiness*<sup>127</sup>, consolidado no mercado nacional/internacional operante no interior do Brasil. Cujas pecuária tem papel fundamental gerando divisas e mantendo empregos nas regiões menos industrializadas.

Aliás, nós não podemos deixar de lado a contribuição da geoeconomia na compreensão dessas novas estratégias de desenvolvimento regional, sobretudo, em tempos de crise, conforme o entendimento de Poulantzas (1975), uma vez que essas novas estruturas industriais, tal como debatidas aqui, são implantadas desigualmente em regiões estruturalmente desiguais. Portanto, cabe nesse período salientarmos as dimensões territoriais desses processos relacionados à indústria — política industrial, política de incentivos, política monetária, política setorial de fomento —, que às vezes, por negligência ou por opção são tratados como a-espaciais.

Como propusemos neste capítulo, analisamos os eventos recentes da economia política do país. O mais indicado para abordagem da Operação Carne Fraca, naquele contexto, era identificar os culpados, responsabilizá-los e fim, sem necessidade do espetáculo e demonização da ati-

---

127 Agronegócio.

vidade produtiva, já que o erro no tom da divulgação das informações da operação, aqui usada como exemplo, conduziu uma criminalização indevida e irresponsável da pecuária.

A luta contra a corrupção sem dúvida deixará um legado no tom ético das instituições públicas e corporações. Cabem cautela e austeridade no enfrentamento à corrupção para que, na intenção de combater e punir os criminosos, nós não deixemos, também, a atividade produtiva aos frangalhos. As luzes desse espetáculo pitoresco da política no/do Brasil irão se apagar e a cortina descera, nessa hora resta saber quem estará na plateia. Essa é uma agenda a ser dialogada no intuito de apontar respostas das grandes perguntas que pairam sobre a geoeconomia brasileira e sul-mato-grossense em tempos de crise e — por que não? — em espaços da crise.

## REFERÊNCIAS

ALSTON; J. M.; BABCOK, B. A. E PADEY, P. Shifting Patterns of Global Agricultural Productivity: Synthesis and Conclusion. In: ALSTON, J. M.; BABCOCK, B. A.; PARDEY, P. G. **The Shifting Patterns of Agricultural Production and Productivity Worldwide**. The Midwest Agribusiness Trade Research and Information Center. Ames: MATRIC; Iowa State University, 2010. p. 449-512.

AMSDEN, A. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp, 2009.

BACHA, E.; BOLLE, M. B. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENKO, G. LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BERNARDES, L. M. C. Regiões Geoeconômicas. In: IPE/SUDEC (Ed.). **Diagnóstico Socioeconômico do Ceará**. Fortaleza: IPE/SUDEC, 1964. v. 1. p. 109-114.

BLACK, C. O superciclo dos preços das commodities desacelerou ou está diante do fim? **Carta de conjuntura**, a. 23, n. 4, p. 1-2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/d9ZrnG>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BLAS, J. Supercycle runs out of steam – for now. **Financial Times**, Londres, v. 1, n 788, p. 1-3, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. N. 191-A, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.959, de 14 de setembro de 1982. Altera o inciso XIV do artigo 4º da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1959.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CORRÊA DA SILVA, A. **De quem é o pedaço?** Espaço e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. **Antipode**, United Kingdom. v. 41, n.1, 2009. p 22-48

DOBBS, R.; OPPENHEIM, J.; THOMPSON, F.; MARRELS, S.; NYQUIST S. SANGHVI, S. **Resource Revolution**: Tracking global commodity markets. Washington: MGI, Sept. 2013.

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre Rede Urbana e Políticas Públicas no Brasil. In: SOARES, W.; MATOS, R. (Eds.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010. p. 91-114.

\_\_\_\_\_. As vias abertas para a América do Sul. In: BICALHO, A. M. M.; GOMES, P. C. D. C. (Eds.). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2009a. p. 45-70.

\_\_\_\_\_. Crise e integração regional na América do Sul. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Eds.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, PR: ADEMADAN, 2009b. p. 661-673.

\_\_\_\_\_. As Américas: singularidades de um continente plural. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (Eds.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a. v. I, p.142-167.

\_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e as Mudanças Globais: uma visão geoeconômica. In: GUSMÃO, P. P.; CARMO, P. S.; VIANNA, S. B. (Org.). **Rio próximos 100 anos**. O aquecimento global e a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008b, v. 1, p. 43-54.

\_\_\_\_\_. **Crise e questão regional no Brasil**. 1993. 252 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GEIGER, P. P. Organização Regional do Brasil. **Revista Geográfica**: Rio de Janeiro, v. 33, n. 61, p. 25-58, 1964.

GEREFFI, G. Organizational of buyer-driven global commodity chains: How US retailers shape overseas production network. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut; London: Praeger, 1999a. p.37-70.

\_\_\_\_\_. A Commodity Chains Framework for Analyzing Global Industries. **Journal of International Economics of Duke University**, Durham, n. 13, p. 1-9, 1999b.

GEREFFI, G.; MEMEDOVIC, O. **The global apparel value chains**: what prospects for upgrading by developing countries? Vienna: United Nations Industrial Development Organization, 2003.

GOMES, M. **Avaliação da disposição de rejeitos de minério de Ferro nas consistências polpa e torta**. 2006. 89 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mineral)–Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. 2006.

KAPLINSKY, R. Spreading the gains from globalization: what can be learned from value chain analysis? In: **IDS Working Paper**, v. 110, May, 2000.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993. 142 p.

\_\_\_\_\_. **Development, Geography and the Economic Theory**. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1995, 117 p.

\_\_\_\_\_; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2010.

LAZZARINI, S. C.; JANK, M. S.; INOUE, C. F. K. Commodities no Brasil: maldição ou benção. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LUTTWAK, E. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**: Berlim. n. 20, p. 17-23, Summer 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Estudo da Dimensão Territorial do estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento. Campo Grande, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Carta GeoAmbiental das Regiões de Planejamento de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zonamento Ecológico Econômico ZZE/MS: cenários prospectivos 2035**. Campo Grande, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zonamento Ecológico Econômico ZZE/MS**. Campo Grande, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zonamento Ecológico Econômico ZZE/MS**. Campo Grande, 2010. v. 2.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zonamento Ecológico Econômico ZZE/MS**. Campo Grande, 2010. v. 3.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 93, de 5 de novembro de 2001. Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS. nº 5.627, de 6 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/Dsg7c1>>. Acesso em: 06 de julho. 2015.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado In: \_\_\_\_\_. **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal. 1975. p. 3-41.

RIBEIRO-SILVA, C. H. Os desafios da era geoeconômica para América Latina. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 05, p. 01-11, 2017a.

\_\_\_\_\_. (Org.) **O despertar regional**: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017b. v. 2. 105p.

\_\_\_\_\_. Geoeconomics aproachs about Mato Grosso do Sul/Brazil. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **O despertar regional**: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017c. v. 2, p. 69-78.

\_\_\_\_\_. **Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. 2016. 278 p. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2016a.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das commodities. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5, 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/CdDjtX>>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O Despertar Regional**: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016c. v. 1. 263p.

RODRIG, D. Industrial Policy, Do not Ask Why, Ask How. **Middle East Development Journal**, Havard, Cambridge, 2009. v. 1.

\_\_\_\_\_. Industrial Policy, do not Ask Why, Ask How, In: **Middle East Development Journal**., 01, 1. 2009. 40p.

\_\_\_\_\_. Industrial Policy for the twenty-first century. In: **Harvard Journal of economics**: Cambridge, 2004. 57p.

\_\_\_\_\_. Industrial Policy for the twenty-first century. **John F. Kennedy School of Government**, Cambridge, 2004. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/4767.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação Territorial da Região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. In: **Revista de Geografia** (Londrina) UEL, 2009; 19p.



## SOBRE OS ORGANIZADORES

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO

possui graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, e pós-doutorado, em 2011, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, em 2016. Atualmente, é professora titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado, da mesma instituição. Foi tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia, de janeiro de 2009 a julho de 2015. Possui experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano-regional, política pública e cidades médias. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

BRUNO BOMFIM MORENO

possui graduação em Geografia (bacharelado) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e graduação em Arquitetura e Urbanismo (bacharelado) pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), também é mestre em Geografia. Atualmente é professor no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Ciências Exatas e Tecnológicas. O enfoque de suas pesquisas está relacionado aos temas: produção do espaço urbano e cidades médias.

MARA LÚCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI

possui graduação em Geografia — Licenciatura, em 1990, e Bacharelado, em 1991 — pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pela mesma instituição fez o mestrado, em 1997, e o doutorado, em 2004. Atualmente é professora dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, unidade Universitária de Campo Grande, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), onde atua desde 2006. Os trabalhos que orienta e as pesquisas que desenvolve vinculam-se principalmente às seguintes temáticas: produção do espaço urbano e regional, políticas de desenvolvimento urbano, cidades médias e pequenas. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).



